



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**EXPLICANDO COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESVIANTES:
UMA ANÁLISE DO COMPROMISSO CONVENCIONAL E AFILIAÇÃO SOCIAL**

Walberto Silva dos Santos

João Pessoa, Março de 2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
DOUTORADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**EXPLICANDO COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESVIANTES:
UMA ANÁLISE DO COMPROMISSO CONVENCIONAL E AFILIAÇÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Doutorado Integrado em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba / Universidade Federal do Rio Grande do Norte, por Walberto Silva dos Santos, sob a orientação do Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia Social.

João Pessoa, Março de 2008

**EXPLICANDO COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESVIANTES:
UMA ANÁLISE DO COMPROMISSO CONVENCIONAL E AFILIAÇÃO SOCIAL**

Walberto Silva dos Santos

Banca avaliadora:

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia (UFPB, *Orientador*)

Prof. Dr. Antonio Roazzi (UFPE, *Membro*)

Prof. Dr. Julio Rique Neto (UFPB, *Membro*)

Prof. Dr. João Carlos Alchieri (UFRN, *Membro*)

Profa. Dra. Aline Lobato Costa (UEPB, *Membro*)

Aos meus pais

“As ciências físicas atingiram um tal estado de desenvolvimento que agora todos os homens podem morrer juntos. Cabe agora às ciências sociais atingirem um tal estado de desenvolvimento de forma que todos os homens possam viver juntos”.

Ross Stagner

AGRADECIMENTOS

A “dívida de gratidão” não tem preço; aqueles que a adquirem e conseguem reconhecê-la, sabem que ela é eterna. Por este motivo, meus agradecimentos não poderiam deixar de ser inicialmente dirigidos ao professor, orientador e amigo, Valdiney Veloso Gouveia e a sua esposa Rildésia Silva Veloso Gouveia. Extensivamente, agradeço:

Aos professores Joseli Bastos da Costa, Cleonice Camino (Universidade Federal da Paraíba) e José Queiroz Pinheiro (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) por terem aceitado ser leitores desta tese em suas primeiras versões, contribuindo com sugestões importantes; e Maria da Penha de Lima Coutinho, Leôncio Camino e Francisco José Batista de Albuquerque (Universidade Federal da Paraíba) por todos os aportes que ajudaram em meu desenvolvimento acadêmico. Paralelamente, ainda cabe agradecer aos professores M^a Ángeles Luengo Martín, Estrella Romero Triñanes e José Antonio Gomez Fraguera, da Universidade de Santiago de Compostela, pela disponibilidade com que me receberam em seu núcleo de pesquisa para realização de um estágio (Doutorado Sanduíche), oferecendo recursos que auxiliaram em minha preparação acadêmica.

Aos professores Antonio Roazzi, Aline Lobato Costa, João Carlos Alchieri e Júlio Rique Neto, por sua amabilidade em prontamente aceitar o convite para participar da banca de defesa, compartilhando suas idéias, sugestões e pontos de vista.

À *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*, por conceder os recursos que possibilitaram meus estudos tanto no Brasil como no exterior, durante o período de estágio (Sanduíche), referente ao *Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDEE)*.

Ao Núcleo de Pesquisa *Bases Normativas do Comportamento Social (BNCS)*, representado pelos companheiros, de ontem, Estefânea Élide da Silva Gusmão, Tatiana Cristina Vasconcelos, Carlos Eduardo Pimentel, Fabiana Queiroga, Josemberg Moura de Andrade, Girlene Ribeiro de Jesus, Célia Maria Cruz Marques Chaves, Sandra Souza da Silva Chaves, Viviany Silva Pessoa, Deliane Macedo Farias de Sousa, Marcílio Lira de Silva Filho, Taciano Lemos Milfont e Jane Palmeira Nóbrega Cavalcanti, e de hoje, Gislene Farias de Oliveira, Thiago Antonio Avellar de Aquino, Pollyane Kahelen da Costa Diniz, Luciana Chacon Dória, Kátia Corrêa Vione, Luana Elayne Cunha de Souza, Tiago Jessé Souza e Lima, Josélia de Mesquita Costa e Ana Karla Silva Soares.

De modo especial, sinto-me no dever de destacar alguns companheiros que, de forma significativa, compartilharam momentos que ultrapassaram os muros da academia. Muito obrigado aos amigos Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho, Priscilla Vicente Ferreira, Valeschka Martins Guerra, Paulo Gustavo Fell Amado, Patrícia Nunes da Fonseca, José Farias de Souza Filho, Emerson Diógenes de Medeiros, Paloma Cavalcante Bezerra, Neemias Matias Alves, Tatiana Alves Olimpio Rosado Maia, Natalício Emmanuel Quintella Lima, Adriano Henrique Targino, Jair Pessoa de Albuquerque e Silva, e às amigas que estão além mar, Esther Lorenzo Vidal e Zaida Robles Pacho.

Finalmente, mas não menos importante, à minha esposa Sandra, por ser simplesmente quem é, minha melhor amiga e fiel companheira de todas as horas; aos meus pais Roberto e Waldinar e meus irmãos Walber e Roberta, por entenderem que sempre é possível recomeçar; e meu tio Marcos Freire, por me ensinar o caminho de uma nova vida.

EXPLICANDO COMPORTAMENTOS SOCIALMENTE DESVIANTES: UMA ANÁLISE DO COMPROMISSO CONVENCIONAL E AFILIAÇÃO SOCIAL

RESUMO – A presente tese buscou conhecer em que medida os *valores sociais normativos*, o *compromisso religioso*, o *estilo de socialização parental autoritativo* e a *identificação com grupos convencionais de referência* atuam como inibidores (fatores de proteção) de comportamentos socialmente desviantes (anti-sociais e delitivos). Procurou-se, especificamente, verificar a contribuição destes construtos para explicar tais comportamentos, identificando um modelo integrador denominado de *compromisso convencional e afiliação social*. Neste sentido, realizaram-se quatro estudos empíricos. O *Estudo 1* teve como objetivo conhecer evidências de validade fatorial e consistência interna de quatro das medidas utilizadas. Participaram 317 pessoas com idade média de 16,6 anos. Estes responderam um caderno composto por sete partes, dentre as quais o *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD)*, a *Escala de Crenças Religiosas*, a *Escala de Práticas Religiosas* e a *Escala de Identificação com Grupos de Referência*, além de perguntas demográficas. Os resultados sugeriram a pertinência de reduzir o CAD, indicaram a adequação da estrutura fatorial das escalas de crenças e práticas religiosas e permitiram ampliar a *Escala de Identificação com Grupos de Referência*. O *Estudo 2* pretendeu desenvolver um índice de compromisso religioso, agrupando múltiplos indicadores que atendessem aos critérios de validade, precisão e parcimônia. Neste sentido, participaram 194 estudantes e dois grupos de religiosos (*Católicos* e *Protestantes*), cuja idade média foi de 18,4 anos. Os resultados evidenciaram a confiabilidade do índice e a pertinência de utilizá-lo como medida do compromisso religioso. O *Estudo 3* testou as hipóteses principais desta tese, proporcionando as primeiras aproximações para a construção do modelo teórico referente à *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*. Participaram 528 estudantes dos ensinos fundamental, médio e superior, com idades variando entre 10 e 22 anos ($M = 15,5$), a maioria do sexo feminino (63,1%). Todas as hipóteses foram corroboradas, permitindo propor um modelo explicativo dos comportamentos socialmente desviantes. Neste, os valores normativos, o estilo parental materno denominado como autoritativo, o compromisso religioso e a identificação com grupos convencionais de referência compuseram um fator geral (*compromisso convencional e afiliação social*), que se correlacionou negativamente com os comportamentos anti-sociais; estes, por sua vez, correlacionaram-se diretamente com os comportamentos delitivos. Finalmente, o *Estudo 4* replicou este modelo de *compromisso convencional e afiliação social*, considerando uma amostra independente e tratando homens e mulheres separadamente. Participaram 378 pessoas com idade média de 15,4 anos (amplitude 10 a 22 anos), a maioria do sexo feminino (59%). As análises demonstraram a adequação deste modelo: $\chi^2(9) = 14,48$, $p = 0,106$, $\chi^2 / gl = 1,61$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,99$, $CFI = 0,98$ e $RMSEA = 0,040$ ($IC90\% = 0,000-0,077$). Concluindo, os objetivos da presente tese foram alcançados, referendando o marco teórico do *compromisso convencional e afiliação social* que permite identificar fatores que inibem os comportamentos socialmente desviantes. Não obstante, propuseram-se estudos futuros que visem contribuir para esta área de interesse.

Palavras-chave: anti-social, valores, estilo parental, identificação grupal, religiosidade.

EXPLICANDO CONDUCTAS SOCIALMENTE DESVIANTES: UN ANÁLISIS DEL COMPROMISO CONVENCIONAL Y AFILIACIÓN SOCIAL

RESUMEN – La presente tesis buscó conocer en qué medida *los valores sociales normativos*, el *compromiso religioso*, el *estilo parental autoritativo* y la *identificación con grupos convencionales de referencia* actúan como inhibidores (factores de protección) de las conductas socialmente desviantes (antisociales y delictivas). Se buscó, específicamente, comprobar la contribución de éstos constructos para explicar tales conductas, identificando un modelo integrador denominado *compromiso convencional y afiliación social*. En este sentido, se realizaron cuatro estudios empíricos. El *Estudio 1* tuvo como objetivo conocer las propiedades psicométricas de cuatro de las medidas utilizadas. Participaron 317 personas con edad promedio de 16.6 años. Estos completaron un cuaderno compuesto por siete partes, entre las cuales estaban: el *Cuestionario de Conductas Antisociales y Delictivas (CAD)*, la *Escala de Creencias Religiosas*, la *Escala de Prácticas Religiosas* y la *Escala de Identificación con Grupos de Referencia*, además de ítems para la caracterización de la muestra. Los resultados indicaron que es adecuado reducir el *CAD*, revelaron la adecuación de la estructura factorial de las escalas de creencias y prácticas religiosas, y permitieron ampliar la *Escala de Identificación con Grupos de Referencia*. El *Estudio 2* pretendió desarrollar un índice de compromiso religioso, agregando múltiples indicadores que atendiesen a los criterios de validez, fiabilidad y parsimonia. En este sentido, participaron 194 estudiantes y personals de dos grupos religiosos (católicos y protestantes); éstos tenían una edad promedio de 18.4 años. Los resultados evidenciaron la confiabilidad del índice y la pertinencia de utilizarlo como medida de compromiso religioso. El *Estudio 3* testeó las hipótesis principales de esta tesis, proporcionando las primeras aproximaciones para la construcción del modelo teórico referente a la *hipótesis del compromiso convencional y afiliación social*. Participaron 528 estudiantes, con edad promedio de 15.5 años, la mayoría mujeres (63.1%). Se comprobaron todas las hipótesis, permitiendo indicar un modelo explicativo de las conductas socialmente desviantes. En este estudio, los *valores normativos*, el *estilo parental autoritativo de la madre* y la *identificación con grupos convencionales de referencia* compusieron un factor general (*compromiso convencional y afiliación social*) que se correlacionó negativamente con las conductas antisociales; éstas, por su parte, se correlacionaron directamente con las delictivas. Finalmente, el *Estudio 4* replicó el test del modelo de *compromiso convencional y afiliación social* con una muestra distinta de hombres y mujeres separadamente. Participaron de este estudio 378 personas con edad promedio de 15.4 años (rango de 10 a 22 años), la mayoría mujeres (59%). Los análisis comprobaron su adecuación: $\chi^2(9) = 14.48$, $p = 0.106$, $\chi^2 / gl = 1.61$, $GFI = 0.99$, $AGFI = 0.99$, $CFI = 0.98$ y $RMSEA = 0.040$ ($IC90\% = 0.000-0.077$). Concluyendo, los objetivos de la presente tesis fueron alcanzados, dando soporte al marco teórico del *compromiso convencional y afiliación social* que permite identificar factores que inhiben las conductas socialmente desviantes. No obstante, se han propuesto investigaciones futuras que contribuirán para este área de interés.

Palabras-clave: antisocial, valores, estilo parental, identificación grupal, religiosidad.

EXPLAINING SOCIALLY DEVIANT BEHAVIORS: AN ANALYSIS OF CONVENTIONAL COMMITMENT AND SOCIAL AFFILIATION

ABSTRACT – The present thesis examines to what extent *normative social values, religious commitment, authoritative styles of parental socialization, and identification with conventional groups of reference* inhibits (i.e., work as protective factors) socially deviant behaviors (antisocial and delictive). Specifically, the main objective was to test the contribution of these protective factors to explain deviant behaviors, proposing an integrative model denominated of *conventional commitment and social affiliation*. Four empirical studies were carried out. *Study 1* tested the psychometric properties of four measures used. Participants were 317 young students with mean age of 16.6 years. They answered a survey questionnaire comprising seven parts, including the *Questionnaire of Antisocial and Delictive Behaviors (QADB)*, the *Religious Beliefs Scale*, the *Religious Practices Scale*, the *Identification with Groups of Reference Scale*, and demographic questions. Results suggested the adequacy of (1) reducing the *QADB*, (2) the factorial structure of the scales of religious beliefs and practices, and (3) the enlargement of the *Identification with Groups of Reference Scale*. *Study 2* developed an index of religious commitment, comprising multiple indicators to achieve validity, reliability, and parsimony. In this study, participated 194 subjects identified as students or belongs to two religious groups (Catholic or Protestant), with mean age of 18.4 years. Results supported the validity and reliability of the religious commitment index. *Study 3* tested the main hypotheses of this thesis, providing the first attempt for proposing the theoretical model regarding *conventional commitment and social affiliation*. Participated in this study 528 primary school, high school and undergraduate students, with ages ranging from 10 to 22 years ($M = 15.5$), most of them female (63.1%). All the hypotheses were confirmed, supporting the proposition of an explanatory model of socially deviant behaviors. In this model, *normative values, authoritative style of maternal socialization, religious commitment, and identification with conventional groups of reference* formed a general factor (*conventional commitment and social affiliation*), which correlated negatively with antisocial behaviors. These behaviors were then positively correlated with delictive ones. Finally, *Study 4* replicated the *conventional commitment and social affiliation* model in an independent sample, considering male and female participants separately. The questionnaire was administered to 378 participants, with mean age of 15.4 years (ranging from 10 to 22 years), most of them female (59%). The analyses demonstrated the adequacy of this model: $\chi^2(9) = 14.48, p = 0.106, \chi^2 / df = 1.61, GFI = 0.99, AGFI = 0.99, CFI = 0.98,$ and $RMSEA = 0.040 (CI90\% = 0.000-0.077)$. In conclusion, the objectives of the thesis were reached, supporting the theoretical framework of the *conventional commitment and social affiliation* model, which allows the identification of protective factors of socially deviant behaviors. Future studies are also proposed that seek to contribute for this area of interest.

Keywords: antisocial, values, parental style, group identification, religiosity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I: MARCO TEÓRICO	20
1. COMPORTAMENTOS ANTI-SOCIAIS	21
1.1. O Conceito de Comportamento Anti-social	22
1.1.1. Aproximação Sociológica	24
1.1.2. Aproximação Clínico-psiquiátrica	25
1.1.3. Aproximação Jurídico-legal	28
1.1.4. Aproximação Comportamental	32
1.2. A Dimensão Risco-Proteção	35
1.2.1. Fatores Macro-sociais	37
1.2.2. Fatores Micro-sociais	38
1.2.3. Fatores Individuais	42
1.3. Teorias Explicativas do Comportamento Anti-social	48
1.3.1. As Primeiras Aproximações Teóricas	49
1.3.1.1. A Escola Positivista Italiana	51
1.3.1.2. Teoria da Anomia	52
1.3.1.3. Teoria da Associação Diferencial	54
1.3.1.4. Teoria da Aprendizagem Social	56
1.3.1.5. Teoria do Controle e Vínculo Social	58
1.3.2. Teorias Centradas em Fatores Micro-sociais	61
1.3.2.1. O Modelo Integrador de Elliott	61
1.3.2.2. O Modelo do Desenvolvimento Social	63
1.3.2.3. O Modelo da Coerção	66
1.3.2.4. Teoria Geral da Anomia	68
1.3.3. Teorias Centradas em Fatores Intrapessoais	70
1.3.3.1. Teoria da Auto-rejeição	71
1.3.3.2. Teoria do Autocontrole	74
1.3.3.3. A Taxonomia de Moffitt	76
1.3.3.4. O Equilíbrio do Controle	79
1.3.3.5. Teoria das Personalidades Anti-sociais	81
1.3.3.6. Teorias Evolucionistas	82
1.3.4. Modelos Integradores de Ampla Espectro	85
1.3.4.1. Teoria da Conduta-Problema	85
1.3.4.2. Teoria Interacional	89
2. COMPROMISSO CONVENCIONAL E AFILIAÇÃO SOCIAL	91
2.1. Valores Humanos	95
2.1.1. Rokeach e a Natureza dos Valores Humanos	95
2.1.2. O Conteúdo e a Estrutura Universais dos Valores	99
2.1.3. Os Valores Materialistas e Pós-materialistas de Inglehart	103
2.1.4. A Teoria Funcional dos Valores Humanos	105
2.1.5. Valores Humanos e Comportamentos Anti-sociais	110
2.2. Religião, Religiosidade e Compromisso Religioso	113
2.2.1. A religião Intrínseca e Extrínseca de Allport	118
2.2.2. Batson e a Religiosidade dos Tipos Meio, Fim e Busca	120
2.2.3. Religiosidade Compromissada e Consensual	122
2.2.4. As Dimensões Religiosas de Glock	125
2.2.5. Compromisso Religioso e Comportamentos Anti-sociais	127
2.3. Estilos de Socialização Parental	130
2.3.1. A Tipologia de Baumrind	133
2.3.2. A Tipologia de Maccoby e Martin	137
2.3.3. O Modelo Relacional de Musitu e García	140
2.3.4. Estilos de Socialização Parental e Comportamentos Anti-sociais	145

2.4. Identificação com Grupos.....	149
2.4.1. Perspectivas de Análise nos Estudos de Grupo.....	150
2.4.1.1. Tese da Mente Grupal.....	151
2.4.1.2. Tese do Individualismo.....	152
2.4.1.3. Tese do Interacionismo.....	153
2.4.2. Processos Grupais e Controle Social.....	155
2.4.3. Identificação com Grupos e Comportamentos Anti-sociais.....	159
PARTE II: ESTUDOS EMPÍRICOS.....	163
3. ESTUDO 1 – PROPRIEDADES PSICOMÉTRICAS DAS MEDIDAS.....	164
3.1. Método.....	167
3.1.1. Delineamento.....	167
3.1.2. Amostra.....	167
3.1.3. Instrumentos.....	168
3.1.4. Procedimento.....	170
3.1.5. Análise dos Dados.....	171
3.2. Resultados.....	172
3.2.1. Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD).....	172
3.2.2. Escala de Identificação com Grupos de Referência.....	174
3.2.3. Escala de Práticas Religiosas.....	177
3.2.4. Escala de Crenças Religiosas.....	179
3.3. Discussão.....	181
3.3.1. Questionários de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD).....	182
3.3.2. Escala de Identificação com Grupos de Referência.....	183
3.3.3. Escalas de Crenças e Práticas Religiosas.....	184
4. ESTUDO 2 – ÍNDICE DE COMPROMISSO RELIGIOSO.....	187
4.1. Método.....	189
4.1.1. Delineamento.....	189
4.1.2. Amostra.....	189
4.1.3. Instrumentos.....	190
4.1.4. Procedimento.....	191
4.1.5. Análise dos Dados.....	191
4.2. Resultados.....	191
4.3. Discussão.....	194
5. ESTUDO 3 – TESTE DAS HIPÓTESES.....	196
5.1. Método.....	197
5.1.1. Delineamento e Hipóteses.....	197
5.1.2. Amostra.....	198
5.1.3. Instrumentos.....	198
5.1.4. Procedimento.....	200
5.1.5. Análise dos dados.....	200
5.2. Resultados.....	201
5.3. Discussão.....	204
6. ESTUDO 4 - MODELO EXPLICATIVO DE COMPORTAMENTOS DESVIANTES... 210	210
6.1. Método.....	211
6.1.1. Delineamento e Hipótese.....	211
6.1.2. Amostra.....	212
6.1.3. Instrumentos.....	212
6.1.4. Procedimento.....	213
6.1.5. Análise dos Dados.....	213
6.2. Resultados.....	213
6.3. Discussão.....	215
7. DISCUSSÃO GERAL E CONCLUSÕES.....	219
7.1. Resultados Principais.....	220
7.2. Limitações das Pesquisas.....	221
7.3. Conclusões e Direções Futuras.....	222

8. REFERÊNCIAS	228
ANEXOS	279
ANEXO I – Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos	280
ANEXO II – Escala de Práticas Religiosas	281
ANEXO III – Escala de Crenças Religiosas	282
ANEXO IV – Escala de Identificação com Grupos de Referência	283
ANEXO V – Questionário dos Valores Básicos – QVB	284
ANEXO VI – Escala de Percepção dos Pais – EPP (Versão para o pai)	285
ANEXO VII – Escala de Percepção dos Pais – EPP (Versão para a mãe)	286
ANEXO VIII – Caracterização da Amostra	287
ANEXO IX – Termo de Consentimento	288

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de valores instrumentais e terminais propostos por Rokeach.....	97
Tabela 2. Tipos motivacionais de valores	100
Tabela 3. Estilos educativos segundo Maccoby e Martin	138
Tabela 4. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos itens do CAD	173
Tabela 5. Análise paralela dos itens do Questionário de Identificação com Grupos de Referência	175
Tabela 6. Estrutura Componencial da Escala de Identificação com Grupos de Referência.....	176
Tabela 7. Correlação item-total e precisão dos itens da Escala de Práticas Religiosas.....	177
Tabela 8. Correlação item- total e precisão dos itens da Escala de Crenças Religiosas	179
Tabela 9. Estrutura componencial do Índice de Compromisso Religioso	193
Tabela 10. Correlatos dos Comportamentos Anti-sociais e Delitivos.....	201

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais	101
Figura 2. Facetas, dimensões e sub-funções dos valores básicos.....	107
Figura 3. Estrutura da congruência das sub-funções dos valores básicos	109
Figura 4. Modelo bidimensional de socialização familiar	143
Figura 5. Estrutura Multifatorial da Escala de Práticas Religiosas	178
Figura 6. Estrutura Multifatorial da Escala de Crenças Religiosas	181
Figura 7. Modelo Explicativo (Causal) de Comportamentos Socialmente Desviantes.....	202
Figura 8. Evidências Empíricas do Modelo de Comportamentos Socialmente Desviantes.....	203
Figura 9. Comprovação do Modelo Causal de Comportamentos Socialmente Desviantes	214

De acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (Krug, Dahlberg, Mercy, Zwi & Lozano, 2003), no ano 2000 morreram, em todo o mundo, vítimas de homicídio, aproximadamente 199.000 (9,2 por 100.000 habitantes) crianças, adolescentes e jovens adultos com idades entre 10 e 29 anos. Dependendo do continente ou país, as taxas de homicídios na população geral apresentam considerável variabilidade, mas, na maioria dos países, adolescentes e jovens configuram-se como as principais vítimas e praticantes desse tipo de violência. Conforme o relatório, a análise destas informações, em conjunto com dados provenientes de estudos sobre violência não letal, proporciona uma visão mais ampla do problema. Estima-se que para cada jovem morto existam pelo menos 20 vítimas de agressão que não resultou em morte, sendo a adolescência e os primeiros anos da idade adulta o período de maior risco (Mercy, Butchart, Farrington & Cerdá, 2003).

No Brasil, em dez anos (1994 – 2004), o número de homicídios na população sofreu um incremento de 48,4%, chegando a ser cerca de três vezes superior ao crescimento populacional no mesmo período (16,5%). Já entre os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, os homicídios passaram de 11.330 (37,7 por 100.000 habitantes), no ano de 1994, para 18.599 (51,7 por 100.000 habitantes), em 2004, um incremento de 64,2% (Waiselfisz, 2006). Dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (2006) indicam que 52,1% dos homicídios dolosos registrados neste último ano foram perpetrados por adolescentes e jovens com idades entre 12 e 29 anos. Entre a população jovem, ainda predominam o consumo abusivo de drogas, as apreensões por tráfico, lesões corporais, extorsões mediante seqüestro e roubos, delitos que têm envolvido, a cada ano, mais pessoas desta faixa-etária (Secretária Nacional de Segurança Pública, 2006). No país, os números da violência juvenil parecem refletir na quantidade de menores internos no sistema sócio-educativo de meio fechado, que passou de 12.051, em 2002, para 15.426, em 2006, e no perfil da população carcerária brasileira, composta, predominantemente, de

homens (94,43%) com idades entre 18 e 24 anos (60%; Departamento Penitenciário Nacional, 2007; Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2006).

Apesar do tema sempre ter estado presente na história (Dahlberg & Krug, 2003; Rodrigues, Assmar & Jablonski, 2001), nas últimas décadas o incremento da violência, a implicação cada vez mais precoce de jovens e os elevados custos pessoais, sociais e econômicos decorrentes destes fatores impulsionaram pesquisadores de distintas áreas a buscarem os possíveis explicadores desse fenômeno (Hawkins, Catalano & Miller, 1992; Hemphill, Toumbourou & Catalano, 2005; Knapp, Scott & Davies, 1999; Krug & cols., 2003; Waiselfisz, 2006). Possivelmente por este motivo, na atualidade, percebe-se um avanço significativo nos estudos sobre comportamentos anti-sociais entre adolescentes e jovens (Burke, Loeber & Birmaher, 2002; Loeber, Burke, Lahey, Winters & Zera, 2000; Petraitis, Flay & Miller, 1995; Romero, 1998; Soria, 2005; Tittle, 2000).

Ainda que a expressão “delinqüência juvenil” suscite a imagem de jovens do sexo masculino, pobres e moradores de bairros da periferia, nota-se que muitos dos delitos cometidos por esta faixa etária têm como principais atores jovens economicamente favorecidos (Formiga & Gouveia, 2005). O que, de certa forma, demonstra que o problema da delinqüência não pode ser estudado considerando exclusivamente aspectos econômicos. Tal fato tem direcionado os pesquisadores a analisarem, no estudo dos comportamentos anti-sociais, proposições que sugerem a multiplicidade de variáveis contribuintes para a sua explicação (Baker, 2006; Hawkins & cols., 1992; Herrenkohl & cols., 2000; Petraits, Flay & Miller, 1995; Stueve, O`Donnell & Link, 2001).

Na Psicologia, podem-se encontrar diversos estudos relacionados com o tema, principalmente na Psicologia do Desenvolvimento (Dogan, Conger, Kim & Masyn, 2007; Scaramella, Conger, Spoth & Simons, 2002; Trzesniewski, Moffitt, Caspi, Taylor &

Maughan, 2006), Psicologia Jurídica (Penney & Moretti, 2007; Woodhams, Hollin & Bull, 2007) e, em particular, Psicologia Social (Greitemeyer & Weiner, 2006; Pardini, Barry, Barth, Lochman & Wells, 2006). Além disso, uma quantidade expressiva de estudos também é publicada em revistas de outras áreas, como *The American Journal of Psychiatry*, *American Sociological Review* e *Criminology*. Tanto na Psicologia como nas demais áreas, para explicar a etiologia dos comportamentos anti-sociais, os pesquisadores têm buscado inter-relacionar diferentes variáveis; estima-se a contribuição daquelas de natureza ambiental, genética, de ordem econômica, social e até demográficas (Baker, 2006; Farrington, 2005; Granic & Patterson, 2006; Hemphill, Toumbourou & Catalano, 2005; Herrenkohl, Hill, Hawkins, Chung & Nagin, 2006; Krueger & cols., 2002).

Adicionalmente, autores como Loeber (1982), Moffitt (1993) e Olweus (1979) apontam que os comportamentos anti-sociais seguem, em muitos casos, um curso evolutivo estável. Neste sentido, fatores observados na infância (por exemplo, déficit de atenção, hiperatividade e agressividade) funcionariam como potenciais preditores das condutas desviantes de maior gravidade, apresentadas na adolescência e idade adulta (Bartusch, Lynam, Moffitt & Silva, 1997; Laub & Sampson, 1993; Loeber, 1990; Loeber & Farrington, 2000; Patterson & Yoerger, 1999). Segundo Loeber (1982), a estabilidade e a evolução destes comportamentos estão condicionadas a um conjunto de fatores, como a idade de início, a frequência com que ocorreram durante os anos escolares, a diversidade dos comportamentos e a ocorrência em distintos cenários sociais (por exemplo, casa dos pais, de familiares e escola). Logo, sob esta perspectiva, a presença simultânea destes fatores ampliará significativamente a probabilidade de uma criança tornar-se um delinqüente crônico.

Em síntese, o campo dos comportamentos anti-sociais conta, atualmente, com um vasto e consistente corpo de conhecimentos. Não obstante, a maioria das pesquisas sobre

seus explicadores concentra-se, principalmente, em fatores de risco, como a afiliação com companheiros delinquentes (Bowman, Prelow & Weaver, 2007; Weaver & Prelow, 2005), o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (Johnson & Kercher, 2007), a psicopatia (Penney & Moretti, 2007) e os traços de personalidade desviantes: psicoticismo, impulsividade, neuroticismo e busca de sensações (Miller, Lynam & Leukefeld, 2003; Morizot & Le Blanc, 2005; Sobral, Romero, Luengo & Marzoa, 2000). Sendo ainda escassos os estudos que dão ênfase a variáveis que possam funcionar como fatores de proteção, a exemplo da adesão a valores sociais e do envolvimento com instituições e atividades convencionais (Hirschi, 1969; Huebner & Betts, 2002; Newcomb & McGee, 1991; Romero, Sobral, Luengo & Marzoa, 2001).

Tais aspectos justificam a realização da presente tese, cujo objetivo principal é conhecer em que medida os *valores humanos*, de maneira especial os sociais denominados como *normativos*, o *compromisso religioso*, o *estilo de socialização parental autoritativo* e a *identificação com grupos convencionais de referência* atuam como inibidores (fatores de proteção) de comportamentos socialmente desviantes. Mais especificamente, procurar-se-á: estimar a contribuição dos fatores de proteção para explicar os comportamentos anti-sociais e delitivos; e, finalmente, identificar um modelo que permita integrar os diferentes fatores, considerados nesta oportunidade como componentes da *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*, contribuindo assim para a compreensão destes comportamentos socialmente desviantes no contexto brasileiro.

Portanto, visando a atender os objetivos propostos e conhecer algo mais acerca dos construtos de interesse, a presente tese foi desenvolvida em duas partes principais. O *Marco Teórico* (Parte I) compreende dois capítulos: (1) *Comportamentos Anti-sociais*, cujo objetivo é definir este construto, apresentar estudos que analisam diferentes variáveis para sua explicação, considerando especificamente seus distintos níveis de análise (macro-

social, micro-social e individual) e, finalmente, revisar as teorias explicativas de maior expressão sobre o tema; e (2) *Compromisso Convencional e Afiliação Social*, em que serão consideradas as especificidades da hipótese denominada compromisso convencional e afiliação social, bem como as variáveis que a compõem, a saber: os *valores humanos (sociais normativos)*, o *compromisso religioso*, os *estilos de socialização parental (autoritativo)* e a *identificação com grupos convencionais de referência*. Os quatro capítulos seguintes compõem os *Estudos Empíricos* (Parte II) propriamente ditos: (3) Estudo 1 – *Parâmetros Psicométricos das Medidas*, que visa analisar a compatibilidade teórica dos instrumentos em relação aos construtos acima mencionados, a adequação dos seus parâmetros psicométricos (validade e precisão) para o contexto no qual se desenvolve a pesquisa; (4) Estudo 2 – *Índice de Compromisso Religioso*, que objetiva construir um índice que possibilite analisar o compromisso religioso por meio de múltiplos indicadores, de modo a utilizá-lo nos estudos subseqüentes; (5) Estudo 3 – *Teste das Hipóteses*, em que se comprovam as hipóteses acerca dos antecedentes dos comportamentos anti-sociais, e como estes se associam com os delitivos; e (6) Estudo 4 – *Modelo Explicativo dos Comportamentos Socialmente Desviantes*, cujo objetivo é testar o modelo explicativo representado pela *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*. Finalmente, apresentam-se a (7) *Discussão Geral e as Conclusões*, indicando os principais resultados, as possíveis limitações das pesquisas e algumas sugestões para estudos futuros.

PARTE I: MARCO TEÓRICO

1. Comportamentos Anti-sociais

Os comportamentos anti-sociais têm sido objeto de estudo nas mais variadas áreas do conhecimento. Com o propósito de compreender, avaliar, prevenir e tratar este fenômeno, um número abrangente de teorias explicativas foi se desenvolvendo ao longo da história (Soria, 2005). Segundo Romero (2006), durante muitos anos a filosofia se ocupou em oferecer propostas de reflexão sobre suas possíveis causas. Contudo, foi com o estabelecimento da criminologia positivista, a partir da segunda metade do século XIX, que pesquisadores de áreas como Antropologia, Psiquiatria, Sociologia e Psicologia foram motivados a aplicarem seus conhecimentos neste campo, produzindo-se, neste período, um número expressivo de estudos (Otero-López, 1996; Romero, 1996). Entretanto, apesar dos avanços, pouca relação foi estabelecida entre tais estudos (Tolan, Guerra & Kendall, 1995).

Nas duas últimas décadas, a necessidade de compreender aspectos não explicados por variáveis isoladas impulsionou o desenvolvimento de diversos modelos teóricos integrativos que abordam diferentes níveis de explicação para os comportamentos anti-sociais (Romero, 1998; Soria, 2005). Porém, antes de seguir na explanação destas aproximações teóricas e dos seus distintos níveis de explicação, faz-se necessário discorrer sobre o que Hinshaw e Zupan (1997) consideram como a primeira barreira que o pesquisador vai encontrar no estudo deste fenômeno, a saber: a ausência de clareza quanto à definição de comportamento anti-social.

1.1. O Conceito de Comportamento Anti-social

A falta de uma definição clara e universalmente aceita sobre este construto constitui, atualmente, um problema para pesquisadores e profissionais ligados ao estudo da delinqüência (Luengo, Otero-López, Romero, Gómez-Fraguela & Tavares-Filho, 1999; Otero-López, 1996). Neste campo, termos como delinqüência juvenil (Pridemore, 2002), comportamento anti-social (van Lier, Vitaro, Wanner, Vuijk & Crijnen, 2005), transtorno de personalidade anti-social (Holmes, Slaughter & Kashani, 2001), conduta problema

(Jessor & Jessor, 1977) e transtorno de conduta (American Psychiatric Association, 2000; Loeber & cols., 2000) fazem referência ao estudo de um mesmo fenômeno abordado sob diferentes âmbitos de pesquisa. Segundo Pimentel (2004, p.15), “apesar dos esforços para definir estes termos, muitos deles se superpõem ou apresentam definições pouco claras, que dificultam diferenciações precisas”. Este problema tem sido gerado por se tratar de um fenômeno heterogêneo, com múltiplas causas, correlatos e conseqüências, estudado por pesquisadores de distintas disciplinas (Otero-López, 1996).

Alguns autores, com o propósito de sistematizar e clarificar os conceitos acerca deste construto, geralmente os dividem em categorias organizadas de acordo com as orientações teóricas subjacentes (Otero-López, 1996; Rhee & Waldman, 2002; Romero, Sobral & Luengo, 1999). Otero-López (1996), por exemplo, sublinha que as definições neste campo polarizam-se entre duas perspectivas: legal (jurídica) e social; cada uma destas orientações leva implícita uma concepção distinta da delinqüência. Segundo Romero e cols. (1999), o acúmulo de conhecimentos nos últimos anos alcançou ampla dimensão e gerou um número abrangente de vertentes e linhas de pesquisa que se orientam, fundamentalmente, em função das aproximações sociológicas, legais, clínico-psiquiátricas e comportamentais. De modo análogo, Rhee e Waldman (2002) assinalam que, na maioria dos estudos, os comportamentos anti-sociais têm sido operacionalizados desde três grandes orientações: (1) psiquiátrica; (2) em termos de violação da lei e/ou das normas sociais; e (3) por meio do conceito de agressão.

Analisando estas considerações, percebe-se que, mesmo sob diferentes critérios, o agrupamento teórico-conceitual proposto por estes autores é relativamente próximo. Neste sentido, uma vez que a sistematização dos estudos apresentada por Romero e cols. (1999) abrange quase todos os aspectos concernentes às demais considerações, optou-se por

seguir, na presente tese, a sua proposta, agrupando as aproximações conceituais no estudo dos comportamentos anti-sociais em quatro áreas específicas, conforme descrição a seguir.

1.1.1. Aproximação Sociológica

O conceito de delinqüência construído desde a perspectiva sociológica tem como base a concepção ampla de desviância (Romero, 1996). Considera-se anti-social qualquer comportamento que se desvie das normas geralmente aceitas por uma sociedade. Tais normas denotam dois campos semânticos inter-relacionados. Por um lado, são consideradas como indicativo do freqüente, usual e estatisticamente “normal”. Assim, as normas seriam critérios essencialmente descritivos que definem um conjunto de comportamentos majoritários e típicos dentro de um determinado sistema sócio-cultural. Por outro, além de descreverem o “freqüente”, têm um componente avaliativo e prescritivo, que define o permitido, o apropriado, o bom, e contêm em si expectativas sobre como se deve pensar e se comportar (Pimentel, 2004). Portanto, a desviância social além de abranger o não freqüente, ainda apresenta conotações negativas, reprováveis ou sancionáveis para, pelo menos, parte dos membros de uma estrutura social (Costello, 2006; Tittle & Paternoster, 2000).

Além dos aspectos normativos, a desviância também pode ser concebida em função do público e da reação que produz no mesmo. Neste caso, o comportamento desviante só ocorre quando um ato é avaliado negativamente e rotulado como desvio por determinado grupo (Heckert & Heckert, 2002). Na concepção de Becker (1963), por exemplo, a desviância não é uma qualidade de um comportamento específico, mas uma consequência da aplicação de regras “impostas” por alguns grupos sociais. Deste modo, a formulação de regras por tais grupos e a quebra delas pelos indivíduos de uma sociedade são aspectos fundamentais para que a desviância se configure. Sob esta perspectiva, as reações e avaliações do grupo são decisivas para a existência do desvio (Heckert & Heckert, 2002).

Em resumo, pelo menos três critérios determinam em que medida um ato pode ser entendido com uma forma de desviância: (1) a *audiência*, ou seja, os grupos de referência que julgarão e responderão diante da conduta, de acordo com as normas que regulam seu funcionamento interno. Portanto, um mesmo ato poderá se constituir como desviante para determinados setores sociais, embora apresente conotações inclusive positivas para outros grupos normativos; (2) a *situação*, comportamentos que são habitualmente punidos podem, dependendo da situação, converterem-se em algo comum e inclusive desejável (por exemplo, o homicídio em situações de guerra); e, finalmente, (3) as *características próprias do ator*, o grau de tolerância social frente ao “apartar-se das normas” dependerá fortemente das características da pessoa que incorre no ato. Geralmente, o nível de respeitabilidade do ator influirá na severidade ou conivência com que se avaliam e se sancionam seus comportamentos potencialmente desviantes (Romero, 1996).

A definição de desviância baseada nestes critérios tem recebido diversas críticas, sobretudo no que se refere à relatividade cultural (Heckert & Heckert, 2002). Segundo Romero (1996), desde as aproximações sociológicas, a delinquência, por ser considerada uma conduta desviante, se contextualizada em função do ambiente sócio-normativo; fica, portanto, sujeita a uma ampla margem de relatividade. Neste sentido, os comportamentos delitivos poderão ser desviantes desde o ponto de vista da sociedade majoritária, porém, não são inaceitáveis nem “desviantes” desde a perspectiva de alguns dos subsistemas sócio-culturais que os integram (Heckert & Heckert, 2002).

1.1.2. Aproximação Clínico-psiquiátrica

A psiquiatria tem uma tradição longa no estudo científico dos comportamentos anti-sociais; seu conceito de anti-social é baseado em componentes mais ou menos definidores de diversos tipos de transtornos ou desajustes mentais e comportamentais. O diagnóstico destes transtornos, geralmente, fundamenta-se em sistemas de classificação como o

Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-IV-R; American Psychiatric Association, 2000) e a *International Classification of Disorders* (ICD-10; World Health Organization, 1992). Nestes sistemas, os critérios de identificação dos transtornos de comportamento na infância e adolescência são próximos (Hill, 2002). Contudo, enquanto o DSM-IV apresenta o transtorno desafiador de oposição (*Oppositional Defiant Disorder*) e o de conduta (*Conduct Disorder*) separadamente, a ICD-10 os aglutina no que se denomina transtorno de conduta (Rowe, Maughan, Costello & Angold, 2005; Rutter, Harrington, Quinton & Pickles, 1994).

Mesmo apresentando visões conceituais semelhantes, estes sistemas de classificação incorporam regras diagnósticas distintas. No DSM-IV, para o diagnóstico do transtorno de conduta são requeridos pelo menos três de uma lista de quinze sintomas, e, para o de transtorno desafiador de oposição, quatro de oito; não pode o transtorno desafiador de oposição ser diagnosticado na ocorrência do transtorno de conduta (Bordin & Offord, 2000; Loeber & cols., 2000). Na ICD-10, os critérios diagnósticos para o transtorno de conduta são divididos em 15 itens mais severos, semelhantes àqueles dispostos no DSM-IV para o transtorno de conduta, e oito mais brandos, equivalentes ao transtorno desafiador de oposição do DSM-IV. Entretanto, o diagnóstico do transtorno de conduta é dado quando o paciente apresenta três ou mais dos sintomas mais severos. Na ICD-10, o transtorno desafiador de oposição é tratado como um subtipo daquele de conduta e só é diagnosticado quando se constatam, pelo menos, quatro sintomas da lista completa dos 23 itens, na qual não mais que dois podem ser da lista dos mais severos (Rowe & cols., 2005).

Em ambos os sistemas, encontram-se incluídas múltiplas categorias diagnósticas definidas por padrões comportamentais, cujos conteúdos se confundem, em maior ou menor medida, com a esfera conceitual do anti-social (Rutter, Giller & Hagell, 1998).

Segundo Romero (1996), isto ocorre, por exemplo, com aqueles transtornos denominados de *controle de impulsos*, tais como a *cleptomania* ou o *transtorno explosivo intermitente*, que se caracteriza por episódios discretos de agressividade e violência contra pessoas ou propriedades. Com o domínio do delitivo, o problema se apresenta de modo especialmente claro quando se observam os dois transtornos que maior interesse têm suscitado nos últimos anos dentro do estudo dos comportamentos anti-sociais: o *transtorno de conduta* e o *transtorno de personalidade anti-social ou dissocial*, na nomenclatura da ICD-10 (World Health Organization, 1992).

O *transtorno de personalidade anti-social* é uma das categorias em que os comportamentos anti-sociais assumem caráter definidor (Rutter & cols., 1998). A característica essencial do mesmo é o padrão geral de desprezo e violação dos direitos dos outros, com início na infância ou na adolescência, persistindo até a vida adulta. Dentre os principais critérios diagnósticos, encontram-se: a não adaptação às normas sociais e legais, com a efetivação de atos que são passíveis de detenção; manifestações de irritabilidade e agressividade, com episódios repetidos de agressão física; fracassos no cumprimento das obrigações econômicas e de trabalho; e ausência de arrependimento (Farrington & Coid, 2003). Cabe destacar que tal “transtorno” vem sendo objeto de interesse e debate intenso na literatura psiquiátrica e criminológica por sua polêmica proximidade com o conceito de psicopatia (Hicklin & Widiger, 2005; Widiger & Sankis, 2000). Aponta-se, por exemplo, que o DSM-IV equipara delinquência e psicopatia, quando, na realidade, nem todos os delinquentes são psicopatas, assim como nem todos os psicopatas chegam a apresentar problemas com a lei (Holland, Levi & Watson, 1980).

Dentro do enfoque clínico-psiquiátrico, pode-se observar um número significativo de linhas de pesquisas sobre o comportamento anti-social, o que se constitui em um avanço importante para o entendimento deste fenômeno. No entanto, desde a psicologia, diferentes

autores têm criticado a tendência em “patologizar” os comportamentos anti-sociais, ao mesmo tempo em que se preocupam pela chamada “psiquiatrização” do delito (Romero & cols., 1999). Apesar do valor heurístico e até mesmo prático de classificações, como as propostas no DSM-IV (1995), a sintomatologia é identificada a partir de observações do comportamento do paciente e de queixas levadas ao consultório. De modo geral, estas são pouco precisas e difusas, reunindo e misturando tanto fatores físicos como psíquicos. De acordo com Romero e cols. (1999, p. 22), “frente à noção da delinquência como sintoma ou síndrome patológica, as pesquisas psicológica e sócio-psicológica adquirem mais sentido, sobretudo por conceberem a delinquência como um contínuo comportamental”. Para estes autores a concepção do anti-social como um fenômeno dimensional permite, longe da rigidez e das conotações implícitas nas categorizações psiquiátricas, a realização de análises mais completas e flexíveis dos mecanismos envolvidos na sua etiologia e no seu desenvolvimento; e auxilia, finalmente, na construção de aproximações mais eficazes para a prevenção e o tratamento.

1.1.3. Aproximação Jurídico-legal

Nas ciências jurídicas, os termos "crime" ou "delito" e "contravenção" são utilizados para fazer referência a um conjunto de comportamentos anti-sociais, genericamente denominados de "infração" (Jesus, 1985). Neste campo, segundo Jesus (1985), quatro são os sistemas de conceituação do crime: (1) *Formal*. Formalmente, o crime é conceituado sob o aspecto da técnica jurídica, segundo a perspectiva da lei, sendo, portanto, um fato típico e antijurídico. Típico, porque faz parte do tipo penal, ou seja, está elencado no que se denomina *norma agendi* ou mandamento regulamentador da conduta humana, de modo que, se "matar alguém" não estivesse no Código Penal, não seria um fato típico. Antijurídico, porque se “o matar” estiver encoberto por um manto de juridicidade, não haverá crime, apesar de ser típico, como no caso da legítima defesa; (2) *Material*.

Neste sistema, dá-se importância à natureza danosa e à consequência do comportamento, razões pelas quais o legislador pode concebê-lo como delito ou não. O crime é a violação de um bem penalmente protegido; (3) *Formal e material*. O delito é definido como uma infração da lei designada para proteger os cidadãos, o crime é um comportamento que pode ser positivo ou negativo, moralmente imputável e politicamente danoso; e (4) *Formal, material e sintomático*. Define o crime como um fato previsto na lei, danoso aos bens ou interesses jurídicos, que reflete a expressão reprovável da personalidade do agente. Dos quatro sistemas, predominam o formal e o material (García-Pablos & Gomes, 2006; Jesus, 1985).

Segundo Romero, Luengo e Sobral (2001), os conceitos construídos nas aproximações jurídico-legais assumem certo relativismo histórico-cultural. As leis, como normas institucionalizadas e protetoras de "bens jurídicos", vêm-se sujeitas às múltiplas variações no tempo e no espaço, em função de valores, ideologias e costumes dominantes em diferentes sociedades e momentos. Os interesses a serem salvaguardados em um determinado espaço social não necessariamente coincidirão com o que, em outro contexto, se considere passível de ser protegido; o próprio transcurso histórico das comunidades origina mudanças importantes na estrutura normativa e axiológica que serve de sustento para a organização jurídica (Romero & cols., 2001). A relatividade que caracteriza as organizações legais favorece para que o delito também se converta em uma realidade multiforme e flutuante. Distante de representar uma categoria natural e prefixada de comportamentos, o delitivo responde, portanto, a processos complexos de produção sócio-política e se converte num fenômeno cujo conteúdo é somente especificado em função dos eixos espaciais e temporais nos quais se inscreve. O comportamento que é um delito numa sociedade pode não sê-lo em outra; o que foi delito em dado momento histórico pode não ser mais passível de pena em outro ponto do tempo (Clemente, 1995).

Além disso, a problemática conceitual da delinqüência acentua-se com a introdução de outro conceito, também central, dentro das aproximações fundamentadas no jurídico: "delinqüência juvenil". A expressão "delinqüente juvenil" designa-se àquelas pessoas que cometem um ato proibido pelas leis e se encontram com idade inferior ao que a lei de um país estabelece como de "responsabilidade penal" (Garrido, 1987; Liu, 2004). A menor idade penal, sob esta perspectiva, faz com que um indivíduo não possa ser submetido às mesmas sanções judiciais que um adulto; fica o menor, portanto, sujeito às ações de juizados especiais, que somente poderão aplicar medidas teoricamente destinadas à reabilitação. O termo "delinqüência juvenil" torna-se ainda mais relativo quando se analisa o qualificativo "juvenil". Isto ocorre, sobretudo, porque os limites de idade que estabelecem a maioridade penal são diferentes em distintos pontos do espaço sócio-cultural e histórico; em determinadas sociedades, a fronteira de qualificação da delinqüência juvenil se situa na idade de 15 anos, enquanto em outras jurisdições este limite localiza-se nos 16, 17, 18 e até 20 anos (Otero-López, 1996).

Em suma, a relatividade que acompanha o conceito jurídico de delito, assim como o conceito específico de delinqüência juvenil, constitui-se em um dos problemas principais com que tradicionalmente têm se esbarrado as disciplinas criminológicas; isso complica notadamente o estudo científico do fenômeno delitivo. De fato, a comparação de resultados e conclusões e a conseguinte acumulação e integração de conhecimentos têm-se visto freqüentemente dificultadas, ainda que não impossibilitadas pela variabilidade espaço-temporal que apresenta a realidade delitiva (García-Pablos & Gomes, 2006). Outra limitação importante das definições legais encontra-se no modo como se especifica quem é considerado delinqüente. Dentro do enfoque jurídico, o delinqüente é definido como aquele indivíduo que tenha sido processado por um delito por meio do sistema de justiça de uma comunidade. Para a perspectiva "legalista" ou "institucionalista" (Biderman &

Reiss, 1967), só existirão delito e delinqüente quando se produzem as reações oportunas por parte dos sistemas de controle oficial. Os processos legais de identificação, decisão e imputação são essenciais para que a "etiqueta" de delinqüente possa ser aplicada ao indivíduo (Olczak, Parcell & Stott, 1983).

A esta concepção de delinqüência como "etiqueta" atribuída a uma pessoa pelos sistemas de controle formal se opõe a proposta que Biderman e Reiss (1967) denominam de "realista". Segundo estes autores, delito e delinqüente possuem uma existência própria, independente de que ambos cheguem a ser detectados pelos mecanismos de justiça oficial. Por esta ótica, a delinqüência é entendida fundamentalmente como uma conduta, um comportamento que pode ser realizado por qualquer componente de uma sociedade, tenham sido ou não enquadrados na categoria sócio-legal de delinqüente. A necessidade de diferenciar "etiqueta" e "conduta" vem sendo enfatizada, de uma forma ou de outra, por diferentes pesquisadores (Binder, 1988; Farrington, 1987; Kaplan, 1984; Romero, 2006). Chama-se a atenção para o fato de que a atribuição da etiqueta "delinqüente" não vem dada somente pelo comportamento transgressor, mas também por meio da ação dos agentes do sistema policial e judicial. Ação esta que, como mostra a literatura (Blackburn, 1993), ocorre com um alto grau de seletividade, ou seja, é influenciada por fatores como o *status* sócio-econômico e a cor da pele.

Outro aspecto refere-se ao fato de que somente uma proporção muito pequena dos delitos realizados chega a fazer parte das estatísticas oficiais, ou seja, são detectados e processados pelos sistemas policial e judicial. Além disso, as ações destas entidades de controle, como mencionado previamente, parecem estar enviesadas por diversos fatores de caráter claramente extralegal, a exemplo de raça, sexo ou nível sócio-econômico (Teilman & Landry, 1981). Desta forma, os indivíduos com a "etiqueta" de delinqüentes podem tornar-se bem pouco representativos do conjunto de pessoas que realmente estão

envolvidas em condutas delitivas. Portanto, para a psicologia e, sobretudo, para o desenvolvimento de teorias e pesquisas sobre os processos que levam os indivíduos a envolverem-se em comportamentos delitivos, a concepção da delinquência enquanto fenômeno comportamental parece mais apropriada do que como atributo estabelecido pelas estruturas de controle oficial (Romero, 2006).

1.1.4. Aproximação Comportamental

Mesmo gozando de certa tradição, os conceitos produzidos nas perspectivas anteriores têm sido objeto de diversas críticas (Romero, 1998). Como já se destacou, no campo psiquiátrico a definição de transtorno anti-social de personalidade se confunde com o conceito de psicopatia (Salekin, Brannen, Zalot, Leistico & Neumann, 2006; Tomás, 1993; Vien & Beech, 2006; Warren & South, 2006), ao mesmo tempo em que as definições sociológicas e jurídico-legais apresentam considerável relatividade (ver comentários de Clemente, 1995; Garrido, 1987; Romero & cols., 2001). Por esta razão, a construção de uma definição que supere tais dificuldades tornou-se foco de especial atenção entre os pesquisadores (Farrington, 1987; Loeber, 1991; Scaramella & cols., 2002; Tolan & cols., 1995).

Diante deste contexto, uma das principais propostas refere-se à inclusão, no conceito de anti-social, tanto de comportamentos estritamente delitivos como daqueles que, mesmo não sendo ilegais, são considerados danosos para a sociedade. De acordo com Romero (1996), este aspecto assume significação especial a nível teórico porque, em muitos casos, os comportamentos anti-sociais considerados “leves” apresentam antecedentes e manifestações semelhantes àqueles de caráter mais grave (transgressões às leis). Ao mesmo tempo, estudos apontam que, dentro do curso evolutivo dos indivíduos, este tipo de conduta (leve) se apresenta como preditor do desenvolvimento de comportamentos desviantes cada vez mais severos (Loeber, 1991; Loeber & Dishion,

1983). Portanto, sob esta perspectiva, a atividade delitiva é concebida como uma dimensão do construto “anti-social” (Thornberry & Krohn, 2000).

Não obstante esta compreensão, ainda não há consenso sobre a natureza deste construto, o que parece justificável, uma vez que se trata de um fenômeno heterogêneo, com causas, correlatos e conseqüências múltiplas (Farrington, 1987; Otero-López, 1996). Segundo alguns pesquisadores (por exemplo, Donovan & Jessor, 1985; Jessor, Donovan & Costa, 1991), o comportamento anti-social compreende um fator de primeira ordem que agrupa um conjunto de comportamentos desviantes (por exemplo, consumo de álcool e drogas ilícitas, atividades delitivas, relações sexuais arriscadas), que são contrastados com um fator pró-social caracterizado pelo envolvimento com agentes de socialização convencionais (por exemplo, família, escola, igreja; ver Ary, Duncan, Duncan & Hops, 1999; Flannery, Williams & Vazsonyi, 1999).

Outra proposta defende a existência de padrões de evolução destes comportamentos. Neste sentido, faz-se referência a um padrão manifesto (*overt*), que se caracteriza pela presença de condutas agressivas; um encoberto (*covert*), relacionado com os atos contra a propriedade; e um padrão de conflito frente às autoridades (*authority conflict*), caracterizado por comportamentos desafiantes e de evitação do controle adulto (Kelley, Loeber, Keenan & DeLamatre, 1997). Adicionalmente, Achembach (1991), em seu modelo sobre a psicopatia infantil, diferencia problemas de internalização e externalização. Este último engloba dois tipos de comportamentos anti-sociais: os delitivos e os agressivos (Liu, 2004).

Na mesma direção, Storvoll, Wichstrøm, Kolstad e Pape (2002) apontam que os comportamentos anti-sociais estruturam-se mais adequadamente em três dimensões fortemente inter-correlacionadas. A primeira (*destructive covert*) inclui atos como roubo e vandalismo; a segunda (*nondestructive covert*) refere-se à evitação do controle adulto; e,

finalmente, a terceira (*overt*) diz respeito às condutas agressiva e de oposição à escola. Segundo estes autores, os índices de ajuste desta estrutura mostram-se bastante adequados e invariáveis quando avaliados em função do sexo e da idade dos adolescentes. Além destas propostas, há quem sugira uma estrutura bidimensional, composta pelos fatores de agressão socializada e não-socializada (Quay, 1987).

Uma proposta que parece interessante tem sido apresentada por Seisdedos (1988) e Scaramella e cols. (2002). Estes admitem um modelo pragmático e simples, identificando dois tipos de comportamentos socialmente desviantes: anti-sociais e delitivos ou delinquentes; não os propõem como antagônicos, mas como dois elementos ou duas dimensões distintas, diferenciando-se em termos da gravidade dos atos praticados. Ainda, segundo os autores, os comportamentos anti-sociais referem-se aos atos desviantes que se destacam pelo rompimento de normas sociais, sem necessariamente consistirem em violação das leis (por exemplo, jogar lixo em lugares impróprios; desrespeitar os colegas com determinadas brincadeiras). Tais condutas caracterizam-se por causarem incômodo aos demais, sem necessariamente provocarem danos físicos.

Os comportamentos delitivos são caracterizados como passíveis de punição, por seu caráter transgressor das leis formais (Scaramella & cols., 2002; Seisdedos, 1998). Aponta-se que estes são capazes de causar danos graves, morais e/ou físicos (Espinosa, 2000; García-Pablos & Gomez, 2006). Desta forma, os comportamentos delitivos podem ser considerados mais severos que os anti-sociais. Contudo, existe algo em comum nos comportamentos anti-sociais e delitivos: o fato de ambos interferirem nos direitos e deveres das pessoas, constituindo-se em uma ameaça ao bem-estar dos demais (Formiga, 2002).

Resumindo, conclui-se que tanto os comportamentos anti-sociais, em sentido restrito, como os delitivos ferem as normas sociais; porém, apenas os delitivos ferem a

norma jurídica. Por sua parcimônia, este modelo bifatorial tem sido levado em conta na presente tese.

1.2. A Dimensão Risco-Proteção

Os conceitos de “fator de risco” e “fator de proteção” gozam de certa notoriedade nos estudos sobre comportamentos anti-sociais (Morrison, Robertson, Laurie & Kelly, 2003). Originalmente, estes termos tiveram sua popularidade na epidemiologia médica. No entanto, com o passar do tempo, revelaram-se como úteis nos diversos campos das ciências sociais; atualmente, falar de tais fatores é algo freqüente nos trabalhos sobre delinquência (Hartnagel, 1997). Essencialmente, um fator de risco é uma característica (pessoal, familiar, grupal, social etc.) cuja presença aumenta a probabilidade de que se produza determinado fenômeno (Little, Axford & Morpeth, 2004). Na psicologia, mais especificamente no campo temático dos comportamentos anti-sociais, fator de risco refere-se a uma característica que permite predizer o desenvolvimento da conduta problema; uma variável que, em certa medida, coloca a pessoa em posição de vulnerabilidade frente a tais condutas (Burton & Marshall, 2005; Dekovic, 1999).

Deve-se ter em conta que tanto o conceito de “fator de risco” como o de “fator de proteção”, explorado mais detalhadamente no segundo capítulo, é probabilístico e não determinista; portanto, um indivíduo sujeito ao risco não necessariamente desenvolverá comportamentos anti-sociais. Mas, se comparado com uma pessoa não exposta aos mesmos fatores, terá maior probabilidade de chegar a envolver-se em condutas-problema (Loeber & Farrington, 2000). Com relação à esta idéia, é necessário enfatizar que os fatores de risco não chegam a ter o *status* de “causas”. Entretanto, podem ser concebidos como elementos preditores, o que não sugere uma relação direta e linear. É necessário também observar que nenhum fator de risco ou proteção por si só permite predizer adequadamente o comportamento anti-social (Frick, 2004). Admite-se que estes fatores

atuam em inter-relação; as diferentes variáveis se modulam, interatuam e exercem influência entre si (Sobral & cols., 2000). Neste campo, uma das dificuldades enfrentada pelos pesquisadores refere-se ao fato de como se articulam as distintas variáveis (fatores). Mesmo conhecendo diversos preditores dos comportamentos anti-sociais, ainda é relativamente escasso o conhecimento de como estes se ordenam e se relacionam (Petraitis & cols., 1995; Simons, Conger & Whitbeck, 1988).

Apesar do aumento significativo dos estudos sobre o tema, nos últimos anos, destaca-se que a maioria deles enfoca muito mais os fatores de risco do que os de proteção. A revisão realizada por Hawkins e cols. (1992), por exemplo, mesmo objetivando analisar os fatores de risco e proteção, concentra pelo menos 95% dos mais de 120 estudos listados unicamente nos fatores de risco. Estudar os fatores de risco é considerado um passo importante; para alguns, o primeiro passo na fundamentação de estratégias de prevenção empiricamente respaldadas (Herrenkohl & cols., 2000). Entretanto, como reconhecem Hawkins e cols. (1992), alguns destes fatores são muito difíceis de modificar ou sua modificação independe da vontade específica da pessoa diretamente envolvida (por exemplo, privação econômica, experiência de familiares com drogas, fatores fisiológicos). Neste sentido, estes autores apontam para a importância de pesquisas sobre os fatores de proteção, que podem contribuir decisivamente para as políticas de prevenção.

Finalmente, é importante ressaltar que os fatores de risco e proteção classificam-se de acordo com o nível de explicação em que se situam (Akers, 1997). Por um lado, encontram-se duas categorias de fatores (*macro-social e micro-social*) topograficamente externos ao indivíduo e enraizados no seu mundo social. A primeira delas, *macro-social*, diz respeito ao ambiente mais amplo onde se localiza o sujeito; tal categoria aglutina fatores referentes à estrutura econômica, legal e normativa de uma sociedade. Na segunda (*micro-social*), em um plano mais próximo ao indivíduo, encontram-se outras variáveis

também sociais, mas relativas a âmbitos imediatos de interação; ambientes mais específicos de relação interpessoal onde ocorre a socialização. Por outro lado, situam-se os *fatores individuais* (por exemplo, personalidade, habilidade, atitudes, valores); características internas ao indivíduo, ainda que, em última análise, também sejam geradas em interação com seu mundo social. Uma descrição mais detalhada dos fatores localizados em cada um desses níveis de explicação pode ser contemplada a seguir.

1.2.1. Fatores Macro-sociais

Diversos fatores de corte sócio-estrutural e sócio-normativo têm-se vinculado com os comportamentos anti-sociais. Um dos aspectos que mais chama a atenção dos pesquisadores refere-se ao fato de que, em determinadas zonas, os números da delinqüência apresentam-se muito superiores. Estudos nesta direção buscam entender como classe social, local de residência e outros fatores sócio-demográficos e econômicos podem influenciar no incremento dos índices de delinqüência (Conger, Ge, Elder, Lorenz & Simons, 1994; Muñoz-García & Navas-Collado, 2004). Contudo, ainda que tanto as visões “legais” da delinqüência como certas tradições criminológicas atribuam à classe social um papel determinante na gênese da delinqüência, as evidências empíricas não têm confirmado tal relação (ver Romero & cols., 1999). Portanto, nas últimas décadas diversos pesquisadores têm deslocado sua atenção das variáveis estruturais para os processos comunitários (por exemplo, falta de apego à vizinhança, mobilidade social, densidade da população), que parecem ter uma relação mais estreita com a delinqüência (Hawkins & cols., 1992; Hemphill & cols., 2005).

Dentre os fatores relativos ao ambiente social “macro”, deve-se fazer referência também ao efeito dos *meios de comunicação de massa* (Muñoz-García & Navas-Collado, 2004). No campo dos comportamentos anti-sociais, existem linhas sólidas de pesquisa sobre os efeitos do conteúdo violento nos meios de comunicação. Ainda que, em alguns

momentos, tenha-se suposto que contemplar imagens violentas poderia inclusive reduzir as condutas agressivas (a chamada hipótese da *catarsis*), dispõe-se de evidência ampla sobre o efeito contrário. Desde os clássicos experimentos de Bandura, Ross e Ross (1963), têm-se realizado numerosas pesquisas sobre este tema (Eron, Huessman, Lefkowitz & Waldern 1972; Williams, 1986). Os resultados sugerem que as exposições a mensagens violentas reduzem a sensibilidade ante à violência e promovem a aprendizagem de condutas agressivas como meio para a resolução de conflitos (Gorman-Smith, Henry & Tolan, 2004).

Durante décadas, os fatores “macro-sociais” têm sido objeto de interesse para os pesquisadores dos comportamentos anti-sociais. No entanto, nos últimos anos, uma quantidade volumosa de estudos vem se concentrando nos âmbitos “micro-sociais” (Beyers & cols., 2004; Brown, 2004; Farrington, 2005; Schonberg & Shaw, 2007), sobretudo, por serem estes ambientes fontes de influência mais diretas e próximas ao indivíduo. Além disso, se comparado com os fatores macro, os micro são mais passíveis de intervenção em curto prazo. Concretamente, os contextos da família e escola e o grupo de amigos são os “micros” de socialização que têm gerado mais pesquisas (Barnes, Farrell, & Cairns, 1986; Brook, Nomura, & Cohen, 1989; Hawkins & cols., 1997; Mason & Windle, 2001).

1.2.2. Fatores Micro-sociais

O âmbito familiar tem sido um dos mais estudados na busca de fatores de risco e proteção. A família é o primeiro ambiente social do indivíduo, o contexto mais primário de socialização, no qual são transmitidos valores e visões do mundo, e é onde se instauram as primeiras normas de conduta (Slovak, Carlson & Helm, 2007; Villar, Luengo, Gómez-Fraguela & Romero, 2006). Dada a importância do ambiente familiar como “modulador” de atitudes e estilos de vida, não é de se estranhar que os pesquisadores dos comportamentos anti-sociais tenham lhe dado atenção especial como fonte de influência.

Além disso, o interesse prestado à família tem sido estimulado por perspectivas teóricas que consideram a experiência familiar como um elemento central na compreensão do processo de desviação social. As teorias com base no controle social (Catalano, & Hawkins, 1997; Hirschi, 1969), por exemplo, têm sido firmes defensoras da importância do meio familiar.

Os primeiros trabalhos sobre variáveis familiares e condutas-problema ocuparam-se fundamentalmente da estrutura ou composição familiar (ver Hoffman, 1993): número de irmãos, presença do pai e da mãe no lar etc. De acordo com Hoffman (1993), em alguns destes estudos verificou-se que as condutas problemáticas estavam associadas com maior número de irmãos e falta de um dos pais na casa (“lares quebrados”). Com o tempo, o interesse neste tipo de variável decaiu, dando lugar a pesquisas que comprovaram o poder preditivo de variáveis estruturais e outras variáveis relativas ao “funcionamento” da família (por exemplo, práticas parentais, qualidade das relações); os resultados demonstraram que o impacto destas últimas superava amplamente as variáveis estruturais (Selnow, 1987). Ao mesmo tempo, começava-se a constatar que o efeito das variáveis estruturais era, na realidade, um efeito indireto, mediado por variáveis funcionais (Fine, Donnelly & Voydanoff, 1986; Hoffman, 1993). Por exemplo, um número maior de filhos faz com que estes tenham um grau menor de supervisão; isso aumenta a probabilidade de ocorrência de comportamento anti-social; e o efeito dos “lares quebrados” pode explicar-se pelo conflito familiar que acompanha freqüentemente esta circunstância. Portanto, as pesquisas foram se concentrando mais na qualidade das relações do que na quantidade de pessoas presentes no núcleo familiar.

Neste tema, três campos são objetos de interesse: as relações afetivas, as práticas educativas exibidas pelos pais e os processos de aprendizagem no que se refere às atitudes e aos comportamentos desviantes. Por um lado, algumas pesquisas têm mostrado que a

delinqüência está associada com as relações tensas e conflituosas no meio familiar (Lindahl & Malik, 1999; Simcha-Fagan, Gersten & Langner, 1986). Estas correlações se observam tanto em famílias “intactas” (pai e mãe presentes no lar) como em “lares quebrados” (Hawkins & cols., 1992). Além disso, de acordo com o que explicitamente considerava Hirschi (1969), a falta de vínculos afetivos positivos, como a família, se associa com a conduta desviante. A escassa intimidade com os pais, os padrões de comunicação insuficientes e a alienação experimentada nas relações familiares são fatores preditores para comportamentos problemáticos (Huebner & Betts, 2002; Sobral & cols., 2000).

A respeito dos processos de aprendizagem no meio familiar, também existe um corpo sólido de pesquisas sobre a relação entre conduta desviante dos membros da família e os comportamentos do adolescente (Beyers, Toumbourou, Catalano, Arthur & Hawkins, 2004; Brook, Whiteman, Gordon & Brook, 1988; Newcomb, Huba & Bentler, 1983). No âmbito do consumo de drogas, por exemplo, tem-se comprovado que o consumo parental se associa com a iniciação da experiência dos adolescentes (Barnard & McKeganey, 2004; Mason, Hitchings & Spoth, 2007). Da mesma maneira, tem-se sugerido que a adoção de atitudes permissivas frente às drogas, por parte dos pais, pode ser tanto ou mais importante que seu consumo na determinação do uso de drogas entre os adolescentes (McDermott, 1984). No que se refere às condutas anti-sociais, muitos pesquisadores têm estudado o chamado “ciclo da violência” na família, observando que a violência por parte dos pais se correlaciona com condutas problemáticas do adolescente (para uma revisão, ver Ketterlinus & Lamb, 1994).

Outro ambiente com especial importância dentro dos fatores micro-sociais é o escolar. Considerada como um órgão de socialização prioritário, a escola assume, entre outras funções, a formação dos adolescentes e jovens para um funcionamento socialmente

ajustado (Brint, 2006; Fonseca, 2008). Nela, têm lugar as primeiras interações com os iguais e o contato com as primeiras figuras de autoridade distintas das familiares; ao mesmo tempo, é o ambiente no qual a criança tem a oportunidade de alcançar as primeiras conquistas socialmente reconhecidas. Portanto, muitos pesquisadores têm considerado as vivências no marco escolar como fatores de alto interesse para explicar os “desajustes” no desenvolvimento social (Petraitis & cols., 1995).

Os resultados de estudos sobre variáveis escolares e comportamentos anti-sociais têm-se apresentado muito consistentes. O consumo de drogas e a delinquência, por exemplo, correlacionam-se significativamente com o baixo rendimento escolar, o alto absentismo e a baixa implicação nas atividades acadêmicas (McCord, Widom & Crowell, 2003; Svobodny, 1982; Thomas & Hsiu, 1993). Além disso, os jovens que apresentam comportamentos anti-sociais tendem a mostrar certo desapego emocional com relação ao ambiente escolar, atitudes mais negativas frente à escola, expectativas negativas com respeito a seu êxito acadêmico e percebem a educação acadêmica como pouco útil ou relevante (Marcos & Bahr, 1995; Swaim, 1991). Conclusivamente, parece que o “fracasso” em ajustar-se a um meio que, precisamente, tenta promover estilos de vida convencionais, deixa o adolescente em situação de vulnerabilidade frente às condutas desviantes.

Outro âmbito psicossocial de interesse prioritário para os pesquisadores da etiologia dos comportamentos anti-sociais diz respeito ao grupo de amigos. Numerosos estudos têm tentado examinar quais características do grupo de amigos se associam com a conduta-problema do adolescente (ver Hawkins & cols., 1992; Morrison & cols., 2003). Os resultados indicam que adolescentes implicados em condutas desviantes têm amigos que também cometem atos desviantes. Este é um dos resultados mais encontrados nas pesquisas sobre comportamentos-problema. Desde os primeiros estudos no tema até as pesquisas mais atuais, isso tem sido constatado em várias ocasiões, com amostras diversas

e enfoques metodológicos distintos (Fischhoff, Nightingale & Iannotta, 2003; Thornberry & Krohn, 1997).

A associação entre a conduta desviante dos amigos e a conduta desviante do adolescente alcança uma intensidade relativamente elevada; em termos de “variância explicada”, a desviação dos amigos é provavelmente um dos “fatores de risco” com maior capacidade de “determinação” (Otero-López, Romero & Luengo, 1994). No entanto, deve-se destacar que tanto o grupo de amigos como a família e a escola não são campos de experiências isolados entre si. Os fatores destes âmbitos se afetam mutuamente e estão em contínuo interjogo. Pode-se supor, por exemplo, que a tensão familiar afetará o ajuste escolar e o tipo de amigos com que se relacionará o jovem; e que a falta de adaptação à escola influirá na implicação com amigos problemáticos (Hoffmann, 1993). Além disso, a influência exercida por estes fatores também pode, provavelmente, reduzir-se ou ampliar-se em função dos chamados fatores individuais.

1.2.3. Fatores Individuais

Diversos fatores cognitivos, emocionais e comportamentais são associados na explicação dos comportamentos anti-sociais (McCord & cols., 2003). No estudo do consumo de substâncias psicoativas, por exemplo, tem-se comprovado que as crenças e as atitudes frente às drogas se relacionam com o consumo dos adolescentes (Chassin, Presson, Sherman, Corty & Olshavsky, 1984; Kandel, Kessler & Margulies, 1978). A importância destas crenças e atitudes na explicação dos chamados comportamentos de risco tem sido ressaltada por teorias de corte cognitivo, a exemplo da teoria da ação racional (Ajzen & Fishbein, 1980). Outra variável que tem despertado o interesse dos pesquisadores refere-se à capacidade de interação social. Alguns estudos têm analisado se indivíduos que incorrem em condutas desviantes apresentam déficits nas habilidades para estabelecer relações,

expressar as próprias opiniões e sentimentos e, finalmente, para interagir de um modo socialmente eficaz (Scheier & Botvin, 1998).

Na área da delinquência têm-se desenvolvido linhas de pesquisa em torno de um componente específico da habilidade social: a empatia ou a capacidade para “colocar-se no lugar” do outro. Estudos com delinquentes institucionalizados têm demonstrado que estes apresentam certos déficits na hora de identificar e compreender os estados internos (pensamentos, perspectivas, sentimentos) de outrem (Broidy, Cauffman, Espelage, Mazerolle & Piquero, 2003; Ellis, 1982; Jolliffe & Farrington, 2004; Kaplan & Arbuthnot, 1985). Tal déficit parece especialmente destacado na capacidade para “sentir” os afetos dos demais; indivíduos anti-sociais parecem mostrar uma capacidade menor para “identificar-se” com os sentimentos de outras pessoas (Mirón, Otero-López & Luengo, 1989; Romero, 1996). Estudos também demonstram que pessoas com dificuldades para expressar abertamente suas opiniões ou se desenvolverem adequadamente em seu meio social, poderão ser mais vulneráveis às pressões do meio; sugere-se, neste aspecto, que adolescentes delinquentes possuem menor capacidade para enfrentar as influências que convidam à conduta-problema (Ellickson & Hays, 1992).

Os comportamentos anti-sociais ainda podem aparecer como um meio para conseguir metas vitais desejadas, entre as quais se encontram, por exemplo, a aceitação por parte dos amigos e as relações sociais satisfatórias. Quando o indivíduo não dispõe de recursos pessoais ou psicossociais para alcançar tais metas (por exemplo, um repertório adequado de habilidades sociais), o comportamento problemático aparecerá como uma via alternativa (Jessor, 1987). Tem-se estudado, também, em que medida existe relação entre a conduta-problema e a dificuldade para o controle das emoções. Algumas pesquisas têm achado inter-relações com tendências à instabilidade emocional (Kagan, 1991), altos níveis

de ira (Colder & Stice, 1998) e a utilização de estratégias deficitárias na hora de regular ou enfrentar as emoções (Eisenberg, Fabes, Guthrie, & Murphy, 1996; Kagan, 1991).

A auto-estima é outra característica que tem recebido grande atenção na área da conduta-problema. Muitos autores têm assumido que, em alguma medida, a auto-imagem e a auto-valorização são fatores relacionados com a etiologia da conduta desviante. Já na década de 1950, certos representantes das teorias do controle social sustentaram que um auto-conceito bom (positivo) era algo semelhante a um pilar de contenção que “isolava” a pessoa de influências criminológicas (Reckless, Dinitz & Murray, 1956). De fato, os resultados mostraram que, em condições sociais de alto risco, os indivíduos com auto-conceito positivo apresentavam menor vulnerabilidade diante dos comportamentos anti-sociais. Não obstante, determinados autores têm teorizado sobre a auto-estima como um mecanismo de compensação (Kaplan, 1984; Steffenhagen, 1980; Toch, 1992); neste caso, o comportamento anti-social seria um meio para restaurar a auto-estima deteriorada. Portanto, como se pode perceber, as evidências empíricas acerca da relação auto-estima e conduta-problema têm se mostrado contraditórias.

No que se refere à competência psicossocial, pode-se encontrar um número expressivo de construtos relacionados com o comportamento anti-social, como, por exemplo, a impulsividade e as dificuldades na hora de resolver problemas ou tomar decisões (Farrington & Coid, 2003; Kazemian, 2007). Ainda que a confusão conceitual seja uma das características mais dominantes do construto impulsividade, nele se conjugam aspectos como as dificuldades para considerar as conseqüências da própria conduta, um “estilo” rápido e pouco meditado na hora de tomar decisões, dificuldades em considerar o próprio comportamento e incapacidade para exercer um controle sobre o próprio comportamento (McCown & DeSimone, 1993). A conduta-problema tem-se mostrado relacionada com estes aspectos em numerosas ocasiões (Li, 2004; McCown, Johnson &

Shure, 1993; Piquero, Moffitt & Wright, 2007; Wood, Cochran, Pfefferbaum & Arneklev, 1995). Alguns estudos que têm comparado delinquentes “detectados” pelos sistemas de justiça e sujeitos da população geral também mostram esta relação (Eysenck & McGurk, 1980; Royse & Wiehe, 1988).

A impulsividade ainda aparece associada com as dificuldades na resolução de problemas interpessoais e na tomada de decisões. A incapacidade em parar para pensar diante de uma situação conflituosa e avaliar as conseqüências da própria conduta permitem que a resolução de problemas interpessoais torne-se pouco efetiva. Certos teóricos têm considerado variáveis como a impulsividade e a tomada de decisões como elementos fundamentais para explicar a conduta desviante (Gottfredson & Hirschi, 1990; Wilson & Herrnstein, 1985). Wilson e Herrnstein (1985), por exemplo, indicam que a realização de uma conduta desviante dependerá sempre, em último caso, de uma tomada de decisão. Na hora de tomar uma decisão (delinquir ou não delinquir, por exemplo), o indivíduo valoriza os benefícios e os custos que pode proporcionar-lhe tal conduta. O característico da conduta desviante é que, em geral, seus benefícios são imediatos, mesmo que os custos pareçam mais demorados (e também mais incertos). A pessoa impulsiva tende a priorizar o imediato e a prestar menos atenção ao que é mais demorado temporalmente: os benefícios serão mais “relevantes” na hora de decidir. Portanto, o indivíduo impulsivo apresentará maior probabilidade de implicar-se em condutas problemáticas (Pechmann, Levine, Loughlin & Leslie, 2005; Silberg, Rutter, D’Onofrio & Eaves, 2003).

A necessidade de experimentar sensações novas e intensas é outra das características que se tem revelado com maior consistência como preditora da conduta-problema (Ames, Zogg & Stacy, 2002; Hemphill & cols., 2005). Na história da pesquisa sobre comportamentos desviantes, muitos autores têm hipotetizado que a delinquência pode vir motivada por uma ânsia de estimulações fortes (Vasconcelos, 2004). Luengo e

cols. (1999), por exemplo, apontam que a conduta desviante pode ser resultado de uma necessidade forte de sensações, combinada com um ambiente que não oferece possibilidades para satisfazê-las; se um jovem não encontra vias para expressar essa motivação de um modo socialmente aceitável, os comportamentos anti-sociais poderão ser um meio alternativo para fazê-lo. Avaliando as “motivações” subjetivas dos jovens, percebe-se que os desejos de estimulação e risco parecem desempenhar um papel importante. Tem-se encontrado que a busca de risco e aventura, a curiosidade e o desejo de superar o tédio são “razões” freqüentemente indicadas quando se pergunta aos jovens sobre o porquê de sua conduta delitiva (Agnew, 1990). As pesquisas relacionadas com o tema têm se concentrado na variável “busca de sensações” (Vasconcelos, 2004).

O termo “busca de sensações” surgiu em torno da idéia de que as pessoas diferem com relação ao “nível ótimo” de estimulação. Enquanto algumas pessoas necessitam de estímulos abundantes, outras se sentem incomodadas nestas circunstâncias. Esta hipótese, que já tem uma longa tradição na história da psicologia, foi retomada por Melvin Zuckerman nos anos 1960. A partir de trabalhos sobre reações diante de situações de privação de estímulos, Zuckerman (1979) conjecturou a existência de uma variável de personalidade referida precisamente à necessidade de experiências e sensações variadas, novas e complexas e a disposição para assumir riscos físicos e sociais a fim de conseguir tais experiências. A busca de sensações está ligada a características bioquímicas; o indivíduo “buscador de sensações” se caracteriza por uma atividade alta dos sistemas cerebrais encarregados de regular a sensibilidade às experiências gratificantes (Ames & cols., 2002; Zuckerman, 1993).

A busca de sensações tem-se conectado com estilos de relação interpessoal, orientação vocacional, conduta sexual etc. Nos últimos anos, a análise de sua relação com os comportamentos anti-sociais vem sendo objeto de muitas pesquisas (para uma revisão,

ver Vasconcelos, 2004). Desde os primeiros trabalhos sobre o tema, os resultados apontam repetidamente sua inter-relação com atos desviantes. Na área do consumo de drogas, observa-se que, nas medidas de busca de sensações, os consumidores pontuam mais alto que os não-consumidores (Newcomb & McGee, 1991; Wood & cols., 1995). Da mesma maneira, outros estudos sugerem que os indivíduos com um grau alto de conduta delitiva pontuam mais em busca de sensações do que aqueles indivíduos menos anti-sociais (Levenson, Kiehl, & Fitzpatrick, 1995; Luengo, Otero-López, Romero & Gómez-Fraguela, 1996; Simó & Pérez, 1991).

Outro construto importante relacionado com o estudo dos comportamentos anti-sociais são os valores. Durante muitos anos o tema dos valores tem chamado a atenção dos estudiosos da desviação social. Algumas das teorias mais tradicionais sugerem que indivíduos anti-sociais apresentam um sistema particular de valores (uma “sub-cultura”) que, de alguma forma, os conduz a transgredir a lei (ver Romero & cols., 1999). Teóricos do controle social, a exemplo de Hirschi (1969), enfatizam que, quando o indivíduo não interioriza valores convencionais, sua tendência natural à transgressão se expressa sem inibições. Em estudos recentes, os comportamentos anti-sociais correlacionaram-se significativamente com certas prioridades axiológicas (Coelho Junior, 2001; Formiga, 2002; Pimentel, 2004). De acordo com estas pesquisas, indivíduos com pontuações altas em comportamentos anti-sociais apreciam valores com relevância pessoal imediata (por exemplo, prazer e estimulação) e priorizam menos valores com transcendência social (por exemplo, justiça e ordem social). Segundo a teoria do controle social (Hirschi, 1969), tais resultados são coerentes, uma vez que a conduta desviante se correlaciona negativa e significativamente com prioridades valorativas relacionadas à socialização convencional.

Finalmente, é necessário apontar que os fatores mencionados compõem apenas um conjunto das variáveis mais exploradas no estudo dos comportamentos anti-sociais,

devendo-se reconhecer, portanto, que a exposição de todos os construtos correlatos ao tema seria excessiva para o espaço de uma tese. Concomitantemente, ressalta-se que os comportamentos anti-sociais só podem ser entendidos desde uma perspectiva multicausal, que confluem diversos fatores (Muñoz-García & Navas-Collado, 2004; Navas-Collado & Muñoz-García, 2005). Esta compreensão tem conduzido à formulação de modelos teóricos cuja pretensão é inter-relacionar variáveis distintas e verificar como interagem e afetam conjuntamente o comportamento anti-social; este empreendimento fica visível nos modelos que a continuação são descritos.

1.3. Teorias Explicativas do Comportamento Anti-social

Alguns dos principais modelos teóricos que têm organizado e/ou integrado diferentes variáveis explicativas do comportamento desviante são aqui considerados. Em termos gerais, contemplam-se as teorias que vêm recebendo maior atenção e têm servido de base para o desenvolvimento de estratégias de prevenção (Cordella & Siegel, 1996; Lettieri, Sayers & Pearson, 1980; Navas-Collado & Muñoz-García, 2005; Petraitis & cols., 1995; Romero, 1998). Contudo, dada a relevância que assumem na elaboração de distintos modelos teóricos, sobretudo naqueles formulados a partir dos anos 1990, procurar-se-á descrever, ainda que sucintamente, o desenvolvimento dos primeiros enfoques sobre o tema e das aproximações teóricas mais importantes no estudo dos comportamentos anti-sociais (Romero, 1998). Em seguida, apresentam-se modelos em que são organizados os fatores relativos a ambientes micro-sociais, alguns que incorporam em seus núcleos variáveis intrapessoais e, finalmente, aqueles que buscam integrar um amplo conjunto de variáveis.

1.3.1. As Primeiras Aproximações Teóricas

Mesmo antes da publicação clássica de Cesare Lombroso (1876/2006), *L'Uomo Delinquente*, citada geralmente como o ponto de partida para o estudo científico dos comportamentos desviantes, diversos autores já conjecturavam acerca das possíveis causas da delinquência (Shecaira, 2004). No período chamado pré-científico, desenvolveram-se dois enfoques que, apesar de concomitantes, assumiam pressupostos completamente distintos (García-Pablos & Gomes, 2006). O primeiro, denominado “clássico”, firmava suas bases a partir do método abstrato, dedutivo e formal, enquanto o segundo (empírico-dedutivo), substituiu a especulação, intuição e dedução pela análise, observação e indução. A chamada *Criminologia Clássica* fundamentava-se na teoria do contrato social (Rousseau, 1762/2006) e assumia o crime como uma infração à lei, constituída a partir de “acordos” cujo propósito era garantir a ordem e a convivência social. Sob tal perspectiva, o delito é um fato individual e isolado, resultante da livre decisão de um perpetrador que faz um cálculo racional ponderando os custos e benefícios de sua própria ação; a ênfase está no ato em si e não nos aspectos etiológicos (Romero, 1996). Segundo García-Pablos e Gomes (2006, p. 136), “a Escola Clássica simboliza o trânsito do pensamento mágico, sobrenatural, ao pensamento abstrato, do mesmo modo que o positivismo representará a passagem ulterior para o mundo naturalístico e concreto”.

O enfoque empírico-dedutivo é considerado o precursor do positivismo criminológico. Desenvolvido em diferentes campos de estudo, a exemplo da ciência penitenciária, fisionomia, frenologia, psiquiatria e antropologia, concentra sua análise na figura do delinquente e seu ambiente (García-Pablos & Gomes, 2006). Na ciência penitenciária, dois nomes mereceram destaque: John Howard (1726-1790), por reunir uma grande quantidade de material empírico acerca da realidade penitenciária da Inglaterra e Gales, influenciando reformas no sistema legal; e Jeremy Bentham (1748-1832), ao propor

a tese da reforma do delinqüente, fixando penas definidas e inflexíveis para cada classe de delito, de modo que a dor da pena superasse apenas um pouco o prazer do delito (García-Pablos & Gomes, 2006; Pimentel, 2004). Enquanto estes autores dedicavam-se à análise da realidade penitenciária, outros, como os fisionomistas, preocupavam-se com o estudo da aparência do indivíduo, ressaltando a relação entre dados fisionômicos e características psíquicas, relacionando aspectos físicos à moral do delinqüente (Shecaira, 2004).

A fisionomia deu origem à cranioscopia que, com base em medições externas do crânio, pretendia prever características de personalidade e o desenvolvimento das faculdades mentais e morais dos seres humanos (Shecaira, 2004). Por meio dos avanços desta, surgiu a frenologia, considerada como antecessora da neurofisiologia e neuropsiquiatria (Lent, 2004). Para a frenologia e seu principal representante, Franz Joseph Gall (1758-1828), a origem do crime reside no desenvolvimento incompleto e não compensado do cérebro; pensando haver áreas cerebrais responsáveis por instintos agressivos e homicidas, e sentimentos morais e de patrimônio (Venturi, 2007). No mesmo período em que Gall desenvolveu suas idéias, surgiram, na psiquiatria, diversas hipóteses explicativas para o comportamento delitivo; autores como Philippe Pinel (1745-1826), Jean Etienne Dominique Esquirol (1772-1840) e Bénédicte-Augustin Morel (1809-1873) destacaram a existência de padrões de personalidade distorcidos associados com a criminalidade (Romero, 1996).

Os antropólogos, ligados à psiquiatria e à frenologia, também exerceram forte influência em muitas das idéias utilizadas por Lombroso (1876/2006), entre as quais se pode destacar o conceito de atavismo; pressuposto de que características ancestrais podem reaparecer no organismo após a ausência por várias gerações (Shecaira, 2004). De fato, mesmo antes das proposições lombrosianas serem publicadas, autores como Gaspar Virgílio (1836-1907) já utilizavam termos como “criminoso nato” e faziam referência à

anormalidade do delinqüente. Além disso, muitas das influências do pensamento criminológico deste período vieram do darwinismo e podem ser observadas em grande parte dos teóricos da Escola Positivista Italiana, sobretudo no seu principal representante, Cesare Lombroso (1835-1909), considerado o pai da criminologia científica (García-Pablos & Gomes, 2006; Romero, 1996; Shecaira, 2004) e cujas idéias são resumidamente apresentadas em seguida.

1.3.1.1. A Escola Positivista Italiana

Como mencionado no início desta seção, a origem do estudo científico dos comportamentos desviantes está fortemente respaldada na publicação, em 1876, do *L'Uomo Delinquente*, de Cesare Lombroso. Dentre as muitas classificações dos delinqüentes elaboradas por Lombroso (por exemplo, loucos morais, delinqüente por ímpeto, instinto, hábito), a que mais se destacou foi a de criminoso nato (Lombroso, 1876/2006). Em seu famoso tratado, um dos pontos mais importantes é a concepção de que alguns seres humanos nascem e se desenvolvem com uma inclinação inata para o crime. Suas análises envolviam informações como a quantidade de cabelo, estatura, peso, incidência maior ou menor de barba e até rugas frontais descritas com minuciosa precisão. Utilizando parâmetros da frenologia, Lombroso (1876/2006) estudou a circunferência craniana, formato, diâmetro, feição, índices nasais, detalhes da mandíbula e da fossa occipital, características que, sob sua perspectiva, nos “criminosos natos” apresentavam diferenças significativas (Shecaira, 2004).

A partir destes dados, Lombroso (1876/2006) confiava na possibilidade de se identificar os delinqüentes e os potenciais criminosos. Segundo pensava este autor, tais indivíduos eram seres menos evoluídos; sua interpretação do evolucionismo darwiniano o fez pensar no criminoso como uma variedade antropológica de tipo regressivo semelhante aos selvagens. Segundo Ferrajoli (1995), a antropologia criminal da Escola Positivista

apresenta explícito fundamento racista, o que pode ser observado na interpretação das anomalias desviantes através das leis do atavismo e da degeneração, bem como nas analogias estabelecidas entre os traços somáticos e fisiológicos regressivos dos diferentes delinquentes e os dos selvagens e grupos raciais não-brancos. Apesar disso, a idéia do “atavismo moral” e, em geral, a ênfase na análise do crime desde uma perspectiva biológica, teve grande repercussão no ambiente científico da época (Romero, 1996).

De fato, diversas hipóteses promovidas pela Escola Positivista Italiana foram alvos de polêmica. Na Europa, por exemplo, a criminologia lombrosiana foi submetida a duras críticas, especialmente por parte de teóricos como Gabriel Tarde e Alexandre Lacassagne, que refutaram a possibilidade de existirem criminosos natos e enfatizaram a natureza social do delito (Carlos, 2007; García-Pablos & Gomes, 2006). A partir deste período, vários estudos voltados para aspectos sociais começaram a ser desenvolvidos. No entanto, considerando a literatura vasta acerca do desenvolvimento das correntes explicativas do comportamento desviante (para uma revisão, ver García-Pablos & Gomes, 2006; Maguire, Morgan & Reiner, 1998; Serrano-Maíllo, 2007; Siegel, 2006), pretende-se, a seguir, discorrer mais objetivamente sobre os seguintes modelos: Teoria da Anomia (Merton, 1938/1968), Associação Diferencial (Sutherland, 1939), Aprendizagem Social (Bandura & Walters, 1963) e Controle e Vínculo Social (Hirschi, 1969), por terem exercido influência decisiva na elaboração de diversos modelos teóricos recentes.

1.3.1.2. Teoria da Anomia

A teoria da anomia (Merton, 1938/1968) é, provavelmente, uma das que mais influência exerceu no estudo dos comportamentos anti-sociais. A concepção de anomia, proposta por Merton, inspirou-se nas observações de Durkheim (1897/2000) acerca do suicídio e seu aumento nos períodos de turbulência social ou mudanças rápidas, quando as normas que guiam o comportamento das pessoas são fragilizadas. Merton estendeu a noção

de ausência de normas e a aplicou às sociedades nas quais as metas não são consistentes com as realidades objetivas da vida. De acordo com este autor, as entidades sociais podem ser classificadas em função das ênfases relativas às metas que seus membros devem procurar alcançar, em comparação com os meios disponíveis ou aceitos para atingi-las (Merton, 1938/1968). Neste sentido, os indivíduos buscam aqueles objetivos que são valorizados em suas sociedades. Quando as metas culturais desejadas e as oportunidades estruturais para seu alcance são limitadas, desenvolve-se uma tensão (*strain*), uma situação de anomia; uma das respostas que os indivíduos podem adotar frente à mesma é o comportamento delitivo.

Para reagir à anomia, além do conformismo, as pessoas podem apresentar quatro componentes comportamentais distintos: (1) o *ritualismo*, quando se rejeitam os objetivos e abrem mão de tentar atingir o sucesso, mas continuam conformando-se às normas sociais; (2) o *afastamento*, que se caracteriza pela rejeição tanto dos objetivos como meios, gerando o distanciamento do indivíduo da participação ativa na sociedade por meio de problemas como o alcoolismo, consumo abusivo de drogas etc.; (3) a *inovação*, quando as pessoas continuam comprometidas com os objetivos, mas utilizam meios ilegais e desaprovados socialmente para alcançarem suas metas; e a (4) *rebelião*, identificada pelas tentativas que determinados indivíduos utilizam para subverter o sistema existente e criar objetivos e meios diferentes dos culturalmente estabelecidos (Michener, DeLamater & Myers, 2005).

De acordo com Merton (1938/1968), os comportamentos desviantes não são produtos de uma patologia da estrutura social ou o resultado natural de fatores biológicos e antropológicos. Desde que se mantenham em proporções razoáveis, os atos anti-sociais são um fenômeno normal e necessário para o equilíbrio e desenvolvimento sócio-cultural. Neste sentido, os delitos não se diferenciam de qualquer outra resposta que os indivíduos

possam apresentar frente à anomia social (Snell, 2006). Portanto, na concepção de Merton (1938/1968), o delito configura-se como uma forma de inovação, ou seja, mais um dos possíveis métodos utilizados pelas pessoas para alcançar, sem questionar, as expectativas sociais (Baratta 2002).

Análises posteriores (por exemplo, Cloward, 1959) sugeriram o *acesso* aos papéis desviantes como outra variável importante na adaptação dos atores sociais. Segundo Cloward (1959), a utilização dos meios para atingir um objetivo requer o acesso a duas estruturas: uma de *aprendizagem* e outra de *oportunidade*. A primeira refere-se ao ambiente onde são proporcionadas informações e aprendizagens para o desenvolvimento de habilidades necessárias à realização de atos ilícitos. A segunda, diz respeito às possibilidades encontradas pelo indivíduo para desempenhar um papel, o que requer a assistência de outras pessoas. De modo semelhante aos meios lícitos, o acesso aos meios ilícitos é limitado. Portanto, somente as pessoas com estruturas de aprendizagem desenvolvidas conseguem utilizar meios alternativos (por exemplo, roubo, prostituição etc.) para alcançar suas metas (Michener & cols., 2005).

1.3.1.3. Teoria da Associação Diferencial

Desenvolvida por Edwin H. Sutherland, a “Teoria da Associação Diferencial” representa um dos grandes avanços na explicação dos comportamentos anti-sociais. Diferente de outros autores, os teóricos da associação diferencial (Sutherland & Cressey, 1974; Sutherland, Cressey & Luckenbill, 1992) vêem o crime como qualquer outro comportamento, ou seja, pode ser aprendido a partir da convivência do indivíduo em seu ambiente social. Deste modo, o delito seria aprendido a partir do envolvimento com determinados grupos, onde o indivíduo assume suas características e se sente vinculado por meio de uma aproximação voluntária, ocasional ou coercitiva (Matsueda, 1982). Segundo Shecaria (2004), Sutherland foi fortemente influenciado por Tarde (1903/1976), para quem

o delinqüente era um tipo profissional que necessitava de um aprendizado. Pensamento que é corroborado por meio da afirmação: “Todo comportamento tem sua origem social. Começa com uma moda, torna-se um hábito ou costume. Pode ser uma imitação por costume, por obediência, ou educação. O que é a sociedade? Eu já respondi, é uma imitação” (Tarde, 1903/1976, p. 74).

Segundo Sutherland e Cressey (1974), a aprendizagem do comportamento desviante está significativamente relacionada com a associação direta ou indireta que o indivíduo mantém com determinadas pessoas ou grupos que praticam comportamentos criminosos. Em função desta interação é que se desenvolvem, com maior ou menor intensidade, as técnicas para o cometimento de delitos e as orientações específicas referentes às motivações, aos impulsos e às atitudes, além da auto-justificativa para o crime. A orientação das motivações e dos impulsos desenvolve-se a partir de definições, favoráveis ou não, frente aos códigos legais (Shecaria, 2004). Dessa forma, uma pessoa torna-se ou não criminosa de acordo com o grau relativo de frequência e intensidade de suas relações com os dois tipos de comportamento legal e ilegal. Isso é o que se denomina propriamente de “associação diferencial”, que pode variar em *freqüência*, *duração*, *prioridade* e *intensidade* (para uma revisão acerca destes aspectos, ver Shecaria, 2004).

Paralelo ao desenvolvimento desta teoria, Sutherland direcionou sua atenção para um fenômeno ainda não contemplado satisfatoriamente na explicação do crime, a saber: os comportamentos desviantes apresentados por “poderosos” e organizações (Sutherland, 1940, 1945). Para o estudo do chamado “crime do colarinho branco”, este autor partiu da análise de casos e decisões judiciais e administrativas contra algumas das companhias mais importantes dos Estados Unidos. Tal análise permitiu observar que as companhias cometiam delitos na mesma proporção que os chamados delinqüentes comuns. Em função destes resultados, Sutherland concluiu que o binômio pobreza/delinqüência é questionável;

embora exista alguma relação entre pobreza e criminalidade, não se pode afirmar que aquela seja a exclusiva razão desta, sobretudo porque o crime também é encontrado em grupos economicamente favorecidos (Sutherland, 1940).

As conclusões a que chegou Sutherland (1940) acerca do “crime do colarinho branco” significaram o rompimento com algumas das hipóteses mais arraigadas nos estudos sobre a etiologia dos comportamentos desviantes, ou seja, a associação entre pobreza, patologias sociais e pessoais, e delinqüência. De acordo com Virgolini (2004), este rompimento promoveu um salto qualitativo da teoria frente aos demais modelos prevalecentes na época. A teoria da associação diferencial removeu a patologia do delinqüente para a sociedade (Virgolini, 2004). Mesmo após décadas de sua publicação, as idéias de Sutherland têm gerado repercussões, sejam em seus formatos originais ou em muitas das reformulações desenvolvidas por diversos autores (por exemplo, Agnew 1991; Akers, 1985; Marcos, Bahr & Johnson 1986; Massey & Krohn 1986; Warr & Stafford 1991).

1.3.1.4. Teoria da Aprendizagem Social

A teoria desenvolvida por Bandura e Walters (1963) se diferencia de outros modelos teóricos quando desloca sua atenção dos processos centralizados no reforço para a aprendizagem por observação, ao mesmo tempo em que introduz na explicação dos comportamentos variáveis mediadoras de caráter cognitivo (Alvaro & Garrido, 2003). Segundo Bandura e Walters (1963), ainda que o reforço facilite a aprendizagem, não é absolutamente necessário para que esta ocorra. Na compreensão destes autores, a aprendizagem ocorre, em sua maioria, de forma vicária, por meio da observação de modelos simbólicos proporcionados, por exemplo, pelos meios de comunicação de massa que expõem uma variedade de comportamentos e normas sociais. A exposição aos

modelos promove três efeitos sobre o comportamento: (1) de *modelagem*, que consiste na aquisição de respostas novas frente ao repertório de respostas do indivíduo; (2) inibidor/desinibidor, que se refere ao incremento ou diminuição da frequência, latência ou intensidade de respostas adquiridas previamente pelo observador, mais ou menos similares àquelas que o modelo apresenta; e (3) o efeito de *provocação*, cuja observação das respostas do modelo serve como sinal para que o observador “dispare” respostas semelhantes que não são completamente novas, nem estão inibidas como resultado de uma aprendizagem prévia.

A constatação experimental de que a produção e manutenção do comportamento “imitativo” não dependem exclusivamente do reforço direto, mas também daquele administrado ao modelo, levou os autores a incluírem no conceito de aprendizagem o termo *reforço vicário*, que pode ser exemplificado pelos anúncios de publicidade. A propaganda, em muitos casos, apresenta o efeito positivo proveniente da compra ou utilização de produto anunciado, o que incentiva a imitação do comportamento proposto. Além disso, Bandura ainda apresenta uma distinção entre aprendizagem e execução, aspecto que justifica a perda da importância do reforço, sobretudo porque esta pressupõe o caráter cognitivo do processo de aprendizagem (Bandura, 1986).

A influência do reforço vicário e o fato de que nem este nem o direto afetam necessariamente a aprendizagem, sugere a existência de representações e imagens do comportamento e do reforço. Portanto, o estímulo não provoca diretamente o comportamento do observador, e sim a aquisição de um padrão cognitivo encoberto de tal comportamento, independentemente de que este seja executado (Bandura, 1986). A aprendizagem por observação encontra-se mediada por quatro processos, sendo os dois primeiros de caráter cognitivo: processos de atenção e discriminação do comportamento do modelo, de retenção do comportamento observado, de motivação, e de reprodução motora.

Além disso, a hipótese corroborada experimentalmente de que o comportamento não é uma réplica exata do modelo, implica a existência de elaboração cognitiva do mesmo.

Esta teoria, da forma que a expõem Bandura e Walters (1963), ampliou os mecanismos de aprendizagem postulados pelo comportamentalismo anterior (condicionamento clássico e operante), com a inclusão da aprendizagem vicária. A deficiência, tanto do condicionamento clássico como operante, em explicar a aprendizagem que se dá em contextos sociais, conduziu Bandura a concentrar-se na aprendizagem por observação, na qual há que se ter em conta a intervenção de processos cognitivos, como atenção, compreensão e lembrança (Alvaro & Garrido, 2003). De modo semelhante aos demais modelos, a Teoria da Aprendizagem Social vem sendo amplamente utilizada no estudo dos comportamentos anti-sociais, sobretudo naqueles sobre a agressão (Anderson & Bushman, 2002; Bandura, 1973, 2001; Catalano & Hawkins, 1997; Tittle, 2004).

1.3.1.5. Teoria do Controle e Vínculo Social

Diferente das teorias que procuram entender ou explicar porque alguns indivíduos de uma sociedade cometem atos desviantes, os teóricos do Controle Social procuram explicar por que algumas pessoas optam por conformarem-se às normas convencionais (Britt & Gottfredson, 2003). De acordo com esta perspectiva, a inclinação ao delito é universal. No entanto, o vínculo com a sociedade convencional adquirido por meio de processos de socialização “impede” tal tendência da natureza humana. Em contrapartida, quando o vínculo com as instituições convencionais apresenta-se com intensidade insuficiente ou, por algum motivo, não se produz, a probabilidade de ocorrência dos comportamentos anti-sociais aumenta.

Dentre os trabalhos mais proeminentes nesta linha de pensamento, destaca-se a Teoria do Controle e Vínculo Social, de Travis Hirschi (1969). Sob esta perspectiva, o vínculo é a base para a explicação das diversas formas de “desvios”. De acordo com

Hirschi (1969), o interesse fundamental de sua teoria não é explicar a razão da delinqüência, mas apresentar as principais características que podem prevenir o envolvimento de indivíduos em atos desviantes. Para tanto, ele identifica quatro componentes que são responsáveis pelo vínculo entre as pessoas e a sociedade convencional, a saber: o *apego*, o *compromisso*, as *crenças* ou os *valores* e o *envolvimento*. Cada um desses componentes correlaciona-se positivamente com os demais, de modo que, quanto mais vínculos uma pessoa possui, menor será a probabilidade de envolver-se em comportamentos reprováveis socialmente. Para uma melhor compreensão do leitor, procurar-se-á, a seguir, apresentar separadamente tais componentes.

Considera-se *apego* o vínculo existente entre o indivíduo e os demais membros de sua sociedade. Na concepção de Hirschi (1969), as pessoas tornam-se “seres sociais” no instante em que internalizam as normas da sociedade. Quando compartilhadas, as normas produzem expectativas sobre como se deve agir no contexto social. Neste sentido, quanto mais uma pessoa se encontra vinculada às outras, menor será a probabilidade de desenvolver comportamentos desviantes. Contrariamente, a probabilidade aumenta quando esta pessoa não se importa com os desejos e as expectativas dos demais ou está insensível à opinião dos outros. As primeiras ligações (*apego*) e interações ocorrem com os pais, seguido pelos pares, professores, líderes religiosos e outros membros da comunidade.

Hirschi (1969) aponta que a estrutura familiar e o seu funcionamento têm um papel crucial na socialização, já que a família é tida como o primeiro agente socializador. Com o tempo, o vínculo com os pais tende a diminuir, dando lugar gradativamente às relações com os pares. Nesta ocasião, o grupo de amigos passa a configurar-se como um novo contexto de socialização. Segundo Sánchez-Queija e Oliva (2003), a maioria dos estudos demonstra que as crianças que estabelecem melhores vínculos afetivos com seus pais se

tornam mais preparadas para estabelecerem relações com seus companheiros e, conseqüentemente, demonstram-se mais resilientes aos chamados fatores de risco.

Em síntese, o *apego*, da forma como é concebido na teoria de Hirschi (1969), refere-se à unidade estabelecida por uma pessoa e grupos convencionais (familiares, professores, pares etc.) por meio do respeito, do afeto e da internalização das normas do grupo. Desta forma, o *apego* sensibiliza os indivíduos frente às expectativas dos outros, estabelecendo limites para a realização dos comportamentos. Em situações de crise ou em períodos de transição, tal como a adolescência, este construto torna-se de fundamental importância.

O *compromisso* é definido por Hirschi (1969) como o “componente racional da conformidade”, que é constituído por um investimento em atividades sociais e institucionais. Indivíduos que investem tempo, energia e esforços em linhas de ações convencionais (por exemplo, freqüentar a escola, montar um negócio, construir sua reputação), quando pensam em desviar-se, ponderam entre os custos e os benefícios de seus comportamentos. Portanto, pessoas com metas voltadas para projetos convencionais apresentam menor probabilidade de desenvolver atos que podem pôr em risco a sua posição social. Em outras palavras, compartilhar atividades convencionais une o indivíduo ao código moral e ético da sociedade, o que promove forte compromisso e torna os comportamentos anti-sociais menos “atrativos”.

Outro componente da teoria são as *crenças*. Hirschi (1969) argumenta que, quando vivem em sociedade, as pessoas compartilham valores similares; portanto, se a crença nestes valores for fraca ou ausente, estas naturalmente estarão mais propensas a desvios de comportamento. O mesmo ocorre com as leis, que, quando são avaliadas como injustas, o vínculo social torna-se enfraquecido e as chances de um indivíduo cometer atos delinqüentes passam a existir. Sob este aspecto, encontra-se em jogo o grau em que uma

pessoa acredita que deve obedecer às leis e seguir um sistema de valores convencionais comum.

Finalmente, o componente *envolvimento* refere-se à participação em atividades convencionais. Para Hirschi (1969) uma pessoa que está envolvida com a escola, família, religião, entre outras atividades ou entidades convencionais, dificilmente desenvolverá algum tipo de comportamento desviante. Tal envolvimento leva as pessoas a responsabilizarem-se, por exemplo, com horários, prazos e planejamentos, ao mesmo tempo em que promove a internalização de valores convencionais. Neste sentido, quanto maior o envolvimento, menores serão as chances de se cometer atos desviantes. Sob esta linha de pensamento são conduzidos muitos dos programas de prevenção (Hass, 2001; Huebner & Betts, 2002). De acordo com a proposta de Hirschi (1969), é provável que a maior diferença entre um jovem envolvido em comportamentos anti-sociais e aqueles não envolvidos, é que estes últimos estão intensamente comprometidos com a sociedade convencional. Em diversos países, estudos têm demonstrado a relevância desta teoria na explicação de problemas de comportamento (Erickson, Crosnoe & Dornbusch, 2000; Ford, 2005; Huebner & Betts, 2002; Kaplan & Lin, 2005; Özbay & Özcan, 2006; Wong, 2005).

1.3.2. Teorias Centradas em Fatores Micro-sociais

Os modelos expostos, a seguir, concentram-se especificamente na família, na escola e nos grupos de referência. Embora alguns destes modelos também considerem fatores dos níveis macro-sociais e individuais, suas explicações baseiam-se fundamentalmente nos espaços psicossociais onde se produz a socialização de um modo mais direto.

1.3.2.1. O Modelo Integrador de Elliott

Desenvolvido por Elliott, Ageton e Canter (1979), este modelo integra três das principais tradições teóricas dentro do estudo dos comportamentos anti-sociais. Em

primeiro lugar, encontram-se os pressupostos da teoria da anomia (Merton, 1938/1968), cujo eixo central é a disparidade entre as metas ou aspirações adotadas pelos indivíduos e os meios de que dispõem para consegui-las; quando a sociedade não facilita recursos para se alcançar as metas que ela mesma inculca (por exemplo, êxito, *status*, poder econômico), uma reação provável é o comportamento desviante. Em seguida, o modelo incorpora aspectos das teorias do controle social (Hirschi, 1969). Como já comentado, de acordo com estas teorias, os comportamentos anti-sociais aparecem quando não existe uma relação estreita com a sociedade convencional; se o sujeito não se “apega” às instituições convencionais e não assimila seus valores, tenderá a transgredir as normas. Por fim, são consideradas aquelas correntes que concedem especial importância aos processos de aprendizagem dentro dos grupos mais próximos, como, por exemplo, a teoria da aprendizagem social e da associação diferencial (Bandura & Walters, 1963; Sutherland & Cressey, 1974); neste caso, dá-se especial ênfase a importância do grupo de amigos como um contexto no qual se reforçam e se “modelam” as condutas desviantes.

Segundo Luengo e cols. (1999), este modelo pode ser considerado como uma reformulação da teoria do controle social. Por meio de duas vias, ele complementaria as colocações de Hirschi (1969). No primeiro momento, por especificar quais podem ser as causas que levam um indivíduo a não vincular-se ao mundo convencional. Segundo Elliott e cols. (1979), três fatores contribuem para a fragilidade deste vínculo: (1) “tensão” entre as metas e os meios vividos na família e/ou escola. Quando faltam, por exemplo, oportunidades para que o adolescente alcance uma relação ajustada com seus pais ou para conseguir êxito acadêmico (duas metas pessoais frequentes), a vinculação com esses contextos será débil; (2) a desorganização social também debilita os vínculos convencionais. Se a pessoa pertence a uma vizinhança conflituosa, com escassos laços comunitários e dificuldades socioeconômicas, se implicará escassamente com as

instituições convencionais; finalmente, (3) as “falhas” na socialização por parte da família ou da escola também serão determinantes da falta de apego a estes ambientes. Às vezes, os pais ou a escola não desenvolvem práticas socializadoras adequadas; portanto, dificilmente se estabelecerão vínculos convencionais fortes.

No segundo momento, a reformulação da teoria do controle seria dada pela indicação de que a falta de vínculos convencionais não é suficiente para que apareça a conduta desviante (Elliott & cols., 1979; Elliott, Huizinga & Ageton, 1985a). Para os teóricos mais representativos do controle social, a motivação por transgredir é inerente à natureza humana (Hirschi, 1969). Portanto, não é necessário aprender a violar as normas; quando não existe apego ao mundo convencional, desenvolvem-se as tendências desviantes. Para Elliot, no entanto, é necessário um passo a mais para que apareça desviação: a pessoa deve entrar em contato com grupos desviantes, geralmente grupos de iguais, que lhe reforcem e lhe induzam a realizar condutas-problema. Se o indivíduo possui vínculos fracos com a família ou a escola, aumentará o risco de envolvimento com grupos de amigos desviantes; isso será a “causa” mais direta de sua conduta-problema (Elliott, Huizinga & Ageton, 1985b).

1.3.2.2. O Modelo do Desenvolvimento Social

O chamado “modelo do desenvolvimento social” (Catalano & Hawkins, 1997; Catalano, Kosterman, Hawkins, Newcomb & Abbott, 1996; Hawkins & Weis, 1985), como o anterior, incorpora elementos de outras teorias. Precisamente, as teorias de controle social (Hirschi, 1969), aprendizagem social (Bandura & Walters, 1963) e associação diferencial (Sutherland & Cressey, 1974) são “fontes” em que o modelo retira hipóteses e mecanismos. Os autores tentam organizar as evidências disponíveis em torno dos fatores de risco e de proteção. Esta teoria pretende ser um esquema explicativo de diferentes tipos

de comportamentos anti-sociais, localizando o foco da atenção no processo de socialização.

Seus proponentes partem do pressuposto de que comportamentos pró-sociais e problemáticos originam-se através dos mesmos processos. Neste sentido, o tipo de conduta apresentada dependerá dos vínculos que se estabelecem com os ambientes de socialização; quando um indivíduo adquire vínculo forte com âmbitos pró-sociais, o resultado será um comportamento pró-social. Ao contrário, o vínculo forte com ambientes anti-sociais acarretará comportamentos anti-sociais (Hawkins & Weis, 1985). Quando avaliado sob a perspectiva das teorias do controle social mais ortodoxas, este pressuposto torna-se dissonante; para Hirschi (1969), por exemplo, os vínculos sociais (especialmente no âmbito familiar) sempre são inibidores da conduta desviante. Segundo Catalano e Hawkins (1996), no entanto, o vínculo forte com a família pode ser facilitador do consumo de drogas, sempre quando os membros do grupo familiar são consumidores ou mostram outras condutas desviantes.

Para que se formem vínculos com qualquer ambiente psicossocial, é preciso que ocorra uma série de condições. O primeiro requisito é que a pessoa perceba as oportunidades para interagir e participar deste meio social. Em segundo lugar, ela terá que interagir com este ambiente, participando em suas atividades e sua dinâmica. Em terceiro, terá que ter habilidades e recursos pessoais para desenvolver as interações. Finalmente, deverá perceber que a implicação com o grupo social lhe proporciona algum tipo de recompensa ou benefício. Catalano e Hawkins (1996) apontam que, ao longo da socialização, produzem-se dois processos paralelos: o primeiro deles gera vínculos com ambientes pró-sociais e, portanto, inibe o aparecimento de condutas desviantes; o segundo, por outro lado, promove laços com meios anti-sociais e, portanto, contribui para o aparecimento de condutas-problema. O resultado final dependerá da força relativa dos dois

processos. Quando os vínculos pró-sociais têm mais peso, não se desenvolvem comportamentos anti-sociais, mas, se os vínculos anti-sociais são predominantes, aparecerão as condutas desviantes.

Um ponto relevante no modelo do desenvolvimento social refere-se ao fato de os autores apresentarem sub-modelos específicos, correspondentes a distintos períodos evolutivos (Catalano & Hawkins, 1997); assume-se que os contextos de socialização exercem influências distintas nos diferentes momentos da vida. Portanto, cada um dos sub-modelos especifica como se concretizam os componentes do modelo geral. Nos anos pré-escolares, as figuras familiares serão cruciais como fonte de influência sobre o indivíduo (Catalano, Oxford, Harachi, Abbott & Abbott, 1999). O vínculo com famílias pró-sociais gerará condutas pró-sociais; apegar-se a famílias violentas ou desajustadas facilitará o aparecimento de condutas agressivas e disruptivas. Na escola primária, professores e companheiros de classe adquirem importância, junto com a família, como contextos de socialização. Posteriormente, os amigos e a comunidade vão se convertendo em ambientes cruciais (Fleming, Catalano, Oxford & Harachi, 2002).

De acordo com Catalano e Hawkins (1996), para a promoção de programas de prevenção, cada uma das variáveis deste modelo pode, em função do período evolutivo, receber atenção diferenciada. Por exemplo, no período pré-escolar, poder-se-ia colocar em prática programas de treinamento para pais, capacitando-os a reforçar adequadamente a criança e estabelecer vínculos estreitos com ela. Depois da iniciação escolar, os programas de treinamento a famílias poderiam complementar-se com estratégias que favoreçam o envolvimento com o meio escolar. Na medida em que o indivíduo se aproxima da adolescência, adquirem especial utilidade os programas de competência psicossocial, permitindo capacitar os adolescentes com habilidades para reduzir a interação com grupos

delinquentes e, sobretudo, para conseguir um funcionamento adequado nos ambientes pró-sociais (Herrenkohl & cols., 2001a; Herrenkohl & cols., 2001b).

1.3.2.3. O Modelo da Coerção

Proposto por Patterson e seus colaboradores (1989; Patterson, Reid & Dishion, 1992), este modelo se insere na linha de trabalho com famílias conflituosas (por exemplo, crianças com problema de comportamento, maus tratos e delinquência). Uma de suas características mais específicas é a centralidade nas práticas disciplinares que têm lugar no meio familiar. Partindo de uma ampla experiência de intervenção, os autores elaboraram um marco teórico que especifica como se desenvolve a conduta anti-social (Reid & Eddy, 1997). Assim como as diversas teorias neste campo (ver Laub & Sampson, 1993; Sampson & Laub, 1993), o modelo busca as raízes dos comportamentos anti-sociais crônicos nas primeiras etapas da vida. Patterson e cols. (1989) apontam que, a partir dos momentos iniciais da vida, a vivência de determinados eventos difíceis aumenta a probabilidade de orientação para a um estilo de vida delitivo.

Partindo do Modelo da Coerção, o comportamento anti-social se desenvolve em quatro etapas: no primeiro momento, as experiências familiares adquirem importância fundamental; nesta etapa, ocorre o que os autores denominam de treinamento básico na conduta anti-social. Quando as práticas dos pais com a criança não são adequadas (por exemplo, ausência de normas claras, o não reforçar o sentimento oportuno dos comportamentos dos filhos), ela percebe que emitir comportamentos aversivos (por exemplo, chorar, quebrar objetos, bater, fazer chantagens emocionais) lhe traz benefícios; isso permite-lhe escapar de situações desfavoráveis ou conseguir reforços positivos. Estas serão as primeiras condutas anti-sociais da criança. A aprendizagem vai se produzindo de um modo sutil e, cada vez mais, a criança segue exercendo comportamentos coercitivos ou manipuladores sobre o resto dos membros da família. Neste marco, assume-se que um

ambiente de estresse familiar, com situações de divórcio, dificuldades sócio-econômicas e temperamentos difíceis, propicia o surgimento deste tipo de interação (Patterson & cols., 1989).

Quando a criança se insere no ambiente escolar, dá-se início à segunda etapa, em que as pessoas reagem aos comportamentos indesejados. Por não estar dotada de habilidades apropriadas de interação para as novas situações, a criança, com grande probabilidade, ganha a rejeição dos seus companheiros. Nesta ocasião, geralmente já se tem aprendido a evitar tarefas difíceis, o que promove dificuldades no desenvolvimento das habilidades acadêmicas; o desajuste escolar é um provável resultado nesta etapa, e representa os primeiros fracassos no mundo convencional (Dishion & Patterson, 1997). Em uma terceira etapa, aparecem a implicação com pares desviantes e o aperfeiçoamento das habilidades anti-sociais. O fracasso acadêmico recorrente e a rejeição por parte dos colegas convencionais fazem com que o adolescente se sinta excluído do mundo pró-social e, por conseguinte, cada vez mais próximos dos pares semelhantes. As atividades anti-sociais vão se ampliando e se tornando cada vez mais severas.

Finalmente, no início da idade adulta, desenvolve-se uma carreira anti-social duradoura. Os déficits nas habilidades e na formação dificultam a permanência em um trabalho estável. A ocorrência de institucionalizações reduz as oportunidades de adotar um estilo de vida convencional. As relações conjugais são problemáticas. O álcool e outras drogas impedem um funcionamento ajustado. Segundo Patterson, Reid e Dishion (1992), a pessoa vai se confinando numa existência marginal e as atividades anti-sociais se cronificam. Mesmo assim, a progressão ao longo destas etapas não é inevitável, mas probabilística; quando uma pessoa está numa etapa, existe uma elevada probabilidade de que passe à seguinte (Patterson, Shaw, Snyder & Yoerger, 2005). No entanto, muitos indivíduos, por diversas razões (aprendizagem de habilidades, treinamento dos pais,

particularidades do contexto social etc.) interrompem tal progressão. O que pode explicar o porquê da redução do número de indivíduos que são encontrados em cada etapa, ao se avançar na seqüência (Patterson & cols., 1989).

Os autores colocam que a teoria aplica-se unicamente a um tipo de delinqüente, aquele que inicia cedo na delinqüência. Sugere-se, em consonância com a proposta de Moffitt (1993; Moffitt & Caspi, 2001), que além de delinqüentes crônicos, existem outros indivíduos que apresentam um envolvimento tardio e uma implicação mais temporal nos comportamentos anti-sociais; são pessoas com habilidades sociais, acadêmicas etc. A ênfase nas experiências disciplinares na família é o tema central da progressão proposta por Patterson e cols. (1992). Portanto, de acordo com estes autores, um treinamento para os pais, com ênfase no desenvolvimento de habilidades ajustadas na criança, será fundamental para a intervenção nos comportamentos anti-sociais (Patterson, Dishion & Bank, 1984).

1.3.2.4. Teoria Geral da Anomia

Apesar da influência marcante exercida pela teoria da anomia (Merton, 1938/1968), muitos dos estudos demonstraram que a mesma apresentava limitações. Apesar de alguns estudos tentarem buscar a relação entre delinqüência e disparidade entre aspirações e expectativas, os dados não traçavam um panorama muito alentador (Elliott & Voss, 1974; Tittle, 2000). Adicionalmente, como mencionado, a teoria “tradicional” da anomia, com sua ênfase nos determinantes sócio-estruturais (classe social), enfrentava o fato de que, em muitos estudos, a relação entre classe social e delinqüência apresentava-se controvertida. Sua explicação da delinqüência encontrada na classe média (onde, supostamente, a anomia ou tensão estrutural inexistem) era insuficiente, ao mesmo tempo em que não explicava por que certos indivíduos, quando vivem a anomia, delinqüem, enquanto outros não o fazem.

Foram estas limitações que conduziram Agnew (1985, 1992, 1997) a revisá-la, ampliá-la e refiná-la, elaborando a chamada Teoria Geral da Anomia. Esta teoria parte de

um nível de análise mais psicossocial e menos estrutural que a de Merton (1938/1968). Suas hipóteses mostram certa proximidade com as tradições psicossociais, a exemplo das teorias da frustração-agressão, da equidade ou do estresse (ver Romero, 1998). O modelo se centra nas relações interpessoais como fontes de estresse ou tensão. As relações negativas com os demais, ou seja, aquelas onde o indivíduo não é tratado como gostaria de ser, dão lugar ao desenvolvimento de afetos negativos (por exemplo, a ira); isso pode ter como consequência o aparecimento da delinqüência. Deve-se observar que Agnew se distancia dos argumentos sociológicos (aspiração ao *status* de classe média) para concentrar-se nas metas mais cotidianas e próximas ao indivíduo.

As relações interpessoais podem ser negativas por várias razões. Dentre elas, pelo menos três podem ser destacadas: (1) quando não permitem ao indivíduo alcançar objetivos desejados (por exemplo, popularidade entre os amigos ou autonomia com relação aos adultos); (2) quando se produz uma perda de algum estímulo valioso (por exemplo, a ruptura de um relacionamento); e, muitas vezes, (3) porque apresentam ao indivíduo situações aversivas (por exemplo, maus tratos, experiências negativas na escola). Frente a estas experiências estressantes, o indivíduo pode apresentar formas diferentes de enfrentamento (*coping*); algumas delas podem conduzir ao delito, enquanto outras se situam dentro da convencionalidade (Agnew, 1992; Walls, Chapple & Johnson, 2007). Por exemplo, a pessoa pode enfrentar cognitivamente estas experiências minimizando o caráter aversivo da situação (não é tão importante; não é tão negativo) ou se percebendo como merecedor da situação (Dalbert & Filke, 2007).

Agnew (1985) supõe que as experiências negativas criam tensão somente quando o sujeito considera que são injustas. Entretanto, outras formas de enfrentamento podem ser: o abandono da situação aversiva (faltando ao colégio ou fugindo de casa, por exemplo), a vingança contra os responsáveis por estas experiências, ou a alteração do estado emocional

(por meio das drogas) para aliviar a tensão sentida. A seleção de estratégias anti-sociais ou convencionais virá condicionada por distintas variáveis, como, por exemplo, o temperamento, as crenças do indivíduo ou a exposição prévia a modelos delinquentes. Além de indicar como seu modelo pode explicar diferentes “cifras” delitivas encontradas nas comunidades, o autor explica como a teoria pode dar conta de questões tão atuais, a exemplo da estabilidade e mudança da conduta delitiva (Agnew, 1997, 2001, 2006).

A estabilidade se produz porque certas características de personalidade (por exemplo, tolerância à frustração, impulsividade), que influenciam a percepção e a reação diante de estímulos aversivos, são traços estáveis ao longo da vida do indivíduo; ao mesmo tempo, o pertencer a certos contextos sociais desfavorecidos dá lugar à vivência de tensões desde a infância, criando um efeito “bola de neve” (Agnew, 1997). Para explicar a mudança, Agnew argumenta que o aumento da conduta anti-social durante a adolescência deve-se ao fato de o adolescente enfrentar situações novas que, em muitas ocasiões, resultam aversivas (por exemplo, maiores exigências do mundo acadêmico, as relações sociais que se tornam mais complexas e o aumento da percepção do mundo aversivo ao seu redor). Além disso, o adolescente carece de recursos e poder para mudar seu ambiente, por isso é mais provável que a conduta anti-social apareça como via de afrontamento. Isso poderia explicar o pico de delitos que aparecem na adolescência e que descende com a chegada da vida adulta.

1.3.3. Teorias Centradas em Fatores Intrapessoais

As próximas teorias prestam atenção especial aos fatores relacionados com a personalidade e o âmbito emocional. Não obstante, não significa que sejam excluídas variáveis de outros âmbitos. Como algumas teorias micro-sociais consideram fatores individuais, mantendo a centralidade nos âmbitos de socialização, os modelos que seguem

focalizam a atenção principal nos fatores pessoais, mesmo que os contemplem em interação com outros contextos de influência.

1.3.3.1. Teoria da Auto-rejeição

No modelo desenvolvido por Kaplan (1972), a auto-estima é um construto fundamental. Segundo este autor, diversos tipos de comportamentos anti-sociais na adolescência (por exemplo, consumo de drogas, delinquência, atividade sexual arriscada e prematura) respondem a iguais determinantes e têm um mesmo tipo de consequência para o indivíduo. Tais determinantes e consequências se relacionam com a auto-valorização (Kaplan, Johnson & Bailey, 1988; Kaplan, Martin & Robbins, 1984). A teoria assume a existência de um “motivo” de auto-estima; todas as pessoas têm uma motivação por manter uma auto-estima positiva e tentam se comportar de modo que a auto-valorização se fortaleça, mas, durante o processo de desenvolvimento, podem se desenvolver atitudes de auto-rejeição (Kaplan, 1975). Isso pode ocorrer no contexto de experiências sociais desagradáveis, como, por exemplo, a rejeição ou negligência por parte dos pais, a incapacidade para conseguir êxito acadêmico, situações de preconceito social, falta de estratégias de enfrentamento adequadas e a falta de apoio social. O modelo integra diversos fatores de risco identificados em pesquisas e considerados por outras teorias; de acordo com Kaplan, tais fatores exercerão sua influência por meio da auto-rejeição (Kaplan & cols., 1984, 1988).

Quando as experiências de rejeição se repetem, o indivíduo se sente pouco motivado para respeitar as normas dos grupos que ferem sua auto-estima; ao mesmo tempo, produz-se o que o autor denomina de “exacerbação do motivo de auto-estima”, ou seja, a busca por causas alternativas que permitam recuperar a auto-valorização. Deste modo, aumenta-se a sensibilidade ante a existência de opções anti-sociais, a possibilidade de implicação com grupos de amigos desviantes e, finalmente, o desenvolvimento de

comportamentos anti-sociais (Kaplan & Peck, 1992). O tipo de comportamento que se desenvolve dependerá de fatores distintos. Dentre os quais, encontram-se a visibilidade das condutas no ambiente do indivíduo (por exemplo, a acessibilidade às drogas e se tal comportamento é freqüente no grupo desviante de pertença mais do que outros tipos de comportamentos). Outro fator é a compatibilidade de cada conduta com os papéis assumidos e aceitos pela pessoa; assim, se o papel de masculinidade é importante para ela, optará por condutas que lhe permitam expressar tal papel e evitará comportamentos que, mesmo sendo desviantes, podem amenizar parte dessa identidade (Kaplan, 1984).

Tem-se sugerido que, no desenvolvimento dos comportamentos anti-sociais, influirá também o “estilo de enfrentamento” (*coping style*) característico de cada indivíduo (Kaplan & Peck, 1992). Se, diante de situações problemáticas, a pessoa reagir com negação, abandono ou negativismo, ou seja, utiliza estratégias de “evitação”, provavelmente aparecerão condutas de consumo de drogas (que facilitam o escape, a retirada, a evasão). Mas, por outro lado, se ela apresenta um estilo de “ataque”, reage com ações diretas e hostilidade aberta, serão desencadeados atos agressivos e roubo, que permitem expressar a violência frente às instituições convencionais (Kaplan, 1984).

O comportamento desviante pode facilitar a recuperação da auto-estima, se são produzidas certas conseqüências. Para Kaplan (1972) a auto-estima se recupera quando o comportamento desviante ajuda na redução das experiências de auto-desvalorização. Tal redução pode produzir-se a nível intrapsíquico; o consumo de drogas, por exemplo, pode alterar os estados de consciência, de modo que o sujeito deixa de perceber os atributos de si mesmo que antes rejeitava. Portanto, entende-se que as drogas podem amortecer o mal-estar emocional que antes produzia a auto-rejeição. Porém, a evitação pode produzir-se a nível interpessoal, quer dizer, o comportamento anti-social pode permitir ao indivíduo evitar a interação com os grupos que lhe avaliam negativamente e, desse modo, deixar de

sentir a auto-rejeição. Além da evitação, o comportamento desviante pode facilitar o ataque; o indivíduo pode acometer abertamente contra os grupos que lhe evitam e, assim, sentir-se poderoso e eficaz.

Finalmente, os comportamentos anti-sociais podem, ainda, desempenhar uma função de substituição. As relações com os grupos convencionais são substituídas por novas interações com ambientes anti-sociais que ajudam a reconstruir a auto-estima. Quando se produzem a evitação, o ataque ou a substituição, a auto-valorização se recuperará e a conduta desviante se manterá. Este efeito é designado na teoria com o termo “*self-enhancement*” (Kaplan, 1978). Se o comportamento realizado não permite o restabelecimento da auto-estima, o indivíduo seguirá experimentando outros comportamentos desviantes. Para que ocorra um abandono das condutas desviantes, será necessária a produção de mudanças (maturacionais ou sócio-ambientais) que permitam manter a auto-estima dentro dos grupos convencionais. As mudanças nas redes de apoio social também aumentam a probabilidade da aquisição de habilidade para o ajustamento adequado ao mundo convencional. Além disso, a incorporação ao mercado de trabalho e os novos papéis familiares podem proporcionar oportunidades para a auto-valorização, produzindo um distanciamento das condutas problemáticas (Kaplan & Lin, 2000, 2005).

De acordo com este modelo, a prevenção dos comportamentos desviantes deverá promover o desenvolvimento de uma auto-valorização favorável. Por um lado, a teoria sugere a necessidade de criar climas sociais (familiares e escolares) de aceitação e apoio ao adolescente, por outro, recomenda que uma via útil na prevenção será proporcionar aos adolescentes habilidades e recursos pessoais que permitam sustentar uma auto-imagem positiva (Kaplan, 1972).

1.3.3.2. Teoria do Autocontrole

Para formular sua teoria, Gottfredson e Hirschi (1990) recorrem ao “classismo” criminológico para entender a natureza do crime (Romero, 1996). Segundo estes autores, o delito é uma manifestação da natureza humana, que, em si, é hedonista e egocêntrica. Portanto, as pessoas buscam primordialmente o prazer e evitam a dor. Na hora de dirigir o comportamento, realiza-se um “cálculo” racional, sopesando quais serão os custos e os benefícios do mesmo e, em função disso, decide-se. O delito, neste caso, não corresponde a motivações perversas ou diferentes dos demais comportamentos. O que caracteriza, de forma distinta, o delito é o fato de o ator atender aos seus prazeres e benefícios imediatos, ignorando os custos (Gottfredson & Hirschi, 1994). Este aspecto torna o crime muito semelhante a outros comportamentos desviantes, como, por exemplo, o consumo de drogas ou as condutas sexuais “ilegítimas”; o que é também aplicado aos comportamentos imprudentes que promovem muitos dos acidentes de trânsito (por exemplo, o excesso de velocidade). Gottfredson e Hirschi (1994) apontam que os indivíduos que cometem crimes também apresentam estes outros comportamentos análogos. Neste sentido, os autores propõem uma teoria “geral” que procura explicar não somente o crime, mas também aqueles comportamentos que conceitualmente são considerados socialmente desviantes.

Uma idéia básica desta teoria é que tais comportamentos derivam-se da interação entre uma “oportunidade” contextual e certas características do indivíduo (Hirschi & Gottfredson, 1993). Especificamente, considera-se que alguns indivíduos adquirem certa capacidade para conter o hedonismo, enquanto outros não interiorizam tais mecanismos, ou seja, não chegam a adquirir autocontrole; isso faz deste construto um dos elementos centrais do modelo. O autocontrole integra diversas características individuais que fazem com que uma pessoa tenda (ou não) a ceder diante da “tentação” do delito. Entre estas características encontram-se, por exemplo, a orientação voltada para o presente; o interesse

por experiências arriscadas e emocionantes; a preferência por tarefas simples frente às complexas; a incapacidade de planificar o comportamento e de planejar objetivos a longo prazo; o individualismo e a indiferença pelas necessidades e os desejos dos outros; e, finalmente, a escassa tolerância frente à frustração e a alta frente à dor (Gottfredson & Hirschi, 2003).

O autocontrole é adquirido por meio da socialização (especialmente a familiar), nas etapas iniciais da vida. Uma vez estabelecido, permanece estável e durante toda a vida tem influência nos comportamentos desviantes (Turner & Piquero, 2002). Neste caso, a estabilidade do autocontrole explicaria porque os comportamentos anti-sociais são estáveis ao longo da vida; aqueles indivíduos que cometem um número significativo de comportamentos desviantes na infância provavelmente seguirão com tais condutas em outros momentos do ciclo vital. Deve-se ressaltar que Gottfredson e Hirschi (1990) desafiam muitas das idéias clássicas da criminologia tradicional. Por exemplo, negam a importância de distinguir entre tipos de delinquentes (todos os delitos, incluindo o de “colarinho branco”, respondem a mecanismos explicativos iguais); e negam a importância do grupo de iguais como agente de influência sobre o comportamento desviante. Segundo pensam estes autores, a relação com amigos delinquentes é consequência de um baixo autocontrole; assim, é o próprio indivíduo quem seleciona os amigos delinquentes.

Desde sua publicação, a teoria geral do crime vem recebendo críticas por diversos motivos. A sua natureza tautológica tem sido, por exemplo, uma das mais repetidas (Akers, 1991; Meier, 1995). Aponta-se que Gottfredson e Hirschi (1990) não especificam como operacionalizar o autocontrole sem recorrer aos indicadores comportamentais do construto (só se pode saber se um indivíduo tem um baixo autocontrole examinando seus comportamentos delitivos, desviantes ou imprudentes). Portanto, a idéia de que um autocontrole baixo conduz ao delito não pode submeter-se à comprovação empírica

(Romero, Luengo & Otero-López, 1995). Embora as críticas referentes à natureza da teoria tenham sido refutadas por Gottfredson e Hirschi (2000), outro ponto fica pendente: a teoria não explica a “curva” da delinqüência em função da idade; tem-se constatado que a adolescência é o momento onde a cifra de delitos aumenta, declinando progressivamente com o avanço em direção à idade adulta (Moffitt, 1993). Apesar disso, de acordo com Romero (1998), a simplicidade do seu esquema explicativo e a combinação de duas correntes (individualista e classista), que raramente haviam tido pontos de encontro, contribuem para a sua aceitação.

1.3.3.3. A Taxonomia de Moffitt

Se uma das limitações do modelo anterior é a incapacidade de explicar a relação entre idade e delinqüência, um dos pontos de partida de Moffitt (1993, 2002) será precisamente esse: a necessidade de explicar as diferenças que aparecem nos índices delitivos, quando se observa o fator idade. Sabe-se que a delinqüência é um fenômeno com certa estabilidade nos indivíduos (muitos delinqüentes adultos foram adolescentes delinqüentes e crianças com problemas de conduta); porém, observa-se que as cifras delitivas aumentam ao chegar a adolescência e decrescem posteriormente. O que leva, portanto, a duas perguntas: como conjugar tais fatos e como dar conta, ao mesmo tempo, da estabilidade e mudança destes comportamentos? Para explicar isso, Moffitt (1993, 2002) introduz uma distinção que vem chamando a atenção dos pesquisadores: existem delinqüentes “persistentes”, ou seja, indivíduos anti-sociais desde a infância, que mantêm elevados níveis de delinqüência ao longo de suas vidas, e outros com uma carreira delitiva de curta duração, “restrita” à adolescência. Estes últimos têm uma introdução abrupta na delinqüência e realizam atos anti-sociais durante poucos anos. Os dois tipos de delinqüência respondem a mecanismos causais diferentes, motivo pelo qual Moffitt

desenvolve duas teorias complementares (Moffitt, 2002; Moffitt, Caspi, Harrington & Milne, 2002).

Segundo Moffitt (2002), a delinquência persistente tem suas origens nas primeiras etapas do ciclo vital. Uma combinação de características pessoais ou psicobiológicas e outras de contexto educativo atuam como “motor” da conduta anti-social. Concretamente, a cadeia que conduz à delinquência teria seu primeiro elo em certos déficits neuropsicológicos, observados já nos primeiros anos de vida. Certas crianças apresentam algumas características (por exemplo, irritabilidade, falta de atenção, impulsividade, hiperatividade e dificuldades de aprendizagem) relacionadas a problemas neurológicos e que têm sua origem em circunstâncias pré-natais (por exemplo, má nutrição durante a gravidez, exposição a agentes tóxicos, complicações durante o parto) ou em fatores genéticos.

Os eventos citados tornam difíceis os processos educacionais, mesmo em situações favoráveis. Além disso, visto que as características dos pais e dos filhos aparecem correlacionadas, crianças mais “difíceis” geralmente possuem pais irritados e impacientes, que dificilmente são capazes de compensar as dificuldades psicobiológicas dos filhos (Moffitt, 1993). Isso dá início a um processo de interação recíproca entre a criança vulnerável e o ambiente adverso. Os comportamentos das crianças evocam desconforto e mal-estar nos pais, o que, por sua vez, exacerba os comportamentos problemáticos da criança. Assim, a aprendizagem das normas torna-se difícil e o indivíduo desenvolve comportamentos socialmente inadaptados. Esses comportamentos se mantêm ao longo de todo ciclo vital devido a duas razões específicas: por um lado, as características neuropsicológicas permanecem durante toda a vida, e, por outro, produz-se um efeito acumulativo (“bola de neve”; Moffitt & cols., 2002).

A estabilidade do comportamento neste tipo de delinqüente, sua escassa freqüência estatística (somente 5% dos homens são afetados) e a presença de bases biológicas conduziram Moffitt a considerar que a “síndrome” da conduta anti-social persistente pode ser considerada como uma forma de anormalidade psicopatológica (Moffitt, 2002). Diferentemente, a delinqüência limitada à adolescência é considerada como algo normal, não patológico. Segundo o autor, é um fenômeno muito freqüente que está presente em adolescentes sem história prévia de conduta anti-social. Neste caso, o elemento motivador é o lapso maturativo que ocorre habitualmente na vida adolescente; o jovem adquire maturidade biológica, mas demora alguns anos para incorporar os aspectos positivos da vida adulta. Diante do desnível entre a idade biológica e a social, os adolescentes reagem buscando vias por onde expressar sua autonomia. Neste sentido, os delinqüentes persistentes surgem como um grupo de referência que conquistou certos privilégios (por exemplo, possessões através do roubo, experiências sexuais, “liberdade” para realizar condutas arriscadas, independência de suas famílias). Produz-se, portanto, um “mimetismo social”: os adolescentes imitam os comportamentos dos jovens delinqüentes, pois os consideram mais espertos. Este tipo de delinqüência é considerado como um fenômeno praticamente normativo, que não tem relação com as características pessoais do indivíduo e que desaparece progressivamente, à medida que se vai assumindo papéis mais adultos.

Como se pode ver, a taxonomia defendida por Moffitt (1993, 2002) propõe examinar a delinqüência desde uma perspectiva evolutiva. Portanto, seu entendimento implica na observação de diversos processos que vão se desencadeando ao longo da história vital do indivíduo, e não unicamente das características estáticas ou circunstâncias mais imediatas. Na hora de explorar os correlatos do delito, faz-se necessário diferenciar entre os dois tipos. De outro modo, as relações entre as variáveis aparecerão debilitadas. Este modelo tem alcançado grande importância na literatura da área; muitos dos dados

disponíveis corroboram adequadamente seus postulados e diversos autores têm começado a aplicar esta visão a suas análises da delinqüência (Moffitt & cols., 2002; White, Bates & Buyske, 2001).

1.3.3.4. O Equilíbrio do Controle

O marco teórico desenvolvido por Tittle (1995, 2004) procura identificar mecanismos “causais” que permitam incorporar ou sintetizar idéias de outras perspectivas, processo que se denomina “Equilíbrio do Controle”. Esta teoria se apresenta como uma teoria geral dos comportamentos anti-sociais, pretendendo explicar todos os tipos de condutas que a maioria de um grupo social considera inaceitáveis, ou que evocam uma resposta coletiva de caráter negativo. Para a explicação de comportamentos desviantes, o autor aponta que se devem conjugar elementos distintos. Por um lado, precisa existir, no indivíduo, uma predisposição frente à desviação, e, por outro, ocorrer uma série de circunstâncias situacionais (Tittle, 2004): a) uma provocação, ou seja, situações que estimulam a predisposição inicial (por exemplo, insultos e desafios de outros); b) uma oportunidade adequada para cometer um tipo específico de conduta (um roubo não poderá ser realizado se não existir bens a subtrair); e c) a percepção da inexistência de restrições para a realização do comportamento (ausência de mecanismos de controle que o impeçam de realizar a atividade desejada).

Dentro do componente de predisposição, Tittle e Ward (1993) situam o ingrediente mais central deste modelo: o equilíbrio de controle ou a razão de controle. A idéia fundamental é: tanto a motivação para cometer comportamentos desviantes como o tipo concreto de conduta dependerá da relação existente entre quantidade de controle (ou de poder) que um indivíduo pode exercer e a quantidade de controle a que está submetido. Tal relação é chamada razão de controle e está condicionada por diversas características, tanto individuais (*status* ocupacional, inteligência, personalidade etc.) como organizacionais

(pertença a instituições poderosas, relações com indivíduos influentes etc.). Quando a razão de controle se aproxima de 1, ou seja, quando a quantidade de controle a que se está exposto é semelhante à quantidade que se pode exercer, diz-se que existe um equilíbrio de controle. Nesta situação, é provável que não ocorram condutas desviantes. O comportamento desviante, portanto, seria um dispositivo que as pessoas utilizam para escapar da falta de controle ou para utilizar o superávit de controle.

Neste sentido, a relação entre a razão de controle e a probabilidade de desviação tem forma de uma curva em “U”. Quanto mais alto for o equilíbrio na razão de controle (em um dos dois sentidos), vai-se aumentando a probabilidade de ocorrência dos comportamentos anti-sociais. A teoria ainda aponta que tipos específicos de desviação são produzidos com distintos desequilíbrios. Quando existe um pequeno déficit de controle, por exemplo, espera-se a ocorrência de delitos como agressão, manipulação, invasão de propriedade etc. Se o indivíduo está submetido a mais controle do que pode exercer, mas não tem muito restringidas suas possibilidades de ação, se sentirá motivado por superar seus déficits tomando bens de outras pessoas o forçando-as a fazer o que ele deseja. Quando o déficit de controle é maior, o indivíduo tem menos possibilidade de atuação; seus atos desviados serão atos de desafio, protesto ou manifestações de hostilidade frente ao contexto normativo (vandalismo, por exemplo). Quando a carência de controle é extrema, a submissão às condutas desviantes é mais provável.

Com relação ao excesso de controle, diante de um desequilíbrio leve, o indivíduo terá desejo de expressar seu controle, mas não poderá escapar totalmente ao controle dos demais; portanto, se implicará em uma forma segura de delito: a exploração (delitos indiretos por meio de intermediários ou de estruturas organizacionais, como, por exemplo, delitos de “colarinho branco”, tráfico de influência). Quando o excesso de controle é maior, o indivíduo percebe pouca restrição às suas ações. Neste caso, podem aparecer

delitos grandes contra coletividades (genocídio, delitos ecológicos etc.). E, ante a um excesso extremo, são prováveis atos impulsivos ou carentes de organização racional. Segundo Tittle e Ward (1993), suas hipóteses são compatíveis com diversas fontes de evidências empíricas (por exemplo, a relação entre distintos tipos de delito e variáveis sócio-demográficas, como a idade, o sexo ou a classe social). No entanto, segundo o próprio Tittle, para utilização em novos estudos, sua teoria precisa de modificações (ver Tittle, 2004).

1.3.3.5. Teoria das Personalidades Anti-sociais

Em muitas das teorias expostas até agora, certas características de corte psicobiológico são contempladas como um elemento de interesse na hora de analisar a delinqüência. Em diversos modelos (Agnew, 1985; Catalano & Hawkins, 1997; Moffitt, 2002; Patterson, Reid & Dishion, 1992) variáveis como hiperatividade, agressividade e déficit de atenção assumem certa importância para explicar a origem dos comportamentos anti-sociais. No modelo proposto por Lykken (1995), a dotação biológica do indivíduo desempenha um papel fundamental. A idéia de partida é que, para se ter um funcionamento adaptado à norma social, faz-se necessário um processo de socialização que inculque hábitos conformados às regras. O resultado desse processo depende de dois fatores. Por um lado, das práticas educativas dos pais, que devem trabalhar supervisionando a conduta da criança, punindo comportamentos desviantes e estimulando aqueles alternativos, e, por outro, da própria criança, que, segundo Lykken (1995), possui características psicobiológicas herdadas que facilitam ou dificultam o processo de aquisição de normas. O interjogo entre a atuação dos pais e as características da criança conduzirá uma socialização satisfatória ou comportamentos delitivos.

Ao considerar os chamados delinquentes crônicos, Lykken (1995) distingue dois tipos: os sociopatas e os psicopatas. Os sociopatas (que representam o grupo mais

numeroso dentro das personalidades anti-sociais) estariam mais relacionados a uma disciplina parental deficiente. Segundo este autor, os sociopatas têm um substrato biológico normal, porém a ineficácia dos pais impede a aquisição das normas. Contrariamente, os psicopatas são indivíduos que, devido a sua configuração psicobiológica, são difíceis de socializar, inclusive aqueles que têm pais habilidosos e competentes. Entre as características psicobiológicas que dificultam a socialização se encontram a impulsividade, o afã pelo risco, a agressividade e, sobretudo, a falta de medo. A socialização teria um de seus pilares fundamentais no castigo às condutas desviantes; quando uma conduta é castigada na primeira vez que o indivíduo tem o impulso para cometê-la, ele sentirá medo e se absterá de realizá-la. Mas, se ele é pouco propenso a sentir medo, dificilmente poderá se produzir a aprendizagem das normas. Lykken (1995) reúne, neste sentido, ampla evidência experimental que avalia a falta de medo nos psicopatas.

Para Lykken (1995), devido à orientação genético-biológica, certos indivíduos têm dificuldades para aprender com o castigo; portanto, a socialização tem grande probabilidade de fracassar. Segundo ele, uma saída provável está na prevenção. Os pais devem ser treinados para conduzir com êxito o processo de socialização, especialmente quando as crianças são difíceis. Têm que estar preparados para criar vínculos afetivos fortes com seus filhos, supervisionar suas condutas e serem consistentes na sua educação. Um processo de treinamento prévio à paternidade e a articulação de um sistema de autorização para ser pai, são algumas das sugestões de Lykken para prevenir o desenvolvimento de personalidades anti-sociais. Por suposto, não são estratégias simples de serem implementadas.

1.3.3.6. Teorias Evolucionistas

O interesse por fatores genético-biológicos, enfatizado nos trabalhos de Lykken (1995), torna-se ainda mais presente nas teorias evolucionistas. As hipóteses evolucionistas

partem do pressuposto de que nas condutas criminais subjaz um fator genético. Alguns estudos com gêmeos e crianças adotadas parecem indicar que a criminalidade responde, em alguma medida, a processos de hereditariedade biológica (Cloninger, Segvardsson, Bohman & Von Knorring, 1982). Por isso, com base nas idéias do neodarwinismo, os autores evolucionistas apontam que se existem genes que influenciam a criminalidade, esta deve representar algum tipo de vantagem para a reprodução da espécie (Ellis, 1998; Ellis & Walsh, 1997). As explicações evolucionistas não constituem uma grande teoria integrada ou unificada, mas, sim, micro teorias que, por meio de diversas hipóteses, buscam sentido para a conduta criminal. Em todo caso, a mensagem principal está sempre presente: o crime contribui, de alguma maneira, para que os genes possam transmitir-se com êxito à geração seguinte (Ellis, 1998).

Alguns dos autores evolucionistas oferecem explicações para tipos específicos de delito. Assim, por exemplo, o estupro seria um meio para reproduzir-se de um modo prolífico (Thornhill & Palmer, 2004). Os delitos de maus tratos contra a mulher teriam como motivo fundamental a ameaça de infidelidade; se a mulher é infiel, o macho corre o risco de criar indivíduos que não portam seus genes, por isso o maltrato aparece como um meio de manter o acesso sexual exclusivo a sua mulher (Smuts, 1993). Belsky (1993) propõe que estas condutas aparecem com maior probabilidade quando ocorrem determinadas condições. Por exemplo, quando os recursos são limitados e o indivíduo tem mais descendência do que se pode criar, neste caso a violência e o infanticídio aparecem para poder concentrar os esforços na criação de um número menor de pessoas. Em outros casos, o maltrato se dirige aos filhos que apresentam algum tipo de desvantagem reprodutiva (anomalias físicas e mentais) e, portanto, podem não ser bons transmissores da informação genética. Os autores evolucionistas insistem em afirmar que estes tipos de comportamentos não são exclusivos da espécie humana. Em outras espécies animais se

produzem condutas análogas a estas, que podem ser interpretadas de igual modo que os crimes humanos (Ellis, 1998).

Além destas perspectivas, ainda existem propostas evolucionistas que tentam explicar a delinqüência em geral, sem centrar-se nos tipos específicos de delitos. Nesta direção, existem teorias que apontam que o crime é o resultado de uma competitividade extrema (Charlesworth, 1988). Todos os indivíduos têm certo grau de competitividade que os permitem lutar pelos recursos necessários para sua sobrevivência. Não obstante, em certos organismos, tal tendência estaria tão aguçada que daria lugar às atividades consideradas criminais pela sociedade. Uma das teorias evolucionistas mais conhecidas é a do contínuo “r/K” (Rushton, 1995) ou do “*mating/parenting*” (Rowe, 1996). O contínuo “r/K” é um conceito amplamente utilizado na biologia evolucionista para se referir às estratégias que utilizam os organismos a fim de reproduzir-se com êxito. A idéia de partida é que existe um contínuo ao longo do qual podem situar-se todos os organismos animais. Os organismos mais próximos ao pólo “r” têm uma reprodução rápida e abundante, investindo pouco tempo e esforço na criação de uma descendência. Ao contrário, os organismos próximos do pólo “K” se reproduzem lentamente, e dedicam muito tempo e energia à criação. As diferentes espécies animais se situam em diferentes pontos deste contínuo.

No que se refere ao ser humano, aponta-se que este segue uma estratégia reprodutiva tipo “K”, mas, como existe uma ampla variabilidade entre os indivíduos de uma mesma espécie, a criminalidade e a psicopatia seriam próprias de indivíduos tendentes à estratégia “r”. Os indivíduos com traços “r” buscam uma reprodução extensa, sem dedicar grandes esforços ao cuidado de suas crias e sem preocupação pela estabilidade familiar ou econômica. A conseqüência deste estilo reprodutivo será a realização de atos considerados como delitivos e psicopatas. Dado que os homens têm um potencial

reprodutivo maior, sem necessidade de tanto investimento parental como as mulheres, a estratégia “r” seria mais comum nos homens. Ainda levanta-se a hipótese de que, em raças ou grupos sociais nos quais as características “r” sejam mais comuns (maior número de filhos, iniciação sexual precoce, nascimentos prematuros etc.), a conduta anti-social será mais provável. Isso, segundo Ellis e Walsh (1997), explicaria, em parte, porque entre indivíduos negros têm-se encontrado taxas mais altas de delitos do que entre os brancos, e porque entre os brancos são mais altas do que entre os orientais.

As propostas evolucionistas não desfrutam de grande popularidade; muitas das suas hipóteses são mais conhecidas em publicações da biologia. Como seus próprios defensores reconhecem, este tema é ideologicamente sensível (Ellis, 1998); a imagem animal e a maneira como abordam o assunto não é tão atrativa e fácil de assumir (Rowe, 1996). Por outro lado, sublinham que, mesmo existindo influência genética, os genes não determinam as condutas de modo inevitável. As experiências de aprendizagem são fundamentais na configuração do comportamento, mas é necessário explicar por que certos indivíduos se sentem motivados a aprender determinadas condutas.

1.3.4. Modelos Integradores de Amplo Espectro

Como se pode perceber, o panorama das teorias sobre comportamentos anti-sociais é complexo. Portanto, alguns modelos ocupam-se, em maior medida, dos possíveis mecanismos de interdependência entre as variáveis explicativas, e entre estas e o comportamento, utilizando, para tanto, variáveis procedentes de diversos âmbitos e planos de análise. Nesta direção, desenvolveram-se as duas teorias resumidas a seguir.

1.3.4.1. Teoria da Conduta-Problema

O modelo proposto por Jessor e Jessor (1980) destaca-se por sua amplitude; nele são organizados, aproximadamente, 50 fatores diferentes (Donavan, 1996), pertencentes a

campos como personalidade, contexto socializador e cultural. Propondo-se a explicar o desenvolvimento de comportamentos considerados como problemáticos durante a adolescência (por exemplo, consumo de drogas, delinquência e atividades sexuais prematuras e/ou arriscadas), esta teoria foi uma das primeiras a reconhecer que diferentes tipos de comportamentos derivavam dos mesmos determinantes. Utilizou-se pela primeira vez o termo “conduta-problema” para referir-se a diversos comportamentos adolescentes, objeto de reprovação por parte da sociedade convencional (Jessor & Jessor, 1980). Concretamente, os autores definem as condutas-problema como tipos de atividades reconhecidas como socialmente problemáticas, que são fontes de preocupação ou se consideram indesejáveis pelas normas convencionais; a sua ocorrência elicia algum tipo de resposta de controle que pode ser leve (a reprovação, a admoestação por parte dos adultos) ou severa (o encarceramento).

Segundo Jessor (1992), as condutas-problema formam parte de uma mesma “síndrome de desviação” ou de um mesmo “estilo de vida”. Os autores do modelo se opõem frontalmente àquelas perspectivas que tentam explicar ou intervir sobre tais condutas de um modo diferenciado, como se fossem comportamentos de natureza distinta (Jessor & Jessor, 1980). De acordo com esta teoria, a conduta-problema é propositiva, instrumental, funcional. O adolescente se implica nestes comportamentos com o propósito de conquistar certas metas importantes em seu desenvolvimento. Por exemplo, a conduta-problema pode ser uma via para ganhar respeito e aceitação no grupo de amigos, estabelecer a autonomia frente aos pais e/ou enfrentar a ansiedade ou a frustração, a antecipação ao fracasso etc. Jessor (1992) sustenta que não há nada irracional ou psicopatológico em tais metas; são objetivos característicos do desenvolvimento psicossocial, de modo que a intervenção deve proporcionar recursos para ajudar os jovens a alcançar essas metas de modo saudável.

Para explicar a aparição da conduta-problema, são apontados sistemas distintos de influência psicossocial, que atuam sempre em interação. Primeiramente, o modelo apresenta uma série de variáveis “antecedentes”, que servem de “pano de fundo” para a aparição de outras influências mais diretas. Entre estas variáveis se encontram fatores de caráter sócio-demográfico (estrutura familiar, ocupação e educação dos pais) e fatores relacionados com experiências de socialização (ideologia dos pais, clima familiar, a exposição aos meios de comunicação). O núcleo da teoria está representado pela interação entre dois tipos de fatores: pessoais e sócio-ambientais. Estes componentes recebem o nome de “sistema de personalidade” e “sistema de ambiente percebido”, respectivamente. Cada um deles está configurado por diferentes variáveis; algumas são mais distais, enquanto outras, mais próximas da conduta problema. Portanto, existem fatores que favorecem a conduta-problema e outros que funcionam como inibidores.

Dentro do sistema de personalidade, encontram-se três conjuntos de variáveis. O primeiro deles refere-se à chamada “estrutura motivacional”, ou seja, o tipo de objetivo pelo qual luta o indivíduo e as expectativas para alcançá-los; incluem-se aqui o valor concedido ao rendimento acadêmico ou à independência. O adolescente estará em risco de incorrer na conduta-problema se a independência dos pais é uma meta fundamental, se o rendimento acadêmico é pouco valorizado ou se tem expectativas baixas de êxito no mundo escolar. Um segundo conjunto está representado pela estrutura de crenças pessoais, no qual se integram crenças distintas sobre a sociedade, o próprio indivíduo e as relações entre o indivíduo e a sociedade. Fazem parte desta estrutura a auto-estima, o conformismo, a alienação com relação à sociedade convencional e o lócus de controle. O indivíduo será vulnerável à conduta-problema se é crítico em relação à sociedade e está culturalmente distanciado dela, se tem uma auto-estima baixa e se apresenta lócus de controle externo. Finalmente, no sistema de personalidade, encontram-se outros fatores mais próximos da

conduta-problema; especificamente, apontam-se as atitudes frente à desviação (estrutura pessoal de controle); quanto maior a tolerância frente à desviação maior o risco de envolver-se em conduta-problema. Neste caso, os autores sugerem que o envolvimento religioso funcionaria como um fator inibidor da conduta desviante (Jessor, Donovan & Costa, 1990).

Com relação ao componente sócio-ambiental, o modelo enfatiza a dimensão subjetiva do ambiente, ou seja, o ambiente tal qual é percebido pelo indivíduo. Nele, integram-se dois sub-componentes: (1) a estrutura distal, que diz respeito à orientação do adolescente frente à sua família e seus amigos. Nesta, incluem-se seis variáveis (apoio percebido por parte dos pais e dos amigos, controle percebido por parte dos pais e dos amigos, compatibilidade entre pais e amigos). A pessoa será mais vulnerável à conduta-problema se for mais influenciada por seus amigos do que por seus pais; e (2) a estrutura próxima na qual se incluem variáveis mais diretamente relacionadas com a conduta-problema. Estas variáveis referem-se à prevalência e à aceitação da conduta-problema nos contextos psicossociais. A integração em contextos em que se realizam e se aprovam comportamentos desviantes produz a aparição de condutas-problema.

A inter-relação entre fatores pessoais e o ambiente percebido dará lugar a um padrão de condutas desviantes (estrutura da conduta-problema) ou ajustado às normas (estrutura de condutas convencionais); tais estruturas estão inversamente relacionadas entre si, e, dentro de cada uma delas, as condutas estão relacionadas entre si. Os indivíduos com uma estrutura comportamental problemática mostrarão diferentes modalidades de comportamentos desviantes; o mesmo ocorrerá com as condutas convencionais. A teoria proposta por Jessor e Jessor (1980) é um dos primeiros modelos multivariados sobre a conduta desviante. Segundo Petraitis e col. (1995), é também um dos mais influentes e ambiciosos modelos que tem inspirado múltiplos programas de prevenção.

1.3.4.2. Teoria Interacional

Outro modelo importante, no estudo dos comportamentos anti-sociais, é a teoria interacional proposta por Thornberry (1987). De acordo com este autor, a explicação da delinquência é mais complexa do que mostram os modelos tradicionais. Segundo ele, o comportamento anti-social não responde a uma causa simples e unidirecional. A delinquência é resultado de processos bidirecionais complexos que ocorrem ao longo do desenvolvimento. Portanto, o indivíduo não se limita a “receber” as influências do meio (familiar, escolar, grupal) como propõem as demais teorias, mas o próprio comportamento dele influencia os agentes causais (Simons & cols., 1988).

Thornberry (1987, 1996) aponta que a debilidade do apego à família ou à escola é um dos fatores mais importantes para o início da delinquência. Contrariamente ao que propõem as teorias do controle social, a teoria interacional aponta que, para o surgimento do comportamento anti-social, faz-se necessário um contexto de aprendizagem. De acordo com Hirschi (1969), todas as pessoas estão intrinsecamente motivadas e preparadas para delinquir; uma vez debilitados os laços com a sociedade convencional, não será necessário nenhum processo de aprendizagem ou de socialização desviante. Thornberry (1996), no entanto, assume que, mesmo desligado do mundo convencional, o indivíduo precisa aprender a delinquir participando de contextos desviantes (por exemplo, o grupo de amigos). O contexto reforçará a aquisição de valores e comportamentos problemáticos.

Este conjunto de processos não é unidirecional. A falta de apego aos espaços convencionais influencia a delinquência; contudo, a própria delinquência contribui para debilitar ainda mais os vínculos com estes espaços. O envolvimento com amigos desviantes aumenta a probabilidade de o indivíduo cometer atos delitivos, mas, ao mesmo tempo, a atividade anti-social o levará a envolver-se com maior intensidade com pares delinquentes (Thornberry, 1996). Por meio destes mecanismos, agrava-se a situação de

risco do indivíduo, de forma que as condutas delinqüentes se cronificam. De alguma forma, tal conduta contribui para sua própria causação. Este modelo assume que existe um processo contínuo de interação entre o comportamento e seu ambiente. A própria conduta desviante é um elemento dinâmico que modela seu meio, criando um espiral de influências.

Em resumo, o modelo proposto por Thornberry (1987), além de analisar os antecedentes da conduta desviante, também presta atenção às suas conseqüências psicossociais, dado que estas desempenham um papel importante na sustentação dos comportamentos anti-sociais. Não obstante, mesmo as teorias expostas apresentando um significativo número de elementos contribuintes para explicação dos comportamentos anti-sociais, neste campo, ainda são escassos os modelos que se concentram especificamente nos fatores de proteção. Portanto, o desenvolvimento de estudos que primam por conhecer quais variáveis poderiam atuar inibindo os comportamentos anti-sociais torna-se de fundamental importância, sobretudo, no contexto brasileiro. A presente tese concentra-se nos fatores que priorizam orientações sociais fundamentadas na busca da inserção social do jovem, no seu ajustamento a padrões culturais e a papéis sociais que tornam a harmonia e a estabilidade social possível. Esta concepção dá origem ao que é proposto como Hipótese do *Compromisso Convencional e Afiliação Social*, descrita no capítulo a seguir.

2. Compromisso Convencional e Afiliação Social

A análise dos modelos expostos no capítulo anterior sugere a importância dos vínculos sociais e afetivos para a explicação do fenômeno delinquência. Teorias como a do desenvolvimento social (Catalano & Hawkins, 1997; Hawkins & Weis, 1985) e o modelo proposto por Elliott e cols. (1985a) indicam que a fragilidade desses vínculos é um dos elementos principais da etiologia e do desenvolvimento dos comportamentos anti-sociais. Com base nos pressupostos da teoria do controle social (Hirschi, 1969), tais modelos assumem que os impulsos desviantes que as pessoas presumivelmente compartilham são controlados por meio da adesão à sociedade convencional; aponta-se que os indivíduos com vínculos convencionais frágeis não se sentem “controlados” ou compelidos a aderirem a padrões convencionais de comportamento. Sob esta perspectiva, a frase “vínculo convencional frágil” expressa dois aspectos fundamentais: (1) a falta de compromisso com a sociedade convencional, seus valores, suas instituições e forças socializadoras (por exemplo, escola, religião); e (2) a debilidade da adesão e identificação com modelos de papéis convencionais, a exemplo dos pais, professores e familiares em geral (Petraitis & cols., 1995).

A fragilidade do vínculo convencional, além de predispor os comportamentos anti-sociais, promove sua continuidade e desenvolvimento por meio de aprendizagem social (Elliott & cols., 1985a). Um adolescente com vínculo convencional fraco tem possibilidade ampla de se envolver e/ou se identificar com indivíduos ou grupos desviantes e, conseqüentemente, maiores oportunidades para observar, imitar e sentir-se socialmente recompensado ao perpetrar atos anti-sociais. Logo, o vínculo convencional frágil torna o indivíduo vulnerável às pressões do meio, à aprendizagem e ao desenvolvimento de comportamentos desviantes. De modo oposto, quanto mais vinculado à sociedade convencional ele estiver, maior será a probabilidade de que venha a ponderar o que pode perder ao se associar com companheiros delinquentes (Hawkins, Catalano & Arthur, 2002;

Petraitis & cols. 1995). Segundo Hirchi (1969), esta análise de “custo/benefício” tende a aumentar se o adolescente está envolvido em atividades convencionais paralelas, como, por exemplo, a prática de esportes e o escotismo.

Diversos estudos dão suporte empírico a tal hipótese, Petraitis e cols. (1995), por exemplo, citam pelo menos 30 publicações nesta direção. No entanto, a maioria destas pesquisas aborda variáveis isoladas, e as que consideram fatores múltiplos tendem a se concentrar naqueles de risco. De fato, estudar tais fatores é um passo importante; para alguns, o primeiro passo na fundamentação de estratégias de prevenção empiricamente embasadas (Herrenkohl & cols., 2000; Nightingale & Fischhoff, 2003). Contudo, como reconhecem Hawkins e cols. (1992), alguns fatores de risco são muito difíceis de modificar ou sua modificação independe da vontade específica da pessoa diretamente envolvida (por exemplo, privação econômica, experiência de familiares com drogas, fatores fisiológicos). Portanto, a necessidade de conhecer que fatores poderiam inibir os comportamentos anti-sociais entre os jovens torna-se evidente. Tais aspectos, como já mencionado, contribuem para justificar a realização da presente tese, que se centra na *hipótese de compromisso convencional e afiliação social* (Petraitis & cols., 1995), representada didaticamente por duas facetas, intimamente interligadas, as quais são nomeadas a seguir:

Compromisso Social. Implica uma adesão à sociedade convencional em geral, aos seus valores e suas instituições socializadoras, especialmente à escola e religião. Os fatores desta faceta inibem os comportamentos anti-sociais, no sentido de que os indivíduos que se sentem envolvidos ou comprometidos com a sociedade convencional logram internalizar valores e padrões promotores de comportamentos tipicamente convencionais.

Compromisso Afetivo. Sugere que a adesão aos modelos de papéis convencionais, incluindo os professores, os membros da família e, especialmente, os pais, encoraja comportamentos convencionais e inibe aqueles desviantes. Portanto, indivíduos que

apresentam compromisso ou identificação com tais papéis são menos prováveis de manifestar comportamentos anti-sociais, principalmente porque estão “privados” do envolvimento com companheiros socialmente desviados (por exemplo, usuários de drogas ilícitas, vândalos).

Apesar da gama de fatores que poderiam ser incluídos como exercendo um papel importante para inibir os comportamentos anti-sociais, no marco do *compromisso convencional e afiliação social*, os quatro seguintes são freqüentemente citados (Benda & Corwyn, 2000; Hawkins & cols., 2002; Petraitis & cols., 1995): (1) *os valores sociais normativos*, (2) *o compromisso religioso*, (3) *o estilo parental autoritativo* e (4) *a identificação com grupos convencionais de referência*. Os dois primeiros fatores compõem a faceta *compromisso social*, enquanto os dois últimos representam o *compromisso afetivo*. É possível presumir que estas variáveis funcionam como moderadores dos efeitos da exposição ao risco, isto é, elas permitem que, em uma população exposta ao risco, alguns subgrupos podem negociar ou lidar mais eficazmente com esta ameaça, tornando-se menos vulnerável. Trata-se de assegurar a proteção por meio da promoção de respostas resilientes à exposição ao risco, diminuindo a vulnerabilidade do jovem e, por conseguinte, protegendo-o de envolver-se em comportamentos desviantes.

Neste marco, os fatores de proteção não devem ser vistos como uma oposição àquelas variáveis identificadas como fatores de risco. Se assim fosse, estar-se-ia unicamente distinguindo níveis extremos de uma mesma dimensão, o que pode não ser útil para explicar o envolvimento em comportamentos anti-sociais (ver Hawkins & cols., 1992). Tais fatores atuam produzindo as condições necessárias para que, mesmo sendo exposto a riscos, o jovem seja capaz de resistir (Little & col., 2004); ele seria menos vulnerável, por exemplo, à influência de amigos delinquentes, usuários de drogas ou pessoas que buscam o prazer em atividades arriscadas. Uma exposição mais detalhada dos

construtos (fatores de proteção) que compõem a *hipótese de compromisso convencional e afiliação social* pode ser contemplada a seguir.

2.1. Valores Humanos

Os valores humanos são estudados desde diferentes perspectivas. Referências sobre o tema podem ser encontradas em campos distintos, como filosofia, antropologia, sociologia e psicologia (Gouveia, 2003; Ros, 2001). Na psicologia e, mais precisamente, na psicologia social, as prioridades axiológicas têm sido amplamente exploradas, provavelmente pelo papel importante que exercem no processo seletivo das ações humanas (Rokeach, 1973). Bardi e Schwartz (2001) apontam os valores como um construto de relevância especial para o entendimento de diversos fenômenos sócio-psicológicos. De fato, pesquisas nesta direção corroboram a afirmação destes autores, demonstrando a importância dos valores para explicação, por exemplo, de atitudes e comportamentos ambientais (Coelho, Gouveia & Milfont, 2006), religiosidade (Schwartz & Huisman, 1995), preconceito (Vasconcelos, Gouveia, Souza Filho, Sousa & Jesus, 2004), consumo de drogas (Coelho Júnior, 2001) e, especialmente, comportamentos anti-sociais (Pimentel, 2004; Vasconcelos, 2004). A presente seção tem como propósito expor estudos que relacionam estes comportamentos e os valores humanos. No entanto, antes de apresentá-los de forma mais detalhada, torna-se necessário discorrer acerca de algumas das teorias mais proeminentes no estudo dos valores.

2.1.1. Rokeach e a Natureza dos Valores Humanos

Rokeach é, provavelmente, um dos autores que mais contribuiu para os estudos recentes sobre valores (Gouveia, Andrade, Milfont, Queiroga & Santos, 2003). Sua teoria parte de cinco pressupostos básicos: (1) o número de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; (2) independentemente da cultura na qual estejam inseridas, as

pessoas possuem os mesmos valores, diferenciando apenas o grau de importância atribuído a cada um deles; (3) os valores são organizados em sistemas de valores; (4) os antecedentes dos valores podem ser determinados pela cultura, pela sociedade e por suas instituições, além da própria personalidade dos indivíduos; e (5) as manifestações dos valores se dão em fenômenos considerados dignos de serem estudados e entendidos pelos cientistas sociais.

De acordo com Rokeach (1973, p. 5), um valor pode ser definido como “a crença duradoura de que um modo específico de comportamento ou estado final de existência é pessoal ou socialmente preferível a um modo de comportamento ou estado final de existência oposto ou inverso”. Em síntese, os valores podem ser entendidos como crenças prescritivas/proscritivas que permitem aos indivíduos julgarem objetos ou ações como desejáveis, indesejáveis, recomendáveis ou reprováveis. Os valores, segundo Rokeach (1973), distinguem-se em *instrumentais* (os comportamentos) e *terminais* (o próprio desejável). Os instrumentais podem ser *morais* e de *competência*. A violação destes últimos provoca sentimentos de vergonha ou de inadequação pessoal; já os primeiros (*morais*) correspondem a uma perspectiva interpessoal, provocando sentimentos de culpa quando são transgredidos. Os valores terminais também apresentam duas tendências, podendo estar centrados no indivíduo (*pessoais*) ou na sociedade (*sociais*). Uma compreensão dessa estrutura pode ser apreciada na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1. Tipos de valores instrumentais e terminais propostos por Rokeach (1973)

Tipos de Valores	
Terminais Estados finais de existência	Instrumentais Modos de comportamento
<p>Pessoais Centrados na própria pessoa, foco intrapessoal. Exemplos: salvação, harmonia interior.</p> <p>Sociais Centrados na sociedade, foco interpessoal. Exemplos: um mundo de paz, amizade verdadeira.</p>	<p>De competência Sua transgressão provoca vergonha, foco intrapessoal. Exemplos: lógico, inteligente.</p> <p>Morais Sua transgressão provoca culpa, foco interpessoal. Exemplos: honesto, responsável.</p>

Sob a perspectiva de Rokeach, os valores se estruturam em conjunto ou *sets* que conformam um sistema de valor, definido por ele como “uma organização duradoura de crenças referentes a modos de conduta ou estados finais de existência ao longo de um contínuo de relativa importância” (Rokeach, 1973, p. 5). O sistema de valor se organiza de forma hierárquica, em que cada valor é ordenado em função de sua prioridade ou importância em relação aos demais valores. Os valores podem se reordenar em função das prioridades, mas o sistema total de valores permanece relativamente estável ao longo do tempo. Segundo Gouveia (1998), a mudança ou reordenação dos valores é uma consequência tanto de experiências culturais e sociais como pessoais (por exemplo, desenvolvimento intelectual, grau de internalização de valores culturais e institucionais, identificação política). Este fenômeno é de grande importância para a compreensão das mudanças sociais (Rokeach, 1973), embora esta análise não seja o objetivo desta tese.

Outra qualidade importante deste modelo é a menção que o autor faz às funções dos valores. Para Rokeach (1973), os valores têm as seguintes funções: (1) *ego-defensiva*, uma vez que sentimentos ou ações pouco aceitas, pessoal ou socialmente, podem se transformar, por meio de processos de racionalização e formação defensiva, em algo mais aceitável, de modo que socialmente, sob a forma de valores, representem conceitos culturalmente justificáveis; (2) *de conhecimento ou auto-realização*, já que alguns valores,

implícita ou explicitamente, promovem a busca de significado e compreensão, o que implica em conhecimento e, concretamente, em auto-realização; (3) *critério de orientação* para posicionamentos diante de problemas, predisposição favorável ou não perante uma ideologia, tarefas como avaliar, julgar, emitir elogios a si e a outrem, comparar, persuadir, influenciar, racionalizar crenças, atitudes e comportamentos que de outro modo seriam pessoal ou socialmente condenados moralmente e necessários à manutenção da auto-estima; (4) *motivacional*, pois guiam as ações humanas em situações do dia-a-dia e fornecem expressão às necessidades humanas básicas; e (5) *adaptativa*, já que o conteúdo de certos valores (por exemplo, obediência, cordialidade, autocontrole) acentua diretamente modos de conduta ou estados finais que são de orientação adaptativa, ou orientados para a utilidade.

Como se observa, a publicação do livro *The nature of human values*, de Milton Rokeach (1973), trouxe contribuições significativas para a consolidação do avanço dos estudos sobre valores. Suas contribuições podem se resumidas nos seguintes termos: a proposta de uma abordagem que reuniu aspirações de diversas áreas, como a antropologia, a filosofia, a sociologia e, por suposto, a psicologia; a diferenciação dos valores de outros construtos com os quais costumavam ser relacionados, como as atitudes, os interesses e os traços de personalidade; a apresentação de um instrumento que, pela primeira vez, buscava medir os valores como um construto legítimo e específico; e, finalmente, a demonstração da centralidade dos valores no sistema cognitivo das pessoas, reunindo dados sobre seus antecedentes e conseqüentes (Gouveia, Martínez, Meira & Milfont, 2001).

Entretanto, segundo Gouveia e cols. (2001), na teoria de Rokeach alguns pontos resultam problemáticos, a exemplo do tipo de medida empregada, que é de natureza *ipsativa* (implica uma dependência entre as pontuações de um mesmo sujeito), a indefinição da estrutura dos valores e a restrição das amostras dos seus estudos, realizados,

principalmente, com estudantes universitários estadunidenses (ver Gouveia, 2003; Gouveia & cols., 2001). Frente a estas limitações, outros modelos teóricos têm sido propostos (Gouveia, 1998, Gouveia, Fischer & Milfont, 2008), entre os quais se destaca o de Shalom H. Schwartz e seus colaboradores (Schwartz, 2001; Schwartz & Bilsky, 1987, 1990).

2.1.2. O Conteúdo e a Estrutura Universais dos Valores

O modelo desenvolvido por Shalom H. Schwartz é, na atualidade, a principal referência no campo dos valores. De acordo com este autor, a concepção do valor como uma crença pertencente a fins desejáveis ou à forma de comportamentos, que transcendem situações específicas, que guia as ações humanas e se ordena por sua importância com relação a outros valores, é consensual na literatura da área (Schwartz, 1992, 2001; Schwartz & Bilsky, 1987, 1990). Entretanto, Schwartz aponta que, apesar da utilidade desta definição para diferenciar os valores de outros construtos (por exemplo, necessidade, atitudes), ela nada diz a respeito acerca do conteúdo substancial e da estrutura dos valores. Em função destas críticas, ele afirma que a identificação da estrutura das relações entre os valores permite avançar no estudo das associações entre um valor isolado e outras variáveis e, ao mesmo tempo, com o sistema global de valores (Schwartz, 2001).

Schwartz (2001) apresenta uma tipologia da estrutura e do conteúdo universais dos valores humanos, sugerindo sua validade tanto intra como intercultural. Apesar de incorporar elementos conceituais mencionados anteriormente, este autor reelabora seus conteúdos e define os “valores como metas desejáveis e trans-situacionais, que variam em importância, que servem como princípio na vida de uma pessoa ou de outra entidade social” (Schwartz, 2001, p. 55). Desta definição sobressaem algumas características importantes dos valores, a saber: (1) servem a interesses de alguma entidade social; (2) podem motivar a ação, dando-lhe direção e intensidade emocional; (3) funcionam como

padrões para julgar e justificar as ações; e (4) são adquiridos tanto pela socialização de valores do grupo dominante como por meio das experiências singulares dos indivíduos. Segundo Schwartz (2001), os valores expressam as necessidades inerentes à existência humana, sendo estes respostas para três requisitos universais: as necessidades humanas (organismo biológico), os motivos sociais (interação) e as demandas institucionais (bem-estar e sobrevivência dos grupos). Em função destes requisitos, ele deriva os dez tipos motivacionais descritos na Tabela 2.

Tabela 2. Tipos motivacionais de valores (Schwartz, 2001)

Definição	Exemplo de Valores	Fontes
<i>Poder.</i> Status social e prestígio, controle ou domínio sobre as pessoas e os recursos.	Poder social, Autoridade, Riqueza	Interação Grupo
<i>Realização.</i> Sucesso pessoal por meio da demonstração de competência, segundo os padrões sociais.	Bem sucedido, Capaz, Ambicioso	Interação Grupo
<i>Hedonismo.</i> Gratificação sensual e prazer para si mesmo.	Prazer, Apreciar a vida	Organismo
<i>Estimulação.</i> Excitação, novidade e desafio na vida.	Ousadia, Vida variada, Vida excitante	Organismo
<i>Autodireção.</i> Independência de pensamento e ação, criando, explorando.	Criatividade, Curiosidade, Liberdade	Organismo Interação
<i>Universalismo.</i> Compreensão, tolerância, estima e proteção para com o bem-estar de todas as pessoas e da natureza.	Tolerância, Justiça social, Igualdade, Proteção do meio ambiente	Grupo Organismo
<i>Benevolência.</i> Preservação e aumento do bem-estar das pessoas com quem se tem contato pessoal freqüente.	Prestativo, Honesto, Não rancoroso	Organismo Interação Grupo
<i>Tradição.</i> Respeito, compromisso e aceitação dos costumes e das idéias que a tradição cultural ou a religião fornecem.	Humilde, Devoto	Grupo
<i>Conformidade.</i> Contêm as ações, inclinações e impulsos que possam fazer mal ou causar sofrimento a outros, ou que violem as expectativas ou normas sociais.	Bons modos, Obediente, Honra aos pais e os mais velhos	Interação
<i>Segurança.</i> Segurança, estabilidade e harmonia da sociedade, dos relacionamentos ou da própria pessoa	Segurança nacional, Ordem social, Limpo	Organismo Interação Grupo

De acordo com esta teoria, os tipos motivacionais apresentam relações dinâmicas entre si. Schwartz (1992) esclarece que, quando se age tomando um dos valores como meta, as conseqüências práticas, psicológicas ou sociais podem ser conflitantes ou compatíveis com algum outro valor que se persiga. Esse padrão de compatibilidade e conflito entre os tipos motivacionais de valores é representado na Figura 1, onde os tipos conflitantes aparecem em direções opostas com relação ao centro da figura, enquanto aqueles compatíveis se situam adjacentes ao longo do círculo.

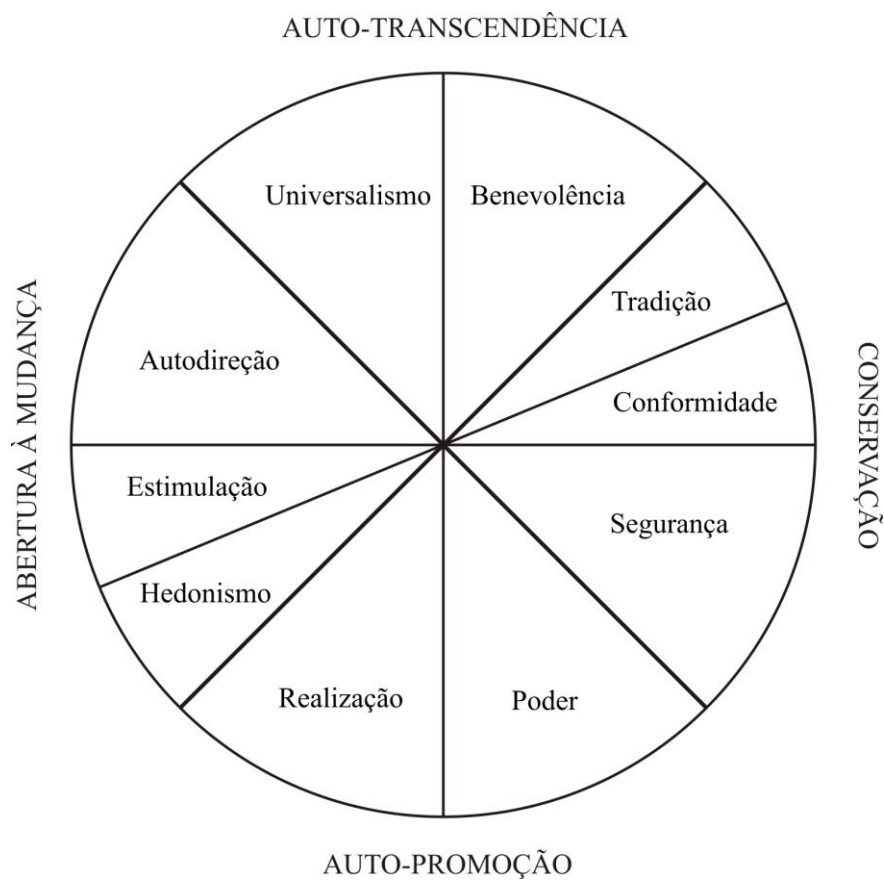


Figura 1. Estrutura Bidimensional dos Tipos Motivacionais (adaptado de Schwartz, 2001, p. 59).

Mesmo diferenciando tipos de valores, o modelo assume que os valores formam um contínuo de motivações, representado por uma estrutura circular (Figura 1). O entendimento desta proposição torna-se mais claro com a especificação da ênfase

motivacional compartilhada por cada um dos tipos valorativos subjacentes. Conforme a descrição de Schwartz (2001, pp. 58-59):

“a) *poder e realização* enfatizam a superioridade e a estima social; b) *realização e hedonismo* se concentram na satisfação pessoal; c) *hedonismo e estimulação* implicam a busca efetiva por excitação; d) *estimulação e autodireção* compartilham o interesse pela novidade e exploração; e) *autodireção e universalismo* expressam confiança no próprio julgamento e conforto com a diversidade da existência; f) *universalismo e benevolência* ocupam-se do bem-estar dos demais e de transcender interesses egoístas; g) *benevolência e conformidade* demandam comportamentos normativos que promovem relações próximas; h) *benevolência e tradição* promovem a dedicação ao próprio grupo; i) *conformidade e tradição* implicam subordinação do *self* em favor de expectativas sociais impostas; j) *tradição e segurança* destacam a preservação dos acordos sociais existentes para dar segurança à vida; k) *conformidade e segurança* enfatizam a proteção da ordem e harmonia nas relações; e l) *segurança e poder* sublinham a evitação ou superação do medo e das incertezas mediante o controle das relações e dos recursos.”

Esta estrutura ainda apresenta duas dimensões bipolares básicas. Cada pólo constitui um tipo de valor de ordem superior que combina dois ou mais dos dez tipos de valores. Uma das dimensões põe em oposição a Abertura a Mudanças (*Autodireção e Estimulação*) à Conservação (*Conformidade, Tradição e Segurança*); a outra opõe a Auto-Transcendência (*Universalismo e Benevolência*) à Auto-Promoção (*Realização e Poder*). Cabe destacar que o *Hedonismo* está relacionado tanto com a Abertura a Mudanças como com a Auto-Promoção (Schwartz, 2001). Como se pode perceber, e segundo o próprio Schwartz (2001), esta tipologia se assemelha a proposta de Rokeach (1973) em ao menos dois aspectos: adota o mesmo conceito de valor, com algumas reformulações, e utiliza como base a mesma metodologia para medi-los. Como já se comentou, a proposta teórica deste autor desfruta hoje de grande popularidade no meio científico e tem sido utilizada em diversos estudos da psicologia social, contudo não está isenta de falhas. Autores como Gouveia (1998) e Molpeceres (1994) têm levantado uma série de questões acerca deste modelo.

2.1.3. Os Valores Materialistas e Pós-materialistas de Inglehart

Se Schwartz é considerado, na atualidade, um dos autores mais proeminentes nos estudos sobre valores no campo da psicologia, Ronald Inglehart é, sem dúvida, possuidor do mesmo prestígio nas ciências sociais e políticas (Gouveia, 1998). Desde a década de 1970, este autor tem realizado pesquisas acerca da transmissão cultural em sociedades industrializadas; a ênfase de seus estudos reside, fundamentalmente, nas mudanças no plano dos valores e das práticas dos indivíduos de diferentes gerações (Inglehart, 1991). Com base na teoria das necessidades de Maslow (1954/1970), Inglehart (1977, 1991) sugere que os valores concentram-se em duas dimensões: *materialista*, relacionada com as necessidades fisiológicas, e *pós-materialistas*, associada às necessidades sociais e de atualização.

Segundo Inglehart (1977), a transição cultural de valores materialistas para pós-materialistas produz modificações na concepção de existência dos indivíduos. Tais alterações ocorrem de forma progressiva, uma vez que são reflexo da evolução nas múltiplas experiências vivenciadas pelas diferentes gerações. Deste modo, diante de transformações na sociedade, as gerações mais antigas preservam os valores tradicionais, mas, ao mesmo tempo, também evidenciam o cenário cultural por meio de novos matizes e com intensidades distintas. As gerações mais novas se situam na condução das orientações culturais e, pouco a pouco, vão substituindo as gerações precedentes; estes aspectos produzem inevitavelmente modificações na mentalidade e no sentido dos valores vigentes e legitimados socialmente.

As pesquisas conduzidas por Inglehart (1991) corroboram a existência de uma evolução nos sistemas de valores de países menos e mais desenvolvidos. Dentro de cada país, os resultados demonstram diferenças significativas entre as prioridades valorativas de indivíduos jovens e velhos, ricos e pobres. Seus estudos conduzem ao pensamento de que,

com grande probabilidade, na maioria dos países, as transformações nas prioridades valorativas seguem uma trajetória previsível, devendo-se reconhecer que as diferenças culturais tradicionais não desaparecem (Inglehart & Baker, 2000). As transformações culturais são ilustradas por Inglehart (1994) por meio de uma dimensão com dois pólos, correspondendo ao materialismo e pós-materialismo, descritos a seguir:

Materialismo diz respeito à predominância de valores tradicionais e religiosos. As sociedades situadas no pólo tradicional privilegiam a religião e os valores tradicionais relacionados à família, promovem a existência de famílias numerosas e defendem a vida; são contra o aborto, a eutanásia e o suicídio. Nestas sociedades, produz-se uma preferência pelo conformismo social; ante às iniciativas individuais, privilegia-se o consenso; mais que o conflito político, valoriza-se o respeito criado em torno da autoridade local.

Pós-materialismo é relacionado com o trânsito ou a modificação dos valores de subsistência frente aos valores de auto-realização, expressividade e bem-estar. As sociedades que priorizam valores de subsistência caracterizam-se por níveis relativamente baixos nos indicadores de bem-estar objetivo (saúde, educação, renda etc.) e de confiança interpessoal. De acordo com Inglehart (1991), ao conhecer a posição relativa de uma sociedade sobre uma variável como a religião, o pesquisador poderá predizer sua posição relativa com relação a outros valores e orientações que adotam nos planos político, econômico, educacional etc.

Segundo Gouveia (1998, p. 273), “parece adequado concluir que ‘existe’ uma estrutura trans-cultural dos valores”. Não obstante, o que não se sustenta é a hipótese de que as orientações *materialista* e *pós-materialista* se apresentem em pólos opostos. De acordo com este autor, em alguns países é mais provável que estas dimensões se confundam ou se mesquem, sem contar que a proposta de um modelo dicotômico parece pouco adequada para o estudo dos valores. Em função das restrições deste modelo,

Gouveia (1998, 2003) apresenta uma tipologia nova acerca da natureza e função dos valores humanos.

2.1.4. A Teoria Funcional dos Valores Humanos

Em sua revisão dos principais referenciais teóricos no campo dos valores, Gouveia (1998) identificou que, em geral, os modelos sobre valores não apresentam critérios na hora de identificar a fonte e a natureza deste construto. Segundo ele, raramente as propostas teóricas partem de uma concepção de *homem*, o que pode sugerir a composição de uma lista de valores tanto positivos como negativos (contra-valores). Além disso, destaca que autores como Schwartz (1992) incluem, em seus modelos, valores sem conteúdo ou direção clara (por exemplo, limpo) e omitem outros de fundamental importância, como critérios de orientação do comportamento (por exemplo, sobrevivência). Rokeach (1973), de quem Schwartz deriva 40% dos valores utilizados em seu modelo, assume que a eleição dos valores que compõem seu instrumento foi intuitiva. Inglehart (1990), apesar de reconhecer a teoria das necessidades de Maslow como a base de sua teoria, não intenciona, com seu modelo, prever comportamentos sociais, mas comparar culturas, por meio de uma dimensão bipolar dos valores (materialismo e pós-materialismo).

Partindo destas críticas, mas sem deixar de reconhecer as contribuições dos modelos existentes, Gouveia (1998, 2003, Gouveia & cols., 2008) propõe um modelo alternativo, mais parcimonioso e que, apesar de ainda pouco difundido no contexto internacional, tem apresentado padrões satisfatórios de adequação. De acordo com Gouveia e cols. (2008), os valores são critérios de orientação que guiam as ações do homem e expressam as suas necessidades básicas. Sua concepção de valores inclui três suposições teóricas, a saber: (1) assume a natureza benevolente do ser humano; (2) os valores são representações cognitivas das necessidades individuais, demandas da sociedade e

institucionais, que restringem os impulsos pessoais e asseguram um ambiente estável e seguro; e (3) todos os valores são terminais, ou seja, expressam um propósito em si, sendo definidos como substantivos.

O modelo acerca da natureza motivacional dos valores humanos, desenvolvido por Gouveia, tem como foco principal as funções dos valores. Este autor aponta que são poucos os estudos que fazem referência a este aspecto, e a partir da análise dessas publicações identifica duas funções consensuais dos valores: eles guiam as ações do homem (tipo de orientação) e expressam suas necessidades (tipo de motivador). Outro aspecto inovador do modelo se refere à inclusão do critério de orientação central. Rokeach (1973) divide os valores terminais em sociais, que compreendem àqueles de caráter interpessoal, e pessoais, considerados de foco intrapessoal. Revisando estudos empíricos sobre o tema, Gouveia (2003) observou que alguns valores figuram entre e são congruentes com os pessoais e sociais; tais valores são denominados por ele de *centrais*, indicando seu caráter central ou adjacente.

Segundo este autor, embora não haja uma correspondência perfeita entre necessidades e valores, é possível identificá-los como expressões das necessidades humanas; todos os valores podem ser classificados em termos *materialistas* (pragmáticos) ou *humanitários* (idealistas). Valores materialistas referem-se a idéias práticas, e a ênfase nestes valores implica numa orientação para metas específicas e regras normativas. Valores humanitários demonstram uma orientação universal, baseada em princípios mais abstratos e idéias. Tais valores são coerentes com um espírito inovador, sugerindo menos dependência de bens materiais. A partir destas considerações, Gouveia e cols. (2008) apresentam a estrutura teórica de seu modelo de valores.

As duas dimensões funcionais dos valores formam dois eixos principais, sendo o eixo horizontal correspondente ao *tipo de orientação* e o vertical ao *tipo de motivador*.

Tais dimensões podem ser combinadas em uma estrutura três por dois, ou seja, com três critérios de orientação (social, central e pessoal) e dois tipos de motivadores (materialistas e humanitários), compondo seis quadrantes: social-materialista, social-humanitário, central-materialista, central-humanitário, pessoal-materialista e pessoal-humanitário. A partir das interações dos valores ao longo dos eixos, são identificadas seis sub-funções distribuídas equitativamente nos critérios de orientação *social* (interacionais e normativos), *central* (suprapessoal e existência) e *pessoal* (experimentação e realização). Deste modo, os tipos de motivadores são representados por meio de três sub-funções cada: no tipo materialista localizam-se os valores de *existência*, *realização* e *normativos*, e no humanitário, os *suprapessoais*, de *experimentação* e *interacionais*. Uma apresentação esquemática destas interações pode ser observada na Figura 2, sendo a descrição de cada uma das sub-funções apresentada em seguida.

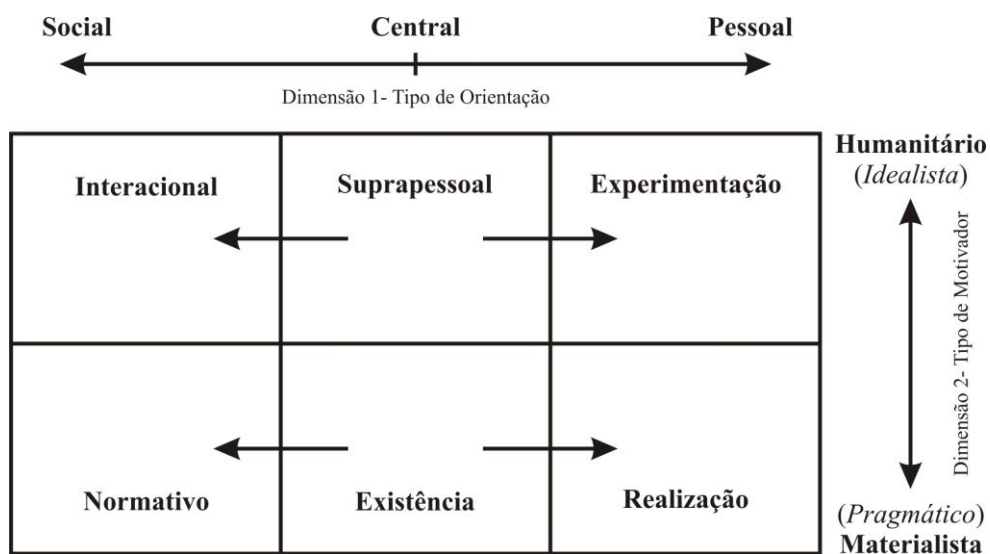


Figura 2. Facetas, dimensões e sub-funções dos valores básicos (adaptado de Gouveia & cols., 2008)

Valores de Existência. São compatíveis com as orientações social e pessoal dentro do domínio motivador materialista; o propósito principal destes valores é assegurar as condições básicas de sobrevivência biológica e psicológica. Estes valores são referência

para os valores de realização e normativos, e são os mais importantes na representação do motivador materialista (*estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência*).

Valores de Realização. Representam o motivador materialista com orientação pessoal; pessoas orientadas por tais valores são focadas em realizações materiais e buscam praticidade em decisões e comportamentos (*êxito, poder e prestígio*).

Valores Normativos. Expressam uma orientação social, sendo focados em regras sociais, e um princípio-guia materialista, que reflete a importância da preservação da cultura e das normas sociais. Estes valores enfatizam a vida social, a estabilidade grupal e o respeito por símbolos e padrões culturais que prevaleceram durante anos. A obediência é valorizada acima de qualquer coisa (*obediência, religiosidade e tradição*).

Valores Suprapessoais. Apresentam orientação central e motivador humanitário. Os seres humanos possuem uma necessidade biológica por informação (curiosidade) que os conduzem a uma melhor compreensão e domínio do mundo físico e social. Esta sub-função é referência para os valores interacionais e de experimentação, e é a mais importante na representação do motivador humanitário (*beleza, conhecimento e maturidade*).

Valores de Experimentação. São representados pelo motivador humanitário, com uma orientação pessoal; contribuem para a promoção de mudança e inovação na estrutura das organizações sociais (*emoção, prazer e sexualidade*).

Valores Interacionais. Correspondem às necessidades de pertença, amor e afiliação, enquanto estabelecem e mantêm as relações interpessoais do indivíduo. Representam o motivador humanitário com orientação social (*afetividade, apoio social e convivência*).

Finalmente, Gouveia e cols. (2008) apresentam a hipótese da congruência entre os valores; eles observaram que as correlações entre as sub-funções dos valores são predominantemente positivas, podendo variar entre os indivíduos em termos de força. Segundos tais autores, apesar dos termos “congruência” e “compatibilidade” serem

frequentemente tidos como sinônimos, é preciso fazer algumas considerações. Congruência refere-se à consistência interna do sistema funcional dos valores, já a compatibilidade sugere a validade discriminante destas sub-funções em relação a critérios externos. No modelo, a congruência entre as sub-funções dos valores pode ser representada pela figura de um hexágono (Figura 3).

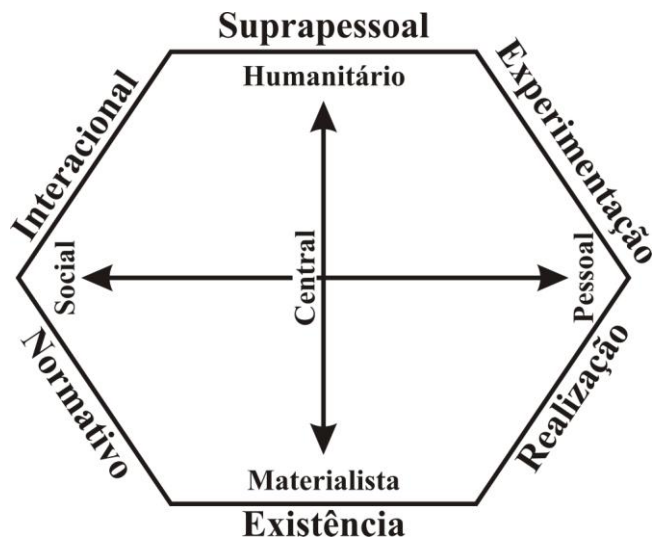


Figura 3. Estrutura da congruência das sub-funções dos valores básicos (adaptado de Gouveia & cols., 2008).

O hexágono sugere três níveis de congruência: (1) *Congruência baixa*. Concentra as sub-funções que apresentam diferentes orientações e motivadores; estas se localizam em lados opostos do hexágono. Por exemplo, valores de experimentação e normativos, e valores de realização e interacionais. Os autores apontam que a baixa congruência deve-se ao princípio-guia relativamente independente destes grupos de valores; (2) *Congruência moderada*. Reúne as sub-funções com o mesmo motivador, mas com orientações diferentes; corresponde aos pares de sub-funções dos valores de realização-normativo e experimentação-interacional, cujas metas são extrínsecas e intrínsecas, respectivamente; e (3) *Congruência alta*. Agrupa os valores com a mesma orientação, mas com motivador

diferente; esta corresponde aos pares experimentação-realização e normativo-interacional, situados em lados adjacentes do hexágono.

Gouveia e cols. (2008) ressaltam que os valores de existência e suprapessoais não foram incluídos na hipótese de congruência por duas razões teóricas. Primeiro, por serem valores centrais, estes apresentam correlações positivas e fortes com todas as outras sub-funções; os valores de existência apresentam correlações mais fortes com os de realização e normativos, e os valores suprapessoais com os de experimentação e interacionais. Segundo, a não inclusão destas sub-funções está relacionada com firme distinção teórica entre os valores; a diferença principal dentro do sistema de valores ocorre entre os sociais e pessoais, e não entre os materialistas e humanitários, porque aqueles refletem a unidade principal de sobrevivência (indivíduo ou sociedade). Ao longo dos anos, diversos estudos têm corroborado a adequabilidade deste modelo por meio dos parâmetros psicométricos e de sua relação com outros construtos (Chaves, 2006; Coelho Júnior, 2001; Formiga, 2002; Maia, 2000; Pimentel, 2004; Vasconcelos, 2004). Como se pode constatar, o mesmo apresenta vantagens contundentes frente às demais teorias até aqui expostas, o que o faz ser adotado como referencial na presente tese.

2.1.5. Valores Humanos e Comportamentos Anti-sociais

É possível que os valores humanos compreendam uma das variáveis mais mencionadas como relacionada com os comportamentos anti-sociais (Coelho Júnior, 2001; Formiga, 2002; Tamayo, Nicaretta, Ribeiro & Barbosa, 1995). No entanto, a menção que se faz deste construto é geralmente muito vaga, como se observa em Petraitis e cols. (1995). De acordo com o que se verifica na literatura, os valores surgem como um fator de proteção no marco das teorias sociológicas clássicas de controle social (Hirschi, 1969). Estes passam, então, a serem contemplados em diversos estudos da área, mas sempre de modo superficial e auto-explicativo, como se a própria menção aos valores não carecesse

de uma estruturação teórica. Fala-se em sistemas de valores que diferenciam delinquentes dos não delinquentes, mas sem indicar precisamente que valores estão sendo considerados (ver Gordon, Short Jr., Cartwright & Strodtbeck, 1970; Kobrin, 1970).

No campo da psicologia, especificamente, os valores têm tradicionalmente recebido pouca atenção na explicação dos comportamentos anti-sociais. Porém, nos últimos dez anos este quadro parece começar a se modificar com o aparecimento de alguns estudos mais sistemáticos. Por exemplo, Romero e seus colaboradores (2001) referem-se aos valores humanos como um explicador direto dos comportamentos anti-sociais entre os adolescentes espanhóis. Sua abordagem, entretanto, foi tipicamente exploratória, derivando os valores em função das amostras consideradas (adolescentes delinquentes vs. não delinquentes), dificultando comparações e mesmo a replicação dos seus resultados. Apesar desta limitação, seu estudo teve o mérito de considerar jovens estudantes, isso porque a maioria das pesquisas se limita a um delineamento “*known-groups*”, isto é, compara adolescentes institucionalizados com os não-institucionalizados, assumindo que estes não são delinquentes. Em resumo, seus resultados evidenciam a importância dos valores para entender os comportamentos anti-sociais. Especificamente, as pontuações nos fatores religiosidade (amostra de rapazes, $n = 435$) e convencionalismo (amostra de moças, $n = 529$) se correlacionaram negativamente com a pontuação total da medida de comportamentos anti-sociais ($r = -0,20$ e $-0,30$, respectivamente).

Tamayo e cols. (1995) também procuraram conhecer a importância dos valores para explicar um tipo específico de conduta socialmente desviante: o consumo de drogas. Sua amostra foi composta por estudantes universitários que faziam uso de drogas pelo menos uma vez durante a semana (grupo experimental, $n = 92$) e aqueles que relataram nunca terem consumido drogas (grupo controle, $n = 102$). Comparando as pontuações destes grupos em relação aos tipos motivacionais de valores de Schwartz (Tamayo & Schwartz,

1993), observaram que o tipo conformidade tinha um papel de proteção da conduta de consumir drogas. Portanto, pessoas que assumem como prioritários em suas vidas valores desta natureza (por exemplo, autodisciplina, bons modos e obediência), procuram limitar suas ações, inclinações e impulsos que possam prejudicar outros e violar expectativas ou normas sociais, sendo menos prováveis apresentarem comportamentos anti-sociais.

Resultados semelhantes foram observados no estudo efetivado por Konty (2005), cujo propósito foi verificar o quanto a “microanomalia” (experiência vivenciada por indivíduos cujos valores de autopromoção suplantam os de autotranscendência) poderia contribuir para predição de atitudes e comportamentos anti-sociais. O estudo contou com a participação de 177 estudantes universitários de ambos os sexos que responderam o *Schwartz Value Survey* (SVS; Schwartz, 1992) e duas medidas comportamentais e atitudinais referentes a comportamentos desviantes. De acordo com os resultados, estudantes que priorizam valores de autopromoção em detrimento dos de autotranscendência apresentam atitudes favoráveis aos comportamentos anti-sociais; a “microanomalia” predisse as atitudes desviantes ($\beta = 0,20$, $p < 0,001$, $R^2 = 0,09$), que, por sua vez, apresentaram efeito direto e significativo nos comportamentos anti-sociais.

Buscando analisar a relação dos valores terminais (Rokeach, 1973), uso de drogas, delinqüência e comportamento sexual, Goff e Goddard (1999) desenvolveram uma pesquisa que contou com a participação de 544 estudantes de ensino médio. Por meio das repostas à lista de valores de Kahle (LOV; Kahle, 1983), os participantes foram classificados de acordo com suas prioridades valorativas, sendo comparados os grupos com relação aos indicadores de uso de substância, atividade sexual e delinqüência. Nos grupos onde a prioridade se concentrou em valores relacionados com a diversão/prazer e segurança, observaram-se pontuações significativamente elevadas nos comportamentos delinqüentes e no uso de substâncias. Nos grupos que priorizavam auto-respeito,

reconhecimento social, sentimentos de realização, amabilidade e pertença, as pontuações nos comportamentos delinquentes e uso de drogas foram claramente opostas àquelas do primeiro grupo.

Como se observa, não são todos os valores que atuam como um inibidor (fator de proteção) dos comportamentos socialmente desviantes, mas sim aqueles que põem ênfase na manutenção do *status quo* (convencionalismo, religiosidade e conformidade). Estes resultados são reforçados pelas pesquisas realizadas no Brasil por Coelho Júnior (2001), Pimentel (2004) e Vasconcelos (2004). O primeiro destes estudos observou que a importância dada a valores normativos (religiosidade, tradição e obediência) se correlacionou inversamente com um índice de potencial usuário de drogas – maconha e álcool – ($r = -0,25, p < 0,001$). De modo análogo, no segundo estudo, desenvolvido por Pimentel (2004), os mesmos valores apresentaram correlações inversas com as atitudes favoráveis frente ao uso de maconha ($r = -0,30, p < 0,001$) e os comportamentos anti-sociais ($r = -0,30, p < 0,001$) e delitivos ($r = -0,21, p < 0,001$); resultados que foram corroborados pelo terceiro estudo (Vasconcelos, 2004). Neste sentido, os estudos a respeito deveriam se centrar neste conjunto de valores, procurando conhecer em que medida poderia explicar os comportamentos anti-sociais. Portanto, em conformidade com o anteriormente exposto, parece plausível esperar que os valores sociais normativos desempenhem um papel importante como um fator inibidor dos comportamentos anti-sociais.

2.2. Religião, Religiosidade e Compromisso Religioso

A religião pode ser considerada uma manifestação característica da humanidade, bem como um aspecto presente em todas as raças e culturas, o que a faz ser compreendida como um fenômeno universal e tipicamente humano (Wilges, 1994). Segundo Rampazzo (1996), o homem vem desenvolvendo atividades religiosas desde sua primeira aparição no

cenário da história. Hellern, Notaker e Gaarder (2000) apontam que questões existenciais (por exemplo, quem é o homem, de onde veio, para onde vai) sempre estiveram presentes em todas as culturas e que, embora nem sempre expressas de maneira sucinta, estas questões formam a base das diferentes religiões. Nesta direção, a religião se constitui, também, como um fato humano, cultural, social e histórico, ou seja, a experiência religiosa se desenvolve na experiência da vida em sociedade (Oliveira, 1998), tendo as crenças e os costumes religiosos uma influência forte na formação dos sistemas de valores morais, sociais e, inclusive, políticos e econômicos (Basáñes & Moreno, 1994).

O termo “religião”, apesar de largamente utilizado entre os cientistas sociais, não goza de unanimidade em suas definições (Wilges, 1994). Desde as tentativas semânticas até os esforços mais objetivos de tratá-la, percebe-se que durante muito tempo o que realmente se obteve foram conceitos e definições parciais, as quais serviram para orientar o método e a pesquisa neste campo (Mendonça, 1998). Sob a ótica de Durkheim (1912/2003), a religião só pode ser definida em função das características que se encontram por toda parte do globo terrestre onde houver religião. Com isso, pode-se dizer que qualquer tentativa de definição pode apresentar limitações ou mesmo ser incoerente. Não obstante, um aspecto não deve deixar de ser ressaltado na caracterização e definição da religião: o fato de ser atribuído um dom sobrenatural a tudo que é religioso.

De acordo com Wilges (1994, p. 15), em sentido real objetivo, a “religião é o conjunto de crenças, leis e ritos que visam um poder que o homem, atualmente, considera supremo, do qual se julga dependente, com o qual pode entrar em relação pessoal e pode obter favores”; em sentido subjetivo é “o reconhecimento pelo homem de sua dependência em relação a um ser supremo e aceitação de várias crenças, leis e ritos referentes a este ser”. Em sua obra, Hellern e cols. (2000, p. 17) apresentam alguns conceitos de religião, entre os quais o de Schleiermacher, que a define como “um sentimento ou uma sensação de

absoluta dependência”, e o de Tiele, quando diz que a “religião significa a relação entre o homem e o poder sobre-humano no qual ele acredita ou do qual se sente dependente”.

Adicionalmente, o termo “religião” ainda pode ser entendido como um conjunto de sentimentos, atos e experiências do ser humano, em sua solidão, enquanto se situa numa relação com o divino; esta seria uma relação entre o ser humano e qualquer outra coisa, desde que ele a conceba como sendo realidade última dotada de significado (ver Hellern & cols., 2000). Embora seja evidenciada uma pluralidade de conceitos e definições de religião e, mesmo sabendo que toda a tentativa de definição será incompleta devido à multidimensionalidade do fenômeno religioso, verifica-se uma convergência de idéias que incluem a dependência do homem em relação a um ser supremo e a necessidade de seguir determinadas crenças de cunho religioso.

Cabe ainda considerar que, muitas vezes, os termos “religião” e “religiosidade” são usados como equivalentes, levando à idéia de que a religiosidade é um componente exclusivo da religião. Desta maneira, possuiria religiosidade só o indivíduo comprometido com uma forma institucional de religião, isto é, com uma religião organizada (Mendonça, 1998). Crer em um deus pessoal ou numa realidade transcendente, a importância de um deus na vida, obtenção de consolo na religião, ter momentos de oração ou contemplação; todos estes traços e atitudes referem-se ao que se denomina de religiosidade. Ser religioso pode resultar, por exemplo, em apenas uma orientação axiológica, embora o indivíduo não pertença ou não se sinta atraído por nenhuma religião institucional (Halman & Moor, 1994). A religião, por sua vez, no sentido institucional, deve ser entendida como uma forma explícita, organizada e reconhecível de crenças e práticas, com doutrina e ética peculiares a determinado grupo social (Mendonça, 1998).

Considerando a religiosidade enquanto construto, observa-se que sua estrutura fatorial não se constitui em um ponto pacífico para as ciências sociais. Schwartz e

Huismans (1995) citam diversos estudos que abordam esta questão, e reconhecem que a medida de religiosidade como fenômeno multidimensional e/ou variável unidimensional depende do propósito e no contexto da pesquisa. Um desses estudos é o de Roof (1979), no qual se menciona que a religiosidade deve ser considerada como unidimensional quando (1) a pesquisa busca observar sua relação com atitudes culturais ou valores humanos, (2) há um mesmo *set* de hipóteses para diferentes religiões e (3) as amostras estudadas são da população geral, que é heterogênea. Para considerá-la como multidimensional, faz-se necessário identificar seus componentes, conceituá-los e operacionalizá-los. A sistematização deste conjunto de fatores pode ser denominada de compromisso religioso.

A religiosidade pode, ainda, ser considerada como um valor humano e, por conseguinte, ser utilizada em tipologias que pretendam contemplar os valores básicos ou universais (ver Gouveia, 1998; Schwartz, 1994). No âmbito da presente tese, pretende-se analisar o compromisso religioso; como dito anteriormente, este pode ser avaliado por um conjunto de variáveis ou indicadores. Nesta direção, uma das alternativas seria medir este compromisso por meio de variáveis, como: crenças, conhecimentos, experiências, práticas rituais e práticas devocionais (Davidson, 1975). Finney (1978), por exemplo, apresenta um modelo hierárquico relacionando estes fatores e outras variáveis de caráter descritivo, como sexo, estado civil e idade. Apesar de seu caráter heurístico, o modelo apresentado por este autor parece pouco adequado para pesquisas que envolvem contextos caracterizados pela diversidade religiosa, sobretudo porque não especifica os meios pelos quais todas estas variáveis podem ser mensuradas.

Outro aspecto importante a ser considerado na avaliação do compromisso religioso refere-se à distinção entre compromisso e envolvimento (Longshore, Chang, Hsieh & Messina, 2004). Em muitos casos, o compromisso é analisado a partir de itens que abordam implicitamente ou explicitamente o tempo gasto em atividades ou metas

religiosas (Krohn, Massey, Skinner & Lauer, 1983). De fato, a frequência com que se pratica uma atividade religiosa é reconhecida na literatura como uma variável importante (Johnson, De Li, Larson & McCullough, 2000). Entretanto, estudos que avaliam o compromisso por meio de itens exclusivamente desta natureza podem não alcançar dados confiáveis acerca do compromisso religioso de seus participantes; embora compromisso implique em envolvimento, o envolvimento religioso não necessariamente representa o compromisso.

Nos diversos estudos encontrados sobre o tema, a religiosidade ou o compromisso religioso tem sido mensurado por um número diversificado de fatores (Johnson & cols., 2000). Dentre as muitas variáveis incluídas, encontram-se: a importância atribuída à religião na vida, o envolvimento religioso, as medidas de crença religiosa, as práticas religiosas, a participação em atividades ligadas à religião, o tempo dedicado para estas atividades e os valores relacionados à religiosidade (Dalgarrondo, Soldera, Corrêa Filho & Silva, 2004). Como recomendado por Gorsuch e McFarland (1972), na presente tese o compromisso religioso é avaliado por múltiplas variáveis que envolvem aspectos centrais, como: a) o nível de religiosidade ou a percepção do quanto se é religioso; b) a frequência às reuniões religiosas; c) a afiliação religiosa; e d) as crenças e as práticas religiosas, representadas por um conjunto de pensamentos e ações específicos de cada grupo religioso. Espera-se que a congruência destes indicadores proporcione um índice fidedigno e parcimonioso do compromisso religioso, permitindo analisar sua relação com os comportamentos anti-sociais.

A influência do compromisso religioso na explicação da delinquência ainda tem sido motivo de debate entre os pesquisadores. Segundo Tittle e Welch (1983), esta controvérsia origina-se basicamente no fato de que muitos destes autores utilizam, em suas pesquisas, métodos pouco precisos de análise. Nos últimos anos, diversas publicações têm

apontado para a importância do compromisso religioso como um inibidor dos comportamentos anti-sociais. Recentemente Johnson e cols. (2000) realizaram uma revisão dos estudos, nos quais as variáveis religiosidade e delinquência foram consideradas; os resultados demonstraram que geralmente a religiosidade se correlaciona negativamente com os comportamentos desviantes. Estes aspectos reforçam a importância da inclusão deste construto neste marco teórico.

Antes de explorar um pouco mais a relação entre compromisso religioso e comportamentos anti-sociais, procura-se apresentar algumas das contribuições teóricas principais para o estudo da religião ou religiosidade. Provavelmente, estes são fenômenos estudados por um número amplo de áreas do conhecimento. Portanto, agrupar em um único volume os estudos sobre o tema requereria seguramente do pesquisador exclusiva dedicação. Além disso, por mais sistemática que tente ser a exposição, não conseguiria fugir completamente da arbitrariedade. Autores como Durkheim, Weber e Berger, na sociologia, James, Freud e Jung, na psicologia, e outros de campos como a antropologia e a teologia são reconhecidos por suas contribuições importantes no estudo do fenômeno religioso. No entanto, em função dos objetivos desta tese e da perspectiva empírica que adota, sua exposição teórica sobre o tema concentra-se na revisão proposta por Lotufo Neto (1997), que se pautou nas tipologias referidas a seguir.

2.2.1. A religião Intrínseca e Extrínseca de Allport

Em seu livro clássico, *O indivíduo e sua religião*, publicado em 1950, Allport afirma que as pessoas usam a religião de duas formas: uma madura, cuja aproximação religiosa é dinâmica, de mente aberta e capaz de manter relações entre as inconsistências; e outra imatura, que é auto-provedora e que geralmente representa os estereótipos negativos que se tem sobre a religião. Após revisar estas definições, Allport apresentou dois novos conceitos, que são atualmente utilizados em diversos estudos sobre o tema: os de religião

“intrínseca” e “extrínseca” (Allport, 1950; Allport & Ross, 1967). A religião intrínseca é a crença profunda, na qual o indivíduo encontra a estrutura fundamental da sua existência, que dá significado à vida e em termos da qual tudo compreende; enquanto a extrínseca é a religião do conforto e da convenção social, e constitui um elemento auto-suficiente que satisfaz o sujeito (Kahoe, 1985; Reitsma, Scheepers & Janssen, 2007)

O religioso do tipo intrínseco é comprometido. Trata-se de uma pessoa que vive a religião como um fim em si mesmo, buscando mais seus princípios do que suas conseqüências; preocupa-se com padrões morais, disciplina, consistência entre suas crenças e suas práticas, consciência e resistência às pressões externas para se desviar (Reitsma & cols., 2007). O extrínseco busca conforto na convenção social; é utilitário, busca seus próprios interesses e subordina a religião aos seus objetivos não-religiosos. Neste caso, a religião pode apresentar utilidade para aspectos, como: segurança, consolo, sociabilidade, distração, *status* e auto-justificação; o envolvimento religioso é caracterizado pela busca das próprias necessidades (Allport & Ross, 1967).

Allport (1950) relacionou estas dimensões com a personalidade e os níveis de maturidade dos indivíduos. Enquanto a religiosidade intrínseca é apresentada por pessoas equilibradas e sensatas, a extrínseca é própria dos mais inseguros e imaturos. Conforme Lotufo Neto (1997), a religiosidade extrínseca correlaciona-se positivamente com preconceito, dogmatismo, ansiedade do tipo traço, medo da morte; correlaciona-se negativamente com altruísmo. Patock-Peckham, Hutchinson, Cheong e Nagoshi (1998) observaram que religiosos intrínsecos exibem maior controle frente ao consumo de álcool. No entanto, a comparação destes resultados com os de outros estudos permitem concluir que algumas destas proposições não são consensuais. No estudo levado a cabo por Haerich (1992), a religiosidade intrínseca demonstrou-se negativamente correlacionada com medidas de permissividade sexual e a extrínseca positivamente. Porém, outros autores

observaram que religiosos intrínsecos tendem a ser mais preconceituosos com relação aos homossexuais do que os extrínsecos (por exemplo, Bassett & cols., 2001). Estes aspectos parecem refletir as diversas críticas levantadas com relação aos conceitos de religiosidade intrínseca e extrínseca (para uma revisão, ver Donahue, 1985).

Segundo Donahue (1985), a dimensão intrínseca pode ser útil como um indicador de religiosidade, uma vez que não contempla crenças religiosas associadas com determinados grupos, nem orientações teológicas específicas (por exemplo, liberal, conservador). Segundo este autor, a falta de conteúdo doutrinário e a definição aberta de religião tornam a medida dessa dimensão aplicável a pessoas não-cristãs e até mesmo a participantes sem afiliação religiosa; o que não ocorre com a dimensão de religiosidade extrínseca, dada a sua vinculação com aspectos mais práticos da vida religiosa. Kirkpatrick e Hood (1990) vêem este aspecto como uma falha, assinalando que a definição de religiosidade intrínseca parece pobre tanto conceitual como empiricamente. Apesar de considerarem o conceito de religiosidade extrínseca bem construído, concluem que Allport não considera o conteúdo e a natureza das crenças as quais os indivíduos podem se dedicar. Afirmam, ainda, que o instrumento proposto por Allport (1950; Allport & Ross, 1967) compõe-se de itens que podem sofrer influência forte da desejabilidade social (Hathaway & Pargament, 1990). Estes são alguns dos motivos que levaram pesquisadores como Batson (1976) a redefinir e ampliar os conceitos de religiosidade intrínseca e extrínseca.

2.2.2. Batson e a Religiosidade dos Tipos Meio, Fim e Busca

De acordo com Batson (1976), apesar de considerarem a religiosidade como um fenômeno importante, os pesquisadores empreenderam poucos esforços para o desenvolvimento de medidas operacionais da orientação religiosa. Para este autor a proposta de uma medida válida deste construto, além de solucionar o problema da

operacionalização, ainda promove a oportunidade de correlacioná-la com outros construtos e diversos comportamentos.

Como dito antes, Batson (1976; Batson & Ventis, 1982) apresenta uma série de questionamentos com relação ao conceito e à medida de religiosidade intrínseca e extrínseca propostos por Allport (1950; Allport & Ross, 1967); dentre as críticas, aponta-se que tal classificação deixa de lado aspectos importantes da experiência religiosa. Com o propósito de preencher estas lacunas, Batson (1976; Batson & Ventis, 1982) apresenta um modelo composto por três dimensões da experiência religiosa: (1) a *religiosidade do tipo meio* (extrínseca), referindo-se à religiosidade utilizada para atingir outras finalidades (por exemplo, sucesso nos negócios, *status* social mais elevado); (2) a *religiosidade do tipo fim* (intrínseca) que envolve a “verdadeira” crença, na qual a religião é realmente vista como a resposta final ao ser humano; e (3) a *de tipo interacional ou de busca*, sugerindo uma abordagem que envolve o enfrentamento das questões existenciais em toda a sua complexidade, resistindo às respostas simples e concretas. Esta seria uma religião ou religiosidade mais madura, cética em relação às crenças ortodoxas tradicionais e suas respostas, e aberta à sensação de incompletude e a novas experiências (Batson & Schoenradec, 1991a; Batson & Ventis, 1982).

Apesar do suporte empírico a favor da ampliação do modelo de Allport (1950), a proposta de uma “religiosidade de busca” foi bastante criticada; os argumentos para a crítica baseavam-se na forma como este tipo de orientação religiosa foi operacionalizado e na consideração de que esta dimensão é pouco útil para as pesquisas na área (Hood & Morris, 1985). Para responder as críticas, Batson e Schoenradec (1991a) analisaram diversos estudos, nos quais o fator “religiosidade de busca” foi operacionalizado por meio dos mesmos itens da medida proposta por Batson (1976). Segundo esses autores, a proposta deste fator encontra suficiente evidência empírica para ser considerada válida,

sendo incisivos na afirmação de que a escala avalia de fato uma dimensão de orientação religiosa distinta das religiosidades intrínseca e extrínseca. Concomitante aos testes de validade, Batson e Schoenradec (1991b) apresentam resultados referentes à precisão teste re-teste dos mesmos itens ($r = 0,60$; $p < 0,01$) e sugerem uma nova versão da medida cujo índice consistência interna (*Alfa de Cronbach*) é superior a 0,75. O modelo proposto por Batson (1976; Batson & Ventis, 1982) ainda tem sido utilizado em diversas pesquisas (Ramírez, 2006; Reitsma & cols., 2007), contudo, nos últimos anos, este autor parece ter deixado-o de lado, voltando seu interesse para temas correlatos, como o altruísmo.

2.2.3. Religiosidade Compromissada e Consensual

O estudo desenvolvido por Allen e Spilka (1967), apesar de não buscar necessariamente desenvolver uma tipologia do compromisso religioso, traz contribuições significativas para as pesquisas neste campo. Analisando os resultados de diversos estudos sobre preconceito e religiosidade, tais autores apresentam uma série de aspectos que podem explicar a incongruência dos estudos que relacionam tais variáveis. Para eles o viés fundamental da maioria das pesquisas sobre o tema compreende a maneira como a religiosidade ou o compromisso religioso é medido. Em função disso postulam que, a partir de crenças, atitudes e comportamentos, é possível distinguir tipos distintos de pessoas preconceituosas, e por isso buscam analisar como os indivíduos formulam e estruturam suas crenças religiosas. De acordo com esta proposta teórica, a religiosidade se estrutura nas dimensões compromissada e consensual, sendo cada uma composta por cinco componentes:

Conteúdo. Refere-se ao modo como os indivíduos definem aspectos relacionados à religiosidade. Na religiosidade compromissada, este componente assume um caráter abstrato-relacional; a religião se fundamenta em princípios abstratos, idéias intangíveis e expressões de relacionamento, utilizando-se categorias gerais, noções filosóficas ou

formulações teológicas. Na religiosidade consensual, o conteúdo define-se como concreto-literal; concentra-se em declarações concretas, tangíveis, específicas, em julgamentos literais e caracteriza-se pela praticidade e observação, pelo privilégio de aspectos concretos e pragmáticos frente às idéias filosóficas.

Clareza. Implica na precisão e coerência das crenças do indivíduo, na habilidade para perceber os significados e nas implicações da religião. Tratando-se da religiosidade compromissada, o fator clareza sugere a ordenação de idéias e conceitos religiosos; nos indivíduos compromissados, evidencia-se pela perspicácia, utilização de palavras claras e esquivas de referenciais ambíguos. Na dimensão consensual, a clareza é caracterizada por um caráter vago, conceitos ambíguos, gerais e de pouca consistência, geralmente isentos de referência e muito subjetivos.

Complexidade. Compõe-se de categorias, elementos e aspectos da religiosidade utilizados pelos indivíduos, e exprime o grau pelo qual se podem realizar comparações entre os diferentes aspectos da religião. Quando analisada na dimensão religiosidade compromissada, a complexidade reporta a religião diferenciada, composta por um número relativamente grande de categorias ou elementos; ajuda a distinguir e delinear tanto atributos e características como as funções complexas da religiosidade, nas quais as idéias tendem a ser amplas e as categorias religiosas podem agrupar-se de formas diferenciadas. Sob a dimensão consensual, a religiosidade complexa assume caráter monopolista-dicotômico; as idéias religiosas costumam ser compostas por uma única categoria conceitual e o discurso se apresenta por meio de pensamentos diametralmente opostos, ou seja, a linguagem religiosa baseia-se em idéias e julgamentos bipolares.

Flexibilidade. Reflete a qualidade da adaptação e acomodação das idéias, crenças e atitudes religiosas, quando o indivíduo compara suas crenças com as de outros ou avalia componentes de sua própria crença ou descrença. Na dimensão religiosidade

compromissada, a flexibilidade expressa sinceridade e abertura, relativa tolerância à diversidade. A expressão “sinceridade” denota a honestidade ao expressar uma avaliação de idéias e práticas semelhantes ou diferentes, a “abertura” representa uma tendência para o exame ou reflexões acerca de opiniões, crenças e sentimentos diferentes. Indivíduos com alta religiosidade compromissada tendem a ser relativamente acessíveis ou abertos a idéias e crenças discrepantes. Por outro lado, na dimensão consensual, a flexibilidade apresenta-se como restritiva, portanto, caracteriza-se pela rejeição, distorção ou “blindagem” para crenças e práticas religiosas externas. É representada pela insistência nas idéias, no próprio comportamento, nas crenças e nos pensamentos místicos.

Importância. Caracteriza-se pela força, importância ou valor da religiosidade no funcionamento diário dos indivíduos; a pergunta central é: em que medida a religiosidade é central ou relativa nas preocupações diárias de uma pessoa? Quando analisada na religiosidade compromissada, este aspecto assume relevância intensa, pois indivíduos compromissados concebem a religiosidade como uma preocupação central e pessoal; exibem compromisso emocional com as crenças, os ideais e os valores religiosos. As crenças influenciam diretamente suas atividades diárias. Contrariamente, pessoas cuja orientação esteja vinculada à religiosidade consensual consideram a religião importante, mas a separam de suas experiências individuais; dificilmente as idéias religiosas influenciam suas atividades ou decisões, pois a religiosidade geralmente se resume a alguns comportamentos específicos. A importância da religiosidade é neutralizada ou reduzida por outras preocupações ou por falta de afeto positivo.

Estes fatores, como mencionado, constituem as duas dimensões do modelo de Allen e Spilka (1967). A religiosidade compromissada, segundo Lutufu Neto (1997), apresenta-se como uma opção para a resolução de conflitos pessoais e situacionais, pois permite aos indivíduos utilizarem uma perspectiva abstrata e filosófica, na qual as muitas idéias

religiosas têm significado claro, são abertas e flexíveis, podendo-se relacionar a religião com as atividades diárias. A consensual resultaria em uma visão superficial e conformista da vida, sendo concreta e restritiva, conformando-se aos valores e às idéias tradicionais, mas estes são vagos, indiferenciados, neutralizados ou adotados de modo seletivo. Allen e Spilka (1967) apontam que o preconceito está relacionado com esta dimensão da religiosidade. Apesar do caráter heurístico desta proposta, deve-se reconhecer que a mesma ainda carece de comprovações empíricas por meio de análises mais robustas que poderão apoiar ou refutar sua adequação.

2.2.4. As Dimensões Religiosas de Glock

A tipologia desenvolvida por Glock (1962) é um ponto de referência para diversos estudos sobre religião e religiosidade (Chu, 2007; Haber, Jacob & Spangler, 2007; Reitsma, Scheepers & Grotenhuis, 2006; Wimberley, 1989). Glock é um dos autores que, ao estudar o fenômeno religioso, procura distinguí-lo de outros sistemas de pensamento ou tradição que obtiveram outorgar significado à realidade. A ênfase de seu modelo está no compromisso religioso, estruturado, segundo ele, em cinco dimensões básicas: ritualística, vivencial, intelectual, consequencial e ideológica. Estes fatores, embora possam ser considerados independentes, podem apresentar correlações entre si e com outras variáveis clássicas no estudo da religiosidade, a exemplo das crenças, práticas e experiências religiosas (Roldán, 1999). Conforme a proposta de Glock (1962), as cinco dimensões religiosas podem ser definidas da seguinte forma:

Dimensão ritualística. Refere-se à frequência das práticas religiosas por parte dos membros de uma determinada religião, como, por exemplo, frequência a cultos, participação em sacramentos e realização de jejuns. De acordo com Lutufu Neto (1997), uma limitação desta dimensão é a ênfase nas ações das pessoas, subestimando o significado que tais atos têm para elas.

Dimensão vivencial. Diz respeito à experiência religiosa vivenciada por uma pessoa. A conversão, a mediunidade e as confissões são exemplos desse tipo de experiência subjetiva, que sempre vêm atribuídas de certo valor ou significado para o indivíduo. Para Glock (1962) tais experiências não são abertamente expressas e diferenciam-se em quatro tipos: *preocupação* (necessidade de se ter uma ideologia com base transcendental); *cognição* (consciência religiosa pública ou particular); *confiança ou fé* (a crença de que a vida está sob o controle de um ser sobre-humano); e *medo* (sentimentos de temor diante da crença na existência de um ser divino).

Dimensão intelectual. Sugere que a pessoa religiosa conhece bem o conteúdo básico de sua fé, assim como da literatura que rege sua religião. Lutufu Neto (1997) aponta que há diferença entre as diversas religiões quanto ao que requerem em termos de conhecimento religioso, como também de sua qualidade. Atitudes acerca do conhecimento, grau de sofisticação com que os textos são lidos e a presença de crítica nestas leituras podem ser avaliadas e relacionadas de formas diferentes com o fim de assegurar uma compreensão melhor do lado religioso do homem.

Dimensão conseqüencial. Envolve as implicações religiosas quanto à conduta de um indivíduo, ou seja, todas as prescrições acerca do que a pessoa deve fazer e as atitudes que deve tomar são conseqüências da sua religião. Por exemplo, as recompensas e responsabilidades esperadas, as atitudes e os valores individuais, os efeitos da educação, a subscrição a padrões morais e éticos.

Dimensão ideológica. Diz respeito às convicções religiosas e consistência delas na vida de uma pessoa. Estas incluem crenças sobre a natureza da divindade, o destino ou propósito da vida e os caminhos que devem ser seguidos para cumprir tal propósito. Tarakeshwar, Stanton e Pargament (2003) apontam que, entre as culturas, as pessoas apresentam visões diferentes acerca da natureza de Deus.

As dimensões apresentadas por Glock têm o mérito de tratar o fenômeno religioso como multidimensional, quando a maioria dos modelos busca analisar a religiosidade desde perspectivas dicotômicas, a exemplo da religião neutralizada e séria (Adorno, Frenkel-Bruswik, Levinson & Sanford, 1950), humanista e autoritária (Fromm, 1950). A consideração da religiosidade e do compromisso religioso como construtos multidimensionais ou formados por múltiplos indicadores permite avaliar diferentes níveis de envolvimento, crenças, convicções e, conseqüentemente, do compromisso dos indivíduos com a religião que proferem. Estes aspectos são de importância fundamental nos estudos que buscam conhecer a relação desta variável com os comportamentos anti-sociais (Johnson, Jang, Larson & De Li, 2001).

2.2.5. Compromisso Religioso e Comportamentos Anti-sociais

Embora seja freqüentemente sugerido que a religião e a religiosidade das pessoas atuam como inibidores dos comportamentos anti-sociais (Gannon, 1970; Petraitis & cols., 1995; Tarter, 1988), ainda são escassos os estudos empíricos a respeito. Uma busca nas bases de dados *Index Psi* (2007) e *Google Acadêmico* (2007), usando como entrada os termos “crime”, “delito”, “delinqüência”, “comportamento anti-social”, “religião”, “compromisso religioso” e “religiosidade”, sem limitação de ano, não localizou, no Brasil, estudo relacionando estas variáveis. Em outros contextos, muitas das pesquisas que analisam esta relação têm se limitado a tratar a visita à igreja ou as atitudes religiosas em termos de simples porcentagens, dificultando estabelecer conclusões mais contundentes. Gannon (1970) afirma que a religião é uma forma a mais de controle social que não se diferencia de outras formas. Ressalta-se, todavia, que nenhum esforço foi empreendido por ele para comparar os resultados das diversas formas de controle social, nem procurou conhecer a contribuição do compromisso religioso na explicação de comportamentos socialmente desviantes.

A relação entre a religiosidade ou compromisso religioso e os comportamentos desviantes tem sido motivo de muita controvérsia. Alguns autores fazem referência à religiosidade como um construto pouco consistente na explicação da delinquência, além de mencionarem que os resultados dos estudos sobre o tema são ambíguos e confusos (Ellis, 1987; Evans, Cullen, Dunaway & Burton, 1995; Tittle & Welch, 1983). Contudo, revisões sistemáticas efetivadas na última década têm corroborado a importância deste construto como fator de proteção frente aos comportamentos anti-sociais (Butts III, Stefano, Fricchione & Salamon, 2003; Johnson & cols., 2000; Pearce, Jones, Schwab-Stone & Ruchkin, 2003; Rew & Wong, 2006), demonstrando que a possível inconsistência dos resultados se deve a problemas metodológicos de alguns estudos.

Nesta direção, Johnson e cols. (2001) realizaram um estudo com o propósito de controlar os possíveis erros correspondentes à medida da religiosidade e verificar os efeitos de interação entre este construto e algumas variáveis relacionadas com o vínculo (apego familiar e escolar, compromisso com a escola e crenças) e a aprendizagem social (associação com delinquentes). Contando com uma amostra de 1305 adolescentes, os autores analisaram por meio de modelagens por equações estruturais a interveniência destas variáveis entre a religiosidade e a delinquência, e observaram as relações entre elas e seus efeitos na delinquência. Os resultados indicaram que, independente do controle teórico ou estatístico de diversas variáveis consideradas no modelo, a religiosidade apresenta efeito direto e significativo sobre a delinquência. Não obstante, Johnson e cols. (2001) ressaltam que a religiosidade reduz a delinquência em parte, pois o compromisso religioso predispõe a atitudes negativas frente aos atos delinquentes e o envolvimento com redes de amigos convencionais. Apesar da relação entre estas variáveis, os autores reconhecem que não podem confirmar a religiosidade como um fator de proteção frente aos comportamentos desviantes; segundo eles, a ausência de itens na pesquisa que

permitissem analisar esta relação (por exemplo, a avaliação de diferentes níveis de compromisso religioso) impede tal conclusão.

Baier e Wright (2001) apresentam resultados de uma meta-análise realizada com 60 estudos associando religiosidade e comportamento criminal. Em tais estudos, as correlações entre as variáveis oscilaram entre 0,00 e 0,47, com uma média de 0,12. No entanto, apesar da pouca expressividade das correlações, os autores apontam que os resultados apresentaram um dado importante, isto é, em nenhum dos estudos analisados o tamanho do efeito apresentou direção positiva, o que para eles sugere uma relação negativa entre religiosidade e delinquência. Além das pesquisas que se propõem verificar a relação entre compromisso religioso e comportamentos anti-sociais em termos gerais, estudos que analisam a relação do compromisso com comportamentos desviantes mais específicos podem ser encontrados, a exemplo do consumo de drogas lícitas e ilícitas (Heath & cols., 1999; Kendler, Gardner & Prescott, 1999).

Um estudo realizado com gêmeos adultos, no estado da Virgínia, Estados Unidos (Kendler & cols., 2003), verificou correlações negativas do compromisso religioso com comportamentos externalizantes (agressividade física e/ou verbal, comportamentos opostos ou desafiantes e condutas anti-sociais) e uso abusivo de drogas, resultados que se mantiveram, inclusive, após o controle de variáveis como idade, sexo e nível de escolaridade. Para o estudo, os pesquisadores empregaram 78 itens referentes à religiosidade, distribuídos em sete fatores específicos e, dentre os quais, seis se correlacionaram entre si (*religiosidade geral, social, envolvimento com Deus, perdão, Deus como juiz e gratidão*). Revisando a literatura da área, Gorsuch (1995) observou que estudos longitudinais dão suporte a hipótese de que o compromisso religioso exerce efeito negativo no envolvimento com drogas.

Em termos gerais, o comprometimento religioso pode atuar como um inibidor (fator de proteção) dos comportamentos de risco entre os jovens. Estima-se que, quando estes aderem a uma religião, conseguem mais eficazmente internalizar os valores convencionais da sociedade, tornando-se, assim, mais resistentes aos fatores de risco que poderiam levar a comportamentos anti-sociais (Pearce & cols., 2003; Petraitis & cols., 1995). Apesar da escassez de pesquisas e dos resultados considerados ambíguos sobre o compromisso religioso como inibidor dos comportamentos anti-sociais, como ficou evidenciado, evidências empíricas permitem pensar que o maior compromisso das pessoas, independentemente do tipo de orientação religiosa (Católica, Protestante, Espírita etc.), está correlacionado com a importância atribuída a valores de tradição e conformidade (Schwartz & Huismans, 1995). Este tipo de orientação valorativa, como anteriormente discutido, torna menos provável o envolvimento com pessoas ou situações que possam favorecer o cometimento de atos desviantes. Portanto, parece justificável considerar o compromisso religioso como um fator de proteção.

2.3. Estilos de Socialização Parental

A socialização é um processo essencial à vida de qualquer indivíduo (Becoña-Iglesias, 2007). Nesse processo, a família é, sem dúvida, um dos agentes mais importantes, pois é no ambiente familiar que inicialmente se adquirem e se desenvolvem valores, crenças, atitudes, normas e comportamentos considerados culturalmente adequados (Arnett, 1995; Steinberg, 2000). Independente do conteúdo normativo de cada grupo social, cultural e de cada família particular, geralmente os pais reforçam os comportamentos dos filhos indicando se estes são ou não apropriados (Emde, Biringen, Clyman & Oppenheimer, 1991; Larzelere, 2000; Wang & Li, 2003). A responsabilidade dos pais frente aos comportamentos dos filhos é uma constante que transcende a diversidade das normas sociais (Darling & Steinberg, 1993; Moraes, Camino, Costa,

Camino & Cruz, 2007). Em função disso, é possível identificar características de comportamentos dos pais com os filhos em situações múltiplas e distintas, o que permite definir estilos diferentes de atuação (Musitu & García, 2001).

Uma das primeiras variáveis relacionadas com os processos de socialização familiar é a classe social (Jacquet & Costa, 2004). Estudos nesta direção buscam contrapor as diferentes classes, analisando aspectos distintos da interação familiar (ver, por exemplo, Hughes & Perry-Jenkins, 1996; Kohn, 1959). Geralmente, partem do pressuposto de que toda família socializa os filhos de acordo com seu modo de vida particular, condicionado pela realidade social, econômica e histórica da sociedade onde está inserida; a divisão da sociedade em classes faz com que existam práticas de socialização próprias de cada uma (Kohn, 1959, 1977; Xiao, 2000). Tal proposição, no entanto, parece insuficiente para explicar as diferenças na socialização familiar, sobretudo porque em cada classe social constata-se a ocorrência de processos intra-grupo significativos (Jacquet & Costa, 2004). Para analisar esses processos, desenvolveram-se diversos modelos que de forma direta ou indireta, contribuem para as construções teóricas mais recentes (Darling & Steinberg, 1993).

Uma referência importante é o estudo de Orlansky (1949), que, tentando relacionar as práticas concretas de socialização dos pais e seus efeitos sobre a personalidade dos filhos, concluiu que uma disciplina parental específica não exerce influência invariável e concreta nos filhos, devendo-se ponderar dita influência com as atitudes parentais associadas. Baldwin (1949), tratando da dimensionalidade dos estilos parentais, sugeriu a existência de dois tipos de estilos, autocrático e democrático, sendo o primeiro caracterizado pela imposição, hostilidade e insensibilidade dos pais frente aos sentimentos dos filhos, enquanto o segundo o seria pela abertura, complacência e envolvimento ativo dos filhos nas decisões da família (Grolnick & Ryan, 1989; Oliveira & cols., 2002). Na

mesma direção, Schaefer (1959), analisando comportamentos maternos, verificou que estes podem ser ordenados dentro de um modelo bidimensional, composto pelos eixos *afeto-hostilidade* e *autonomia-controle*. Publicações posteriores seguiram mencionando estruturas semelhantes a estas, a exemplo da *proximidade-distância* e *permissividade-restrição*, de Erikson (1963), *afeto-hostilidade* e *permissividade-restrição*, de Becker (1964), e as dimensões *apoio* e *controle*, propostas por Rollins e Thomas (1979), após revisarem um número extenso de publicações sobre o tema.

Na maioria dos estudos, a variabilidade dos comportamentos emitidos pelos pais na socialização dos filhos tem sido explicada satisfatoriamente por dois fatores ou duas dimensões básicas que, a despeito dos termos utilizados pelos pesquisadores, podem ser nomeadas de apoio (afeto-hostilidade) e controle parental (permissividade-rigidez) (Musitu, Estévez, Martínez & Jiménez, 2008; Rollins & Thomas, 1979). De acordo com Musitu e cols. (2008), foi a partir destas dimensões que se desenvolveu a maioria das tipologias modernas de estilos parentais, proporcionando avanços na análise dos antecedentes e conseqüentes das formas de socialização no âmbito da família. No entanto, antes de descrever algumas destas tipologias, faz-se necessário diferenciar os estilos das práticas parentais, principalmente porque, em muitos estudos, estes conceitos parecem se confundir.

Darling e Steinberg (1993) distinguem estilos e práticas parentais, referindo-se aos estilos como atitudes frente ao filho que, consideradas conjuntamente, promovem um clima emocional no qual os pais expressam seus comportamentos. Tais comportamentos contemplam tanto atos que pretendem promover a socialização (práticas parentais) como outros que não buscam este fim, a exemplo dos gestos, das mudanças no tom de voz e expressões corporais ou emocionais espontâneas. As práticas parentais são tidas como um conjunto de comportamentos exercidos pelos pais cujo propósito último é a socialização

dos filhos. Em síntese, enquanto o estilo envolve uma variável latente, isto é, o clima emocional no qual se desenvolve a relação entre pais e filhos, as práticas referem-se aos comportamentos observados nesta relação. Esta distinção é de fundamental importância, uma vez que determinada prática pode ter efeitos diferentes em função do clima emocional em que ocorre (Darling & Steinberg, 1993). Segundo Moraes e cols. (2007, p. 168), nos últimos anos, vários estudos “têm demonstrado a influência dos estilos parentais no comportamento social das crianças e em diversas áreas do desenvolvimento psicossocial dos adolescentes”. A maioria destas pesquisas faz referência ao modelo proposto por Baumrind (1966), exposto resumidamente a seguir.

2.3.1. A Tipologia de Baumrind

Diana Baumrind é considerada por diversos autores como pioneira nos estudos sistemáticos sobre estilos parentais (Grusec, Goodnow & Kuczynski, 2000; Moraes & cols., 2007; Papalia & Olds, 2000). Baumrind (1966, 1980, 1996, 1997) construiu seu modelo a partir da análise dos modelos de disciplina comuns às famílias de classe média dos Estados Unidos, representados por dois pólos: *conservador* e *liberal*. O conservador ou autoritário (*authoritarian*) sustenta-se em convicções religiosas fundamentalistas e é caracterizado pela disciplina, às vezes punitiva, aplicada na socialização das crianças que, sob tal perspectiva, são consideradas como seres “teimosos e egoístas” por natureza. O pólo liberal ou permissivo (*permissive*), por outro lado, tem como principal característica o incentivo à iniciativa própria e à autonomia, rejeitando o castigo como meio de disciplina. Em sua análise, Baumrind (1996, 1997) verificou que se adotados de forma extrema, nenhum dos dois pólos representa um modelo eficaz para socialização.

Em função destas observações, Baumrind (1966, 1980, 1996, 1997) desenvolveu um modelo alternativo que, para explicar a realidade educativa familiar da época, incluía nas propostas vigentes uma categoria nova, concebendo os pais como pessoas autorizadas

ou com autoridade (*authoritative*, Oliveira & cols., 2002). Neste modelo, o pólo autoritário apresenta características próprias do extremo “hostil” da dimensão afeto-hostilidade das tipologias de Schaefer (1959) e de Becker (1964), junto com qualidades atribuídas ao controle e restrição observadas, respectivamente, nas dimensões *autonomia-controle* (Schaefer, 1959) e *permissividade-restrição* (Becker, 1964). No pólo permissivo, agruparam-se atributos do afeto presentes nas tipologias citadas e características do extremo “autonomia” pertencente à dimensão *autonomia-controle* de Schaefer (1959) e aspectos correspondentes à *permissividade* encontrada na segunda dimensão do modelo de Becker (1964).

O fator *authoritative*, proposto por Baumrind (1966), integra ambos os extremos do pólo autoridade-permissividade. Segundo esta autora, “a obediência e a autonomia psicológica não são vistas como mutuamente excludentes, mas como objetos bastante interdependentes” (Baumrind, 1997, p. 322). Neste sentido, crianças que convivem com pais autoritativos se vêem habitualmente motivadas a responderem de modo pró-social, a serem autônomas em suas avaliações sobre problemas morais, a respeitarem a autoridade dos adultos e a pensarem de forma independente. Apesar da referência a aspectos relacionados à autonomia dos filhos frente aos pais, Baumrind (1996, 1997) considera o uso prudente do castigo uma ferramenta necessária à disciplina (Camino, Camino & Moraes, 2003). Portanto, a prática de uma disciplina específica não é responsável por promover determinados problemas, mas o modo como se administra e o contexto em que ocorre é que determinarão a eficácia de seus efeitos na socialização dos filhos a longo prazo.

Analisando as diferenças no efeito da autoridade e do controle parental, Baumrind (1965, 1966) agrupou traços relevantes dos distintos tipos de pais e as características que estes transmitem para seus filhos. Observando crianças em situação escolar, a autora

constatou que o comportamento delas poderia estar relacionado com os estilos de paternidade/maternidade dos pais. Em seguida, entrevistando os pais destas crianças, tanto individual como coletivamente, ela verificou que o comportamento dos pais em 77% das famílias ajustava-se em um dos três estilos parentais propostos, a saber: *autoritário*, *permissivo* e *autoritativo* (Baumrind, 1980; Cole & Cole, 2004).

Os pais *autoritários* atribuem valor excessivo à obediência. Pais que seguem um padrão de comportamento autoritário tentam moldar, controlar e avaliar o comportamento e as atitudes de seus filhos, segundo um conjunto de padrões tradicionais. Geralmente, utilizam códigos de conduta absolutos e não abrem espaço para discussões referentes às suas decisões, costumam ignorar a individualidade e as opiniões, mostrando-se pouco afetivos e bastante afastados emocionalmente dos filhos. Ao mesmo tempo, defendem medidas punitivas para reprimir comportamentos indesejáveis e, sempre que algo não está de acordo com sua opinião, usa a força para impor o respeito. O estilo autoritário está associado com a tendência à timidez e ao retraimento dos filhos, que têm maiores probabilidades de serem insatisfeitos e descontentes com o ambiente familiar.

Os pais denominados de *permissivos* apresentam comportamentos completamente opostos àqueles demonstrados pelos autoritários; caracterizam-se pelo escasso ou inexistente padrão de controle e dificilmente exercem algum tipo de autoridade para obter a conformidade no comportamento dos filhos. Tendem a conversar e a consultar os filhos sobre as decisões familiares, estimulando-os a serem independentes. Costumam ser afetuosos e abertos, dando aos filhos muito espaço para determinarem seus próprios horários e suas atividades. Apesar de estes aspectos serem avaliados no senso comum como positivos, Baumrind (1966) aponta que o afeto simplesmente não chega a ser suficiente para promover a responsabilidade social, a independência e a autonomia pessoais. Os filhos de pais permissivos têm maior probabilidade de serem pessoas pouco

confiantes em si mesmas, com pouca iniciativa ou tendência exploratória e maior baixo autocontrole.

Os pais chamados autoritativos (*authoritative*), segundo Baumrind (1966), apresentam uma associação de aspectos observados em ambos os estilos anteriores; mostram-se afetuosos, receptivos e racionais com seus filhos e, ao mesmo tempo, são controladores e exigentes, exercendo sobre eles um controle razoável; a autoridade é exercida em um contexto de normas que são claras e que intencionam a conformidade dos comportamentos dos filhos a padrões social e moralmente aprovados. De modo equilibrado, buscam dirigir os filhos de forma racional, fomentam a discussão e o diálogo aberto entre os dois lados, valorizam o comportamento disciplinado sem inibir os estímulos à auto-estima, autoconfiança, independência e individualidade da criança ou do adolescente. Além de estabelecer normas e reforçá-las, os pais têm em conta as diferenças individuais dos membros do grupo familiar, reconhecendo seus direitos e os de seus filhos. A disciplina exercida no estilo autoritativo pode ser concebida como de tipo indutivo. Geralmente, os filhos de pais autoritativos são independentes, socialmente responsáveis e possuem capacidade destacada de autocontrole, apresentando potencial explorador e autoconfiança.

Alguns anos depois de propor o modelo original, Baumrind (1996) acrescentou a este um estilo novo, denominado por ela de *negligente* e caracterizado, principalmente, pelo escasso interesse dos pais por seus filhos. Seus estudos trouxeram contribuições significativas no campo da socialização. Não obstante, como sua proposta parece sugerir uma forma correta de educar filhos, causou controvérsias (Papalia & Olds, 2000). Uma das questões mais relevantes refere-se à influência da hereditariedade no processo de socialização. Aponta-se, por exemplo, que estudos com gêmeos e crianças adotadas revelaram influência genética forte nas diferenças relacionadas com a personalidade e

inteligência (Scarr, 1992). Baumrind (1993) desconhece este aspecto, porém argumenta que, apesar da possível influência genética, o ambiente é uma variável importante no processo de socialização e os padrões adotados pelos pais são cruciais para a compreensão do desenvolvimento normal ou anti-convencional dos filhos. Segundo esta autora, diversos fatores demonstram que as análises da hereditariedade são problemáticas e possuem aplicabilidade limitada (ver Baumrind, 1993).

Outro aspecto criticado foi a pouca representatividade das famílias estudadas. No estudo, as famílias consideradas apresentavam uma série de características que poderiam influenciar os resultados; por exemplo, em geral eram suburbanas, de classe média e com o pai e a mãe presentes (Cole & Cole, 2004). De fato, alguns estudos (Dornbusch, Ritter, Leiderman, Roberts & Fraleigh, 1987; Lamborn, Dornbusch & Steinberg, 1996) demonstraram que, em determinados grupos (por exemplo, famílias euro-americanas e asio-americanas), as respostas diante dos padrões de socialização parental se diferenciavam. Entre adolescentes euro-americanos, o estilo educativo com autoridade (*authoritative*) está associado ao bom rendimento escolar, mas, quando considerados os estudantes asio-americanos da mesma faixa etária, o melhor desempenho se associa com o padrão autoritário. Estes resultados parecem indicar que, em função de algumas variáveis, os estilos parentais podem não ser bons preditores do comportamento, mas isso de nenhuma forma invalida a utilidade deste construto para as pesquisas sociais.

2.3.2. A Tipologia de Maccoby e Martin

Eleanor Maccoby e John Martin (1983) ampliaram a tipologia de Baumrind, propondo um modelo composto por duas dimensões globais: o grau de *exigência* ou *controle* e a quantidade de *aceitação* ou *afeto*. O controle implica cobrança, supervisão e exigências impostas pelas figuras materna e paterna, enquanto o afeto envolve a sensibilidade, a aceitação e o compromisso dos pais frente aos seus filhos (Weaver &

Prelow, 2005). Estas dimensões foram operacionalizadas por um *continuum* cuja interseção dá origem a quatro estilos de influência progressivo-regressiva referentes aos estilos educativos: *autoritativo-recíproco*, *autoritário-repressivo*, *permissivo-indulgente* e *permissivo-negligente*. Uma apresentação didática destes estilos é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Estilos educativos segundo Maccoby e Martin (1983)

		Aceitação ou Afeto (Responsiveness)	
		Alta	Baixa
Controle ou Exigência (Demandingness)	Alto	Autoritativo-recíproco	Autoritário-repressivo
	Baixo	Permissivo-indulgente	Permissivo-negligente

De acordo com a Tabela 3, os índices elevados de controle e afeto originam o estilo *autoritativo-recíproco*; quando o controle permanece alto e o afeto apresenta-se baixo, desenvolve-se o estilo *autoritário-repressivo*; controle e afeto baixos constituem o estilo *permissivo-negligente*; finalmente, a aceitação alta associada com o controle baixo descreve o estilo *permissivo-indulgente*. Como se pode observar, alguns dos termos empregados neste modelo aproximam-se daqueles utilizados em modelos como os de Schaefer (1959), Becker (1964) e Baumrind (1966). De fato, Maccoby e Martin (1983) partiram das definições propostas por estes autores para apresentar o conteúdo de cada estilo proposto em sua tipologia, conforme pode se verificar a seguir:

Autoritativo-recíproco. Descreve um ambiente familiar onde os filhos são estimulados a responder às expectativas dos pais; estes, por sua vez, promovem a responsabilidade recíproca atendendo, dentro do possível, as exigências dos filhos, buscando sempre analisar seus pontos de vista. São pais que mantêm o equilíbrio entre níveis altos de exigência e de sensibilidade, exercem uma supervisão consistente dos comportamentos dos filhos com o fim de discipliná-los, preferem utilizar métodos indutivos ao invés dos punitivos. Frequentemente, reforçam as condutas socialmente

responsáveis e maduras por meio de elogios e manifestações de afeto, oferecem apoio, fomentam a comunicação e, como já foi mencionado, valorizam o ponto de vista dos filhos, reconhecendo o direito de todos os membros da família.

Autoritário-repressivo. Os pais autoritários são altamente exigentes e insensíveis, tentam moldar e controlar os comportamentos e as atitudes de seus filhos, segundo um conjunto de normas, freqüentemente baseadas em uma moral externa, e impõem limites estritos às expressões normalmente esperadas em crianças e adolescentes. Enfatizam a obediência, o respeito pela autoridade, o trabalho, a tradição, a manutenção do poder e da ordem, por meio de uma disciplina baseada na afirmação do poder e castigo severo (geralmente físico); esperam que as normas sejam cumpridas sem negociá-las com os filhos e sem lhes dar qualquer explicação; as exigências sobre os filhos não estão em equilíbrio com as necessidades normais destes. Os pais autoritários desprezam a comunicação verbal como meio para resolver conflitos.

Permissivo-indulgente. Este tipo de estilo caracteriza pais tolerantes, afetuosos e que aceitam seus filhos, ao mesmo tempo em que exercem pouca autoridade sobre eles, são pouco exigentes quanto aos comportamentos dos filhos e delegam a estes considerável liberdade para tomar decisões e guiarem suas próprias vidas.

Permissivo-negligente. Provavelmente este seja o aspecto inovador da tipologia de Maccoby e Martin (1983); está relacionado com nível de implicação dos pais, ou seja, o quanto um pai ou uma mãe está comprometido com seu papel de educador e o desenvolvimento saudável de seus filhos. O pai permissivo-negligente revela-se motivado a fazer o que for necessário para minimizar os gastos referentes ao tempo e esforço na interação com seus filhos. Estes pais, geralmente, são mais preocupados com seus próprios problemas do que com suas responsabilidades parentais; não supervisionam os

comportamentos dos filhos nem dão apoio afetivo a seus interesses; tendem a orientar-se para a evitação de inconvenientes e costumam atender todos os desejos dos filhos, não por expressão de afeto, mas para que fiquem livres de qualquer situação que exija deles o exercício da supervisão e do controle.

Além de reinterpretar a tipologia de Baumrind (1966), tornando-a abrangente para alcançar aspectos até então não observados, o modelo proposto por Maccoby e Martin (1983) ampliou o conceito de responsividade (*responsiveness*). Segundo Esteve-Rodrigo (2005, p. 34), este termo “foi empregado pela primeira vez por Ainsworth, Bell e Stayton (1971) com um enfoque marcadamente comportamental para referir-se à contingência ou ocorrência de respostas maternas aos sinais dos filhos”. Segundo Maccoby e Martin (1983), a definição de responsividade leva implícita a disposição parental para responder aos sinais emitidos pelos filhos, mas também implica reciprocidade, comunicação aberta e bidirecional. Finalmente, outra contribuição importante, talvez a de maior destaque, foi a divisão do estilo permissivo de Baumrind (1966) nos estilos *indulgente* e *negligente*.

2.3.3. O Modelo Relacional de Musitu e García

A proposta teórica de Musitu e García (2001) parte da hipótese de que a relação familiar é dinâmica, congruente e bidirecional. Sob esta perspectiva, mesmo em um contexto de situações diversificadas, é possível identificar padrões de comportamentos exercidos pelos pais diante de seus filhos, denominados de estilo de socialização. Segundo tais autores (2001, p. 9), “os estilos de socialização parental se definem pela persistência de certos padrões de atuação e as conseqüências que estes padrões têm para a relação entre pais e filhos”. Neste sentido, os estilos não representam apenas um conjunto de técnicas de socialização. Moraes e cols. (2007, p. 168) apontam que os estilos parentais incluem,

“além de técnicas, uma série de atitudes dos pais, que, por sua vez, dependem dos comportamentos dos filhos e do próprio contexto onde se realiza a socialização”.

Nesta direção, Musitu e García (2001, 2004) buscam desenvolver um modelo teórico que contemple a dinâmica relacional, sem desconsiderar o consenso existente acerca das duas dimensões dos estilos educativos (*aceitação e coerção*). Bastante próximo ao que propõem Maccoby e Martin (1983), o modelo compõem-se de quatro estilos de socialização parental, devendo-se considerar algumas diferenças. Musitu e García (2001, 2004) postulam que é possível encontrar traços correspondentes aos quatro estilos em qualquer família, diferenciando-se somente a intensidade dos mesmos. Como em outros modelos expostos, os dois eixos da socialização parental são concebidos como dimensões cujo cruzamento possibilita a identificação de quatro estilos específicos, que permitem estabelecer uma tipologia dos estilos parentais.

Na dimensão *aceitação*, expressam-se reações parentais de satisfação, aprovação e afeto quando os filhos desenvolvem comportamentos condizentes com as normas de funcionamento familiar. A baixa aceitação se caracteriza por reações de indiferença frente aos comportamentos adequados às normas familiares (Musitu & García, 2001). A ênfase na aceitação está na afirmação da autonomia dos filhos e na consideração das expectativas tanto deles como dos pais. Este aspecto sugere um ambiente de reciprocidade; sempre que os filhos emitem comportamentos desejáveis, os pais demonstram sua satisfação por meio do afeto e da amabilidade, porém, diante de comportamentos inadequados, os pais recorrem ao diálogo e à negociação. A aceitação baixa reflete a indiferença dos pais diante dos comportamentos adequados de seus filhos e a displicência frente àqueles inadequados.

Os pais que pontuam alto em aceitação tendem a utilizar a indução como “tática” para reforçar os comportamentos adequados de seus filhos. Deste modo, eles esperam que

os filhos sejam complacentes diante de suas exigências, evitando a confrontação (Musitu, Roman & Gracia, 1988). A indução nestas famílias é potencializada pelo apoio emocional (afeto, aceitação e reconhecimento dos pais) destinado aos filhos, aspecto que proporciona um ambiente reforçador da auto-estima, do autocontrole, da capacidade de adaptação e, conseqüentemente, da estabilidade psíquica e social (Musitu & García, 2001, 2005). Segundo Musitu e cols. (1988), o apoio se configura pelas seguintes vias: *emocional*, na qual os filhos recebem afeto e percebem que são aceitos pelos pais; *assistência instrumental*, revelada por meio de conselhos, orientação, ajuda nas tarefas diárias, cuidado e atenção; e *expectativas sociais*, ou seja, a orientação sobre quais comportamentos são ou não socialmente adequados.

A *coerção* revela-se a partir da transgressão por parte dos filhos das normas familiares. Sua característica fundamental é a repressão dos comportamentos inadequados por meio de privação e coerção verbal ou física, que podem ser utilizadas de forma simultânea ou independente (Musitu & García, 2001). Contempla-se, nesta dimensão, tanto comportamentos orientadores (conselhos, conversas, sugestões etc.) como aqueles mais coercitivos (ameaças de castigos, retirada de alguns privilégios, castigos físicos etc; Musitu & Cava, 2001). Tais características se aproximam da classificação das estratégias disciplinares propostas por Hoffman (1970): afirmação de poder (*power assertion*), que envolve castigos físicos, ameaças verbais, retirada de privilégios etc; retirada de afeto (*love withdrawal*), cujas características principais são a desaprovação e a irritação diante dos comportamentos negativos dos filhos, seguidas de hostilidade e desprezo; e indução (*induction*), que implica aspectos positivos, como explicação de normas, princípios e valores, e o esclarecimento das razões por que não se deve agir de determinadas maneiras. Seu propósito é induzir a motivação intrínseca da criança ou do adolescente. Como

mencionado, o cruzamento dos eixos correspondentes às dimensões aceitação e coerção dão origem aos estilos de socialização parental: *autoritativo*, *autoritário*, *indulgente* ou *permissivo* e *negligente*, este modelo é apresentado na Figura 4 a seguir.

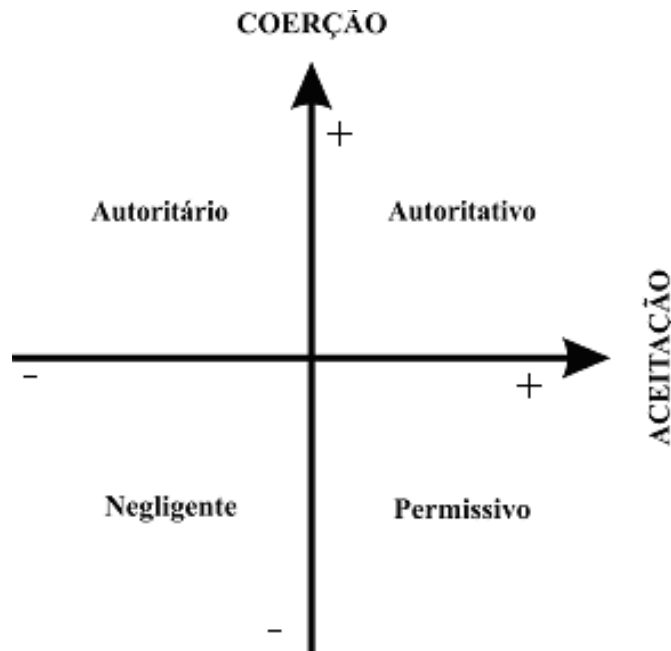


Figura 4. Modelo bidimensional de socialização familiar (adaptado de Musitu & García, 2004).

Como se pode observar na figura acima, o estilo autoritativo envolve aceitação e coerção altas. Os pais cujo estilo de socialização predominante é o autoritativo revelam-se como abertos ao diálogo com os filhos, comumente expressam sua satisfação quando observam que estes seguem as normas familiares, são afetuosos e costumam negociar as regras do relacionamento, estabelecendo acordo com os filhos. Mas, ao mesmo tempo, conseguem conciliar a afetuosidade e a abertura com a disciplina e a autoridade; pais autoritativos caracterizam-se pelo equilíbrio entre a figura da autoridade e da amizade; geralmente proporcionam um ambiente familiar onde os filhos se sentem seguros, amparados e confortáveis para compartilhar seus medos, planos, dificuldades etc. Raramente chegam a utilizar da força física na disciplina, buscam sempre a coerção verbal e agem com base na indução, associando disciplina, repreensão e consistência ao longo do

tempo entre declaração e ação (Baumrind, 1966; Moraes & cols., 2007; Musitu & García, 2001).

No quadrante inferior direito, encontra-se o estilo permissivo, que envolve aceitação alta e coerção baixa. Tais pais são comunicativos com seus filhos e, quando estes agem de forma incorreta, geralmente não utilizam a coerção (Moraes & cols., 2007). Frente à indisciplina, optam pelo diálogo como instrumento para fixar os limites, considerando os filhos como pessoas maduras e, por isso, buscam evitar que estes se desviem das normas familiares, fazendo-os pensar nas conseqüências de atos inadequados. Sempre consultam os filhos nas decisões importantes da casa e evitam o controle impositivo e coercitivo (Musitu & García, 2001).

Os pais autoritários apresentam aceitação baixa e coerção alta. Independente da idade de seus filhos, estes pais exercem sobre eles níveis elevados de exigência. Simultaneamente, são pouco atentos e bastante insensíveis às necessidades e aos desejos do filho. Nas famílias cujo estilo predominante é o autoritário, a comunicação é mínima e unidirecional e as mensagens são basicamente ordens. Os pais com estilo autoritário não oferecem razões quando emitem ordens, não estimulam o diálogo e são intransigentes em modificar suas posições ante qualquer argumentação dos filhos, valorizando a obediência incondicional e castigando energicamente seus filhos (Baumrind, 1966; Musitu & García, 2001).

O estilo negligente se caracteriza pela aceitação baixa, refletida em sua pouca implicação com os filhos, e nível baixo de coerção ou imposição de normas. Este estilo oferece uma interação pouco consistente com os pais, que são geralmente indiferentes, permissivos e passivos. Os pais negligentes tendem a ignorar o comportamento de seus filhos, não oferecem apoio quando estes passam por situações estressantes e outorgam demasiada independência e responsabilidade tanto nos aspectos materiais como afetivos;

não costumam fomentar o diálogo, são pouco afetuosos, prestam pouca atenção às necessidades e aos comportamentos dos filhos, e têm dificuldade para se relacionarem com eles.

Como pode-se perceber, a tipologia proposta por Musitu e García (2001), apesar de indicar alguns avanços no entendimento dos estilos parentais, a exemplo da reciprocidade na relação entre pais e filhos, parece não diferir muito dos modelos anteriores, com relação à dimensionalidade do construto. A maioria dos estudos desenvolvidos ao longo dos últimos anos tem corroborado esta estrutura e, ao mesmo tempo, reforçado a importância deste construto para a explicação de distintas variáveis, tanto cognitivas como comportamentais (Aavik, Aavik & Kõrgesaar, 2006; Baptista, 2005; Baumrind, 1996; Bowman, Prelow & Weaver, 2007; Darling & Steinberg, 1993; Maccoby & Martin, 1983; Martínez & García, 2007; Moraes & cols., 2007; Musitu & García, 2005). Mesmo apresentando alguns problemas quando os estudos envolvem análises trans-culturais (Musitu & García, 2005), a família e, mais especificamente, os estilos de socialização por ela empregados, têm se revelado uma variável bastante importante na explicação de distintos fenômenos sociais, a exemplo dos comportamentos anti-sociais.

2.3.4. Estilos de Socialização Parental e Comportamentos Anti-sociais

A família compreende um elemento preponderante na explicação de comportamentos anti-sociais (Bonino, Cattelino & Ciairano, 2005). Vuchinich, Bank e Patterson (1992), por exemplo, comentam que alguns pais, ainda que de modo não intencional, promovem os comportamentos anti-sociais de seus filhos por meio da prática de disciplinas pouco adequadas e da expressão equivocada de raiva. Scaramella e cols. (2002) comentam que o envolvimento parental no ambiente social da criança não é específico da infância ou pré-adolescência, mas também ocorre durante toda a adolescência. Apesar de se tornarem paulatinamente autônomos e independentes com a

idade, os adolescentes continuam a ser influenciados por seus pais, principalmente no que se refere às suas relações sociais. Portanto, os pais e suas práticas educativas podem se constituir em um fator tanto de risco (Hawkins & col., 1992; Herrenkohl & cols., 2000) como de proteção (Benda & Crowyn, 2000; Vitaro, Brendgen & Tremblay, 2000) em relação aos comportamentos socialmente desviantes.

O'Connor e Dvorak (2001), em uma amostra de 402 jovens com idades entre 14 e 21 anos, observaram que, independentemente do sexo do jovem, a delinquência estava inversamente correlacionada com o *apoio* parental do pai ($r = -0,30$ para rapazes e $-0,25$ para moças; $p < 0,001$); resultado similar foi comprovado para o *apoio* da mãe ($r = -0,30$ para rapazes e $-0,36$ para moças; $p < 0,001$). No caso do *controle* (autoridade) do pai, este se correlacionou diretamente com a delinquência ($r = 0,25$ para rapazes e $0,21$ para moças; $p < 0,01$), tendo ocorrido um resultado similar quando observado o *controle* da mãe ($r = 0,20$ para rapazes e $0,29$ para moças; $p < 0,01$).

Scaramella e cols. (2002), em sua revisão sobre os efeitos dos estilos parentais com os comportamentos anti-sociais dos jovens, encontraram evidências empíricas que dão suporte à concepção de que o envolvimento parental diminui o risco da afiliação com companheiros delinquentes. Seus resultados também foram contundentes a respeito, assinalando que tais estilos dos pais promovem a afiliação dos seus filhos com companheiros convencionais, afastando-os de condutas de risco (por exemplo, uso de drogas, brigas de gangues). Resultados similares foram encontrados por Brody e cols. (2001), que partiram da premissa de que os jovens que recebem menos apoio emocional de seus pais carecem de uma fonte primária de socialização em valores convencionais, aceitando, em menor medida, tais valores, e sendo, portanto, mais dispostos a se afiliarem a companheiros desviantes durante a adolescência, aumentando a possibilidade do desenvolvimento de condutas de risco. Especificamente, em uma amostra de 867 jovens

afro-americanos com idades entre 10 e 12 anos, observaram que o envolvimento parental reduziu a probabilidade de afiliação com grupos socialmente desviantes.

Em outro estudo, considerando uma amostra de 387 jovens que freqüentavam regularmente uma igreja protestante nos Estados Unidos, Benda e Corwyn (2000) observaram que seus índices de *crime* e *uso de drogas* estiveram negativamente correlacionados com a *proximidade emocional* com os pais ($r = -0,11$ e $-0,25$, respectivamente; $p < 0,01$) e as mães ($r = -0,25$ e $-0,21$, respectivamente; $p < 0,01$). Não obstante, comprovaram igualmente que a *supervisão parental*, isto é, o monitoramento que os pais fazem das atividades dos adolescentes (por exemplo, controle do horário de chegada em casa, das amizades, do dinheiro gasto, dos filmes assistidos) também se correlacionou negativamente com estes dois indicadores de condutas desviantes ($r = -0,24$, $p < 0,01$; para ambos). Resultados muito similares foram obtidos por Vitaro e cols. (2000), considerando uma amostra de 567 crianças canadenses com idade média de 6 anos. Estes autores observaram que seu índice de delinqüência estava negativamente correlacionado com a *proximidade emocional com os pais* ($r = -0,20$, $p < 0,01$) e o *monitoramento parental* ($r = -0,34$, $p < 0,01$).

Empregando um delineamento de “*known-groups*”, Pasquali e Andrade (1986) consideraram a relação das práticas parentais entre três grupos de jovens do Distrito Federal: “normais” ($n = 127$), usuários de drogas ($n = 57$) e delinqüentes institucionalizados ($n = 25$). Seus resultados indicaram que a figura paterna tinha uma presença emocional reduzida na vida de todos estes jovens, porém, em relação à figura materna, observaram que esta era muito saliente, sendo percebida, ao mesmo tempo, como amiga e controladora entre os jovens “normais” e usuários de drogas, e como rejeitadora entre aqueles que eram delinqüentes institucionalizados.

Em alguns programas de prevenção, o treinamento dos pais em práticas de disciplina mais indutivas apresentou resultados importantes na redução dos índices de comportamentos anti-sociais entre adolescentes (ver, por exemplo, Dishion, Nelson & Kavanagh, 2003). Adicionalmente, Wright e Cullen (2001) verificaram que aspectos como confiança e apoio parental correlacionaram-se significativamente e inversamente com medidas de delinqüência. Analisando dados longitudinais, observaram que, mesmo com o avanço da idade, os estilos de socialização parental, com base no apoio e na confiança, seguiram como uma variável eficaz na prevenção da delinqüência. Recentemente, um estudo desenvolvido com uma amostra de 2335 estudantes, de ambos os sexos, identificou a percepção dos estilos parentais como um preditor significativo dos comportamentos violentos (Blitstein, Murray, Lytle, Birnbaum & Perry, 2005). De acordo com os resultados, a percepção dos pais como autoritativos está negativamente associada com comportamentos violentos; entre os participantes do sexo feminino este aspecto mostrou-se mais significativo frente à percepção da mãe. O mesmo estudo indicou que pontuações baixas na percepção do estilo autoritativo do pai apresenta relação positiva com comportamentos violentos, tanto em participantes do sexo masculino como feminino.

Os resultados a respeito dos estilos de socialização parental parecem ser unânimes sobre o papel preponderante da relação *afetividade-controle* para inibir as condutas socialmente desviantes. Verifica-se que pais autoritativos, que não se limitam a controlar as atividades dos filhos por meio da punição e do castigo pelas condutas não convencionais, favorecem o desenvolvimento de indivíduos mais resilientes. Os padrões autoritativos de socialização parental, por associar afetividade e controle, reduzem significativamente a probabilidade de envolvimento com grupos de risco para a delinqüência. Segundo Bonino e cols. (2005), a abertura dos pais ao diálogo, a aproximação dos filhos e o exercício do controle sem constrangimento favorecem a

interiorização de valores sociais, empatia, respeito pelos adultos, e ajudam a desenvolver nos adolescentes a habilidade para se colocarem no lugar do outro. Neste sentido, parece justificável ter em conta esta variável, para conhecer sua contribuição na explicação dos comportamentos anti-sociais.

2.4. Identificação com Grupos

As pesquisas sobre identificação com grupos começaram a ser desenvolvidas há pelo menos quatro décadas (Sussman, Pokhrel, Ashmore & Brown, 2007). O tema tem sido estudado sob diferentes perspectivas e definições; alguns autores consideram, por exemplo, a associação com grupos de pares (Sussman & cols., 1990), a auto-identificação com grupos (Sussman, Unger & Dent, 2004) e a afiliação com amigos (Prinstein & La Greca, 2002). Dentre as diferentes possibilidades para conceituar este construto, destacam-se as definições de Kiesner, Cadinu, Poulin e Bucci (2002, p. 197), que mencionam “a importância subjetiva do grupo para o indivíduo”, e a de Krech, Crutchfield e Ballachey (1962/1975), que expressa a identificação grupal como “o processo de procurar ser como outro indivíduo ou grupo”.

Apesar dos esforços, segundo Herrera (2006), na literatura ainda não há uma definição consensual de identificação com grupos. Mesmo assim, em pelo menos um aspecto os conceitos parecem convergir, a saber: quando se referem à influência que a identificação com determinados grupos exerce em atitudes, sentimentos e comportamentos das pessoas. De acordo com esta autora, aí reside a base da teoria dos grupos de referência. Pimentel, Gouveia e Fonseca (2005), analisando as definições mencionadas acima, parecem corroborar este posicionamento apontando que, por meio da identificação, as pessoas tendem a incorporar as características do outro indivíduo ou grupo, manifestando comportamentos semelhantes. Segundo estes autores, a identificação grupal está na base de vários processos e variáveis psicossociais. Dentre os quais, cabem mencionar o processo de

formação, mudança e manutenção das atitudes, a auto-estima, os valores sociais, a influência social, a busca por aceitação e evitação da rejeição, a auto-avaliação e o comportamento anti-social. No entanto, antes de relacionar a identificação com o principal construto desta tese (comportamentos anti-sociais), pretende-se apresentar um resumo das principais perspectivas de estudo dos grupos encontradas no campo da psicologia social.

2.4.1. Perspectivas de Análise nos Estudos de Grupo

A preocupação pelo fenômeno agregacional dos seres humanos sempre despertou a atenção e o interesse de teóricos das mais diversas áreas, como, por exemplo, historiadores, filósofos, sociólogos e antropólogos. Na psicologia e, sobretudo, na psicologia social, as primeiras aproximações sobre o tema podem ser observadas a partir do final do século XIX, com os estudos acerca do comportamento social (Alvaro & Garrido, 2003; Vala & Monteiro, 2002). Durante as últimas décadas, os pesquisadores têm discutido diversos aspectos referentes ao funcionamento dos grupos, sendo os seguintes destacados dentre os tópicos principais: a análise do grupo enquanto entidade à parte de seus membros; o entendimento do grupo como um agregado de pessoas; questões referentes às fronteiras ou aos limites dos grupos, onde começam e terminam, e quais são seus campos e níveis de influência; o estudo dos processos que ocorrem no interior e exterior dos grupos; e a identificação com grupos.

Na psicologia social, tradicionalmente, o estudo dos grupos tem sido orientado por três perspectivas distintas, denominadas como segue: (1) *tese da mente grupal*, que entende o grupo como uma realidade substancialmente distinta dos indivíduos que o compõem. Assume-se que, quando estão em grupo, as pessoas ultrapassam seus limites individuais e são guiadas por uma mente grupal superior (*group mind*), que as faz apresentar padrões emocionais distintos daqueles observados quando estão sozinhas; (2) *tese do individualismo*, que assume o grupo como um conjunto de pessoas que reúnem e

compartilham valores, crenças e ideais. Entretanto, sob tal perspectiva, o grupo não se constitui em uma realidade à parte de seus membros; e (3) *tese do interacionismo*, que busca integrar os posicionamentos anteriores, considerando a mente individual como o resultado da relação do indivíduo com o grupo; tal proposta tem sido a mais aceita entre os psicólogos sociais (Morales & Huici, 1994; Vala & Monteiro, 2002). A seguir, apresenta-se uma síntese de cada uma destas teses ou hipóteses.

2.4.1.1. Tese da Mente Grupal

No final do século XIX e início do XX, alguns teóricos passaram a defender que, em uma situação de grupo, os indivíduos são tomados por uma “mente grupal” que altera seus padrões de comportamento; uma espécie de arquétipo mental somente encontrado nas relações de grupo. Dentre os principais representantes desta perspectiva encontram-se Le Bon e McDougall (Morales, 1994). De acordo com Turner (1994), a análise de Le Bon permite identificar três mecanismos responsáveis por este fenômeno: a desindividuação, a sugestão e o contágio. Mecanismos que, em situações de grupo, são compartilhados de forma inconsciente pelos indivíduos.

A desindividuação, segundo Turner (1994), refere-se aos processos pelos quais a pessoa, em grupo, perde seu “eu” individual e, conseqüentemente, o sentido de responsabilidade por seus atos. O contágio corresponde ao processo pelo qual os sentimentos e as ações se estendem pelo grupo com a ajuda da imitação mútua, e tem como base a sugestão ou sugestionabilidade, que diz respeito à disposição das pessoas para influenciarem-se mutuamente por meio de processos de submissão irracional e emocional quando estão em situações de grupo (Michener & cols., 2005). Como se observa, a hipótese da mente grupal implica na existência de uma mente diferente da do indivíduo, sugerindo que, na multidão, a personalidade consciente deste se anula e sua submersão no grupo faz surgir uma espécie de inconsciente coletivo. Apesar da importância destas idéias

para o desenvolvimento dos estudos sobre grupo, Turner (1994) aponta que a psicologia social moderna refuta qualquer hipótese referente à existência de uma mente grupal, “mente da raça” ou “inconsciente coletivo”. Os argumentos principais para tal refutação são apresentados pelos teóricos que estudam o grupo sob a perspectiva individualista.

2.4.1.2. Tese do Individualismo

O modelo individualista parte da hipótese de que somente os indivíduos são reais e que os conceitos grupais não passam de meros resumos das atividades dos componentes de um grupo. Neste sentido, o grupo não é mais que um termo utilizado para designar um conjunto ou agregado de pessoas, não surgindo nada de especial ou diferente das interações decorrentes dele. Em termos específicos, tal perspectiva defende que o grupo não é mais que a soma de seus membros, sem a existência de qualquer estrutura supra-individual; descarta-se toda possibilidade de uma mente do grupo (Turner, 1994). Um dos principais representantes desta linha de pensamento é Floyd Allport.

Em seu artigo *The group fallacy in relation to social science*, Allport (1924) expõe diversas razões para rejeitar a explicação do comportamento grupal por meio de variáveis que ultrapassam as condutas e características individuais das pessoas. Dentre tais razões, apontam-se: (1) a hipótese de mente grupal não resiste às provas empíricas, os termos que implicam tal hipótese não explicam os fenômenos grupais, simplesmente os descreve; e (2) a idéia de “mente grupal”, no sentido utilizado, diz respeito a uma mente estática, é o resultado, não uma causa, do comportamento individual. Segundo Allport (1924), estes aspectos demonstram que, empregar o grupo como princípio explicativo em lugar dos indivíduos do grupo é um erro.

De acordo com Turner (1994), a tese do individualismo não nega que as pessoas podem comportar-se de forma diferente quando estão em situação de grupo. No entanto, tais comportamentos ocorrem em função da aprendizagem; as situações de grupo são

estímulos que desencadeiam comportamentos. Portanto, se as condições do estímulo mudam, também mudam as respostas individuais. Allport (1924) considera que os outros não passam de estímulos sociais que fazem com que as pessoas, diante deles, respondam de forma considerada apropriada. Deste modo, em situação de grupo, os indivíduos são agentes responsáveis, ao mesmo tempo, por suas ações e por aquelas apresentadas pelo grupo, uma vez que fazem parte do mesmo. A tese do individualismo supõe a existência de uma psicologia básica para explicar o comportamento dos indivíduos; parte-se do pressuposto de que as pessoas existem e funcionam de maneira independente do contexto social, mas, em algumas situações, podem reagir de forma diferente em função dos estímulos sociais (Turner, 1994).

Como é possível perceber, as duas teses ou conjuntos de idéias previamente expostos representam perspectivas que podem ser vistas como radicalmente opostas. Neste sentido, tem lugar uma tese ou abordagem mais conciliadora, que procura tê-las em conta: o *interacionismo*, como se expõe a seguir.

2.4.1.3. Tese do Interacionismo

Diferente das duas teses anteriores, o interacionismo propõe que a mente individual é o resultado da relação do indivíduo com o grupo, e que o grupo também é influenciado pelos indivíduos por meio de sua participação interativa. Tal perspectiva recebe influência dos princípios *gestálticos*, como o que indica que o todo é maior que a soma das partes. Os teóricos do interacionismo defendem que a compreensão do grupo não pode ser reduzida ao estudo dos seus membros, pois, como argumenta Turner (1994), a organização dos elementos em um sistema produz algumas propriedades de nível superior que não podem ser encontradas nos seus elementos isoladamente. Entre os principais autores deste campo, encontram-se Muzafer Sherif, Solomon Asch e Kurt Lewin (Alvaro & Garrido, 2003, Turner, 1994).

Kurt Lewin (1978), por exemplo, com sua teoria de campo, influenciou substancialmente os estudos nesta área. Lewin (1978) sugere que a concepção de grupo como um todo dinâmico envolve uma definição que tem como base a interdependência de seus membros, ou seja, das sub-partes do grupo. O grupo, portanto, é considerado como um todo integrado e dinâmico, que é submetido constantemente à influência de diversas forças que estão em mudança contínua. Em sua teoria, este autor propõe que os indivíduos em situações de grupo são motivados por suas próprias necessidades e metas pessoais. Segundo Lewin (1978), as pessoas vivem em um espaço vital subjetivo (campo) que, ao ser compartilhado com outros, as tornam interdependentes e promovem a criação de um espaço comum; desta forma, deixam de ser um simples agregado de pessoas para se constituírem em um grupo. Tal espaço comum é mantido pela coesão do grupo, a atração de seus membros e o desejo de estarem juntos para alcançar metas em comum. A interdependência entre os membros e a coesão do grupo é resultado da comunicação, da qualidade e quantidade de interações.

Por meio dessas interações, as pessoas que compõem os grupos criam modos de comportamento social, a exemplo das normas sociais, dos estereótipos e das crenças e metas coletivas; conteúdos que são interiorizados pelos membros dos mais diversos grupos. Notadamente, o interacionismo não explica o fenômeno dos grupos pela redução dos aspectos sociais às estruturas individuais, tampouco os amplia às estruturas supraindividuais. Nesta direção, os padrões sociais resultam da participação dos indivíduos e são construídos a partir de diferentes processos decorrentes da interação (Vala & Monteiro, 2002). Esta perspectiva é assumida na presente tese, cuja ênfase se concentra na identificação com grupos e nos processos de controle social decorrentes destes. Como dito, postula-se que esta variável assume um papel importante entre os principais fatores inibidores (de proteção) dos comportamentos anti-sociais.

2.4.2. Processos Grupais e Controle Social

Para alcançarem objetivos e satisfazerem um conjunto de necessidades, que sozinhas não poderiam ou não saberiam como fazer, as pessoas tendem, naturalmente, a filiar-se a outras. Desde os primeiros anos, as crianças desenvolvem vínculos com aquelas pessoas com quem têm contato regular, a exemplo de pais, familiares, vizinhos, colegas da escola e professores (Michener & cols., 2005). De acordo com Morales (1994), a função principal da afiliação e dos vínculos sociais consiste em garantir a sobrevivência, tanto do indivíduo como da espécie; a afiliação pode promover o alcance de metas ou objetivos que, buscados individualmente, seriam mais difíceis de serem obtidos, como, por exemplo, diversão, entretenimento e manutenção da auto-estima. Adicionalmente, o processo de afiliação também serve para reduzir a ansiedade e o medo, e proporcionar diversos critérios de comparação para a formação das atitudes e dos comportamentos das pessoas (Rodrigues & cols., 2001). Dentre os principais aspectos relacionados com o processo de afiliação, destacam-se a formação de normas e a identificação grupal.

A formação de normas é de importância fundamental para a sobrevivência de um grupo social, pois são elas que governam as linhas gerais do comportamento de seus membros. Rodrigues e cols. (2001, p. 378) definem normas sociais como sendo “padrões ou expectativas de comportamentos partilhados pelos membros de um grupo”. As normas especificam como se espera que os integrantes de um grupo se comportem em determinadas circunstâncias; elas geralmente refletem o sistema de valores fundamentais do grupo (Michener & cols., 2005). Nesta direção, Michener e cols. (2005) apontam que as normas assumem basicamente três funções principais para o grupo: (1) estimulam a coordenação entre os membros do grupo para a realização de seus objetivos; (2) fornecem a estrutura cognitiva de referência por meio da qual os integrantes do grupo interpretam e analisam o seu ambiente. Tal fato é particularmente importante em situações novas e

ambíguas, nas quais as normas funcionam como indicadores de como se deve agir; e (3) definem e reforçam a identidade comum dos integrantes do grupo, exigindo que estes apresentem padrões de comportamento diferentes daqueles apresentados por indivíduos de exogrupos (aqueles que não são grupos de pertença).

A influência social é considerada um dos principais fatores responsáveis pela formação de normas sociais (Michener & cols., 2005; Myers, 2000; Vala & Monteiro, 2002). Segundo Jesuíno (2002), as conseqüências dos processos de interação são múltiplas e complexas, sendo bastante difícil determinar a ordem de influência de determinadas variáveis. De acordo com o que comenta este autor, “a influência social, possivelmente, já estará presente antes dos processos de interação através das expectativas que os membros trazem para o grupo que vão integrar” (p. 325). Durante o envolvimento com o grupo, as pessoas tendem a atenuar, reforçar ou modificar tais expectativas. Por outro lado, a influência social, além de estar presente no cotidiano dos grupos estabelecidos, também é co-extensiva à vida dos indivíduos por meio, por exemplo, dos veículos de comunicação de massa (Herrera, 2006; Myers, 2000). De modo que, mesmo sem estarem integradas efetivamente a um determinado grupo, as pessoas podem receber influência direta ou indireta deste, por meio da identificação. Como exposto anteriormente, nesta tese o interesse se volta, fundamentalmente, para a identificação com grupos convencionais (pais, professores, vizinhos), dada a importância presumível que estes assumem como inibidores (fator de proteção) de comportamentos socialmente desviantes.

Segundo a teoria do controle social (Hirschi, 1969), quanto maior a integração de uma pessoa à sociedade convencional, menor será a probabilidade desta vir a cometer delitos. Tanto para crianças como para adolescentes e jovens adultos, os principais agentes de integração social são a família, a escola e os amigos. Tais agentes podem tanto favorecer como desfavorecer o desenvolvimento de vínculos entre os jovens e a ordem

social convencional. Portanto, quando tais vínculos são satisfatoriamente estabelecidos, espera-se que os jovens sintam-se dissuadidos a violar as normas ou as leis sociais. Neste sentido, as pessoas cuja identificação e os vínculos apresentam-se mais fortes para grupos convencionais e mais fracos para grupos não-convencionais, tendem a envolver-se menos em atividades desviantes (Elliott & cols., 1979).

A identificação com os pais e, em termos gerais, com a família, ocupa, na teoria de Hirschi (1969), um lugar fundamental; não obstante, o exercício do controle sobre o comportamento dos filhos é relativo. Segundo este autor, na hora de incorrer em algum tipo de comportamento anti-social, o que contará mais significativamente é a “presença psicológica” dos pais. Desta maneira, quanto mais identificado (apegado) estiver o jovem com sua família, menor será a probabilidade de que venha a cometer atos desviantes. Como já foi exposto, além da família, a escola e a vizinhança também compreendem contextos importantes de socialização. A identificação com pessoas destes ambientes constitui-se um fator relevante de proteção, considerando que estas exercem sobre os jovens um tipo de controle considerado informal (Laub & Sampson, 2001; Sampson & Laub, 1993). Entretanto, deve-se ressaltar que tais ambientes só se tornam inibidores dos comportamentos anti-sociais quando seus agentes assumem papéis que reforçam atitudes e comportamentos pró-sociais ou convencionais.

O contexto dos amigos ou pares aparece na literatura como outro ambiente importante na socialização dos indivíduos; diversos autores apontam o grupo como responsável por exercer influência preponderante nos comportamentos dos jovens, sejam estes adaptados ou não (Fischhoff & cols., 2003; Sussman & cols., 2004, 2007). Neste sentido, à medida que os jovens incrementam seus níveis de interações fora do marco familiar, a influência do grupo de amigos na determinação de normas de conduta torna-se cada vez mais evidente. Os amigos proporcionam informação direta ou indireta sobre os

comportamentos considerados apropriados e/ou valorizados em situações que diferem daquelas apresentadas no contexto familiar (Tarolla, Wagner, Rabinowitz & Tubman, 2002). Assim, a aprendizagem do jovem no grupo (tanto das interações afetivas como dos padrões normativos comportamentais) se converte em um agente de socialização, tal como postulam algumas das teorias psicossociais apresentadas no *Capítulo 1*, a exemplo da teoria da associação diferencial (Sutherland & Cressey, 1974) e da aprendizagem social (Bandura & Walters, 1963).

De acordo com a teoria da associação diferencial, a associação com companheiros desviantes provoca a exposição a padrões de comportamentos anti-sociais, os quais são aprendidos pelo indivíduo por meio da comunicação verbal e comportamental produzida entre os membros do grupo. Desta forma, são estabelecidos dois tipos de associação diferencial: (1) associação com atitudes diferenciais, na qual as comunicações verbais com pares desviantes provocam a formação, no adolescente, de atitudes ou definições favoráveis frente à desviação; e (2) associação com atividades diferenciais, sugerindo que a observação de atividades desviantes realizadas pelos pares promove a imitação destes comportamentos por parte do adolescente. Akers (1985), com base na teoria da aprendizagem social, sugere que, para o desenvolvimento ou a aprendizagem do comportamento anti-social, ocorrem quatro mecanismos inter-relacionados: (1) a associação diferencial com pessoas que apresentam hábitos e atitudes favoráveis aos comportamentos anti-sociais; (2) a aquisição, por parte do indivíduo, de definições ou pensamentos favoráveis a tais comportamentos; (3) o reforço de seus comportamentos; e (4) a imitação de modelos anti-sociais.

Por outro lado, autores como Sampson e Laub (1993; Laub & Sampson, 2001) apontam que o controle social informal exercido por identificação ou apego a papéis convencionais apresenta-se com uma variável bastante importante na predição de

comportamentos anti-sociais. Conforme estes autores, tal identificação torna os jovens mais resilientes frente às oportunidades para delinquir; geralmente, indivíduos que apresentam grau elevado de identificação com papéis convencionais costumam sopesar as consequências de seus atos tendo como referência tais papéis. Elliott e cols. (1985a), combinando elementos da teoria da anomia, do controle social e da aprendizagem social, sugerem que os vínculos fracos com agentes de socialização convencionais (por exemplo, familiares, professores) aumentam a probabilidade da identificação e, conseqüentemente, associação com pares desviantes, aspectos tidos como um dos principais fatores determinantes de comportamentos anti-sociais (Ronis & Borduin, 2007).

De acordo com Elliott e cols. (1979), no processo de socialização as pessoas desenvolvem níveis diferentes de identificação, compromisso e integração com determinados grupos sociais convencionais. Segundo pensam, quando a socialização ocorre de forma inadequada (por exemplo, negligência ou autoritarismo dos pais, vínculos fracos com o ambiente escolar), cria-se uma fonte de tensão; quanto maior for essa tensão e menores os níveis de controle ou vínculos sociais, maior a possibilidade de que se desencadeiem comportamentos anti-sociais. Deste modo, indivíduos cuja identificação com grupos não-convencionais é forte, tendem a apresentar níveis baixos de identificação com aqueles convencionais.

2.4.3. Identificação com Grupos e Comportamentos Anti-sociais

O compromisso com grupos convencionais (por exemplo, familiares, pais, professores), os quais assumem a função de transmissão de valores sociais que garantem a harmonia social e a manutenção do *status quo*, é considerado um inibidor (fator de proteção) de comportamentos anti-sociais (Benda & Corwyn, 2000; Hirschi, 1969; Petraitis & cols., 1995; Sussman, Dent & McCullar, 2000; Tarter, 1988). Não obstante, esta variável, da maneira como se explora na presente tese, tem sido pouco considerada nas

pesquisas sobre este tema. O mais comum é analisar a identificação com grupos não-normativos ou desviantes (gangues, companheiros que usam drogas, praticam delitos), procurando estimar em que medida esta pode explicar tais comportamentos (Hawkins & cols., 1992; Herrenkohl & cols., 2000).

Um estudo desenvolvido por Heaven, Caputi, Trivellion-Scotte e Swinton (2000), por exemplo, comprovou que os comportamentos delitivos estavam positivamente correlacionados com dois fatores de identidade juvenil delinqüente: *companheirismo delinqüente* ($r = 0,46, p < 0,001$) e *normas comportamentais delinqüentes* ($r = 0,35, p < 0,001$). Vitaro e cols. (2000) observaram que ter como melhor amigo alguém que se desvia das normas sociais se correlacionou positivamente com indicadores de *delinqüência e atitudes favoráveis em relação à delinqüência* ($r = 0,15, p < 0,05$ para ambos). Esta direção de pesquisa, não obstante, põe ênfase nos fatores de risco para o surgimento de comportamentos anti-sociais, não sendo o interesse principal desta tese.

Alguns estudos recentes têm tratado de conhecer a correlação entre a identificação com grupos convencionais e os comportamentos anti-sociais. Coelho Júnior (2001) observou que a pontuação total de identificação com grupos ou papéis convencionais (por exemplo, família, familiares, vizinhos, professores) se correlacionou inversamente com os fatores de *comportamentos anti-sociais e delinqüência juvenil compartilhada* ($r = -0,15, p < 0,001$, para ambos), e com um *índice de potencial consumo de drogas* ($r = -0,15, p < 0,001$). Consistentemente, a identificação com as pessoas que formam o grupo de pertença *primário* (pai, mãe e irmãos) se correlacionou mais fortemente com estes três indicadores ($r = -0,10, -0,18$ e $-0,17$, respectivamente; $p < 0,001$ para todos). Resultados muito parecidos foram relatados por Formiga (2002). Este autor comprovou que a pontuação total de identificação com cinco grupos de relacionamento (família, familiares, companheiros de estudo, vizinhos e professores) se correlacionou negativamente com os comportamentos

anti-sociais ($r = -0,16, p < 0,001$) e *delitivos* ($r = -0,13, p < 0,001$). Neste último estudo, a identificação com os *professores* apresentou a maior correlação negativa com os comportamentos *anti-sociais* ($r = -0,14, p < 0,001$), enquanto que a identificação com a *família* (pai, mãe e irmãos) o fez em relação aos comportamentos *delitivos* ($r = -0,10, p < 0,01$).

No estudo efetivado por Pimentel (2004), em que foram analisadas as relações entre variáveis como identificação com grupos, valores humanos, preferência musical e comportamentos anti-sociais, verificou-se, por meio de uma análise de regressão, que a identificação com grupos não convencionais (*alternativos*; $\beta = 0,21, t = 4,26, p < 0,001$) e a orientação pelos valores de experimentação ($\beta = 0,15, t = 3,57, p < 0,001$) tornaram mais provável a apresentação de comportamentos anti-sociais entre jovens. Ao mesmo tempo, os jovens que se identificaram com grupos convencionais (*de relacionamento*; $\beta = -0,29, t = -6,36, p < 0,001$) e se guiaram por valores normativos ($\beta = -0,14, t = -3,05, p < 0,01$) apresentaram menor probabilidade de envolverem-se nestes tipos de comportamentos. Quando considerada a dimensão delitiva do comportamento anti-social, os resultados foram semelhantes; este tipo de conduta foi predita inversamente pela identificação com grupos convencionais ($\beta = -0,19, t = -3,89, p < 0,001$), e diretamente quando analisada em função dos grupos alternativos ($\beta = 0,15, t = -2,74, p < 0,01$).

Frente ao apresentado, considera-se coerente esperar que a identificação com grupos convencionais de referência atuem como uma variável inibidora dos comportamentos anti-sociais. Neste sentido, torna-se justificável replicar os estudos antes descritos, considerando a possibilidade de incluir novos grupos. Isso permitirá tanto conhecer a consistência dos resultados como estimar a contribuição desta variável no conjunto daquelas que compõem o modelo teórico que fundamenta esta tese.

Em resumo, parece haver suficiente razão para conhecer a adequação da *hipótese de compromisso convencional e afiliação social* como base para explicar os comportamentos anti-sociais. Como mencionado, objetiva-se conhecer em que medida os *valores humanos*, de maneira especial os sociais denominados como *normativos*, o *compromisso religioso*, o *estilo de socialização parental autoritativo* e a *identificação com grupos convencionais de referência* atuam como inibidores (fatores de proteção) de comportamentos socialmente desviantes. Mais precisamente, procura-se: (1) estimar a contribuição dos fatores de proteção para explicar os comportamentos anti-sociais e delitivos; e (2) identificar um modelo que permita integrar os diferentes fatores, considerados nesta oportunidade como componentes da *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*, contribuindo assim para a compreensão destes comportamentos socialmente desviantes no contexto brasileiro. Para a consecução de tais objetivos, pensaram-se em quatro estudos empíricos, os quais são detalhadamente descritos a seguir.

PARTE II: ESTUDOS EMPÍRICOS

3. ESTUDO 1 – Propriedades Psicométricas das Medidas

Como exposto nos capítulos anteriores, esta tese envolve um conjunto de variáveis psicossociais: *comportamentos socialmente desviantes, valores humanos, compromisso religioso, estilos de socialização parental e identificação com grupos de referência*. Em alguns casos, estes construtos são empregados em sua totalidade e, em outros, a partir de fatores específicos que os compõem, como, por exemplo, o estilo de socialização *autoritativo, os valores sociais normativos e a identificação com grupos convencionais de referência*. Para análise de todas estas variáveis faz-se necessário utilizar instrumentos que reúnam evidências de validade e precisão, condições *sinequanon* para o uso de qualquer medida em estudos de natureza empírica (Anastasi & Urbina, 2000; Nunnally, 1991; Pasquali, 2003).

Nesta tese a inclusão dos instrumentos teve como base três critérios principais: (1) sua compatibilidade teórica com relação aos construtos que se pretendem analisar; (2) a adequação dos seus parâmetros psicométricos (validade e precisão) para o contexto no qual se desenvolve a pesquisa; e (3) seu caráter parcimonioso, isto é, que sejam curtos, breves, facilitando sua administração junto a outras medidas. A maioria dos instrumentos selecionados para compor o conjunto de medidas atendeu tais critérios. Não obstante, inclusive nestes casos, parece necessário oferecer algumas informações que visam justificar e orientar os objetivos aqui estabelecidos:

a) O *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD; Seisdodos, 1988)*. Apesar de tal instrumento contemplar as dimensões principais correspondentes à teoria acerca dos comportamentos socialmente desviantes e demonstrar parâmetros psicométricos satisfatórios em diversos estudos realizados no Brasil e, sobretudo, na cidade de João Pessoa (Chaves, 2006; Formiga, 2002; Pimentel, 2004; Vasconcelos, 2004), configura-se relativamente extenso (40 itens). Neste sentido, um dos objetivos deste estudo é analisar a homogeneidade e precisão dos itens que compõem esta medida e avaliar, a

partir de grupos critérios internos, seu poder discriminativo (Pasquali, 1997). Este empreendimento visa obter um instrumento mais breve, selecionando-se para cada dimensão os dez itens mais adequados que serão considerados nos estudos subseqüentes.

b) A medida de identificação com grupos é originalmente composta por um conjunto de 14 itens, no qual não se expõem seus parâmetros psicométricos (Vasconcelos, 2004). A partir destes itens, C. E. Pimentel derivou duas escalas de identificação com grupos: *Escala de Identificação com Grupos Alternativos* (Pimentel, 2004; Pimentel, Gouveia & Fonseca, 2005) e *Escala de Identificação com Grupos de Relacionamento* (Pimentel, 2004). Neste estudo, pretende-se ter em conta os itens propostos por estes autores e acrescentar outros, de modo a alcançar grupos de referência anteriormente não incluídos (por exemplo, amigos do bairro, tios, avós). Estes aspectos exigem, portanto, a realização de análises complementares que possam explorar a estrutura fatorial que melhor corresponde à matriz de correlações entre os itens destas medidas. Conhecidos os fatores, calculam-se os respectivos coeficientes de consistência interna (Alfa de Cronbach).

c) Finalmente, a *Escala de Crenças Religiosas* (Andrade, Gouveia, Jesus, Santos & Lopes de Andrade, 2001) e a *Escala de Práticas Religiosas* (Meira, Gouveia, Socorro, Oliveira & Silva Filho, 2001) atendem satisfatoriamente a todos os critérios de inclusão mencionados. Especificamente, estas foram construídas na cidade de João Pessoa, tendo sido reunidas evidências acerca de sua validade e precisão. Compõem-se, ademais, de um número reduzido de itens que, mesmo não abarcando a diversidade de seguimentos religiosos existentes, envolvem aqueles mais predominantes (católicos, espíritas e protestantes) no contexto paraibano (IBGE, 2000). Contudo, uma vez que se pretende incluir estas medidas como indicadores de compromisso religioso, decidiu-se analisar empiricamente seus itens e comprovar, por meio de análises fatoriais confirmatórias, a

adequação da estrutura proposta nos estudos originais. Uma melhor compreensão das especificidades deste estudo pode ser contemplada no *método* a seguir.

3.1. Método

3.1.1. Delineamento

Tratou-se de um estudo correlacional, *ex post facto*. Basicamente, a ênfase foi psicométrica, procurando reunir evidências sobre a validade e precisão das medidas previamente listadas. No caso do *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos*, por exemplo, objetivou-se, principalmente, reduzir o montante de itens que compõem sua versão original, tornando-o mais parcimonioso. Neste caso, procedeu-se, inicialmente, a uma análise empírica de tais itens (Pasquali, 2003).

3.1.2. Amostra

Participaram deste estudo 317 pessoas com idades variando entre 10 e 45 anos ($M = 16,6$; $DP = 5,24$; 86,2% com até 20 anos), sendo a maioria do sexo feminino (53,6%). Destes, 34,3% eram estudantes do ensino fundamental, 40,7% do ensino médio e 25% do superior. Quanto à religião, estes se confessaram católicos (59,6%), evangélicos (28,5%), espíritas (1,9%), sem religião (8,7%) e pertencentes a outros grupos religiosos (1,3%). A amostra foi de conveniência (não-probabilística), considerando-se as pessoas que concordaram em participar do estudo.

Como regra de exclusão, deixaram de compor a amostra os indivíduos que: (1) não responderam a pelo menos uma das medidas; (2) deixaram mais de 10% dos itens de uma medida sem resposta; (3) responderam de forma diferente ou utilizando escala diferente da proposta no estudo; e (4) apresentaram idade inferior a 10 anos.

3.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam um livreto composto por sete partes. No entanto, em razão dos objetivos deste estudo, consideram-se unicamente os seguintes instrumentos:

Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos – CAD. Proposta por Seisdedos (1988), tal medida é composta por 40 itens distribuídos em duas dimensões: Comportamentos *anti-sociais* e *delitivos*. O fator denominado *delitivo* ou *delinqüente* abrange condutas que se caracterizam por infringirem leis formais; nele incluem-se itens como “*Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em um briga*” ou “*Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas*”. No fator *anti-social*, encontram-se itens correspondentes a comportamentos que não são expressamente delitivos, isto é, ainda que alguns elementos estejam próximos do delito, podem ser considerados como travessuras típicas de adolescentes, como, por exemplo, “*Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa)*” ou “*Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.)*” (Anexo I). Em sua versão original, a consistência interna do *CAD* foi avaliada pelo método de duas metades (*Spearman-Brown*), verificando-se um índice de 0,86 para ambos os fatores. No Brasil, em um estudo desenvolvido por Formiga e Gouveia (2003), comprovou-se o modelo bi-fatorial desta medida; os resultados evidenciaram índices de bondade de ajuste adequados: $\chi^2 / gl = 1,78$, $GFI = 0,91$, $AGFI = 0,90$ e $RMSR = 0,04$; sua consistência interna (Alfa de Cronbach) foi satisfatória tanto para o fator *delitivo* ($\alpha = 0,86$) como *anti-social* ($\alpha = 0,92$).

Escala de Práticas Religiosas (Meira & col., 2001). Composta por 16 itens, esta escala possibilita a mensuração de práticas correspondentes a três grupos religiosos: *católicos* (por exemplo, rezar o terço; assistir à missa), *espíritas* (por exemplo, ler livros psicografados; procurar desenvolver dons mediúnicos) e *protestantes* (por exemplo, pregar o evangelho para outras pessoas; dar o dízimo). Todos os itens são respondidos em escala

de cinco pontos, do tipo *Likert*, com os seguintes extremos: **1** = *Nunca* e **5** = *Sempre* (Anexo II). No estudo de sua validação, este instrumento apresentou parâmetros psicométricos aceitáveis. As análises exploratórias apontaram a existência de três fatores (foram considerados os itens com cargas fatoriais superiores a $|0,30|$) que explicaram conjuntamente 52,5% da variância total, com os seguintes índices de consistência interna (Alfas de Cronbach): 0,93 para as práticas católicas e 0,76 tanto para as espíritas como as protestantes.

Escala de Crenças Religiosas (Andrade & cols., 2001). Este instrumento permite avaliar o quanto o respondente concorda com diferentes crenças religiosas, podendo ser um indicativo do seu grau de religiosidade. Seus 18 itens dividem-se equitativamente entre as crenças *católicas* (por exemplo, imagens de santos devem ser respeitadas; é importante fazer a primeira comunhão), *protestantes* (por exemplo, a vocação para o trabalho é um dom divino; Jesus Cristo é o único intercessor entre Deus e o homem) e *espíritas* (por exemplo, é possível a comunicação com pessoas que já faleceram; Jesus foi um espírito evoluído que passou pela terra). Para respondê-los, o participante utiliza uma escala de sete pontos, do tipo *Likert*, com os seguintes extremos: **1** = *Discordo totalmente* e **7** = *Concordo totalmente* (Anexo III). Em seu estudo original, foi realizada uma análise de componentes principais (rotação *varimax*) que permitiu identificar claramente os três tipos de crenças (consideraram-se itens com cargas fatoriais superiores a $|0,30|$), que explicaram conjuntamente 61,4% da variância total. Observaram-se os seguintes índices de consistência interna (Alfa de Cronbach): 0,96 (crenças católicas), 0,93 (crenças espíritas) e 0,65 (crenças protestantes).

Escala de Identificação com Grupos de Referência. Esta medida compreende à fusão de duas das escalas utilizadas por Pimentel (2004): *Escala de Identificação com Grupos de Relacionamento* (por exemplo, familiares, professores, vizinhos) e *Escala de*

Identificação com Grupos Alternativos (por exemplo, punks, hippies, skatistas). Totalizam-se 19 itens / grupos para os quais o participante deve indicar em que medida se identifica com cada um, empregando, para tanto, uma escala de resposta de cinco pontos, definida pelos seguintes extremos: **0** = *Nada identificado* a **4** = *Totalmente identificado* (Anexo IV). De acordo com Pimentel (2004), as análises efetuadas corroboram a existência de um único fator em cada escala. A primeira (*Identificação com Grupos de Relacionamento*) e a segunda (*Identificação com Grupos Alternativos*) escalas se mostraram unifatoriais (agruparam-se os itens com cargas fatoriais $\geq |0,46|$), explicando 42,2 e 56,4% da variância total e apresentando Alfas de Cronbach de 0,76 e 0,87, respectivamente. Nesta tese, com o propósito de compor uma nova versão desta medida, foram acrescentados quatro grupos de referência (*amigos do bairro, primos, tios e avós*).

A última parte do livreto, denominada *Caracterização da Amostra*, consta de perguntas como sexo, idade e religião, além de dois itens referentes à religiosidade auto-percebida e à frequência com que o respondente participa das reuniões de sua religião. O primeiro item (*Em que medida você se considera religioso?*) é respondido em uma escala de cinco pontos, com os extremos **0** = *Nada* e **4** = *Muito*, e o segundo (*Com que frequência você vai às reuniões da sua religião?*), por meio de uma escala de frequência, variando de **0** = *Nunca* a **7** = *Sempre*.

3.1.4. Procedimento

Os participantes responderam os questionários individualmente, ainda que em ambiente coletivo de sala de aula. Os instrumentos foram distribuídos por cinco aplicadores devidamente instruídos para controlar os fatores que pudessem comprometer as respostas dos participantes. Na ocasião, as mesmas instruções foram dadas para todos os respondentes, enfocando-se a possibilidade de dúvidas quanto ao formato de resposta, mas não em relação ao conteúdo abordado. Enfatizou-se o caráter voluntário da participação e a

garantia de que toda informação seria confidencial. O tempo médio de resposta foi de 50 minutos.

3.1.5. Análise dos Dados

Seguindo os objetivos deste estudo, além das estatísticas descritivas (medidas de tendência central, dispersão e frequência), foram efetuadas, por meio do *SPSS 15*, as seguintes análises: Teste *t* de *Student*, análises de componentes principais e consistência interna (Alfa de Cronbach). A propósito, é preciso indicar que, com a finalidade de conhecer se a matriz de correlação entre os itens da medida de identificação com grupos era fatorializável, calcularam-se o índice *KMO* e o *Teste de Esfericidade de Bartlett*. O número de componentes a extrair se pautou na análise paralela. Finalmente, empregou-se o *AMOS 7* para comprovar, por meio de análises fatoriais confirmatórias, a estrutura das escalas de crenças e práticas religiosas.

Nas análises fatoriais confirmatórias foi considerada a matriz de covariância, empregando-se o método de estimação *ML (Maximum Likelihood)*. O ajuste dos modelos foi analisado em função dos seguintes indicadores: (1) χ^2 (*Qui-quadrado*). Este índice proporciona um teste de significância do grau em que o modelo se ajusta aos dados, representando valores altos um ajuste ruim, devendo-se reconhecer que este indicador sofre bastante influência do tamanho da amostra, podendo não funcionar adequadamente com amostras grandes ($n > 200$); (2) *Razão χ^2 / gl (graus de liberdade)*. É considerada uma bondade de ajuste subjetiva. Ainda que não exista um valor crítico exato para decidir sobre a adequação ou não do modelo, na prática, são recomendáveis valores entre 2 e 3, aceitando-se até 5 (Byrne, 1989, 2001); (3) *Goodness-of-fit index (GFI)*. Reflete uma medida de variabilidade explicada pelo modelo, no qual seus valores podem variar entre

zero (ajuste ruim) e um (ajuste perfeito), considerando-se aceitáveis valores de 0,90 ou mais (Marsh, Hau & Wen, 2004); (4) *Comparative fit index (CFI)*. Para este indicador se recomenda um valor igual ou superior a 0,90; e (5) *Root-mean-square error of approximation (RMSEA)*, cujos valores mais próximos de zero sinalizam um ajuste melhor; são recomendados valores iguais ou inferiores a 0,08, embora se admita até 0,10 como expressando um ajuste meritório (Joreskög & Sörbom, 1989).

3.2. Resultados

Os objetivos do presente estudo foram estabelecidos em função de algumas necessidades peculiares de quatro das seis medidas consideradas nesta tese. Para sistematizar a apresentação dos resultados, as análises necessárias são apresentadas em quatro subseções.

3.2.1. Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD)

Para atender os objetivos apresentados, buscou-se, inicialmente, selecionar os itens com maior poder discriminativo, isto é, aqueles com capacidade para diferenciar respondentes com magnitudes próximas. Neste sentido, estabeleceram-se grupos-critério internos considerando os participantes com pontuações totais abaixo (grupo inferior) e acima (grupo superior) da pontuação mediana desta medida (Pasquali, 1997). Mediante o teste *t* de *Student*, foram comparadas as médias do grupo inferior e superior para cada item do instrumento. Em seguida, efetuaram-se cálculos das correlações item-total corrigidas e, finalmente, do Alfa de Cronbach tanto para os fatores isolados como o conjunto total de itens. Os resultados destas análises são resumidos na Tabela 4.

Tabela 4. Poder discriminativo, correlação item-total e precisão dos itens do CAD

Item	Grupo Inferior		Grupo Superior		<i>t</i>	<i>r</i> _{it}	Precisão do item
	M	DP	M	DP			
Fator I ($\alpha = 0,88$)							
38	1,28	0,75	3,69	2,59	11,20**	0,61	0,88
15	1,95	1,58	4,84	2,86	11,06**	0,54	0,88
30	1,55	0,86	3,82	2,60	10,40**	0,55	0,88
09	1,49	0,84	3,68	2,55	10,24**	0,58	0,88
04	2,07	1,61	4,72	2,87	10,08**	0,48	0,88
37	2,13	1,76	4,82	2,95	9,79**	0,52	0,88
29	1,82	1,41	3,94	2,44	9,42**	0,44	0,88
21	1,92	1,36	4,16	2,79	9,04**	0,51	0,88
18	1,16	0,46	2,62	2,00	8,90**	0,55	0,88
05	1,29	0,86	3,10	2,46	8,73**	0,53	0,88
12	1,71	1,20	3,61	2,63	8,25**	0,47	0,88
28	2,32	1,48	4,39	2,79	8,23**	0,48	0,88
02	1,78	1,33	3,70	2,66	8,08**	0,51	0,88
24	1,97	1,53	3,97	2,81	7,83**	0,45	0,88
34	1,44	1,09	3,12	2,56	7,58**	0,51	0,88
11	1,11	0,40	2,44	2,19	7,49**	0,55	0,88
10	1,34	0,93	2,68	2,12	7,25**	0,47	0,88
35	1,05	0,29	2,04	1,75	6,99**	0,52	0,88
26	1,16	0,43	2,02	1,51	6,83**	0,45	0,88
01	1,46	1,05	2,75	2,26	6,45**	0,52	0,88
Fator II ($\alpha = 0,90$)							
36	1,09	0,45	2,28	2,07	7,03**	0,51	0,90
40	1,05	0,39	2,08	2,12	5,99**	0,45	0,90
08	1,11	0,63	1,89	1,53	5,92**	0,54	0,89
13	1,16	0,80	2,24	2,27	5,65**	0,42	0,90
33	1,03	0,29	1,84	1,90	5,27**	0,46	0,90
20	1,05	0,33	1,65	1,50	4,89**	0,65	0,89
14	1,08	0,51	1,73	1,64	4,79**	0,57	0,89
25	1,01	0,26	1,36	1,01	4,23**	0,72	0,89
27	1,01	0,18	1,46	1,38	4,10**	0,47	0,89
03	1,04	0,39	1,64	1,81	4,10**	0,42	0,90
31	1,01	0,22	1,34	0,99	4,01**	0,68	0,89
16	1,04	0,30	1,40	1,12	3,87**	0,51	0,89
39	1,00	0,16	1,36	1,15	3,86**	0,59	0,89
32	0,99	0,14	1,20	0,76	3,37**	0,69	0,89
06	1,01	0,19	1,31	1,07	3,37**	0,75	0,89
17	1,01	0,19	1,25	0,86	3,34**	0,61	0,89
23	1,01	0,26	1,25	0,90	3,31**	0,70	0,89
22	1,03	0,32	1,28	1,03	2,97*	0,63	0,89
07	1,04	0,30	1,26	0,89	2,96*	0,66	0,89
19	1,03	0,41	1,31	1,12	2,95*	0,67	0,89

Notas: * $p < 0,01$; ** $p < 0,001$; r_{it} = Correlação item-total corrigida; **Fator I** = Comportamento Anti-social; **Fator II** = Comportamento Delitivo.

De acordo com esta tabela, todos os itens desta medida diferenciaram significativamente ($p < 0,01$) os indivíduos com alta e baixa pontuações no *Questionário*

de *Comportamentos Anti-sociais e Delitivos*. Contudo, analisando os valores t , percebe-se que, no conjunto, alguns itens são possivelmente mais eficazes para diferenciar os respondentes que outros. Quanto à homogeneidade, as correlações ($r_{i.t}$) variaram entre 0,44 [*Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa)*] e 0,61 [*Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.)*], no **fator I** (*Comportamento Anti-social*), e entre 0,42 (*Gastar freqüentemente no jogo mais dinheiro do que pode*) e 0,75 (*Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa pendurada em um cabide*), no **fator II** (*Comportamento Delitivo*), porém todas acima do mínimo aceitável (0,20; Clark & Watson, 1995). Estes valores refletem nos respectivos Alfas de Cronbach, que foram 0,88 para o primeiro fator e 0,90 para o segundo.

Finalmente, apesar de compreender uma medida adequada dos comportamentos anti-sociais e delitivos, o *CAD* é extenso, dificultando sua incorporação em estudos que consideram múltiplos construtos, como aqueles da presente tese. Neste sentido, procurou-se reduzi-lo, vendo a pertinência de considerar os dez itens em cada dimensão que se mostraram mais discriminativos. Feito isso, voltou-se a checar a consistência interna de cada sub-escala, que apresentou Alfa de Cronbach que cumpre o ponto de corte estabelecido na literatura (0,70; Nunnally, 1970): *Anti-social* ($\alpha = 0,82$) e *Delitivo* ($\alpha = 0,81$). Como estes fatores apresentam-se correlacionados entre si ($r = 0,55$, $p < 0,01$), decidiu-se calcular a consistência interna para o conjunto total de 20 itens, observando-se um Alfa de 0,86.

3.2.2. Escala de Identificação com Grupos de Referência

Antes de efetuar a análise de Componentes Principais da *Escala de Identificação com Grupos de Referência*, procurou-se verificar dois aspectos fundamentais: (1) avaliar, a partir do índice *KMO* (*Kaiser-Meyer-Olkin*) e do *Teste de Esfericidade de Bartlett*, se é possível realizar este tipo de análise estatística com a matriz de correlações entre os itens desta medida (Tabachnick & Fidel, 2001); e (2) conhecer, por meio de uma análise

paralela, a estrutura fatorial (número de fatores) que melhor se ajusta à matriz de correlações. Ressalta-se que a opção pela análise paralela, frente aos critérios de Kaiser e Cattell, se justifica por serem estes critérios mais passíveis de imprecisão (Hayton, Allen & Scarpello, 2004).

Os resultados são favoráveis à realização da análise de componentes principais: $KMO = 0,90$ e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2 (190) = 2560,89$ $p < 0,001$. Neste sentido, comprova-se ser esta uma matriz de covariância e não de identidade. Resta, entretanto, conhecer o número de componentes a reter. Neste caso, como antes foi dito, realizou-se uma análise paralela. Esta contrasta os *eigenvalues* (valores próprios) gerados pela matriz de componentes (observados) com aqueles gerados aleatoriamente (simulados), em função do tamanho da amostra e do número de itens do instrumento. Cada valor observado maior que o valor médio resultante das matrizes aleatórias corrobora a existência do fator. Os resultados desta análise podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5. Análise paralela dos itens do Questionário de Identificação com Grupos de Referência (n=317)

VALORES PRÓPRIOS		
Observados	Simulados	
	Médios	Percentil 90%
6,76	1,47	1,56
2,56	1,38	1,44
1,28	1,32	1,37
1,02	1,27	1,31
0,86	1,21	1,26
0,81	1,17	1,20
0,75	1,12	1,15
0,73	1,08	1,12
0,63	1,04	1,07
0,60	1,00	1,04
0,55	0,96	1,00
0,53	0,92	0,96
0,47	0,89	0,92
0,46	0,85	0,88
0,43	0,82	0,85
0,37	0,78	0,81
0,34	0,74	0,78
0,31	0,70	0,74
0,29	0,66	0,70
0,25	0,61	0,65

Conforme a Tabela 5, parece pertinente extrair dois componentes para o conjunto dos 20 itens do CAD. Em função disso, procedeu-se a uma análise de Componentes Principais com rotação *varimax*, fixando a extração de dois componentes. Os resultados a respeito são apresentados na Tabela 6.

Tabela 6. Estrutura Componencial da Escala de Identificação com Grupos de Referência

Conteúdo do Item	Componentes		h ²
	I	II	
Tios (as)	0,74*	0,20	0,59
Primos (as)	0,74*	0,24	0,60
Familiares em geral (tios, primos, etc.)	0,70*	0,24	0,54
Avós	0,68*	0,14	0,48
Companheiros (as) de estudo ou trabalho	0,63*	0,19	0,44
Irmãs (os)	0,63*	0,01	0,40
Amigos (as) em geral	0,62*	0,05	0,39
Amigos (as) do bairro	0,60*	0,30	0,45
Professores (as)	0,60*	0,23	0,41
Vizinhos (as)	0,57*	0,45	0,53
Mãe	0,52*	-0,11	0,28
Pai	0,51*	0,02	0,26
Punks	-0,01	0,82*	0,68
Head Bangers (Metaleiros)	0,04	0,72*	0,52
Skatistas	0,15	0,71*	0,53
Funkeiros	0,17	0,69*	0,50
Hippies	0,07	0,68*	0,47
Skin Heads (Carecas)	0,26	0,67*	0,52
Surfistas	0,35	0,66*	0,56
Namorado (a) ou esposo (a)	0,35	0,17	0,15
Número de Itens	12	7	
Valor Próprio	6,76	2,56	
% Variância Total Explicada	33,82	12,78	
Alfa de Cronbach (α)	0,88	0,85	

Nota: * carga fatorial considerada satisfatória $[0,40]$.

Como se verifica, a estrutura bidimensional desta medida parece coerente; excetuando o item referente à identificação com *Namorado (a)* ou *Esposo (a)*, todos os itens apresentam saturações dentro do que foi estabelecido como satisfatório, isto é, igual ou superior a $[0,40]$. O primeiro componente pode ser adequadamente nomeado como *Grupos Convencionais de Referência*, reunindo 12 itens (por exemplo, tios, primos,

familiares em geral). Este apresentou valor próprio de 6,76, explicando 33,8% da variância total; sua consistência interna (alfa de Cronbach) foi 0,88. No caso do segundo componente, este foi denominado de *Grupos Alternativos de Referência*, tendo reunido sete itens (por exemplo, punks, head bangers, skatistas). Seu valor próprio foi 2,56, correspondendo à explicação de 12,8% da variância total, com consistência interna de 0,85.

3.2.3. Escala de Práticas Religiosas

Antes de efetuar a análise fatorial confirmatória, buscou-se analisar os itens por meio da correlação item-total corrigida ($r_{i,t}$) e precisão. Neste caso, considerando o valor do Alfa de Cronbach para o conjunto de itens e a possível alteração deste valor, caso se exclua o item em apreço. A Tabela 7 apresenta os resultados destas análises.

Tabela 7. Correlação item-total e precisão dos itens da Escala de Práticas Religiosas

Conteúdo dos Itens	$r_{i,t}$	Precisão do item
Fator I – Prática Católica ($\alpha = 0,85$)		
01. Confesso-me com o padre ou durante a missa.	0,61	0,83
02. Assisto à missa.	0,69	0,81
06. Sigo os conselhos do padre.	0,64	0,82
13. Participo de procissões ou romarias.	0,68	0,82
14. Rezo o terço.	0,66	0,82
15. Benzo-me ao passar em frente à igreja.	0,57	0,84
Fator II - Prática Espírita ($\alpha = 0,56$)		
05. Procuo desenvolver meus dons mediúnicos.	0,39	0,47
07. Tomo água fluidificada (abençoada, purificada).	0,44	0,43
08. Procuo a reforma íntima, reduzir os defeitos e vícios.	0,10	0,65
09. Converso com pessoas que já morreram.	0,39	0,47
16. Leio livros psicografados.	0,35	0,49
Fator III – Prática Protestante ($\alpha = 0,65$)		
03. Dou o dízimo.	0,48	0,60
04. Oro antes das principais refeições.	0,59	0,55
10. Vou aos cultos da igreja.	0,62	0,53
11. Pregoo o evangelho a outras pessoas.	0,50	0,60
12. Participo de eventos profanos (carnaval, boites, etc)	-0,06	0,78

Nota: $r_{i,t}$ = Correlação item-total corrigida.

Como se pode observar, a maioria dos itens apresenta homogeneidade satisfatória, o que reflete nos valores dos Alfas de Cronbach correspondentes a cada fator. Entretanto, os itens 8 [*Procuro a reforma íntima (reduzir os defeitos e vícios)*], no **Fator II** (*Prática Espírita*), e 12 [*Participo de eventos profanos (carnaval, boites, etc)*], no **Fator III** (*Prática Protestante*), contribuem significativamente para a redução da consistência interna. Portanto, sugere-se a exclusão dos respectivos itens a fim de realizar as próximas análises. Esta decisão torna o instrumento mais homogêneo, elevando os Alfas de Cronbach para 0,65 e 0,78 nos fatores **II** e **III**, respectivamente. Após estas considerações, tendo-se em conta que as análises exploratórias do estudo original indicam a pertinência de estruturar os itens desta medida em três fatores, realizou-se uma análise fatorial confirmatória para sua comprovação. Neste caso, considerou-se a versão reduzida composta por 14 itens, resultado das análises prévias. A representação desta estrutura é apresentada na Figura 5, a seguir.

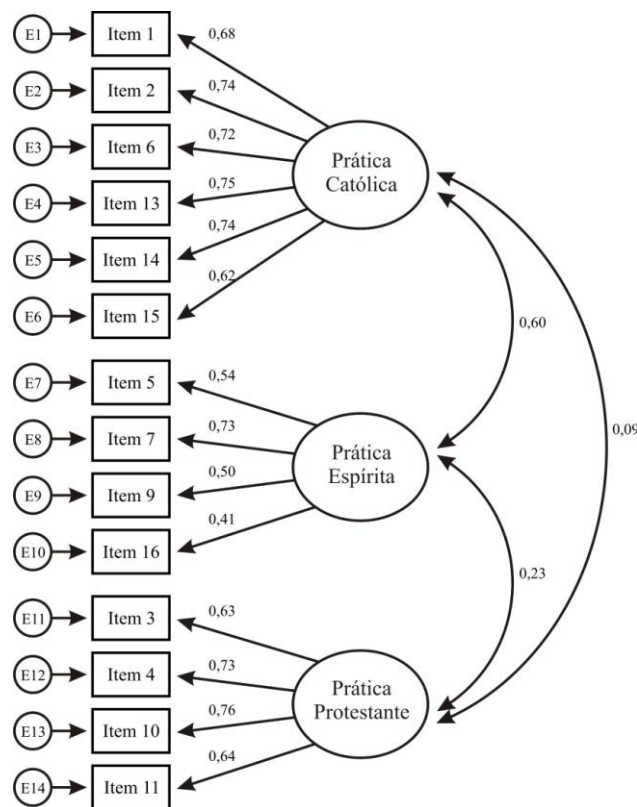


Figura 5. Estrutura Multifatorial da Escala de Práticas Religiosas

O resultado da análise fatorial confirmatória permitiu comprovar a adequação deste modelo; todas as saturações (lambdas) foram estatisticamente diferentes de zero ($z > 1,96$, $p < 0,001$); a menor saturação (0,41) correspondeu ao item 16 (*Leio livros psicografados*) do **Fator II** (*Prática Espírita*), sendo a maior (0,76) observada para o item 10 (*Vou aos cultos da igreja*) do **Fator III** (*Prática Protestante*). O modelo apresentou os seguintes índices de ajuste: $\chi^2 (74) = 186,41$, $p < 0,001$, $\chi^2 / g.l = 2,52$, $GFI = 0,92$, $CFI = 0,92$ e $RMSEA = 0,069$ ($IC90\% = 0,06 - 0,08$).

3.2.4. Escala de Crenças Religiosas

De modo análogo ao que ocorreu com a escala anterior, procurou-se realizar algumas análises preliminares da *Escala de Crenças Religiosas* e, posteriormente, checar sua adequação fatorial. Portanto, buscou-se, inicialmente, verificar as correlações item-total para cada um dos 18 itens que compõem esta medida, como descrito na Tabela 8.

Tabela 8. Correlação item- total e precisão dos itens da Escala de Crenças Religiosas

Conteúdo dos Itens	r_{it}	Precisão do item
Fator I – Crenças católicas ($\alpha = 0,89$)		
02. Imagens de santos devem ser respeitadas.	0,68	0,87
03. Maria, mãe de Jesus, pode interceder entre Deus e o homem.	0,70	0,87
05. É importante fazer a 1ª comunhão.	0,75	0,86
07. As crianças devem ser batizadas preferencialmente ainda bebês.	0,66	0,87
09. O Papa é o representante de Deus na terra.	0,69	0,87
16. Os santos atendem às promessas dos fiéis.	0,72	0,86
Fator II – Crenças espíritas ($\alpha = 0,84$)		
04. A reencarnação é possível.	0,62	0,82
10. É possível a comunicação com pessoas que já faleceram.	0,64	0,81
11. As pessoas não morrem, desencarnam.	0,64	0,81
13. Existem espíritos mais e menos evoluídos.	0,62	0,81
15. As pessoas sofrem as conseqüências de suas atitudes nas vidas passadas.	0,59	0,82
17. Jesus foi um espírito evoluído que passou pela Terra.	0,61	0,82
Fator III – Crenças protestantes ($\alpha = 0,60$)		
01. A vocação para o trabalho é um dom divino.	0,34	0,56
06. É necessário vestir-se de maneira composta.	0,43	0,52
08. Os ensinamentos bíblicos devem ser seguidos à risca.	0,51	0,48
12. Jesus Cristo é o único intercessor entre Deus e o homem.	0,39	0,53
14. Deve-se orar antes das refeições.	0,50	0,50
18. Não se deve adorar imagens.	0,01	0,71

Nota: r_{it} = Correlação item-total corrigida.

Como é possível observar nesta tabela, apenas o item 18 (*Não se deve adorar imagens*) do **Fator III** (*Crenças Protestantes*) não apresentou homogeneidade satisfatória, isto é, igual ou superior a 0,20. As correlações item-total mais baixas corresponderam aos itens deste fator. Porém, mesmo apresentando valores inferiores àqueles encontrados nos demais fatores, estas correlações se situaram acima do valor previamente mencionado como aceitável. No que se refere à precisão dos itens, constata-se que, em função de sua homogeneidade baixa, o item 18 compromete de forma expressiva a consistência interna do fator *Crença Protestante*. Portanto, em conformidade com os procedimentos utilizados na análise da *Escala de Práticas Religiosas*, optou-se por excluir este item nas próximas análises.

Após estas análises preliminares, buscou-se conhecer a adequação do modelo que agrupa os itens em três fatores de crenças correspondentes àqueles teorizados: *Católicas*, *Espíritas* e *Protestantes*. De acordo com os resultados da análise fatorial confirmatória, esta estrutura é corroborada de modo satisfatório. As saturações foram estatisticamente diferentes de zero ($z > 1,96, p < 0,001$); a menor (0,42) correspondeu ao item 1 (*A vocação para o trabalho é um dom divino*) do fator *Crenças Protestantes*, sendo que as demais variaram entre 0,51 (*É necessário vestir-se de maneira composta*) e 0,79 (*É importante fazer a 1ª comunhão*), como se pode verificar na Figura 6.

O modelo representado por esta figura apresentou índices de ajuste considerados adequados, a saber: $\chi^2 (116) = 274,49, p < 0,001, \chi^2 / g.l = 2,37, GFI = 0,90, CFI = 0,92$ e $RMSEA = 0,066 (IC90\% = 0,06 - 0,08)$. Como é possível observar na Tabela 8, os fatores **I** (*Crença Católica*) e **II** (*Crença Espírita*), com seis itens cada, apresentaram consistência interna (Alfa de Cronbach) de 0,89 e 0,84, respectivamente; no caso do **Fator III** (*Crença Protestante*), apesar de ter tido um item eliminado, passando a ser formado por cinco itens, demonstrou Alfa igualmente satisfatório ($\alpha = 0,71$).

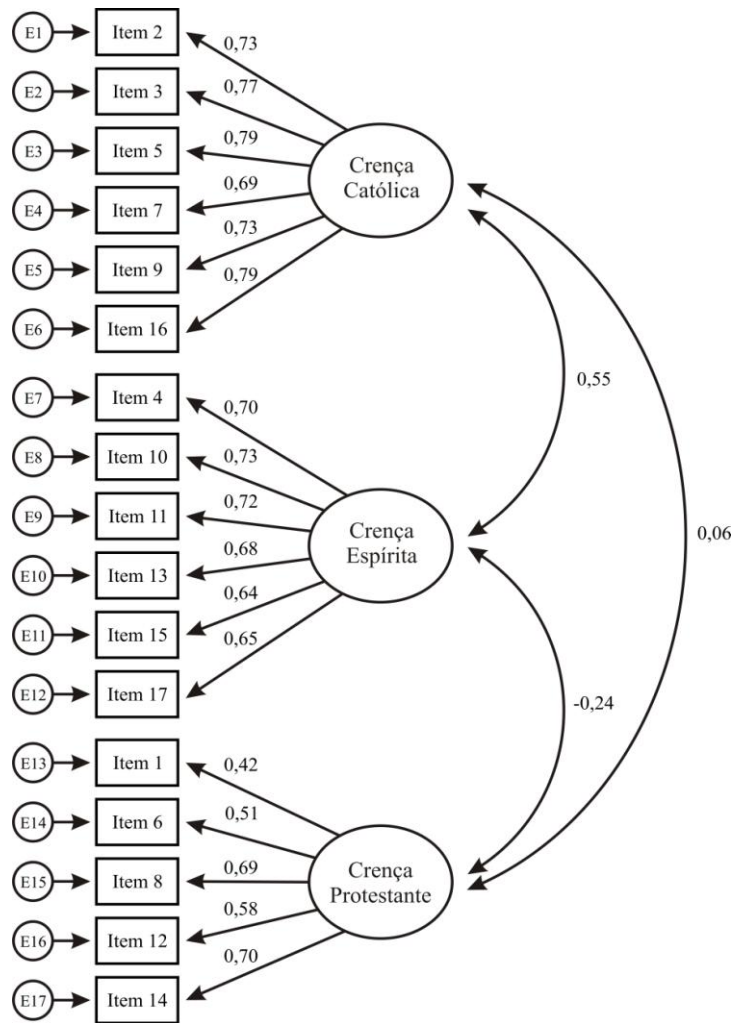


Figura 6. Estrutura Multifatorial da Escala de Crenças Religiosas

3.3. Discussão

Como mencionado no princípio deste estudo, o mesmo teve como objetivo principal analisar aspectos psicométricos específicos de algumas das medidas empregadas. Concretamente, buscou-se conhecer evidências de consistência interna dos fatores do *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD; Seisdodos, 1988)*; reunir em um único instrumento a *Escala de Identificação com Grupos Alternativos* e a *Escala de Identificação com Grupos de Referência (Pimentel, 2004; Pimentel & cols., 2005)*, conhecendo seus parâmetros psicométricos; e comprovar, por meio de análises fatoriais confirmatórias, a estrutura teórica da *Escala de Crenças Religiosas (Andrade & cols.,*

2001) e *Escala de Práticas Religiosas* (Meira & cols., 2001). As considerações acerca destas medidas são apresentadas a seguir.

3.3.1. Questionários de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD)

No caso do *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos (CAD;* Seisdedos, 1988), buscou-se avaliar seus itens por meio de correlações item-total corrigidas, consistência interna e poder discriminativo. O propósito destas análises foi selecionar um conjunto de dez itens para cada fator, tendo em conta o não comprometimento de sua consistência interna e sua eficácia para diferenciar respondentes com magnitudes próximas nos construtos medidos. Os resultados permitem afirmar que o objetivo principal aqui foi alcançado, isto é, chegou-se a uma versão abreviada desta medida, sem comprometer sua consistência interna.

Apesar do que foi comentado anteriormente, não é possível deixar de assinalar alguns aspectos. Especificamente, como observado, no primeiro fator (*Anti-social*), os valores do *t* de *Student* foram todos significativos e relativamente mais altos que os encontrados para o segundo fator (*Delitivo*). Isso parece coerente, pois, de acordo com as características da amostra (estudantes), é provável que estes apresentem maior variabilidade de respostas em comportamentos anti-sociais do que nos delitivos. Outro aspecto que merece destaque é a redução do conjunto de itens deste instrumento, sem comprometer sua consistência interna; a diminuição dos Alfas, neste contexto, parece plenamente justificável em razão da relação inversa existente entre o número de itens e o valor do Alfa de Cronbach (Pasquali, 1997).

Em resumo, o *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos* pode ser considerado um instrumento adequado (consistência interna), permitindo identificar dois fatores que, embora correlacionados diretamente entre si, constituem-se em dois construtos legítimos, facilmente discerníveis em razão do tipo de conduta que expressam: romper

normas sociais (comportamentos anti-sociais) ou infringir leis (comportamentos delitivos). Nesta oportunidade, apresenta-se um instrumento mais parcimonioso, breve, que permite capturar as mesmas dimensões que a versão original, constituída pelo dobro de itens. A versão nova favorece seu uso em pesquisas, sobretudo quando se consideram múltiplas medidas ou se procura realizar um levantamento rápido dos tipos de comportamentos que avaliam.

3.3.2. Escala de Identificação com Grupos de Referência

De acordo com o que foi proposto, as análises correspondentes a esta medida pretendiam verificar a estrutura fatorial de um conjunto de itens derivados de dois instrumentos específicos, além de ter em conta itens que foram adicionados. Isso foi plenamente cumprido. Como foi possível comprovar, as medidas utilizadas por Pimentel (2004) podem ser agrupadas em um único instrumento bifatorial, como propunha inicialmente Vasconcelos (2004); estas modificações não comprometeram seus parâmetros psicométricos. Somente o item referente à identificação com *Namorado (a)* ou *Esposo (a)* apresentou carga fatorial abaixo do ponto de corte estabelecido (isto é, $|0,40|$). Provavelmente, este aspecto deve-se à instabilidade dos níveis de relacionamento da amostra, que é relativamente jovem, muitas vezes não tendo um relacionamento fixo que possa ser denominado de namorado(a) ou esposo(a). Portanto, isso torna a identificação difícil, pois nem sempre há um referencial a ser considerado na hora da resposta. Pode-se conjecturar que, se contemplar pessoas de maior idade e casadas há certo tempo, este item poderia ser mais pertinente. Contudo, isso demanda comprovação em estudo futuro.

Analisando os demais itens, verifica-se que, em cada dimensão, saturaram aqueles cujos conteúdos são coerentes como o que se estabelece teoricamente. Portanto, o **Fator I** (*Grupos Convencionais de Referência*) agrupa itens considerados por Pimentel (2004) como referentes a grupos de relacionamento. No entanto, deve-se destacar que este fator

reúne grupos ou pessoas que se inserem no contexto micro-social dos indivíduos, traduzindo, sobretudo, a socialização primária, proporcionada por tios, primos, avós e familiares em geral. Tais grupos, de acordo com as teorias do controle social (Hirschi, 1969), inserem-se fundamentalmente em modelos de papéis convencionais. Não obstante tenha Pimentel (2004) reconhecido estes grupos como convencionais, decidiu denominá-los como “*grupos de relacionamento*”, o que parece não descrever precisamente seu conteúdo semântico, principalmente porque os demais grupos ou pessoas também se configuram como de relacionamento no cotidiano dos jovens. Neste sentido, sugeriu-se denominá-lo mais especificamente como *Grupos Convencionais de Referência*, o que é claramente diferente de *Grupos Alternativos de Referência* (**Fator II**).

Resumindo, comprovou-se a adequação de considerar conjuntamente duas escalas empregadas previamente por Pimentel (2004) para se referir à identificação grupal dos jovens. Basicamente, tais medidas foram identificadas no presente estudo, configurando os dois fatores deste construto: *grupos convencionais de referência* e *grupos alternativos de referência*. Estes últimos, de acordo com a literatura e os achados deste autor, favorecem os comportamentos anti-sociais e delitivos, não sendo de interesse principal desta tese. Portanto, a ênfase, nesta oportunidade, recai no primeiro fator, isto é, identificação com grupos convencionais de referência, que, presumivelmente, funciona como um fator inibidor (proteção) de comportamentos socialmente desviantes (Coelho Júnior, 2001). Sua medida apresentou evidências de validade fatorial e consistência interna, justificando que seja empregada em pesquisas futuras.

3.3.3. Escalas de Crenças e Práticas Religiosas

Consideraram-se duas medidas independentes de religiosidade: *Escala de Crenças Religiosas* e *Escala de Práticas Religiosas*. Inicialmente, a análise destes instrumentos consistiu em verificar sua consistência interna, por meio da Alfa de Cronbach, e a

homogeneidade dos seus itens. Posteriormente, testaram-se as estruturas teóricas correspondentes, que assumiram três fatores (*católicos, protestantes e espíritas*) tanto para crenças como práticas religiosas. Devido à semelhança das análises efetuadas e dos resultados encontrados, decidiu-se considerar conjuntamente as *discussões* referentes a estas duas medidas.

Em termos dos aspectos mais relevantes destas escalas, destaca-se a necessidade de excluir alguns itens em função de sua pouca homogeneidade. Contudo, verificou-se que tal procedimento não as comprometeu; pelo contrário, contribuiu para elevar a confiabilidade (consistência interna), pois os Alfas, após a exclusão de determinados itens, se mostraram mais altos. Este procedimento foi adotado para o **Fator III** (Crença Protestante) da *Escala de Crenças Religiosas*, bem como nos fatores **II** (*Crença Espírita*) e **III** (*Crença Protestante*) da *Escala de Prática Religiosa*.

Com relação às análises fatoriais confirmatórias, os resultados apóiam a coerência do modelo teórico, que conjectura a existência de três fatores para os dois instrumentos; os índices de ajuste observados atendem ao que tem sido considerado apropriado na literatura (Byrne, 2001; Marsh, Hau & Wen, 2004), sugerindo a adequação de diferenciar as crenças e práticas *católicas, espíritas e protestantes*.

Finalmente, a especificidade destas medidas deve também ser olhada com algum ceticismo; estes instrumentos têm se limitado a mensurar crenças e práticas de três religiões singulares, que, embora possam predominar no país, não apreendem o significado último deste construto na população brasileira (IBGE, 2000). Não obstante esta limitação, a utilidade de tais escalas é patente, sobretudo quando os outros grupos religiosos são menos proeminentes. Ademais, como previamente mencionado no *marco teórico*, a pretensão nesta tese não é trabalhar com indicadores isolados de religiosidade, mas compor

um índice geral de compromisso religioso, que considera estas duas medidas, mas não se limita a elas; este empreendimento é descrito com mais detalhe no *Estudo 2*.

4. ESTUDO 2 – Índice de Compromisso Religioso

A elaboração de um *Índice de Compromisso Religioso (ICR)*, apesar de não ser objetivo último desta tese, assume papel relevante neste contexto. Como mencionado no *Capítulo 2*, a religião e a religiosidade podem ser definidas sob diferentes perspectivas, o que tem dificultado obter consenso acerca da direção e magnitude das correlações destas variáveis com outras nas diversas pesquisas que têm sido realizadas. Neste sentido, uma alternativa viável refere-se à construção de um índice que envolva diferentes variáveis relacionadas com a religião e/ou a religiosidade. Para a consideração destas variáveis, alguns aspectos devem ser observados, dentre os quais, destacam-se: a possibilidade de se contemplar indivíduos pertencentes ou não a grupos religiosos, a avaliação de crenças e práticas peculiares à religião de pertença das pessoas e o tempo dedicado às atividades relacionadas à religião.

Em função destas considerações, buscou-se verificar que variáveis poderiam ser contempladas como indicadoras do compromisso religioso. A primeira variável considerada se referiu à religiosidade auto-percebida; em termos específicos, reconhece-se que apesar de algumas pessoas confessarem não ter uma religião específica, elas tendem a assumir algum nível de religiosidade. Outro aspecto envolveu crenças e práticas religiosas específicas das religiões ou seguimentos religiosos; indivíduos com comprometimento religioso alto tendem a conhecer o sistema de crenças de seu grupo e apresentar coerência entre tais crenças e suas práticas. Conseqüentemente, as pessoas comprometidas com a religião costumam ser fiéis na participação em reuniões e eventos ligados ao seu grupo religioso. Seguramente, deve existir uma série de outras variáveis que envolvem direta ou indiretamente a religião e/ou a religiosidade. Contudo, como o foco nesta oportunidade se concentra de modo específico no compromisso religioso, assume-se que estes indicadores descrevem satisfatoriamente tal construto. Neste sentido, este estudo tem como objetivo

principal construir um *Índice de Compromisso Religioso (ICR)* que contemple a participação, a religiosidade auto-percebida, as práticas e as crenças religiosas.

No caso concreto da construção do *ICR*, seguiu-se o procedimento que tem sido amplamente empregado pelas Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde para a elaboração de diversos índices, como o *IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)* (Sliwiany, 1997; Ugá & cols., 2001). Portanto, fixaram-se valores teóricos mínimo e máximo, de acordo com a escala de resposta e/ou pontuação total em cada medida, transformando a pontuação bruta de cada participante, de modo a obter para cada indicador um valor variando de **0** (escasso compromisso religioso) a **1** (total compromisso religioso).

4.1. Método

4.1.1. Delineamento

Tratou-se de uma pesquisa correlacional, isto é, *ex post facto*, tendo sido considerados quatro indicadores de religião e/ou religiosidade informados pelos participantes do estudo.

4.1.2. Amostra

Contou-se com a participação de 194 pessoas com idade média de 18,4 anos ($DP = 6,24$; amplitude 10 a 43 anos), a maioria do sexo feminino (67,5%) e participante das religiões católica (48,2%) e protestante (40,9%); alguns se confessaram espíritas (3,1%) e outros se denominaram sem afiliação religiosa (7,3%). Esta amostra foi de conveniência, isto é, não-probabilística, tendo participado as pessoas que, solicitadas, concordaram em colaborar com a pesquisa. O contato com os participantes foi realizado em escolas das redes de ensino público e privado, bem como em reuniões de grupos religiosos. Nesta amostra, foram desconsiderados os participantes que deixaram de responder pelo menos a

duas das medidas, responderam utilizando escala diferente das propostas no estudo, e/ou apresentaram idade abaixo de 10 anos.

4.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam um livreto composto pelo mesmo conjunto de medidas utilizado no estudo anterior. Entretanto, no presente caso foram incluídas duas medidas específicas, cujos parâmetros psicométricos foram relatados no *Estudo 1*:

Escala de Práticas Religiosas (Meira & col., 2001). Considerou-se um versão composta por 14 itens, distribuídos entre práticas católicas (6 itens; por exemplo, *Rezo o terço; Assisto à missa*), espíritas (4 itens; por exemplo, *Leio livros psicografados; Procuo desenvolver meus dons mediúnicos*) e protestantes (4 itens; por exemplo, *Prego o evangelho para outras pessoas; Dou o dízimo*). Todos os itens são respondidos em escala de cinco pontos, do tipo *Likert*, com os seguintes extremos: **1** = *Nunca* e **5** = *Sempre* (Anexo II).

Escala de Crenças Religiosas (Andrade & cols., 2001). Esta medida, após o *Estudo 1*, ficou composta por 17 itens, que contemplam crenças católicas (6 itens; por exemplo, *Imagens de santos devem ser respeitadas; É importante fazer a primeira comunhão*), espíritas (6 itens; por exemplo, *É possível a comunicação com pessoas que já faleceram; Jesus foi um espírito evoluído que passou pela terra*) e protestantes (5 itens; por exemplo, *A vocação para o trabalho é um dom divino; Jesus Cristo é o único intercessor entre Deus e o homem*). Com o fim de respondê-los, o participante utiliza uma escala de sete pontos, do tipo *Likert*, com os seguintes extremos: **1** = *Discordo totalmente* e **7** = *Concordo totalmente* (Anexo III).

Finalmente, além dos itens para caracterização da amostra (por exemplo, sexo, idade, estado civil), foram consideradas as seguintes perguntas: *Em que medida você se considera religioso?* e *Com que freqüência você vai às reuniões da sua religião?* A

primeira deveria ser respondida em uma escala de cinco pontos, variando de **0 = Nada** a **4 = Muito**, e a segunda por meio de uma escala de frequência, variando de **0 = Nunca** a **7 = Sempre**.

4.1.4. Procedimento

A aplicação dos instrumentos foi realizada em escolas e reuniões religiosas de grupos católicos e protestantes. Esta coleta contou com a colaboração de quatro bolsistas de Iniciação Científica, que foram devidamente instruídos para controlar fatores que poderiam comprometer as respostas dos participantes, evitando dar esclarecimentos de conteúdo das medidas; estas eram todas auto-aplicáveis. A todos os respondentes foi informado que: (a) sua participação seria voluntária; (b) não seria necessária sua identificação; e (c) que o anonimato das informações obtidas seria assegurado, explicando que todos os dados seriam tratados estatisticamente no seu conjunto. Para esta aplicação foi necessário um tempo médio de 40 minutos.

4.1.5. Análise dos Dados

Utilizando o programa *SPSS 15*, calcularam-se inicialmente estatísticas descritivas (média, desvio padrão, distribuição de frequência). Em seguida, efetuaram-se transformações lineares de variáveis, análise de componentes principais e cálculo da consistência interna (Alfa de Cronbach, α) para o índice (componente) resultante.

4.2. Resultados

Prévia a elaboração do *ICR*, realizaram-se três passos principais. Primeiro, em razão do *Estudo 1*, eliminaram-se os itens 8 do fator II (espírita) e 12 do fator III (protestante) da *Escala de Práticas Religiosas*, e o item 18 do terceiro fator (protestante) da *Escala de Crenças Religiosas*. Segundo, nos casos em que os respondentes confessaram

não ter religião ou indicaram pertencer a grupos religiosos minoritários (por exemplo, judeu, mórmon, testemunha de Jeová), atribuíram-se constantes para tais medidas. No primeiro caso, fixou-se o valor 1; no segundo, as constantes corresponderam às medianas teóricas das escalas de resposta, isto é, 3 e 4 para as medidas de práticas e crenças religiosas, respectivamente. Finalmente, criaram-se pontuações totais de crenças e práticas religiosas em função da religião do participante. Especificamente, em se tratando dos *católicos*, foram consideradas unicamente as médias correspondentes aos fatores “práticas católicas” e “crenças católicas”; o mesmo procedimento foi realizado para os *espíritas* e os *protestantes*. Lembrando, os que não indicaram pertencer a qualquer grupo religioso receberam a pontuação mínima (**1**), enquanto os que pertenciam a outros grupos menos predominante receberam as pontuações medianas **3** (práticas) e **4** (crenças).

Sumarizando o antes descrito, criaram-se duas pontuações de compromisso religioso (crenças e práticas), independentemente da religião do respondente. Além destas pontuações, tiveram-se em conta as respostas a duas outras variáveis: auto-percepção acerca do quanto se considera religioso (escala de resposta de **0** = *Nada* a **4** = *Muito*) e frequência de participação às reuniões da religião confessada (escala de resposta de **0** = *Nunca* a **7** = *Sempre*). Como estas variáveis apresentam métricas diferentes, decidiu-se padronizá-las, criando sub-índices de compromisso religioso, admitindo a seguinte equação:

$$\text{Sub-índice} = \frac{X - V_{\min}}{V_{\max} - V_{\min}}$$

Onde:

X = Pontuação bruta (real)

V_{max} = Pontuação máxima na escala de resposta (teórica)

V_{min} = Pontuação mínima na escala de resposta (teórica)

Calculados os quatro sub-índices, parecia indispensável reunir provas de que representavam um mesmo construto latente, cujo marco teórico sugeria nomeá-lo como *compromisso religioso*. Contudo, previamente comprovou-se a possibilidade de realizar este tipo de análise com o banco de dados tido em conta. Neste caso, os indicadores favorecem pensar na adequação de extrair ao menos um componente: $KMO = 0,74$ e *Teste de Esfericidade de Bartlett*, $\chi^2(6) = 247,93$, $p < 0,001$. Restaria, entretanto, checar quantos componentes extrair; o critério de Kaiser pareceu suficiente, indicando a existência de um único valor próprio (*eigenvalue*) maior do que 1. Portanto, esperar-se-ia identificar um único componente interpretável, conforme foi previamente assinalado. Os resultados a respeito podem ser vistos na Tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Estrutura componencial do Índice de Compromisso Religioso

Sub-índice	Saturação	Saturação
Religiosidade auto-percebida	0,87*	0,76
Frequência às reuniões religiosas	0,87*	0,76
Crença religiosa	0,78*	0,61
Prática religiosa	0,69*	0,48
Valor Próprio	2,60	
% Variância Total Explicada	65,00	
Número de itens / sub-índices	4	
Alfa de Cronbach	0,81	

Notas: * saturação considerada satisfatória ($|0,40|$); h^2 = comunalidade.

Como é possível constatar nesta tabela, todos os itens (sub-índices) apresentaram saturações que superaram o ponto de corte mais exigente da literatura, isto é, $|0,40|$. Considerando que se trata de um único componente, as saturações podem ser consideradas coeficientes de correlação (*r de Pearson*), possibilitando calcular, em razão do tamanho da amostra e da magnitude dos coeficientes, se estes são estatisticamente diferentes de zero, o que é corroborado ($p < 0,001$). O valor próprio deste componente foi de 2,60, explicando 65% da variância total na medida. Além disso, apesar de reunir unicamente quatro itens, este índice apresentou consistência interna elevada ($\alpha = 0,81$).

Em resumo, parece existirem evidências empíricas suficientes que favorecem pensar na possibilidade de contar com um *Índice de Compromisso Religioso*. Este reúne diferentes dimensões (ou sub-índices) de religiosidade, representando uma medida enxuta, breve e independente da religião do participante. Considerando que as saturações de tais sub-índices são elevadas, não diferenciando substancialmente entre elas, decidiu-se não ponderar a importância de cada um, admitindo pesos idênticos. Neste sentido, o *ICR* representou a média dos quatro sub-índices, apresentando pontuações empíricas variando de 0,13 (religiosidade baixa) a 0,98 (religiosidade alta).

4.3. Discussão

O propósito deste estudo foi construir um índice de compromisso religioso que satisfizesse a três critérios implícitos específicos: validade, precisão e parcimônia. Em função dos resultados, estima-se que este tenha sido satisfatoriamente alcançado. Como especificado no *Capítulo 2*, em diversas pesquisas a religiosidade ou o compromisso religioso tem sido mensurado por uma diversidade de indicadores (Dalgarrondo & cols., 2004). No entanto, na maioria destas pesquisas tais indicadores são considerados de forma isolada, e naquelas em que se agrupam múltiplas variáveis os resultados são analisados a partir de pontuações médias sem apresentar qualquer critério de validade e precisão. Neste sentido, os procedimentos aqui adotados sugerem alguns avanços importantes.

Inicialmente, cabe ressaltar que não foi encontrada na literatura brasileira qualquer medida ou índice que contemple o compromisso religioso por meio de diferentes variáveis. Portanto, a apresentação deste índice, além de trazer contribuições específicas no âmbito da presente tese, poderá auxiliar novos estudos acerca deste construto. Este aspecto pode ser assegurado, sobretudo, por ser esta uma medida curta, aplicável a indivíduos de diferentes segmentos religiosos e, inclusive, às pessoas que confessam não ter religião.

Como se observa, seus parâmetros psicométricos são considerados bastante aceitáveis. A estrutura fatorial identificada foi coerente com o esperado, ou seja, que os sub-índices considerados em conjunto pudessem representar adequadamente a dimensão latente do compromisso religioso; esta interpretação se torna mais inequívoca quando se observa a variância explicada por este componente. Com relação à precisão, pode-se considerar que o *ICR* apresentou consistência interna (Alfa de Cronbach) bastante satisfatória, uma vez que, mesmo sendo composto por apenas quatro itens, seu Alfa foi consideravelmente superior ao valor comumente proposto na literatura como ponto de corte (0,70; Nunnally, 1991).

Como se pode observar, os resultados encontrados reúnem evidências para as conclusões referentes à parcimônia, validade e precisão do *ICR*. No entanto, ao menos duas possíveis limitações deste estudo devem ser reconhecidas. A primeira diz respeito à amostra que, por ser de conveniência (não-probabilística), não permite a generalização dos resultados; e a segunda refere-se à pouca representatividade de alguns grupos religiosos e a especificidade das religiões contempladas nas escalas de crenças e práticas religiosas. Apesar disso, o *ICR* pode ser adequadamente utilizado nos estudos subseqüentes desta tese, uma vez que estes não objetivam a generalização de resultados. Quanto à pouca representatividade de alguns grupos religiosos, segundo o IBGE (2000), no Brasil observa-se a seguinte distribuição: católicos (73,6%), protestantes (15,4%), espíritas (1,3%), umbandistas (0,3%), pessoas de outras religiões (1,8%) e que confessam não ter religião (7,4%). Neste sentido, a amostra contemplada não discrepa tanto da realidade deste país. Em síntese, para o fim que se propõe nesta tese, o *ICR* atende aos objetivos de modo satisfatório. Este índice será, portanto, utilizado nos *Estudo 3* e *4* apresentados a seguir.

5. ESTUDO 3 – Teste das Hipóteses

Este estudo teve como objetivo principal comprovar as hipóteses acerca dos antecedentes do comportamento anti-social, e como este se associa com o comportamento delitivo. Pretendeu-se, finalmente, estruturar um modelo explicativo destes comportamentos (anti-sociais e delitivos), reunindo as primeiras evidências sobre sua adequação. Descrevem-se a seguir o método e os resultados correspondentes.

5.1. Método

5.1.1. Delineamento e Hipóteses

O presente estudo se pauta em delineamento do tipo correlacional, de natureza *ex post facto*, considerando dois conjuntos principais de variáveis: *critério* (comportamentos anti-sociais e delitivos) e *antecedentes* (valores sociais normativos, compromisso religioso, percepção dos estilos parentais autoritativos e identificação com grupos convencionais de referência). Tomando como referência o *marco teórico* (Capítulos 1 e 2) e levando em conta os objetivos anteriormente mencionados, foram formuladas as seguintes hipóteses:

- Hipótese 1.* As pontuações nos valores normativos se correlacionarão negativamente com aquelas em comportamentos anti-sociais.
- Hipótese 2.* As pontuações no compromisso religioso se correlacionarão negativamente com as apresentadas em comportamentos anti-sociais.
- Hipótese 3.* As pontuações na medida de identificação com grupos convencionais de referência se correlacionarão negativamente com aquelas em comportamentos anti-sociais.
- Hipótese 4.* As pontuações no estilo parental autoritativo se correlacionarão negativamente com as obtidas em comportamentos anti-sociais.
- Hipótese 5.* As pontuações nos comportamentos anti-sociais se correlacionarão diretamente com aquelas da medida de comportamentos delitivos.

5.1.2. Amostra

Participaram desta pesquisa 528 estudantes dos ensinos fundamental (38,4%), médio (38,5%) e superior (22,9%), distribuídos entre instituições de ensino público (52,8%) e privado (47,2%). Estes apresentaram idade média de 15,5 anos ($DP = 3,24$; amplitude de 10 a 22 anos), sendo a maioria do sexo feminino (63,1%). Quanto à religião, 61,4% deles se confessaram católicos, 24,1% evangélicos, 8,1% sem religião e 6,4% disseram-se espíritas ou pertencentes a outros grupos religiosos (por exemplo, mórmon, budista, judeu). Esta amostra foi de tipo intencional ou de conveniência (não-probabilística), considerando as pessoas que, convidadas, concordaram em participar do estudo. Do mesmo modo que nos estudos anteriores, foram excluídos da amostra os participantes que deixaram ao menos duas medidas sem responder, utilizaram escalas de resposta diferentes daquelas apresentadas nos instrumentos e eram menores de 10 anos.

5.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam, além das medidas apresentadas nos estudos anteriores, os seguintes instrumentos:

Questionário de Valores Básicos – QVB (Gouveia (1998, 2003)). Este instrumento é composto por 18 itens (*valores básicos*), distribuídos em seis sub-funções psicossociais: experimentação (*emoção, prazer e sexual*), realização (*êxito, poder e prestígio*), existência (*estabilidade pessoal, saúde e sobrevivência*), suprapessoal (*beleza, conhecimento e maturidade*), interacional (*afetividade, apoio social e convivência*) e normativa (*obediência, religiosidade e tradição*). Para respondê-lo, o participante deve ler a lista de *valores* e indicar em que medida cada um deles é importante como um princípio que guia sua vida. Para tanto, utiliza uma escala de resposta com os seguintes extremos: **1** = *Totalmente não Importante* e **7** = *Totalmente Importante* (Anexo V). De acordo com as

análises fatoriais confirmatórias efetuadas por Gouveia (2003), este instrumento apresenta índices de bondade de ajuste satisfatórios: $\chi^2/g.l = 2,67$, $GFI = 0,91$, $AGFI = 0,89$ e $RMSEA = 0,05$; sua consistência interna (Alfa de Cronbach) média foi de 0,51 para o conjunto das seis sub-funções.

Escala de Percepção dos Pais (Schneider, 2001). Adaptada do *Questionário de Percepção dos Pais – QPP* (Pasquali & Araújo, 1986), esta escala dividi-se em duas versões que avaliam separadamente a percepção do respondente com relação a seu pai e sua mãe. Cada versão compõe-se de 20 itens, dez expressando a percepção de *afetividade* (por exemplo, *Fica feliz de me ver quando volto da escola ou de um passeio; Consola-me quando estou com medo*) e os demais de disciplina, *autoridade* (por exemplo, *Acha que deve me castigar para me corrigir e melhorar; Fica sempre me lembrando das coisas que não posso fazer*). Estes são respondidos por meio de uma escala de sete pontos, variando de **1** = *Nada Aplicável* a **7** = *Totalmente Aplicável*. A versão para o pai (Anexo VI) apresentou índices de consistência interna (Alfa de Cronbach) de 0,86 e 0,77 para os fatores *afetividade* e *autoridade*, respectivamente; resultados semelhantes foram observados para a versão da mãe (Anexo VII): 0,85 e 0,73, respectivamente. O cruzamento das duas dimensões propostas por esta medida, em função da mediana empírica de sua pontuação total, dá origem a quatro estilos de socialização parental: *autoritário*, corresponde ao afeto baixo e à autoridade alta; *negligente*, afeto e autoridade baixos; *autoritativo*, afeto e autoridade altos; e *permissivo*, que envolve o afeto alto e a autoridade baixa.

Caracterização da Amostra. Esta página atendeu ao mesmo padrão do *Estudo 1* e *Estudo 2*. No caso do compromisso religioso, consideraram-se as seguintes perguntas: *Em que medida você se considera religioso?* (respondida em uma escala de cinco pontos: **0** = *Nada religioso* a **4** = *Totalmente religioso*); e *Com que frequência você vai às reuniões da*

sua religião? (respondida numa escala de oito pontos, variando de **0** = *Nunca* a **7** = *Sempre*). Finalmente, perguntou-se qual a religião do participante.

5.1.4. Procedimento

Como nos demais estudos, os participantes responderam os questionários individualmente, ainda que em ambiente coletivo de sala de aula. Os instrumentos foram distribuídos por seis aplicadores (dois homens e quatro mulheres), devidamente instruídos para controlar os fatores que pudessem comprometer as respostas. Na ocasião, as mesmas instruções foram dadas para todos os respondentes, sendo enfatizado o caráter voluntário da participação e a garantia de que toda informação era confidencial. O tempo médio utilizado para preencher o instrumento foi de, aproximadamente, 50 minutos.

5.1.5. Análise dos dados

Além das estatísticas descritivas (medidas de dispersão e tendência central), foram empregadas correlações *r de Pearson* para testar as hipóteses acerca das relações entre as variáveis *antecedentes* (valores normativos, compromisso religioso, percepção do estilo parental autoritativo e identificação com grupos convencionais de referência) e *critérios* (comportamentos anti-sociais e delitivos). Estas análises foram efetuadas por meio do *SPSS 15*. Com o fim de estruturar o modelo explicativo dos comportamentos socialmente desviantes e reunir evidências acerca da sua adequação, decidiu-se utilizar o *AMOS 7*. No caso, considerou-se a matriz de covariância como entrada, tendo sido empregado o estimador *ML (Maximum Likelihood)*; os mesmos indicadores de ajuste adotados no *Estudo 1* foram considerados nesta oportunidade.

5.2. Resultados

Inicialmente, procurou-se testar as cinco hipóteses previamente apresentadas. Neste caso, embora o conjunto de hipótese se restrinja aos antecedentes dos comportamentos anti-sociais e delitivos, com o fim de oferecer ao leitor um quadro completo de como se relacionam as múltiplas variáveis deste estudo, apresentam-se na Tabela 10 os resultados com todos os pares de variáveis de interesse.

Tabela 10. Correlatos dos Comportamentos Anti-sociais e Delitivos ($n = 528$)

1. Anti-social					
2. Delitiva	0,58**				
3. Compromisso Religioso	-0,24**	-0,17**			
4. Estilo Autoritativo	-0,11**	-0,08*	0,20**		
5. Grupos convencionais	-0,16**	-0,11**	0,20**	0,24**	
6. Valores normativos	-0,33**	-0,30**	0,46**	0,31**	0,28**
	1	2	3	4	5

Notas: * $p < 0,01$, ** $p < 0,001$ (teste uni-caudal; eliminação por pares de itens em branco).

A primeira hipótese alternativa (*Hipótese 1*) estabelecia que os participantes que pontuassem alto nos valores normativos apresentariam pontuações baixas em comportamentos anti-sociais (correlação negativa). Este foi exatamente o resultado observado ($r = -0,33$, $p < 0,001$), corroborando a referida hipótese.

De acordo com a *Hipótese 2*, os participantes que pontuassem alto no índice de compromisso religioso obteriam menores pontuações nos comportamentos anti-sociais. Isso pôde ser constatado ($r = -0,24$, $p < 0,001$), o que corrobora a citada hipótese.

No caso da *Hipótese 3*, afirmava-se que as pontuações na medida de identificação com grupos convencionais de referência estariam correlacionadas negativamente com aquelas na medida de comportamentos anti-sociais. Como é possível observar na tabela anteriormente apresentada, foi exatamente isso que ocorreu ($r = -0,16$, $p < 0,001$), o que confirma esta hipótese.

A penúltima hipótese (*Hipótese 4*) indicava que seria esperada uma correlação negativa entre as pontuações no estilo parental autoritativo dos pais, como percebido por seus filhos, e as pontuações destes na medida de comportamentos anti-sociais. Embora não muito forte, a correlação observada foi significativa e na direção esperada ($r = -0,11, p < 0,001$). Portanto, corrobora-se esta hipótese.

Finalmente, enquanto as hipóteses anteriores procuram relacionar variáveis sociais e afetivas com os comportamentos anti-sociais (*Hipóteses 1 a 4*), indicando aquelas como inibidoras destes, a *Hipótese 5* estimou uma correlação positiva entre tais comportamentos e aqueles medidos como delitivos. Este resultado foi corroborado no presente estudo ($r = 0,58, p < 0,001$).

Em resumo, todas as hipóteses alternativas foram corroboradas. Portanto, os resultados pareceram consistentes com o que indica a literatura. Não obstante, consideraram-se pares de variáveis e foram efetuadas apenas “estatísticas exploratórias”. Deste modo, demanda-se testar a hipótese geral de *compromisso convencional e afiliação social*, isto é, o modelo que pode ser derivado do marco teórico ainda não foi posto à prova. Neste sentido, procedeu-se a uma análise confirmatória por meio de *modelagem por equações estruturais*, tomando como referência o modelo descrito na Figura 7 a seguir.

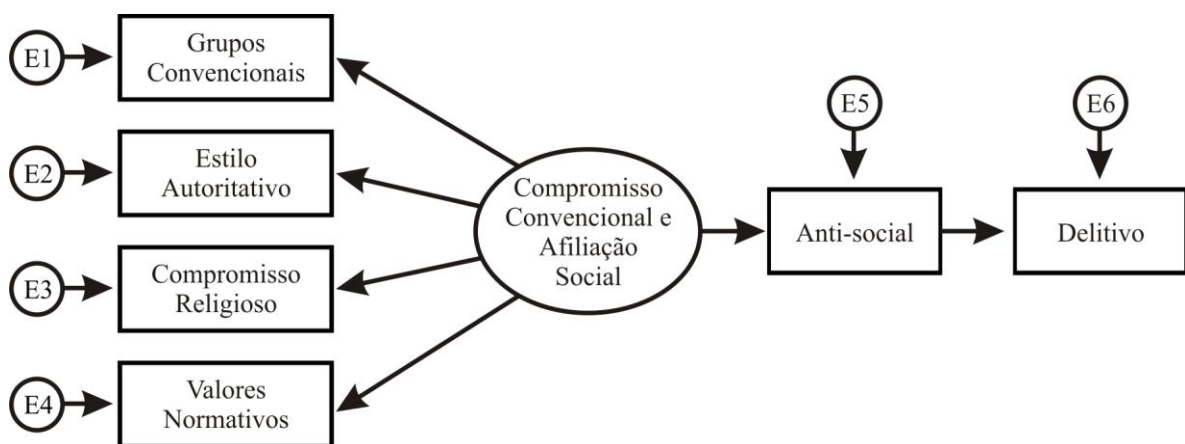


Figura 7. Modelo Explicativo (Causal) de Comportamentos Socialmente Desviantes

Conforme esta figura, o construto *compromisso convencional e afiliação social* é representado por quatro indicadores (variáveis observadas): *identificação com grupos convencionais, percepção do estilo parental autoritativo, índice de compromisso religioso e sub-função dos valores normativos*. Estes podem ser compreendidos como fatores inibidores (de proteção) dos comportamentos socialmente desviantes. Especificamente, influenciam negativamente a manifestação de comportamentos anti-sociais e estes, por sua vez, tenderão a levar a comportamentos delitivos. A análise do modelo contemplou inicialmente a percepção do estilo parental autoritativo do pai e, em seguida, da mãe. Os indicadores de ajuste do modelo considerando a percepção do pai foram os seguintes: *GFI* = 0,98, *AGFI* = 0,94, *CFI* = 0,94 e *RMSEA* = 0,079 (IC90% = 0,055-0,106). No entanto, o modelo parece ajustar-se melhor quando considerada a percepção do estilo autoritativo da mãe, o que se confirma por meio dos indicadores: *GFI* = 0,99, *AGFI* = 0,98, *CFI* = 0,99 e *RMSEA* = 0,039 (IC90% = 0,000-0,069). É importante mencionar que todos os pesos de regressão são padronizados, tendo sido estatisticamente diferentes de zero ($z > 1,96, p < 0,05$). Finalmente, os parâmetros deste modelo são mostrados na Figura 8.

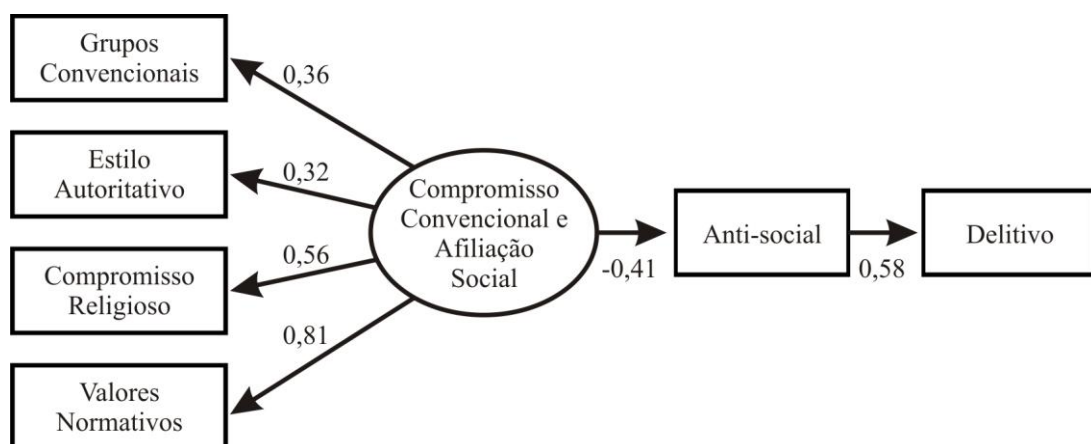


Figura 8. Evidências Empíricas do Modelo de Comportamentos Socialmente Desviantes

5.3. Discussão

De acordo com a revisão apresentada na primeira parte desta tese (*marco teórico*), dentre as principais variáveis apontadas como fatores de proteção frente à possibilidade de um jovem envolver-se em comportamentos anti-sociais, estão os *valores normativos*, o *estilo educativo parental autoritativo*, a *identificação com grupos convencionais de referência* e o *compromisso religioso*. Esperava-se que estas variáveis se apresentassem positivamente correlacionadas entre si e negativamente com os *comportamentos anti-sociais*. Os resultados foram consistentes com esta expectativa; como se observou, todas as hipóteses foram confirmadas de modo compatível com a literatura, o que permitiu estruturar um modelo explicativo (causal), conforme proposto nos objetivos. No entanto, antes de comentar especificamente este modelo, torna-se imprescindível discutir cada uma das hipóteses confirmadas.

A primeira hipótese versou sobre a correlação negativa entre os *valores normativos* e os *comportamentos anti-sociais*. O resultado observado neste e em outros estudos permitiu sugerir tais valores como efetivamente “contrários” à apresentação de comportamentos desviantes. Por exemplo, nas pesquisas realizadas por Coelho Júnior (2001), Formiga (2002), Pimentel (2004) e Vasconcelos (2004), que consideraram as prioridades de valores representados pela sub-função *normativa* (Gouveia & cols., 2008), foram observados resultados convergentes com os descritos nesta oportunidade. Podendo-se, portanto, considerar a adesão a tais valores como uma espécie de “cinturão” ou “escudo” de proteção que impede os jovens de se desviarem de normas sociais (Formiga, 2002).

As pessoas que priorizam valores normativos comumente apresentam comportamentos mais adaptativos, conformam-se às normas sociais, seguem as leis e tradições de seu país e buscam manter o respeito pelos mais velhos, sobretudo, os pais

(Gouveia & cols., 1998; Gouveia, 2003). Coerente com o que postula a teoria do controle social (Hirschi, 1969), os valores *normativos* apresentam-se em todos esses estudos como promotores do *status quo* (convencionalismo, conformidade, tradição), o que implica no fortalecimento de vínculos com a sociedade convencional. Neste sentido, a confirmação da *Hipótese 1* reforça a coerência de se incluir este construto no modelo explicativo proposto; ressalta-se que, do conjunto de variáveis consideradas, os valores *normativos* apresentaram, consistentemente, as correlações mais fortes com a dimensão *compromisso convencional e afiliação social*.

A *Hipótese 2* sugeriu que o *comportamento anti-social* estaria negativamente correlacionado com o *compromisso religioso*. A confirmação desta hipótese segue na direção das publicações mais recentes sobre o tema (Baier & Wrigth, 2001; Johnson & cols., 2000). Se considerada a forma como o *compromisso religioso* foi avaliado neste estudo (um índice que apreende aspectos distintos da religiosidade), os resultados podem ser interpretados como ainda mais consistentes. Com efeito, a correlação positiva entre as variáveis que compõem esta hipótese a corrobora. O fato de os valores normativos se correlacionarem com o *compromisso religioso* pode ser compreendido como um critério externo que referenda a pertinência teórica dos resultados.

De acordo com os proponentes de duas das tipologias acerca dos valores, apresentadas no *Capítulo 2* (Gouveia & cols., 2008; Schwartz & Huismans, 1995), a religiosidade está diretamente associada com os valores normativos ou convencionais (por exemplo, obediência, tradição). Segundo Gouveia (2003), os valores *normativos* são bastante adequados para explicar atitudes, crenças e comportamentos que promovem a ordem social. De fato, o *compromisso religioso*, pelo menos da forma como foi avaliado neste estudo, parece promover efetivamente a resiliência ou proteção dos jovens frente aos

comportamentos anti-sociais; razão esta que sugere sua inclusão como um dos explicadores deste fenômeno.

Na mesma direção das anteriores, a *Hipótese 3* sugeriu que as pontuações na medida de *identificação com grupos convencionais de referência* estariam correlacionadas negativamente com aquelas na medida de *comportamentos anti-sociais*. Esta hipótese tem sido proposta e confirmada em diversos estudos onde foi considerada a importância de grupos convencionais, como os amigos, os professores, os pais e os familiares em geral (Dishion, Patterson, Stoolmiller & Skinner, 1991; Fisher & Fagot, 1993; Formiga, 2002; Heaven & cols., 2000; Miller, 1997; Pimentel, 2004; Scaramella & cols., 2002; Vitaro & cols., 2000; Whright & Cullen, 2001). No Brasil, por exemplo, em uma amostra de aproximadamente 550 jovens, Pimentel (2004) constatou a importância da identificação com tais grupos para a explicação de comportamentos anti-sociais. Especificamente, este autor comprovou em seu estudo que tal construto se correlacionou negativamente com os fatores *anti-social* ($r = -0,29, p < 0,001$) e *delitivo* ($r -0,20, p < 0,001$) da medida original de Seisdedos (1988).

Como mencionado, a identificação com grupos é um elemento importante para a formação de crenças, valores, atitudes e comportamentos. Por este motivo, é imprescindível sua inclusão em estudos cujo propósito é explicar os comportamentos anti-sociais. Esta afirmação se fundamenta nas principais teorias explicativas do comportamento anti-social. A teoria da associação diferencial, por exemplo, afirma que este tipo de comportamento não se diferencia daqueles considerados convencionais; para o desenvolvimento de ambos, faz-se necessário o envolvimento com determinados grupos, o que permite aos indivíduos se sentirem vinculados e assumirem suas características (Matsueda, 1982; Sutherland & cols., 1992).

Neste processo a aprendizagem social assume importância fundamental, pois, em muitos casos, a influência do grupo é indireta, não sendo necessário o envolvimento direto para a aprendizagem do comportamento (Akers, 1985). Segundo Hirschi (1969), o vínculo com grupos convencionais é uma das bases do controle social. O modelo de desenvolvimento social (Catalano & cols., 1996; Catalano & Hawkins, 1997; Hawkins & Weis, 1985) absorve elementos das teorias citadas previamente, sugerindo que a identificação ou o vínculo com grupos de referência promove a modelagem do comportamento social. Neste sentido, em função do grupo de referência, a identificação pode se constituir tanto como fator de risco (grupos alternativos) como de proteção (grupos convencionais). Sob esta perspectiva, a confirmação da *Hipótese 3* apóia a consideração desta variável no modelo referente à *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*.

Outra variável antecedente incluída no presente estudo foi a percepção do *estilo de socialização parental autoritativo* que, de acordo com a *Hipótese 4*, deveria apresentar correlação negativa com os *comportamentos anti-sociais*. Esta hipótese, a semelhança das demais que compõem o estudo, foi corroborada. A formulação da mesma levou em conta a influência da família, mas especificamente dos pais, no processo de socialização. Os estudos apontam que os pais exercem influência marcante no comportamento dos filhos por meio de diversos mecanismos, dentre estes o mais citado tem sido o tipo de estilo de socialização adotado (Darling & Steinberg, 1993; Emde & cols., 1991; Moraes & cols., 2007). O estilo de socialização que enfatiza componentes de autoridade e afeto vem sendo apontado como uma espécie de “modelo educacional”, sendo mais eficaz na prevenção dos comportamentos anti-sociais e de risco, como é o caso do uso abusivo de drogas (Benda & Crowyn, 2000; Scaramella & cols., 2002).

Os resultados previamente descritos confirmam a relevância do estilo parental autoritativo como um fator de proteção. Entretanto, como se pode verificar, dentre as variáveis consideradas, esta apresentou a correlação mais baixa com o comportamento anti-social. Se analisadas algumas peculiaridades da amostra e desta variável, tal aspecto não invalida sua inclusão no modelo. Observando, por exemplo, a idade dos participantes, percebe-se que a maioria (68,4%) concentra-se na faixa de 14 a 22 anos ($M = 17,2$; $DP = 2,21$). Provavelmente, a influência dos pais, embora continue atuando durante todo o desenvolvimento, tenda a reduzir com o aumento da idade, dando lugar a variáveis de cunho mais pessoal como são os valores e o compromisso religioso. Adicionalmente, deve-se considerar que a percepção dos estilos parentais é uma variável *dummy* (variável que assume valores 0 e 1), o que por si pode tornar as correlações mais baixas em razão de ser empregado o coeficiente r de *Pearson* (Kubinger, 2003).

A última *Hipótese* (5) fez referência à correlação positiva entre as duas dimensões dos comportamentos socialmente desviantes (*anti-social* e *delitivo*). Os resultados são contundentes; as duas dimensões apresentam-se positivamente correlacionadas entre si, confirmando esta hipótese, que é coerente com o que vem sendo observado na literatura (Chaves, 2006; Formiga, 2002; Pimentel, 2004; Siesdedos, 1988; Vasconcelos, 2004). Não obstante, esta correlação não permite chegar a conclusões mais precisas acerca do papel mediador que o comportamento anti-social ocupa na *hipótese de compromisso convencional* e *afiliação social*. Contudo, como sugerem alguns autores, por exemplo, Romero (1996), os *comportamentos anti-sociais* (considerados “leves”) apresentam-se como uma variável antecedente às condutas de caráter mais grave (*comportamento delitivo*). Como exposto previamente no *Capítulo 1*, esse tipo de conduta (leve) configura-se como um preditor do desenvolvimento de comportamentos desviantes mais severos (Loeber, 1991; Loeber & Dishion, 1983). Estas considerações justificam a estrutura do

modelo explicativo representado pela Figura 7, cuja elaboração e testagem constituíram-se no último objetivo deste estudo.

A revisão da literatura e a confirmação das hipóteses formuladas legitimaram a proposta de agrupamento das variáveis que compõem a *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*. Claramente, trata-se de um construto latente legítimo, como os indicadores de ajuste do modelo possibilitam pensar. No entanto, é preciso ressaltar que tal modelo apresenta melhor adequação quando considerada, especificamente, a percepção do jovem com relação ao estilo autoritativo da mãe. Este aspecto parece convergir com o que apresenta alguns estudos. Por exemplo, aponta-se que, independente da estrutura da família, a figura da mãe exerce maior influência na socialização e, por conseguinte, no comportamento dos filhos (Pasquali & Andrade, 1986; Schneider, 2001).

Em resumo, os resultados aqui descritos confirmam permitem atender satisfatoriamente os objetivos da presente tese. Entretanto, o modelo que se apresenta pode ser visto como circunstancial, uma vez que, embora teoricamente embasado, considerou a mesma amostra a partir da qual se checaram as correlações entre todas as variáveis que o integram. Por este motivo, procurou-se realizar o *Estudo 4*, cuja finalidade volta-se especificamente para testar o ajuste do modelo previamente descrito. Neste sentido, considerou-se uma amostra independente, tendo-se em conta, a partir do que foi observado, unicamente o estilo autoritativo da mãe.

6. ESTUDO 4 - Modelo Explicativo de Comportamentos Desviantes

O *Estudo 3* enfocou cada uma das variáveis do modelo de *compromisso convencional e afiliação social*. Coerente com o que tem sido proposto na literatura, seus resultados revelaram que é possível admitir como válida a proposição de que existem fatores inibidores de comportamentos anti-sociais. No mesmo estudo se deu o primeiro passo para comprovar o funcionamento do modelo como um todo. Apesar disso, em razão de este ter sido comprovado na mesma amostra em que foram testadas as hipóteses acerca dos fatores de proteção específicos, sugerindo relações ou restrições impostas *a posteriori*, demanda-se checar em amostra independente os parâmetros e índices de ajuste do referido modelo teórico (Figura 7).

Estas razões conduziram à realização deste estudo. Seu objetivo principal é, essencialmente, testar o modelo causal que explica os comportamentos socialmente desviantes, isto é, anti-sociais e delitivos. Replicar os resultados previamente encontrados é fundamental no sentido de contribuir com o marco teórico de *compromisso convencional e afiliação social*. Como foi indicado na *introdução*, pesquisas nesta direção ainda são ecassas, sobretudo no contexto brasileiro. Portanto, justifica-se plenamente a realização de um estudo desta natureza. Finalmente, o presente estudo, além de replicar a pesquisa prévia, pretende-se igualmente conhecer se o modelo funciona adequadamente quando se consideram por separados os homens e as mulheres.

6.1. Método

6.1.1. Delineamento e Hipótese

Tratou-se de uma pesquisa correlacional, isto é, *ex post facto*. Consideraram-se como variáveis exógenas (independentes, antecedentes) os fatores inibidores (*estilo parental autoritativo da mãe, compromisso religioso, identificação com grupos convencionais de referência* e a sub-função *normativa* dos valores) de comportamentos

anti-sociais e *delitivos*. Esta última é uma variável classicamente endógena (dependente, conseqüente, critério), enquanto o fator de comportamentos *anti-sociais* cumpre o papel de uma variável mediadora. A hipótese alternativa indica a adequação do modelo causal descrito na Figura 7, demandando que seja testada.

6.1.2. Amostra

Participaram do presente estudo 378 pessoas com idade média de 15,4 anos ($DP = 3,29$; amplitude 10 a 22 anos), a maioria do sexo feminino (59%). Estes se definiram majoritariamente como católicos (58,5%) e protestantes (27%); alguns se confessaram espíritas (2,1%), outros disseram pertencer a outro preceito religioso (3,4%) e também tiveram os que dissertam não ter qualquer religião (9%). Tais participantes foram distribuídos em diferentes níveis escolares, como se especifica: no ensino fundamental, foram da 4ª (5%), 5ª (19%) e 7ª (18,8%) séries; no caso do ensino médio, foram do 1º (19%) e 3º (18,5%) anos; e, finalmente, participaram também estudantes universitários (19,6%). Esta amostra foi de conveniência, isto é, não-probabilística; participaram as pessoas que, estando presentes em sala de aula e sendo solicitadas a colaborar, concordaram em fazer parte da pesquisa. Neste estudo, foram utilizadas as mesmas regras de exclusão do participante descritas nos estudos anteriores.

6.1.3. Instrumentos

Os participantes responderam os mesmos instrumentos descritos no *Estudo 3*, lembrando: *Escala de Práticas Religiosas* (Meira & col., 2001), *Escala de Crenças Religiosas* (Andrade & cols., 2001), *Escala de Percepção dos Pais* (Pasquali & Araújo, 1986; Schneider, 2001), *Escala de Identificação com Grupos de Referência* (Pimentel, 2004), *Questionário dos Valores Básicos* (Gouveia, 2003) e *Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos* (Seisdodos, 1988). Incluíram-se também duas

perguntas sobre a religiosidade dos participantes: (1) *Em que medida você se considera religioso?* Esta foi respondida em escala de cinco pontos, variando de **0** = *Nada* a **4** = *Muito*; e (2) *Com que frequência você vai às reuniões da sua religião?* Sua resposta foi dada por meio de uma escala de frequência, variando de **0** = *Nunca* a **7** = *Sempre*. Finalmente, foram incluídas perguntas demográficas (por exemplo, sexo, idade).

6.1.4. Procedimento

A aplicação dos instrumentos foi realizada em escolas e universidades. Esta coleta contou com a colaboração de três bolsistas de Iniciação Científica, que foram devidamente instruídos, evitando dar esclarecimentos de conteúdo das medidas. A todos os participantes foi informado que: (a) sua participação era voluntária; (b) não seria necessária sua identificação; e (c) que o anonimato das informações obtidas seria assegurado, explicando que todos os dados seriam tratados estatisticamente no seu conjunto. Em média, 40 minutos foram suficientes para concluir esta atividade.

6.1.5. Análise dos Dados

Considerando o objetivo deste estudo, decidiu-se focar as análises a partir de uma perspectiva confirmatória. Neste sentido, empregou-se o programa *AMOS 7*. Considerou-se como entrada a matriz de covariância, adotando-se o estimador *ML* (*Maximum Likelihood*). Os mesmos indicadores de ajuste do *Estudo 3* foram considerados nesta oportunidade.

6.2. Resultados

Lembrando, tomou-se como referência o modelo teórico apresentado na Figura 7. Considerando a amostra total de participantes, observou-se que tal modelo é bastante satisfatório: $\chi^2(9) = 14,48$, $p = 0,106$, $\chi^2 / gl = 1,61$, $GFI = 0,99$, $AGFI = 0,99$, $CFI = 0,98$ e $RMSEA = 0,040$ ($IC90\% = 0,000-0,077$). Todas as saturações (lambdas, λ) foram

estatisticamente diferentes de zero ($z > 1,96, p < 0,05$), apoiando a adequação do conjunto de variáveis exógenas incluídas no estudo.

Um resumo a respeito do modelo causal que explica os comportamentos socialmente desviantes pode ser contemplado na Figura 9. Consistentemente, o construto *compromisso convencional e afiliação social* explica satisfatoriamente a agrupação dos quatro fatores exógenos, com lambdas variando de 0,39 (*estilo autoritativo*) a 0,62 (*subfunção normativa*). Este construto, ademais, funciona, segundo o previsto, como fator de inibição de *comportamentos anti-sociais* ($\lambda = -0,32$), e estes claramente predizem de forma direta os comportamentos *delitivos* ($\lambda = 0,52$).

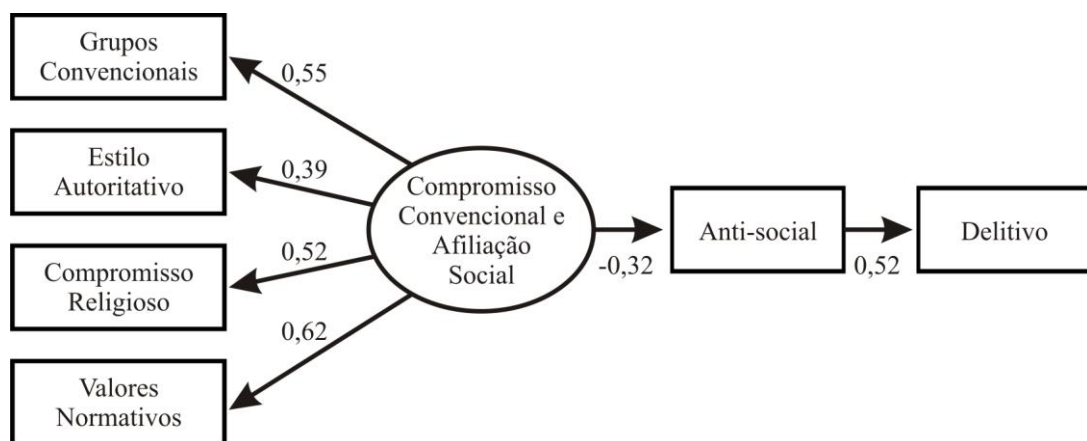


Figura 9. Comprovação do Modelo Causal de Comportamentos Socialmente Desviantes

Fica, portanto, evidente a adequação do modelo explicativo aqui proposto e testado. Entretanto, caberia indagar se este funciona adequadamente com independência do sexo dos participantes. Neste sentido, decidiu-se dividir a amostra em dois grupos de pessoas, segundo o sexo: *masculino* ($n = 154$) e *feminino* ($n = 222$); duas pessoas não indicaram o sexo, tendo sido excluídos destas análises. Considerando cada um destes grupos, reproduziu-se o teste do modelo previamente tratado.

No caso dos participantes do sexo masculino, obtiveram-se indicadores favoráveis [$\chi^2 (9) = 8,11, p = 0,523, \chi^2 / gl = 0,90, GFI = 0,98, AGFI = 0,96, CFI = 1,00$ e $RMSEA =$

0,000 ($IC90\% = 0,000-0,085$), com todos os lambdas sendo estatisticamente diferentes de zero ($z > 1,96, p < 0,05$). Estes variaram de 0,47 (*estilo autoritativo materno*) a 0,63 (*sub-função normativa*).

Resultados parecidos aos antes descritos foram observados para as participantes do sexo feminino [$\chi^2 (9) = 8,01, p = 0,533, \chi^2 / gl = 0,89, GFI = 0,99, AGFI = 0,97, CFI = 1,00$ e $RMSEA = 0,000 (IC90\% = 0,000-0,070)$]. Porém, um dos fatores inibidores (*percepção do estilo autoritativo da mãe*) apresentou lambda muito baixo, não sendo estatisticamente diferente de zero ($\lambda = -0,03; z = -0,29, p > 0,05$). O fator inibidor que apresentou maior saturação no construto latente correspondente, isto é, *compromisso convencional e afiliação social*, foi a sub-função valorativa *normativa* ($\lambda = 0,55$).

Em resumo, independentemente do sexo dos participantes, a “hipótese” de *compromisso convencional e afiliação social* se confirma. Fica evidente que a *adesão aos valores normativos*, a *percepção do estilo parental autoritativo da mãe*, a *identificação com grupos convencionais de referência* e o *compromisso religioso* atuam como inibidores de *comportamentos anti-sociais* e, por extensão, podem prevenir aqueles *delitivos*. Neste marco destaca-se, particularmente, a contribuição da sub-função valorativa *normativa*. Pondere-se, entretanto, que existe alguma especificidade quando se consideram separadamente as mulheres; neste grupo a percepção do *estilo autoritativo materno* da mãe não foi relevante para compor a dimensão inibidora prevista no modelo teórico analisado.

6.3. Discussão

Este estudo teve como objetivo principal testar o modelo explicativo (causal) dos comportamentos socialmente desviantes (*anti-sociais* e *delitivos*) e, adicionalmente, conhecer sua adequabilidade quando analisados separadamente os participantes do sexo masculino e feminino. Conforme esperado, a análise fatorial confirmatória apresentou índices de bondade de ajuste bastante satisfatórios, apoiando a adequação da hipótese de

compromisso convencional e afiliação social. As variáveis que constituem este modelo figuram entre as mais mencionadas na literatura, porém, como se evidencia na revisão levada a cabo por Petraitis e cols. (1995), a maioria dos estudos as considera de forma isolada, sendo escassas as pesquisas sobre fatores de proteção que intencionam integrar múltiplos construtos. Neste sentido, a adequação deste modelo, apesar de não encerrar os estudos sobre o tema, representa um avanço no entendimento sobre o funcionamento dos fatores responsáveis por inibir o desenvolvimento de comportamentos socialmente desviantes.

No entanto, antes de passar às considerações finais da presente tese, alguns comentários acerca do modelo proposto precisam ser destacados, dentre os quais cabe mencionar, inicialmente, a contribuição dos valores. Em diversas pesquisas este construto surge como uma variável eficaz na explicação de distintos comportamentos (Coelho & cols., 2006; Schwartz & Huisman, 1995; Vasconcelos & cols., 2004). No campo da delinqüência, os valores aparecem tanto como fator risco como proteção. Por exemplo, a priorização de valores da sub-função de *experimentação* é destacada por alguns autores como promovendo comportamentos anti-sociais (Chaves, 2006; Pimentel, 2004; Vasconcelos, 2004). Por outro lado, os valores sociais, especificamente aqueles da sub-função *normativa*, adquirem importância significativa como um fator de proteção, pois reduzem a probabilidade dos jovens se envolverem em tais comportamentos. Na teoria funcional dos valores (Gouveia & cols., 2008), esta sub-função reflete a importância dada à cultura e às normas sociais, com ênfase na vida social e estabilidade do grupo. Portanto, assumir tais valores como princípios-guia implica em envolvimento alto com modelos de papéis convencionais. Este dado é compatível com os pressupostos da teoria do controle social (Hirschi, 1969), do modelo integrador de Elliott (Elliott & cols., 1979) e, inclusive,

do modelo de desenvolvimento social mais recentemente proposto (Hawkins & cols., 1996).

A identificação com grupos é outra variável que, segundo a literatura, exerce influência forte no desenvolvimento de comportamentos anti-sociais. Este construto está presente em grande parte das teorias psicossociais que buscam explicar a delinquência, mas, como já mencionado, na maioria delas tem-se analisado mais a sua influência como fator de risco (Hawkins & cols., 1992). No modelo exposto, o efeito do vínculo com grupos convencionais em relação ao construto latente *compromisso convencional e afiliação social* ficou evidente, ressaltando sua importância como um fator de proteção. De fato, a *identificação com grupos convencionais de referência* assume um papel relevante no conjunto das variáveis. Isso seria esperado, uma vez que no processo de socialização estes grupos são os principais responsáveis por “inculcar” alguns valores sociais (por exemplo, ordem social, tradição), cuja prioridade por parte do indivíduo contribui para a manutenção da harmonia social. Além disso, a identificação com grupos também influencia o desenvolvimento do compromisso religioso, dado que, geralmente, a participação religiosa é feita em parceria com outros que seguem os mesmos princípios axiológicos. Os aspectos mencionados são fundamentais para a internalização de normas que, ao serem compartilhadas, produzem expectativas de como se deve agir no contexto social (Hirshi, 1969).

De acordo com o que se verificou no *Estudo 3*, as variáveis que representam o *compromisso convencional e a afiliação social* influenciam-se mutuamente; a adequabilidade do modelo corroborou esta hipótese. No entanto, é possível que, devido a aspectos particulares, algumas variáveis apresentem efeito escasso ou não significativo sobre o construto latente. No presente estudo, as análises estatísticas efetuadas separadamente nos grupos de homens e mulheres revelaram que, neste último, a percepção

do estilo materno autoritativo não contribuiu significativamente para o construto latente. Este aspecto pode dever-se a que, na amostra do sexo feminino, provavelmente a identificação com a figura materna pode não ser tão acentuada. Neste sentido, é possível que o efeito do estilo autoritativo, nesta amostra, se apresentasse mais preponderante quando observada a percepção do estilo autoritativo do pai. Entretanto, isso é tão somente uma conjectura; demandam-se estudos futuros com o propósito de comprovar esta possibilidade. Em síntese, apesar da não significância do estilo autoritativo da mãe na amostra do sexo feminino, os índices de ajuste indicam a adequabilidade do modelo, como seria esperado (Akers, 1985; Hawkins & cols., 1992, 1996; Hirschi, 1969).

Em resumo, o presente estudo reúne evidências de que a *hipótese de compromisso convencional e afiliação social*, ao menos no presente contexto cultural, funciona adequadamente para explicar os comportamentos socialmente desviantes. Concretamente, reuniram-se informações que apóiam a hipótese de que este conjunto de variáveis pode ser tido como inibidor de tais comportamentos. Não obstante, não se apresenta aqui um receituário, um livro de dicas para solucionar uma panacéia que se apresenta sob o título de “desvio” das normas sociais. Este aspecto será retomado no próximo capítulo, quando se expõem as conclusões desta tese.

7. Discussão Geral e Conclusões

Esta tese buscou conhecer em que medida os *valores sociais normativos*, o *compromisso religioso*, o *estilo de socialização parental autoritativo* e a *identificação com grupos convencionais de referência* atuam como inibidores (fatores de proteção) de comportamentos socialmente desviantes (*anti-sociais* e *delitivos*). Procurou-se, especificamente, verificar a contribuição destes construtos para explicar tais comportamentos, identificando, finalmente, um modelo integrador denominado de *compromisso convencional e afiliação social*. Para tanto, desenvolveram-se quatro estudos independentes cujas metas específicas foram atingidas, permitindo concluir que o objetivo proposto foi alcançado satisfatoriamente. Nesta oportunidade, pretende-se apresentar algumas considerações finais acerca dos resultados principais encontrados, das possíveis limitações dos estudos e aplicabilidades desta tese. Faz-se igualmente um esforço por oferecer direções futuras, o que possibilitará ampliar o conhecimento acerca do modelo de *compromisso convencional e afiliação social*.

7.1. Resultados Principais

Os quatro estudos que compuseram a parte empírica trouxeram diversas contribuições. O *Estudo 1*, por exemplo, que avaliou as propriedades psicométricas das medidas, apresentou informações relevantes acerca dos instrumentos de crença (Andrade & cols., 2001) e práticas (Meira & col., 2001) religiosas. Estes dispunham unicamente de informações resultantes de análises exploratórias, impossibilitando maiores conclusões acerca de sua dimensionalidade. A análise fatorial confirmatória efetuada permitiu observar a adequação de sua estrutura fatorial; este resultado possibilitou ainda o desenvolvimento do *Índice de Compromisso Religioso (ICR)*, até então inexistente no contexto brasileiro.

Portanto, como se indicou previamente, uma das conseqüências diretas do primeiro estudo foi a construção do *ICR*. Isso foi levado a cabo no *Estudo 2*. Como mencionado, a

proposta deste índice deveu-se, fundamentalmente, a ausência de instrumentos que permitissem mensurar o compromisso religioso por meio de múltiplos indicadores. Sua construção se apresentou como uma oportunidade de minimizar, se não todos, alguns dos principais vieses apontados na literatura (Gorsuch & McFarland, 1972). Seguramente, sua proposição facilitará a análise do fenômeno religioso de forma mais parcimoniosa; além disso, a padronização de medidas com diferentes escalas de resposta, concentrando-as em uma única medida intervalar com amplitude pré-definida (0 a 1), auxiliará a comparação e replicação dos resultados, com independência do contexto e das variáveis com as quais possa se pretender correlacioná-lo.

Nos dois últimos estudos (3 e 4), ressaltam-se as correlações entre as variáveis antecedentes e sua contribuição para explicar os comportamentos socialmente desviantes. No *Estudo 3* foram apresentados resultados que corroboram as proposições de outros autores (por exemplo, Hawkins & cols., 1996; Hirschi, 1969; Pimentel, 2004) e sugerem a coerência destes construtos como fatores de proteção no contexto brasileiro, referendando o que tem sido observado também em outras culturas, a exemplo da Espanha (Romero & cols., 2001). Entretanto, este estudo não se limitou a correlacionar cada par de variáveis; foi mais além, permitindo testar o conjunto de correlações, sugerindo um modelo causal explicativo dos comportamentos socialmente desviantes. Isso foi corroborado no *Estudo 4*. Deste modo, os resultados dos estudos 3 e 4 se complementam e evidenciam que é possível indicar estes construtos como fatores inibidores de tais comportamentos desviantes.

7.2. Limitações das Pesquisas

Apesar do que antes se comentou, mesmo admitindo as evidências empíricas acerca das contribuições desta tese, é necessário reconhecer que, por não ser diferente de outros estudos, as pesquisas previamente descritas apresentam potenciais limitações. Poder-se-ia conjecturar, por exemplo, que em razão de não serem probabilísticas, as amostras

consideradas são enviesadas, não considerando toda a população brasileira, nem mesmo a paraibana. Ficou evidente que os resultados parecem refletir mais a situação de indivíduos escolarizados, de diferentes níveis (ensinos fundamental, médio e superior), o que, por si, torna menos prováveis os comportamentos socialmente desviantes (Coelho Júnior, 2001; Gouveia, Coelho Júnior, Gontíes, Andrade & Andrade, 2003). Em muitos casos, indivíduos considerados delinquentes crônicos (Moffitt, 1991) deixam a escola logo no início do ensino médio (Dishion & Patterson, 1997). Além disso, mesmo considerando estudantes de escolas públicas e privadas, não se pode afirmar que as amostras contemplam pessoas de diferentes classes sociais. A delinquência, embora não seja, em princípio, tida como um problema de classe (Formiga, 2002), não se pode negar, o nível sócio-econômico dos jovens parece ser uma variável importante no contexto brasileiro, sobretudo no caso daqueles que vivem em condições adversas (por exemplo, favelas, subúrbios com taxas elevadas de delinquência).

Outro aspecto refere-se ao compromisso religioso. O compromisso é apresentado na teoria do controle social (Hirschi, 1969) como um dos componentes do vínculo social convencional. Contudo, conforme a teoria, além do compromisso religioso, outros tipos de atividades também são responsáveis por fortalecer os vínculos convencionais, como é o caso da prática esportiva. Neste sentido, a não inclusão desta variável pode sugerir uma limitação desta pesquisa. Contudo, apesar de pertinente, esta crítica não invalida os resultados encontrados, que são consistentes com aqueles da literatura.

7.3. Conclusões e Direções Futuras

Cabe nesta oportunidade assinalar o que faz esta tese diferente, o que a legitima. Falar em ineditismo é algo estranho em um mundo que avança a galope, quando a ciência muda a cada instante. Portanto, resta tão somente mencionar o que dá uma identidade ao empreendimento aqui apresentado. Neste sentido, destaca-se inicialmente um marco

concreto e específico acerca dos valores humanos (Gouveia, 1998, 2003). Diferentemente, a maioria dos estudos na área tem considerado os valores de forma muito ampla, pouco definida, auto-explicativa, considerando-os quase como algo similar a atitudes (por exemplo, Romero & cols., 2001). Além deste aspecto, quando são consideradas teorias e medidas específicas dos valores, os estudos tendem a se concentrar unicamente nos valores (Formiga, 2002) ou em pares de variáveis, como, por exemplo, personalidade e valores (Vasconcelos, 2004) e preferência musical e valores (Pimental, 2004).

A consideração da religiosidade, como aqui medida, isto é, por meio do compromisso religioso, parece também uma tentativa inovadora. É possível que parte dos resultados dissonantes observados na literatura se devam a diferentes medidas específicas a respeito. Nesta ocasião, decidiu-se, em lugar de simplesmente tratar de um item isolado sobre auto-percepção de religiosidade ou frequência com que se participa de eventos ligados à religião, ter em conta diferentes indicadores, construindo um índice independente da religião do participante. Isso era algo esperado e recomendado na literatura (Gorsuch & McFarland, 1972), não tendo sido encontrado qualquer estudo em que esta possibilidade tenha sido efetivada.

Além disso, embora exista uma “*hipótese de compromisso convencional*”, a maior parte do que se sabe é fruto estrito de ensaio teórico, de natureza sociológica. Percebe-se claramente que, em termos de modelos integrativos, tudo o que se sabe tem origem em outros contextos culturais, a exemplo do Reino Unido e dos Estados Unidos. Portanto, aporta-se aqui um modelo teórico consistente e os dados que permitem corroborá-lo, constituindo, presumivelmente, o primeiro esforço concreto por desenvolver uma teoria sobre os fatores inibidores dos comportamentos socialmente desviantes no Brasil.

Apesar do que antes se comentou, este modelo não deve ser entendido como uma panacéia, nem a possibilidade de inibir os comportamentos anti-sociais como um “toque de

mágica”. De fato, os fatores de proteção podem ser muito importantes, sobretudo quando avaliados e trabalhados na adolescência, período em que parece “normal” desviar das normas sociais (Coelho Júnior, 2001). Porém, o compromisso convencional exacerbado pode ser um impedimento ao avanço social, no sentido de dificultar mudanças sociais, inovações úteis à adequação aos novos tempos. Sabe-se, por exemplo, que os valores de *experimentação*, embora possam não inibir os comportamentos anti-sociais, têm um papel importante em promover a abertura a mudanças por parte das pessoas. Do mesmo modo, quando se fala sobre o estilo parental autoritativo, não se pretende divulgar como o único viável ou o mais adequado para todos os contextos. Os estudos trans-culturais indicam que podem funcionar no padrão de família existente no Ocidente, mas não no Oriente (ver, por exemplo, Cole & Cole, 2004).

A identificação com os grupos, não se deve esquecer, é parte importante das escolhas dos jovens, numa tentativa por definir sua identidade pessoal e social (Papalia & Olds, 2000). Portanto, embora seja desejável que estes tenham identificação com grupos convencionais de referência, a ligação com grupos alternativos pode ajudá-los a pensar “diferente”, colocando-se no lugar do outro, sendo menos discriminadores e preconceituosos. Identificar-se com grupos convencionais é tornar o jovem mais resiliente, evitando sua exposição ao risco ou minimizando o impacto deste; não significa isolá-lo ou criá-lo em um mundo à parte, como se existissem grupos “bons” e “ruins”. Este pensamento em nada contribui para as relações de igualdade e respeito entre as pessoas.

Na linha do que vem sendo comentado, é possível também advertir acerca do exagero religioso. A religiosidade pode se constituir em um fator de proteção para comportamentos anti-sociais e delitivos. Não obstante, a história está repleta de acontecimentos que relevam não ser, exatamente, a religião a solução de todos os males sociais; contrariamente, exagerar no compromisso religioso pode implicar atos ilícitos e

criminais. O leitor pode dar-se conta disso quando considera grupos religiosos que, em nome da religião, discriminam, consideram todos os demais como inferiores, indignos etc. Neste contexto, talvez tal exagero expresse uma religiosidade extrínseca, instrumental, voltada para reafirmar posturas ou obter benefícios pessoais (Allport, 1950; Allport & Ross, 1967).

Um aspecto que parece comum na vida social diária é o tipo de identificação que filha e filho mantêm com seus pais. Não raramente, admite-se que os meninos se identificam mais com sua mãe e, mais consistentemente, que as meninas são mais prováveis se identificarem com seu pai. Por suposto, casos existem que contradizem esta “suposição”. Entretanto, caberiam pesquisas com o propósito de dirimir as dúvidas, estendendo este conhecimento do senso comum e comprovando em que medida esta presumível identificação repercutiria na influência que os estilos parentais do pai e da mãe poderiam ter sobre seus filhos de diferentes sexos.

Considerar os estilos parentais percebidos pelos filhos é, sem dúvida, relevante. Mas, se poderia ter em conta outras variáveis, como os próprios valores que os pais indicam priorizar ou, inclusive, os valores que os seus filhos percebem como próprios de seus pais. Schneider (2001) mostrou que os valores dos filhos eram muito similares àqueles que percebiam como sendo dos seus pais; os valores que os pais diziam possuir e os valores que seus filhos listavam, diferentemente, tinham menos a ver. Portanto, as prioridades valorativas apresentam um componente importante para compreender a forma que pais e filhos se identificam e como estes últimos passam a adotar determinados comportamentos que “satisfaçam” o padrão valorativo percebido como sendo dos seus pais. Este mesmo autor comprovou esta hipótese, sobretudo, quando os filhos percebiam seus pais como mais afetivos, o que denotou uma relação interessante dos valores com os estilos parentais, reclamando estudos futuros nesta direção.

No âmbito dos estudos acerca dos comportamentos desviantes é comum serem considerados grupos pré-determinados, reconhecidamente delinqüentes (Romero & cols., 2001), evitando medidas de natureza psicométrica, a exemplo do *CAD*. Efetivamente, não tem sentido testar o modelo previamente apresentado neste tipo de grupo, pois, provavelmente, existirá invariabilidade nas variáveis-critério, isto é, comportamentos anti-sociais e delitivos. Não obstante, poder-se-ia comparar pessoas “delinqüentes” (submetidas ao regime carcerário ou disciplinar) e “não-delinqüentes” (por exemplo, estudantes) em termos de cada um dos indicadores que compõem o construto *compromisso convencional e afiliação social*.

Possivelmente, seria interessante explorar em que medida o modelo teórico previamente apresentado é invariante em relação às diferentes faixas-etárias e tipos de escolas (públicas versus privadas, por exemplo). Isso pode ser útil, sobretudo por indicar se o efeito de todas as variáveis é constante, se sofrem mudanças, em que direções o fazem, e quando isso ocorre. Por exemplo, talvez os estilos parentais sejam mais preponderantes entre pessoas mais jovens, pré-adolescentes; na adolescência pode prevalecer a identificação grupal. Porém, estes são aspectos conjecturais, demandando estudos futuros.

Nesta tese reuniram-se evidências de que o *compromisso convencional e a afiliação social* constituem um fator geral, um todo integrado, um conjunto de fatores inibidores dos comportamentos *anti-sociais* e, conseqüentemente, daqueles *delitivos*. Entretanto, cabe conjecturar se não seria possível um modelo mais complexo, reunindo múltiplos indicadores de *compromisso convencional*, por um lado, e *afiliação social*, por outro. Isso seria importante, sobretudo, para ponderar o peso que cada elemento da teoria teria na explicação dos comportamentos *anti-sociais* e *delitivos*. A propósito, poder-se-ia, inclusive, indagar acerca da natureza de sua relação: seriam ambos antecedentes de tais

comportamentos? Poderia a *afiliação social* anteceder o *compromisso convencional*?
Unicamente estudos futuros poderiam dirimir as dúvidas.

Finalmente, apesar de não ter sido pensado como um projeto aplicado, um ensaio com o propósito de responder práticas sociais ou estratégias políticas, não é possível deixar de reconhecer a aplicabilidade desta tese. Particularmente, presume-se que esta pode guiar ações que visem tornar os jovens mais resilientes, enfocando, principalmente, uma educação em valores. Como foi visto, com bastante consistência, os valores da sub-função *normativa* (Gouveia, 1998, 2003) constituem o principal fator de proteção frente aos comportamentos *anti-sociais*, o que também tinha sido constatado em estudos prévios (Chaves, 2006; Formiga, 2002; Pimentel, 2004; Vasconcelos, 2004). Este aspecto parece mais interessante e socialmente viável, uma vez que a própria escola, por meio dos seus professores, poderia reforçar a socialização parental, permitindo que os jovens reconheçam em tais valores aspectos que podem ser importantes no seu dia a dia.

8. Referências

- Aavik, A., Aavik, T. & Kõrgesaar, J. (2006). Parenting practices and personal values: Comparison between parents of institutionalized and non-institutionalized adolescents. *Trames, 10*, 44-56.
- Achembach, T. M. (1991). *Manual for the youth self-report and 1991 profile*. Burlington, VT: University of Vermont Department of Psychiatry.
- Adorno, T. W., Frenkel-Bruswik, E., Levinson, D. J. & Sanford, R.N. (1950). *The authoritarian personality*. Nova York: Norton.
- Agnew, R. (1985). A revised strain theory of delinquency. *Social Forces, 64*, 151-167.
- Agnew, R. (1990). The origins of delinquent events: An examination of offender accounts. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 27*, 267-294.
- Agnew, R. (1991). The interactive effects of peer variables on delinquency. *Criminology, 29*, 47-72.
- Agnew, R. (1992). Foundation for a general strain theory of crime and delinquency. *Criminology 30*, 47-87.
- Agnew, R. (1997). Stability and change in crime over the life course: A strain theory explanation. Em T. P. Thornberry (Org.), *Developmental theories of crime and delinquency* (pp. 101-132). New Brunswick: Transaction.
- Agnew, R. (2001). Building on the foundation of general strain theory: Specifying the types of strain most likely to lead to delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 38*, 319-361.
- Agnew, R. (2006). Storylines as a neglected cause of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 43*, 119-147.
- Ainsworth, M. D. S., Bell, S. & Stayton, D. (1971). Individual differences in strange situation behavior in one year olds. Em H. R. Schaffer (Org.), *The origins of human social relations* (pp. 17-57). Londres: Academic Press.

- Akers, R. L. (1985). *Deviant behavior: A social learning approach*. Belmont, CA: Wadsworth.
- Akers, R. L. (1991). Self-control as a general theory of crime. *Journal of Quantitative Criminology*, 7, 201-212.
- Akers, R. L. (1997). *Criminological theories*. Los Angeles, CA: Roxbury.
- Allen, R. O. & Spilka, B. (1967). Committed and consensual religion: A specification of religion-prejudice relationships. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 6, 191-206.
- Allport, F.H. (1924). The group fallacy in relation to social science. *The American Journal of Sociology*, 29, 688-706.
- Allport, G.W. (1950). *The individual and his religion*. Nova York: Mac Millan.
- Allport, G.W. & Ross, J. M. (1967). Personal religious orientation and prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology*, 5, 432-443.
- Alvaro, J. L. & Garrido, A. (2003). *Psicología social: Perspectivas psicológicas y sociológicas*. Madri: McGraw Hill.
- American Psychiatric Association. (2000). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (4^o Ed.). Washington, DC: APA.
- Ames, S. L., Zogg, J. B. & Stacy, A. W. (2002). Implicit cognition, sensation seeking, marijuana use and driving behavior among drug offenders. *Personality and Individual Differences*, 33, 1055-1072.
- Anastasi, A. & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Anderson, C. A. & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review Psychology*, 53, 27-51.
- Andrade, J. M., Gouveia, V. V., Jesus, G. R., Santos, W. S. & Lopes de Andrade, W. C. (2001). Escala de crenças religiosas: Elaboração e validação de construto [Resumo].

- Em Conselho Regional de Psicologia – 13^a Região PB/N (Org.), *1º Encontro Paraibano de Avaliação e Medida em Psicologia* (p. 14). João Pessoa, PB: CRP.
- Arnett, J. J. (1995). Broad and narrow socialization: The family in the context of a cultural theory. *Journal of Marriage and the Family*, *57*, 617-628.
- Ary, D. V., Duncan, T. E., Duncan, S. C. & Hops, H. (1999). Adolescent problem behavior: The influence of parents and peers. *Behaviour Research and Therapy*, *37*, 217-230.
- Azjen, I. & Fishbein, M. (1980). *Understanding attitudes and predicting social behavior*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Baier, C. J. & Wright, B. R. E. (2001). "If you love me, keep my commandments": A meta-analysis of the effect of religion on crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, *38*, 3-21.
- Baker, K. (2006). Understanding violent and antisocial behavior in children and adolescents. *Current Paediatrics*, *16*, 472-477.
- Baldwin, A. L. (1949). The effect of home environment on nursery school behavior. *Child Development*, *20*, 49-62.
- Bandura, A. (1973). *Aggression: A social learning analysis*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Bandura, A. (1986). *Social foundations of thought and action*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall.
- Bandura, A. (2001). Social cognitive theory: An agentic perspective. *Annual Review Psychology*, *52*, 1-26.
- Bandura, A., Ross, D. & Ross, S. A. (1963). Imitation of film mediated aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, *66*, 3-11.

- Bandura, A. & Walters, R. H. (1963). *Social learning and personality development*. Nova York: Holt.
- Baptista, M. N. (2005). Desenvolvimento do inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): Estudos psicométricos preliminares. *Psico-USF, 10*, 11-19.
- Baratta, A. (2002). *Criminología crítica y crítica del derecho penal*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Bardi, A. & Schwartz, S. H. (2001). Values and behavior: Strength and structure of relations. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29*, 1207-1220.
- Barnard, M. & McKeganey, N. (2004). The impact of parental problem drug use on children: What is the problem and what can be done to help? *Addiction, 99*, 552–559.
- Barnes, G. M., Farrell, M. P. & Cairns, A. (1986). Parental socialization factors and adolescent drinking behaviors. *Journal of Marriage and the Family, 48*, 27-36.
- Bartusch, D. R. J., Lynam, D. R., Moffitt, T. E. & Silva, P. A. (1997). Is age important? Testing a general versus a developmental theory of antisocial behavior. *Criminology, 35*, 13-48
- Basáñez, M. & Moreno, A. (1994). México en la Encuesta Mundial de Valores 1981-1990. Em J. D. Nicolás & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 499-528). Madri: Fundesco.
- Bassett, R. L., Baldwin, D., Tammara, J., Mackmer, D., Mundig, C., Wareing, A. & Tschorke, D. (2001). Reconsidering intrinsic religion as a source of universal compassion. *Journal of Psychology and Theology, 30*, 141-143.
- Batson, C. D. (1976). Religion as prosocial: Agent or double agent? *Journal for the Scientific Study of Religion, 15*, 29-45
- Batson, C. D. & Schoenradec, P. A. (1991a). Measuring religion as quest: Validity concerns. *Journal for the Scientific Study of Religion, 30*, 416-429

- Batson, C. D. & Schoenradec, P. A. (1991b). Measuring religion as quest: Reliability concerns. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 30, 430-447.
- Batson, C. D. & Ventis, W. L. (1982). *The religious experience*. Nova York: Oxford University Press.
- Baumrind, D. (1965). Parental control and parental love. *Children*, 12, 230-234.
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior, *Child Development*, 37, 887-907.
- Baumrind, D. (1980). New directions in socialization research. *American Psychologist*, 35, 639-652.
- Baumrind, D. (1993). The average expectable environment is not good enough: A response to Scarr. *Child Development*, 64,1299-1317.
- Baumrind, D. (1996). The discipline controversy revisited. *Family Relations*, 45, 405-414.
- Baumrind, D. (1997). The discipline encounter: Contemporary issues. *Aggression and Violent Behavior*, 2, 321-335.
- Becker, H. (1963). *Outsiders*. Nova York: Free Press.
- Becker, W.C. (1964). Consequences of parental discipline. Em M. L. Hoffman & L. W. Hoffman (Orgs.), *Review of child development research* (pp. 169-208). Nova York: Russell Sage Foundation.
- Becoña-Iglesias, E. (2007). Psychological bases of the prevention of drug abuse. *Papeles del Psicólogo*, 28, 11-20.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 413-434.
- Benda, B. B. & Corwyn, R. F. (2000). A test of the validity of delinquency syndrome construct in a homogeneous sample. *Journal of Adolescence*, 23, 497-511.

- Beyers, J. M., Toumbourou, J. W., Catalano, R. F., Arthur, M. W. & Hawkins, J. D. (2004). A cross-national comparison of risk and protective factors for adolescent substance use: The United States and Australia. *Journal of Adolescent Health, 35*, 3-16
- Biderman, A. D. & Reiss, A. J. (1967). On exploring the “dark figure” of crime. *The Annals, 374*, 1-15.
- Binder, A. (1988). Juvenile delinquency. *Annual Review of Psychology, 39*, 253-282.
- Blackburn, R. (1993). *The psychology of criminal conduct*. Nova York: Wiley.
- Blitstein, J. L., Murray, D. M., Lytle, L. A., Birnbaum, A. S. & Perry, C. L. (2005). Predictors of violent behavior in an early adolescent cohort: Similarities and differences across genders. *Health Education & Behavior, 32*, 175-194.
- Bonino, S., Cattelino, E. & Ciairano, S. (2005). Adolescents and risk: Behavior, functions, and protective factors. Nova York: Springer Verlag.
- Bordin, I. A. S. & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 22*, 12-15.
- Bowman, M. A., Prelow, H. M. & Weaver, S. R. (2007). Parenting behaviors, association with deviant peers, and delinquency in African American adolescents: A mediated-moderation model. *Journal of Youth and Adolescence, 36*, 517-527.
- Brint, S. (2006). Schools and socialization. Em G. Handel (Org.), *Childhood socialization* (pp. 157-174). Nova York: Aldine Transaction.
- Britt, C. L. & Gottfredson, M. R. (2003). *Control theories of crime and delinquency*. New Brunswick: Transaction Publishers.
- Brody, G. H., Ge, X., Conger, R., Gibbons, F. X. Murry, V. M., Gerrard, M. & Simons, R. L. (2001). The influence of neighborhood disadvantage, collective socialization, and parenting on African American children’s affiliation with deviant peers. *Child Development, 72*, 1231-1246.

- Broidy, L., Cauffman, E., Espelage, D., Mazerolle, P. & Piquero, A. (2003). Empathy and offending: The relation between consideration of others and sex differences in offending. *Violence & Victims, 18*, 503-516.
- Brook, J. S., Nomura, C. & Cohen, P. (1989). A network of influences on adolescent drug involvement: Neighborhood, school, peer, and family. *Genetic, Social, and General Psychology Monographs, 115*, 125-145.
- Brook, J. S., Whiteman, M., Gordon, A. S. & Brook, D. W. (1988). The role of older brothers in younger brothers' use viewed in the context of parent and peer influences. *Journal of Genetic Psychology, 151*, 59-75.
- Brown, A. P. (2004). Anti-social behaviour, crime control and social control. *The Howard Journal, 43*, 203-211.
- Burke, J. D., Loeber, R. & Birmaher, B. (2002). Oppositional defiant disorder and conduct disorder: A review of the past 10 years, part II. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 41*, 1275-1293.
- Burton, J. M. & Marshall, L. A. (2005). Protective factors for youth considered at risk of criminal behaviour: Does participation in extracurricular activities help? *Criminal Behaviour and Mental Health, 15*, 46-64.
- Butts III, C. O., Stefano, G. B., Fricchione, G. L. & Salamon, E. (2003). Religion and its effects on crime and delinquency. *Medical Science Monitor, 9*, 79-82.
- Byrne, B. M. (1989). *A primer of LISREL: Basic applications and programming for confirmatory factor analytic models*. Nova York: Springer-Verlag.
- Byrne, B. M. (2001). *Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Camino, C., Camino, L. & Moraes, R. (2003). Moralidade e socialização: Estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16, 41-61.
- Carlos, J. A. (2007). *O Crime segundo a perspectiva de Durkheim*. Disponível na página web: <http://www.sapereaudare.com/sociologia/texto10.html> (consultado em 20 de agosto de 2007).
- Catalano, R. F. & Hawkins, J. D. (1997). The social development model: A theory of antisocial behavior. Em J. D. Hawkins (Org.), *Delinquency and crime: Current theories* (pp. 149-177). Nova York: Cambridge University Press.
- Catalano, R. F., Kosterman, R., Hawkins, J. D., Newcomb, M. D. & Abbott, R. D. (1996). Modeling the etiology of adolescent substance use: A test of the social development model. *Journal of Drug Issues*, 26, 429-455.
- Catalano, R. F., Oxford, M. L., Harachi, T. W., Abbott, R. D. & Abbott, K. P. (1999). A test of the social development model to predict problem behaviour during the elementary school period. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 9, 39-56.
- Charlesworth, W. R. (1988). Resources and resource acquisition during ontogeny. Em K. B. MacDonald (Org.), *Sociobiological perspective in human development* (pp. 24-77). Nova York: Springer.
- Chassin, L., Presson, C. C., Sherman, S. J., Corty, E. & Olshavsky, R. V. (1984). Predicting the onset of cigarette smoking in adolescence: A longitudinal study. *Journal of Applied Social Psychology*, 14, 224-243.
- Chaves, C. M. C. M. (2006). *Compromisso convencional: Fator de proteção para as condutas agressivas, anti-sociais e de uso de álcool?* Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Chu, D. C. (2007). Religiosity and desistance from drug use. *Criminal Justice and Behavior*; 34, 661-679.
- Clark, L. A. & Watson, D. (1995). Constructing validity: Basic issues in objective scale development. *Psychological Assessment*, 7, 309-319
- Clemente, M. (1995). Marcos explicativos del delito. Em M. Clemente (Org.), *Fundamentos de la psicología jurídica* (pp. 297-310). Madri: Pirámide.
- Cloninger, C. R., Sigvardsson, S., Bohman, M. & von Knorring, A. L. (1982). Predisposition to petty criminality in Swedish adoptees. *Archives of General Psychiatry*, 39, 1242-1247.
- Cloward, R. A. (1959). Illegitimate means, anomie, and deviant behavior. *American Sociological Review*, 24, 164-176.
- Coelho Júnior, L. L. (2001). *Uso potencial de drogas em estudantes do ensino médio: Suas correlações com as prioridades axiológicas*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Coelho, J. A. P. M., Gouveia, V. V. & Milfont, T. L. (2006). Valores humanos como explicadores de atitudes ambientais e intenção de comportamento pró-ambiental. *Psicologia em Estudo*, 11, 199-207.
- Colder, C. R. & Stice, E. (1998). A longitudinal study of the interactive effects of impulsivity and anger on adolescent problem behavior. *Journal of Youth and Adolescence*, 27, 255-274.
- Cole, M. & Cole, S. R. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Conger, R. D., Ge, X., Elder, G. H., Lorenz, F. O. & Simmons, R. L. (1994). Economic stress, coercive family process and developmental problems of adolescents. *Child Development*, 65, 541-561.

- Cordella, P. & Siegel, L. (1996). *Readings in contemporary criminological theory*. Boston, MA: Northeastern University Press.
- Costello, B. J. (2006). Cultural relativism and the study of deviance. *Sociological Spectrum, 26*, 581-594.
- Dahlberg, L. L. & Krug, E. (2003). La violencia, un problema mundial de salud pública. Em E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano (Orgs.), *Informe mundial sobre la violencia y la salud* (pp. 1-23). Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud.
- Dalbert, C. & Filke, E. (2007). Belief in a personal just world, justice judgments, and their functions for prisoners. *Criminal Justice and Behavior, 34*, 1516-1527.
- Dalgarrondo, P., Soldera, M. A., Corrêa Filho, H. R. & Silva, C. A. M. (2004). Religião e uso de drogas por adolescentes. *Revista Brasileira de Psiquiatria, 26*, 82-90.
- Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting style as context: An integrative model. *Psychological Bulletin, 113*, 487-496.
- Davidson, J. D. (1975). Glock's model of religious commitment: Assessing some different approaches and results. *Review of Religious Research, 16*, 83-93.
- Dekovic, M. (1999). Risk and protective factors in the development of problem behavior during adolescence. *Journal of Youth and Adolescence, 28*, 667-685.
- Departamento Penitenciário Nacional. (2007). *Sistema Integrado de Informações Penitenciárias - InfoPen*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Dishion, T. J., Nelson, S. E. & Kavanagh, K. A. (2003). The family-check up with high-risk adolescents: Preventing early-onset substance use by parent monitoring. *Behavior Therapy, 34*, 553-571.

- Dishion T. J. & Patterson, G. R. (1997). The timing and severity of anti-social behavior: Three hypotheses within an ecological framework. Em D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Orgs.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 205-217). Nova York: Wiley.
- Dishion, T. J., Patterson, G. R., Stoolmiller, M. & Skinner, M. L. (1991). Family, school, and behavioral antecedents to early adolescent involvement with antisocial peers. *Developmental Psychology*, 27, 172-180.
- Dogan, S. J., Conger, R. D., Kim, K. J. & Masyn, K. E. (2007). Cognitive and parenting pathways in the transmission of antisocial behavior from parents to adolescents. *Child Development*, 78, 335-349.
- Donahue, M. J. (1985). Intrinsic and extrinsic religiousness: Review and meta-analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 400-419.
- Donovan, J. (1996). Problem-behavior theory and the explanation of adolescent marijuana use. *Journal of Drug Issues*, 26, 379-404.
- Donovan, J. E. & Jessor, R. (1985). Structure of problem behavior in adolescence and young adulthood. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53, 890-904.
- Dornbusch, S. M., Ritter, P. L., Leiderman, P. H., Roberts, D. F. & Fraleigh, M. J. (1987). The relation of parenting style to adolescent school performance. *Child Development*, 58, 1244-1257.
- Durkheim, E. (1897/2000). *O suicídio: Estudo de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Durkheim, E. (1912/2003). *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes.
- Eisenberg, N., Fabes, R. A., Guthrie, I. & Murphy, B. C. (1996). The relations of regulation and emotionality to problem behavior in elementary school children. *Development and Psychopathology*, 8, 141-162.

- Ellickson, P. L. & Hays, R. D. (1992). On becoming involved with drugs: Modeling adolescent drug use over time. *Health Psychology, 11*, 377-385.
- Elliott, D. S., Ageton, S. S. & Canter, R. J. (1979). An integrated theoretical perspective on delinquent behavior. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 16*, 3-27.
- Elliott, D. S., Huizinga, D. & Ageton, S. S. (1985a). *The dynamics of deviant behavior: A national survey progress report*. Boulder, CO: Behavioral Research Institute.
- Elliott, D. S., Huizinga, D. & Ageton, S. S. (1985b). *Explaining delinquency and drug use*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Elliott, D. S. & Voss, H. (1974). *Delinquency and dropout*. Lexington: D.C. Heath.
- Ellis, L. (1987). Religiosity and criminality from the perspective of arousal theory. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 24*, 215-232.
- Ellis, L. (1998). Neodarwinian theories of violent criminality and antisocial behavior: Photographic evidence from nonhuman animals and a review of the literature. *Aggression and Violent Behavior, 3*, 61-110.
- Ellis, L. & Walsh, A. (1997). Gene-based evolutionary theories in criminology. *Criminology, 35*, 229-76.
- Ellis, P. H. (1982). Empathy: A factor in antisocial behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology, 10*, 123-134.
- Emde, R. N., Biringen, Z., Clyman, R. B. & Oppenheimer, D. (1991). The moral self of the infancy: Affective core and procedural knowledge. *Developmental Review, 11*, 251-270.
- Erikson, E. H. (1963). *Childhood and society*. Nova York: Norton.
- Erickson, K. G., Crosnoe, R. & Dornbusch, S. M. (2000). A social process model of adolescent deviance: Combining social control and differential association perspectives. *Journal of Youth and Adolescence, 29*, 395-425.

- Eron, L. D., Huesman, L. R., Lefkowitz, M. M. & Walder, L. O. (1972). Does television violence cause aggression? *American Psychologist*, 27, 253-263.
- Espinosa, P. (2000). *Razonamiento moral y conducta social en el menor*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade de La Coruña, Espanha.
- Esteve-Rodrigo, J. V. (2005). Estilos parentales, clima familiar y autoestima física en adolescentes. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade de Valencia, Espanha.
- Evans, T. D., Cullen, F. T., Dunaway, R. G. & Burton, V. S. (1995). Religion and crime reexamined: The impact of religion, secular controls, and social ecology on adult criminality. *Criminology*, 33, 195-217.
- Eysenck, S. B. G. & McGurk, B. J. (1980). Impulsiveness and venturesomeness in a detention center population. *Psychological Reports*, 47, 1299-1306.
- Farrington, D. P. (1987). Epidemiology. Em H. C. Quay (Org.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 33-62). Nova York: John Wiley & Sons.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 12, 177-190
- Farrington, D. P. & Coid, J. W. (2003). *Early prevention of adult antisocial behaviour*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ferrajoli, L. (1995). *Derecho y razón: Teoría del garantismo penal*. Madri: Editorial Trotta.
- Fine, M. A., Donnelly, B. W. & Voydanoff, P. (1986). Adjustment and satisfaction of parents: A comparison of intact, single-parent, and stepparent families. *Journal of Family*, 7, 391-404.
- Finney, J. M. (1978). A theory of religious commitment. *Sociological Analysis*, 39, 19-35.

- Fischhoff, B. Nightingale, E. O. & Iannotta, J. G. (2003). *Adolescent risk and vulnerability: Concepts and measurement*. Washington, DC: National Academy Press.
- Fisher, P. A. & Fagot, B. I. (1993). Negative discipline in families: A multidimensional risk model. *Journal of Family Psychology*, 7, 250-254.
- Flannery, D. J., Williams, L. L. & Vazsonyi, A. T. (1999). Who are they with and what are they doing? Delinquent behavior, substance use, and early adolescent's after-school time. *American Journal of Orthopsychiatry*, 69, 247-253.
- Fleming, C. B., Catalano, R. F., Oxford, M. L. & Harachi, T. W. (2002). A test of generalizability of the social development model across gender and income groups with longitudinal data from the elementary school developmental period. *Journal of Quantitative Criminology*, 18, 423-439.
- Fonseca, P. N. (2008). *Desempenho acadêmicos de adolescentes: Proposta de um modelo explicativo*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Psicologia, João Pessoa.
- Ford, J. A. (2005). Substance use, the social bond, and delinquency. *Sociological Inquiry*, 75, 109-128.
- Formiga, N. S. (2002). *Condutas anti-sociais e delitivas: Uma explicação baseada nos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Formiga, N. S. & Gouveia, V. V. (2003). Adaptação e validação da escala de condutas anti-sociais e delitivas ao contexto brasileiro. *Psico*, 34, 367-388.
- Formiga, N. S. & Gouveia, V. V. (2005). Valores humanos e condutas anti-sociais e delitivas. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7, 134-170.

- Frick, P. J. (2004). Developmental pathways to conduct disorder: Implications for serving youth who show severe aggressive and antisocial behavior. *Psychology in the Schools*, 41, 823-834.
- Gannon, T. M. (1970). Religious control and delinquent behavior. Em M. E. Wolfgang, L. Savitz & N. Johnston (Orgs.), *The sociology of crime and delinquency* (pp. 499-508). Nova York: John Wiley & Sons.
- García-Pablos, A. & Gomes, L. F. (2006). *Criminologia: Introdução a seus fundamentos teóricos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Garrido, V. (1987). *Delincuencia juvenil: Orígenes, prevención y tratamiento*. Madrid: Alhambra.
- Glock, C.Y. (1962). On the study of religious commitment. *Religious Education Research Supplement*, 57, 98-110.
- Goff, B. G. & Goddard, H. W. (1999). Terminal core values associated with adolescent problem behaviors. *Adolescence*, 34, 47-60.
- Google Acadêmico. (2007). Crime / delito / delinquência / comportamento anti-social / religião / compromisso religioso / religiosidade. Endereço da página WEB: <http://scholar.google.com.br/> (consultado em 10 de outubro de 2007).
- Gordon, R., Short Jr., J., Cartwright, D. S. & Strodbeck, F. L. (1970). Values and gang delinquency: A study of street-corner groups. Em M. E. Wolfgang, L. Savitz & N. Johnston (Orgs.), *The sociology of crime and delinquency* (pp. 319-339). Nova York: John Wiley & Sons.
- Gorman-Smith, D., Henry, D. & Tolan, P. H. (2004). Exposure to community violence and violence perpetration: The protective effects of family functioning. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33, 101-116.

- Gorsuch, R. L. (1995). Religious aspects of substance abuse and recovery. *Journal of Social Issues, 51*, 65-83.
- Gorsuch, R. L. & McFarland, S. G. (1972). Single vs. multiple-item scales for measuring religious values. *Journal for the Scientific Study of Religion, 11*, 53-63.
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford: Stanford University Press.
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (1994). A general theory of adolescent problem behavior: Problems and prospects. Em R. D. Ketterlinus & M. E. Lamb (Orgs.), *Adolescent problem behaviors: Issues and research* (pp. 41-56). Hillsdale, MI: Lawrence Erlbaum Associates.
- Gottfredson, M. R. & Hirschi, T. (2003). Self-control and opportunity. Em C. L. Britt & M. R. Gottfredson (Orgs.), *Control theories of crime and delinquency* (pp. 5-20). New Brunswick: Transaction Publishers.
- Gouveia, V. V. (1998). *La naturaleza de los valores descriptores del individualismo y del colectivismo: Una comparación intra e intercultural*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Social, Universidade Complutense de Madri, Espanha.
- Gouveia, V. V. (2003). A natureza motivacional dos valores humanos: Evidências acerca de uma nova tipologia. *Estudos de Psicologia, 8*, 431-444.
- Gouveia, V. V., Andrade, J. M., Milfont, T. L., Queiroga, F. & Santos, W. S. (2003). Dimensões normativas do individualismo e coletivismo: É suficiente a dicotomia pessoal vs. social? *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16*, 223-234.
- Gouveia, V. V., Coelho Júnior, L. L., Gontíes, B., Andrade, J. M. & Andrade, P. R. (2003). Fatores de risco para o uso de drogas entre adolescentes. *Thompson Psicología, 1*, 135-151.

- Gouveia, V. V., Fischer, R. & Milfont, T. L. (2008). A functional approach to terminal values: Testing content and structure hypotheses. *Manuscrito não publicado*.
- Gouveia, V. V., Martínez, E., Meira, M. & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: Análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. *Estudos de Psicologia*, 6, 133-142.
- Granic, I. & Patterson, G. R. (2006). Toward a comprehensive model of antisocial development: A dynamic systems approach. *Psychological Review*, 113, 101-131.
- Greitemeyer, T. & Weiner, B. (2006). Effects of reward and coercion for transgression compliance on judgments of responsibility and recommended punishment. *Journal of Applied Social Psychology*, 36, 3015-3030.
- Grolnick, W. S. & Ryan, R. M. (1989). Parent styles associated with children's self-regulation and competence in school. *Journal of Educational Psychology*, 81, 143-154.
- Grusec, J. E., Goodnow, J. J. & Kuczynski, L. (2000). New directions in analyses of parenting contributions to children's acquisition of values. *Child Development*, 71, 205-211.
- Haber, J. R., Jacob, T. & Spangler, D. J. C. (2007). Dimensions of religion/spirituality and relevance to health research. *International Journal for the Psychology of Religion*, 17, 265-288.
- Haerich, P. (1992). Premarital sexual permissiveness and religious orientation: A preliminary investigation. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 31, 361-365.
- Halman, L., & Moor, R. de (1994). Individualización y cambio de valores en Europa y Norteamérica. Em J. D. Nicolás & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 29-62). Madri: Fundesco.
- Hartnagel, T. F. (1997). Crime, illegal drug use and social control in the transition from school to work. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 7, 311-326.

- Hass, R. (2001). *Involvement in sports and engagement in delinquency: An examination of Hirschi's social bond theory*. Dissertação de Mestrado. Department of Criminal Justice and Criminology, East Tennessee State University, Estados Unidos da América.
- Hathaway, W. L. & Pargament, K. I. (1990). Intrinsic religiousness, religious coping, and psychological competence: A covariance analysis. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 29, 423-441.
- Hawkins, J. D., Catalano, R. F. & Arthur, M. W. (2002). Promoting science-based prevention in communities. *Addictive Behaviors*, 27, 951-976.
- Hawkins, J. D., Catalano, R. F. & Miller, J. Y. (1992). Risk and protective factors for alcohol and other drug problems in adolescent and early adulthood: Implications for substance abuse prevention. *Psychological Bulletin*, 112, 64-105.
- Hawkins, J. D., Graham, J. W., Maguin, E., Abbott, R., Hill, K. G. & Catalano, R. F. (1997). Exploring the effects of age of alcohol use initiation and psychosocial risk factors on subsequent alcohol misuse. *Journal of Studies on Alcohol*, 58, 280-290.
- Hawkins, J. D. & Weis, J. G. (1985). The social development model: An integrated approach to delinquency prevention. *Journal of Primary Prevention*, 6, 73-97.
- Hayton, J. C., Allen, D. G. & Scarpello, V. (2004). Factor retention decisions in exploratory factor analysis: A tutorial on parallel analysis. *Organizational Research Methods*, 7, 191-205.
- Heath, A. C., Madden, P. A. F., Grant, J. D., McLaughlin, T. L., Todorov, A. A. & Bucholz, K. K. (1999). Resiliency factors protecting against teenage alcohol use and smoking: Influences of religion, religious involvement and values, and ethnicity in the Missouri Adolescent Female Twin Study. *Twin Research*, 2, 145-155.

- Heaven, P. C. L., Caputi, P., Trivellion-Scott, D. & Swinton, T. (2000). Personality and group influences on self-reported delinquent behavior. *Personality and Individual Differences*, 28, 1143-1158.
- Heckert, A. & Heckert, D. M. (2002). A new typology of deviance: Integrating normative and reactivist definitions of deviance. *Deviant Behavior: An Interdisciplinary Journal*, 23, 449-479.
- Hellern, V., Notaker, H. & Garrder, J (2000). *O livro das religiões*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hemphill, S. A., Toumbourou, J. W. & Catalano, R. F. (2005). Predictors of violence, antisocial behaviour and relational aggression in Australian adolescents: A longitudinal study. *A report for the Criminology Research Council*. Disponível na página web: <http://www.aic.gov.au/crc/reports/200304-26.html> (consultado em 22 de outubro de 2007).
- Herrenkohl, T. I, Guo, J., Kosterman, R., Hawkins, J. D., Catalano, R. F. & Smith, B. H. (2001a). Early adolescent predictors of youth violence as mediators of childhood risks. *Journal of Early Adolescence*, 21, 447-469.
- Herrenkohl, T. I., Hill, K. G., Hawkins, J. D., Chung, I. & Nagin, D. S. (2006). Developmental trajectories of family management and risk for violent behavior in adolescence. *Journal of Adolescent Health*, 39, 206-213.
- Herrenkohl, T. I, Huang, B., Kosterman, R., Hawkins, J. D., Catalano, R. F. & Smith, B. H. (2001b). A comparison of social development processes leading to violent behavior in late adolescence for childhood initiators and adolescent initiators of violence. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38, 45-63.

- Herrenkohl, T. I., Maguin, E., Hill, K. G., Hawkins, J. D., Abbott, R. D. & Catalano, R. F. (2000). Developmental risk factors for youth violence. *Journal of Adolescent Health, 26*, 176-186.
- Herrera, O. D. (2006). El grupo de referencia y su influencia en el comportamiento del consumidor. *Saberes, 4*, 1-11.
- Hicklin, J. & Widiger, T. A. (2005). Similarities and differences among antisocial and psychopathic self-report inventories from the perspective of general personality functioning. *European Journal of Personality, 19*, 325-342.
- Hill, J. (2002). Biological, psychological and social processes in the conduct disorders. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 43*, 133-164.
- Hinshaw, S. P. & Zupan, B. A. (1997). Assessment of antisocial behavior in children and adolescents. Em D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Orgs.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 36-50). Nova York: Wiley.
- Hirschi, T. (1969). *Causes of delinquency*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Hirschi, T. & Gottfredson, M. R. (1993). Commentary: Testing the general theory of crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency, 30*, 47-54.
- Hoffmann, J. P. (1993). Exploring the direct and indirect family effects on adolescent drug use. *The Journal of Drug Issues, 23*, 535-557.
- Hoffman, M. L. (1970). Moral Development. Em M. P. Hussen (Org.), *Carmichael's handbook of child psychology* (pp. 261-359). Nova York: Wiley.
- Holland, T. R., Levi, M. & Watson, C. (1980). Personality patterns among hospitalized vs. incarcerated psychopaths. *Journal of Clinical Psychology, 36*, 826-833.
- Holmes, S. E., Slaughter, J. R. & Kashani, J. (2001). Risk factors in childhood that lead to the development of conduct disorder and antisocial personality disorder. *Child Psychiatry and Human Development, 31*, 183-193.

- Hood, R. W. & Morris, J. M. (1985). Conceptualization of quest: A critical rejoinder to Batson. *Review of Religious Research*, 26, 392-397.
- Huebner, A. J. & Betts, S. C. (2002). Exploring the utility of social control theory for youth development: Issues of attachment, involvement, and gender. *Youth & Society*, 34, 123-145.
- Hughes, R. & Perry-Jenkins, M. (1996). Social class issues in family life education. *Family Relations*, 45, 175-182.
- Index Psi. (2007). Crime / delito / delinquência / comportamento anti-social / religião / compromisso religioso / religiosidade. Endereço da página WEB: <http://www.bvs-psi.org.br/> (consultado em 10 de outubro de 2007).
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolution*. Princeton, NJ: University Press.
- Inglehart, R. (1990). *Culture shift*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madri: Siglo XXI.
- Inglehart, R. (1994). Modernización y post-modernización: La cambiante relación entre el desarrollo económico, cambio cultural y político. Em J. D. Nicolás & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos* (pp. 157-170). Madri: Fundesco.
- Inglehart, R. & Baker, W. (2000). Modernization, cultural change and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, 65, 19-51.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000). Censo demográfico 2000 - características gerais da população: Resultados da amostra. Disponível na página web: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/defaulttab_brasil.shtm (consultado em 16 de janeiro de 2008).

- Jacquet, C. & Costa, L. F. (2004). As práticas educativas nas famílias recompostas: Notas preliminares. *Sociedade e Cultura*, 7, 179-189.
- Jessor, R. (1987). Problem-behavior theory, psychosocial development, and adolescent problem drinking. *Addiction*, 82, 331-342.
- Jessor, R. (1992). Risk behavior in adolescence: A psychosocial framework for understanding and action. *Developmental Review*, 12, 374-390.
- Jessor, R., Donovan, J. E. & Costa, F. M. (1990). Personality, perceived life chances, and adolescent health behavior. Em K. Hurrelmann & F. Lösel (Orgs.), *Health hazards in adolescence* (pp. 25-42). Nova York: Walter de Gruyter.
- Jessor, R., Donovan, J. E. & Costa, F. M. (1991). *Beyond adolescence: Problem behavior and young adult development*. Nova York: Cambridge University Press.
- Jessor, R. & Jessor, S. L. (1977). *Problem behavior and psychosocial development: A longitudinal study of youth*. San Diego, CA: Academic Press.
- Jessor, R. & Jessor, S. L. (1980). A social-psychological framework for studying drug use. Em D. Lettieri, M. Sayers & H. W. Pearson (Orgs.), *Theories on drug abuse: Selected contemporary perspectives* (pp. 102-109). Rockville, UT: National Institute on Drug Abuse.
- Jesuino, J. C. (2002). Estruturas e processos de grupo. Em J. Vala & M. B. Monteiro (Orgs.), *Psicologia social* (pp. 293-331). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Jesus, D. E. (1985). *Direito penal*. São Paulo: Saraiva.
- Johnson, B. R., De Li, S., Larson, D. B. & McCullough, M. (2000). A systematic review of the religiosity and delinquency literature. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 16, 32-52.

- Johnson, B. R., Jang, S. J., Larson, D. B. & De Li, S. (2001). Does adolescent religious commitment matter? A reexamination of the effects of religiosity on delinquency. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 38, 22-43.
- Johnson, M. C. & Kercher, G. A. (2007). ADHD, strain, and criminal behavior: A test of general strain theory. *Deviant Behavior*, 28, 131-152.
- Jolliffe, D. & Farrington, D. P. (2004). Empathy and offending: A systematic review and meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 9, 441-476.
- Jöreskog, K. G. & Sörbom, D. (1989). *LISREL 7 user's reference guide*. Mooresville, IN: Scientific Software.
- Kagan, J. (1991). Etiologies of adolescents at risk. *Journal of Adolescent Health*, 12, 591-596.
- Kahle, L. R. (1983). *Social values and social change: Adaptation to life in America*. Nova York: Praeger.
- Kahoe, R. D. (1985). The development of intrinsic and extrinsic religious orientations. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 24, 408-412.
- Kandel, D. B., Kessler, R. & Margulies, R. S. (1978). Antecedents of adolescent initiation into stages of drug use: A developmental analysis. *Journal of Youth and Adolescence*, 7, 13-40.
- Kaplan, H. B. (1972). Toward a general theory of psychosocial deviance: The case of aggressive behavior. *Social Science and Medicine*, 6, 593-617.
- Kaplan, H. B. (1975). Increase in self-rejection as an antecedent of deviant responses. *Journal of Youth and Adolescence*, 4, 281-292.
- Kaplan, H. B. (1978). Deviant behavior and self-enhancement in adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 7, 253-277.
- Kaplan, H. B. (1984). *Patterns of juvenile delinquency*. Beverly Hills, CA: Sage.

- Kaplan, P. & Arbuthnot, J. (1985). Affective empathy and cognitive role-taking in delinquent and nondelinquent youth. *Adolescence, 20*, 323-333.
- Kaplan, H. B., Johnson, R. J. & Bailey, C. A. (1988). Explaining adolescent drug use: An elaboration strategy for structural equations modeling. *Psychiatry, 51*, 142-163.
- Kaplan, H. B. & Lin, C. (2000). Deviant identity as a moderator of the relation between negative self-feelings and deviant behavior. *The Journal of Early Adolescence, 20*, 150-177.
- Kaplan, H. B. & Lin, C. (2005). Deviant identity, negative self-feelings, and decreases in deviant behavior: The moderating influence of conventional social bonding. *Psychology, Crime & Law, 11*, 289-303.
- Kaplan, H. B., Martin, S. S. & Robbins, C. (1984). Pathways to adolescent drug use: Self-derogation, peer influence, weakening social controls, and early substance use. *Journal of Health and Social Behavior, 25*, 270-289.
- Kaplan, H. B. & Peck, B. M. (1992). Self-rejection, coping style, and mode of deviant response. *Social Science Quarterly, 73*, 909-919.
- Kazemian, L. (2007). Desistance from crime: Theoretical, empirical, methodological, and policy considerations. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 23*, 5-27.
- Kelley, B. T., Loeber, R., Keenan, K. & DeLamatre, M. (1997). Developmental pathways in boys' disruptive delinquent behavior. *Juvenile Justice Bulletin, 2*, 1-21.
- Kendler, K. S., Gardner, C. O. & Prescott, C. A. (1999). Clarifying the relationship between religiosity and psychiatric illness: The impact of covariates and the specificity of buffering effects. *Twin Research, 2*, 137-144.
- Kendler, K. S., Liu, X., Gardner, C. O., McCullough, M. E., Larson, D. & Prescott, C. A. (2003). Dimensions of religiosity and their relationship to lifetime psychiatric and substance use disorders. *The American Journal of Psychiatry, 160*, 496-503.

- Ketterlinus, R.D. & Lamb, M.C. (1994.) *Adolescent problem behaviors*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Kiesner, J., Cadinu, M. R., Poulin, F. & Bucci, M. (2002). Group identification in early adolescence: Its relation with peer adjustment and its moderator effect on peer influence. *Child Development*, 73, 196-208.
- Kirkpatrick, L. A. & Hood, R. W. (1990). Intrinsic-extrinsic religious orientation: The boon or bane of contemporary psychology of religion? *Journal for the Scientific Study of Religion*, 29, 442-462.
- Knapp, M., Scott, S. & Davies, J. (1999). The cost of antisocial behaviour in younger children. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 4, 457-473.
- Kohn, M. L. (1959) Social class and the exercise of parental authority. *American Sociological Review*, 24, 352-366.
- Kohn, M. L. (1977). *Class and conformity: A study in values*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Konty, M. (2005). Macroanomie: The cognitive foundations of the relationship between anomie and deviance. *Criminology*, 43, 107-131.
- Krech, D., Crutchfield, R. S. & Ballachey, E. L. (1962/1975). *O indivíduo na sociedade*. São Paulo: Pioneira.
- Krohn, S. (1970). The conflict of values in delinquency areas. Em M. E. Wolfgang, L. Savitz & N. Johnston (Eds.), *The sociology of crime and delinquency* (pp. 190-198). Nova York: John Wiley & Sons.
- Krohn, M. D., Massey, J. L., Skinner, W. F. & Lauer, R. M. (1983). Social bonding theory and adolescent cigarette smoking: A longitudinal analysis. *Journal of Health and Social Behavior*, 24, 337-349.

- Krueger, R. F., Hicks, B. M., Patrick, C. J., Carlson, S. R., Iacono, W. G. & McGue, M. (2002). Etiologic connections among substance dependence, antisocial behavior, and personality: Modeling the externalizing spectrum. *Journal of Abnormal Psychology, 111*, 411-424.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B. & Lozano, R. (2003). *Informe mundial sobre la violencia y la salud*. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud.
- Kubinger, K. D. (2003). On artificial results due to using factor analysis for dichotomous variables. *Psychology Science, 45*, 106-110.
- Lamborn, S., Dornbusch, S. M. & Steinberg, L. (1996). Ethnicity and community context as moderators of the relations between family decision making and adolescent adjustment. *Child Development, 67*, 283-301.
- Larzelere, R. E. (2000). Child outcomes of non-abusive and customary physical punishment by parents: and updated literature review. *Clinical Child and Family Psychology Review, 5*, 199-221.
- Laub, J. & Sampson, R. (1993). Turning points in the life course. *Criminology, 31*, 301-325.
- Laub, J. H. & Sampson, R. J. (2001). Understanding desistance from crime. *Crime and Justice: A Review of Research, 28*, 1-69.
- Lent, R. (2004). *Cem bilhões de neurônios: Conceitos fundamentais de neurociência*. Rio de Janeiro: Atheneu.
- Lettieri, D., Sayers, M. & Pearson, H. W. (1980). *Theories on drug abuse*. Rockville, UT: National Institute on Drug Abuse.

- Levenson, M. R., Kiehl, K. E. & Fitzpatrick, C. M. (1995). Assessing psychopathic attributes in a noninstitutionalized population. *Journal of Personality and Social Psychology, 68*, 151-158.
- Lewin, K. (1978). *Field theory in social science*. Nova York: Harper & Brothers.
- Li, D. S. (2004). The impacts of self-control and social bonds on juvenile delinquency in a national sample of midadolescents. *Deviant Behavior, 25*, 351-373.
- Lindahl, K. M. & Malik, N. M. (1999). Marital conflict, family processes, and boys' externalizing behavior in Hispanic American and European American families. *Journal of Clinical Child Psychology, 28*, 12-24.
- Little, M. Axford, N. & Morpeth, L. (2004). Research review: Risk and protection in the context of services for children in need. *Child and Family Social Work, 9*, 105-117.
- Liu, J. (2004). Childhood externalizing behavior: Theory and implications. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing, 17*, 93-103.
- Loeber, R. (1982). The stability of antisocial and delinquent child behavior: A review. *Child Development, 53*, 1431-1446.
- Loeber, R. (1990). Development and risk factors of juvenile antisocial behavior and delinquency. *Clinical Psychology Review, 10*, 1-41.
- Loeber, R. (1991). Antisocial behavior: More enduring than changeable? *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 30*, 393-397.
- Loeber, R., Burke, J. D., Lahey, B. B., Winters, A. & Zera, M. (2000). Oppositional defiant disorder and conduct disorder: A review of the past 10 years, part I. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 39*, 1468-1484.
- Loeber, R. & Dishion, T. J. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin, 94*, 68-99.

- Loeber, R. & Farrington, D. P. (2000). Young children who commit crime: Epidemiology, developmental origins, risk factors, early interventions, and policy implications. *Development and Psychopathology*, 12, 737-762
- Lombroso, C. (1876/2006). *Criminal man*. Durham, NC: Duke University Press.
- Longshore, D., Chang, E., Hsieh, S. & Messina, N. (2004). Self-control and social bonds: A combined control perspective on deviance. *Crime Delinquency*, 50; 542-564.
- Lotufo Neto, F. (1997). *Psiquiatria e religião: A prevalência de transtornos mentais entre ministros religiosos*. Tese de Livre Docência. Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, SP.
- Luengo, M. A., Otero-Lopez, J. M., Romero, E. & Gómez-Fraguela, J. A. (1996). Efectos de la necesidad de búsqueda de sensaciones sobre la involucración en el consumo de drogas de los adolescentes. *Análisis y Modificación de Conducta*, 86, 679-833.
- Luengo, M. A., Otero-López, J. M., Romero, E., Gómez-Fraguela, J. A. & Tavares-Filho, E. T. (1999). Análisis de ítems para la evaluación de la conducta antisocial: Un estudio transcultural. *RIDEP*, 1, 21-36.
- Lykken, D. T. (1995). *The antisocial personalities*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Maccoby, E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. Em P. H. Mussen (Série Org.) & E. M. Hetherington (Vol. Org.), *Handbook of child Psychology: Socialization, personality and Social development* (Vol. 4, pp. 1-101). Nova York: Wiley.
- Maguire, M., Morgan, R. & Reiner, R. (1998). *The Oxford handbook of criminology*. Oxford: Clarenton Press.
- Maia, L. M. (2000). *Prioridades valorativas e desenvolvimento moral: Considerações acerca de uma teoria dos valores humanos*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Mannuzza, S., Klein, R. G., Abikoff, H. & Moulton III, J. L. (2004). Significance of childhood conduct problems to later development of conduct disorder among children with ADHD: A prospective follow-up study. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 32, 565-573.
- Marcos, A. C. & Bahr, S. J. (1995). Drug progression model: A social control test. *International Journal of the Addictions*, 30, 1383-1405.
- Marcos, A. C., Bahr, S. J. & Johnson, R. E. (1986). Test of a bonding-association theory of adolescent drug-use. *Social Forces*, 65,135-161.
- Marsh, H. W., Hau, K. T. & Wen, Z. (2004). In search of golden rules: Comment on hypothesis-testing approaches to setting cutoff values for fit indexes and dangers in overgeneralizing Hu and Bentler's (1999) findings. *Structural Equation Modeling*, 11, 320-341.
- Martínez, I. & García, J. F. (2007). Impact of parenting styles on adolescents' self-esteem and internalization of values in Spain. *The Spanish Journal of Psychology*, 10, 338-348.
- Maslow, A. H. (1954/1970). *Motivation and personality*. Nova York: Harper & Row Publishers.
- Massey, J. L. & Krohn, M. D. (1986). A longitudinal examination of an integrated social-process model of deviant-behavior. *Social Forces*, 65, 106-134.
- Mason, W. A., Hitchings, J. E. & Spoth, R. L. (2007). Emergence of delinquency and depressed mood throughout adolescence as predictors of late adolescent problem substance use. *Psychology of Addictive Behaviors*, 21, 13-24.
- Mason, W. A. & Windle, M. (2001). Family, religious, school and peer influences on adolescent alcohol use: A longitudinal study. *Journal of Studies on Alcohol*, 62, 44-53.

- Matsueda, R. L. (1982). Testing control theory and differential association: A causal modeling approach. *American Sociological Review*, 47, 489-504.
- McCord, J., Widom, C. S. & Crowell, N. A. (2003). *Juvenile crime, juvenile justice*. Washington, DC: National Academy Press.
- McCown, W. & DeSimone, P. A. (1993). Impulses, impulsivity, and impulsive behaviors: A historical review of a contemporary issue. Em W. McCown, J. L. Johnson & M. B. Shure (Orgs.), *The impulsive client: Theory, research, and treatment* (pp. 3-22). Washington, DC: American Psychological Association.
- McCown, W., Johnson, J. L. & Shure, M. B. (1993). *The impulsive client: Theory, research, and treatment*. Washington, DC: American Psychological Association.
- McDermott, D. (1984). The relationship of parental and adolescent's attitude concerning adolescent drug use. *Adolescence*, 19, 89-97.
- Meir, R. F. (1995). Review of the generality of deviance. *Social Forces*, 73, 627-636.
- Meira, M., Gouveia, V. V., Socorro, T. C., Oliveira, S. F. & Silva Filho, S. B. (2001). Escala de práticas religiosas: Construção e validação de construto [Resumo]. Em Conselho Regional de Psicologia – 13ª Região PB/N (Org.), *1º Encontro Paraibano de Avaliação e Medida em Psicologia* (p. 29). João Pessoa: CRP.
- Mendonça, A. G. (1998). Religiosidade no Brasil: Imaginário, pós-modernidade e formas de expressão. *Estudos da Religião*, 15, 39-50.
- Mercy, J. A., Butchart, A., Farrington, D. & Cerdá, M. (2003). La violencia juvenil. Em E. G. Krug, L. L. Dahlberg, J. A. Mercy, A. B. Zwi & R. Lozano (Orgs.), *Informe mundial sobre la violencia y la salud* (pp. 26-61). Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, Oficina Regional para las Américas de la Organización Mundial de la Salud.
- Merton, R. K. (1938/1968). *Sociologia: Teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou.

- Michener, H. A., DeLamater, J. D. & Myers, D. J. (2005). *Psicologia social*. São Paulo: Thompson.
- Miller, J. D., Lynam, D. & Leukefeld, C. (2003). Examining antisocial behavior through the lens of the five factor model of personality. *Aggressive Behavior*, 29, 497-514.
- Miller, P. (1997). Family structure, personality, drinking, smoking and illicit drug use: A study of UK teenagers. *Drug and Alcohol Dependence*, 45, 121-129.
- Mirón, L., Otero-Lopez, J. M. & Luengo, M. A. (1989). Empatía y conducta antisocial. *Análisis y Modificación de Conducta*, 2, 239-254.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100, 674-701.
- Moffitt, T. (2002). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. Em S. Cote (Org.), *Criminological theories: Bridging the past to the future* (pp. 305-317). London: Sage Publications.
- Moffitt, T. E. & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescence-limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology*, 13, 355-375.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Harrington, H. & Milne B. J. (2002). Males on the life-course-persistent and adolescence-limited antisocial pathways: Follow-up at age 26 years. *Development and Psychopathology*, 14, 179-207.
- Molpeceres, M. A. (1994). *El sistema de valores: Su configuración cultural y su socialización familiar en la adolescencia*. Tese de Doutorado. Faculdade de Psicologia, Universidade de Valencia, Espanha.
- Moraes, R., Camino, C., Costa, J. B., Camino, L. & Cruz, L. (2007). Socialização parental e valores: Um estudo com adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20, 167-177.
- Morales, J. F. (1994). *Psicología social*. Madri: McGraw-Hill.

- Morales, J. F. & Huici, C. (1994). Procesos grupales. Em J. F. Morales (Org.), *Psicología social* (pp. 3-24). Madri: McGraw-Hill.
- Morizot, J. & Le Blanc, M. (2005). Searching for a developmental typology of personality and its relations to antisocial behavior: A longitudinal study of a representative sample of men. *Journal of Personality*, 73, 139-182.
- Morrison, G., Robertson, L., Laurie, B. & Kelly, J. (2003). Protective factors related to antisocial behavior trajectories. *Journal of Clinical Psychology*, 58, 277-290.
- Muñoz-García, J. J. & Navas-Collado, E (2004). Conducta antisocial en adolescentes: Teorías explicativas psicosociales. *Psiquis*, 25, 79-86.
- Musitu, G. & Cava, M. J. (2001). *La familia y la educación*. Barcelona: Octaedro.
- Musitu, G., Estévez, E., Martínez, B. & Jiménez, T. (2008). *La adolescencia y sus contextos: Familia, escuela e iguales*. Madri: Pearson Educación.
- Musitu, G. & García, F. (2001). *ESPA29: Escala de estilos de socialización parental en la adolescencia*. Madri: TEA.
- Musitu, G. & García, J. F. (2004). Consecuencias de la socialización familiar en la cultura española. *Psicothema*, 16, 288-293.
- Musitu, G. & García, J. F. (2005). Consequences of family socialization in the Spanish culture. *Psychology in Spain*, 9, 34-40.
- Musitu, G., Román, J. M. & Gracia, E. (1988). *Familia y educación: Prácticas educativas de los padres y socialización de los hijos*. Barcelona: Labor.
- Myers, D. G. (2000). *Psicología social*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora.
- Navas-Collado, E. & Muñoz-García, J. J. (2005). Teorías explicativas y modelos preventivos de la conducta antisocial en adolescentes. *Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatría de Enlace*, 75, 22-39.

- Newcomb, M. D. & McGee, L. (1991). Influence of sensation seeking on general deviance and specific problem behaviors from adolescence to young adulthood. *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 614-628.
- Newcomb, M. D., Huba, G. J. & Bentler, P. M. (1983). Mothers' influence on the drug use of their children: Confirmatory tests of direct modeling and mediational theories. *Developmental Psychology*, 19, 714-726.
- Nightingale, E. O. & Fischhoff, B. (2003). Adolescent risk and vulnerability: Overview. Em B. Fischhoff, E. O. Nightingale & J. G. Iannotta (Orgs.). *Adolescent risk and vulnerability: Concepts and measurement* (pp. 1-14). Washington, DC: National Academy Press.
- Nunnally, J. C. (1991). *Teoría psicométrica*. México, DF: Trillas.
- O'Connor, B. P. & Dvorak, T. (2001). Conditional associations between parental behavior and adolescent problems: A search for personality-environment interactions. *Journal of Research in Personality*, 35, 1-26.
- Olczak, P. V., Parcell, S. R. & Stott, M. W. (1983). Defining juvenile delinquency: Specificity of the research sample and the right to treatment. *Journal of Clinical Psychology*, 39, 1007-1012.
- Oliveira, E. A., Marin, A. H., Pires, F. B., Frizzo, G. B., Ravanello, T. & Rossato, C. (2002). Estilos parentais autoritário e democrático-recíproco intergeracionais, conflito conjugal e comportamentos de externalização e internalização. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15, 1-11
- Oliveira, E. F. (1998). *Igreja universal do reino de Deus: Conversão ou adesão*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Olweus, D. (1979). Stability of aggressive reaction patterns in males: A review. *Psychological Bulletin*, 86, 852-875.
- Orlansky, H. (1949): Infant care and personality. *Psychological Bulletin*, 46, 1-48.
- Otero-Lopez, J. M. (1996). *Droga y delincuencia: Concepto, medida y estado actual del conocimiento*. Madri: Pirámide.
- Otero-López, J. M., Romero, E. & Luengo, M. A. (1994). Identificación de factores de riesgo de la conducta delictiva: Hacia un modelo integrador. *Análisis y Modificación de Conducta*, 20, 675-709.
- Özbay, O. & Özcan, Y. Z. (2006). A test of Hirschi's social bonding theory: Juvenile delinquency in the high schools of Ankara, Turkey. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 50, 711-726.
- Papalia, D. E. & Olds, S. W. (2000). *Desenvolvimento humano*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Pardini, D. A., Barry, T. D., Barth, J. M., Lochman, J. E. & Wells, K. C. (2006). Self-perceived social acceptance and peer social standing in children with aggressive-disruptive behaviors. *Social Development*, 15, 46-64.
- Pasquali, L. (1997). *Psicometria: Teoria e aplicações*. Brasília, DF: Editora UnB.
- Pasquali, L. (2003). *Psicometria: Teoria dos testes na psicologia e na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Pasquali, L. & Andrade, M. A. C. (1986). Percepção dos pais e comportamento associal em jovens. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 2, 265-275.
- Patock-Peckham, J. A., Hutchinson, G. T., Cheong, J. & Nagoshi, C. T. (1998). Effect of religion and religiosity on alcohol use in a college student sample. *Drug and Alcohol Dependence*, 49, 81-88.
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B. D. & Ramsey, E. (1989). A developmental perspective on antisocial behavior. *American Psychologist*, 44, 329-335.

- Patterson, G. R., Dishion, T.J. & Bank, L. (1984). Family interaction: A process model of deviancy training. *Aggressive Behavior, 10*, 253-267.
- Patterson, G. R., Reid, J. B. & Dishion, T. (1992). *Antisocial boys*. Eugene, OR: Castalia.
- Patterson, G. R., Shaw, D. S. Snyder, J. J. & Yoerger, K. (2005). Changes in maternal ratings of children's overt and covert antisocial behavior. *Aggressive Behavior, 31*, 473-484.
- Patterson, G. R. & Yoerger, K. (1999). Intraindividual growth in covert antisocial behaviour: A necessary precursor to chronic juvenile and adult arrests? *Criminal Behavior and Mental Health, 9*, 24-38.
- Pearce, M. J., Jones, S. M., Schwab-Stone, M. E. & Ruchkin, V. (2003). The protective effects of religiousness and parent involvement on the development of conduct problems among youth exposed to violence. *Child Development, 74*, 1682-1696.
- Pechmann, P., Levine, L., Loughlin, S. & Leslie, F. (2005). Impulsive and self-conscious: Adolescents' vulnerability to advertising and promotion. *Journal of Public Policy & Marketing, 24*, 202-221.
- Penney, S. R. & Moretti, M. M. (2007). The relation of psychopathy to concurrent aggression and antisocial behavior in high-risk adolescent girls and boys. *Behavioral Sciences and the Law, 25*, 21-41.
- Petratis, J., Flay, B. R. & Miller, T. Q. (1995). Reviewing theories of adolescent substance abuse: Organizing pieces in the puzzle. *Psychological Bulletin, 117*, 67-86.
- Pimentel, C. E. (2004). *Valores humanos, preferência musical, identificação grupal e comportamentos de risco*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

- Pimentel, C. E., Gouveia, V. V. & Fonseca, P. N. (2005). Escala de identificação com grupos alternativos: Construção e comprovação da estrutura fatorial. *Psico-USF*, 10, 121-12.
- Piquero, A. R., Moffitt, T. E. & Wright, B. E. (2007). Self-control and criminal career dimensions. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 23, 72-89.
- Pridemore, W. A. (2002). Social problems and patterns of juvenile delinquency in transitional Russia. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 39, 187-213.
- Prinstein, M. J. & LaGreca, A. M. (2002). Peer crowd affiliation and internalizing distress in childhood and adolescence: A longitudinal follow-back study. *Journal of Research on Adolescence*, 12, 325-351.
- Quay, H. C. (1987). Patterns of delinquent behavior. Em H. C. Quay (Org.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 118-138). Nova York: John Wiley & Sons.
- Ramírez, M. C. (2006). Una adaptación española de la escala de orientación religiosa de Batson y Ventis. *Revista de Psicología General y Aplicada*, 59, 309-318.
- Rampazzo, L. (1996). *Antropologia, religião e valores cristãos*. São Paulo: Edições Loyola.
- Reckless, W. C., Dinitz, S. & Murray, E. (1956). Self-concept as an insulator against delinquency. *American Sociological Review*, 21, 744-746.
- Reid, J. B. & Eddy, M. (1997). The prevention of antisocial behavior: Some considerations in the search for effective interventions. Em D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Orgs.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 343-356). Nova York: Wiley.
- Reitsma, J., Scheepers, P. & Grotenhuis, M. (2006). Dimensions of individual religiosity and charity: Cross-national effect differences in European countries? *Review of Religious Research*, 47, 347-362.

- Reitsma, J., Scheepers, P. & Janssen, J. (2007). Convergent and discriminant validity of religiosity measures among church members and non-members. *Personality and Individual Differences*, 42, 1415-1426.
- Rew, L. & Wong, Y. J. (2006). A systematic review of associations among religiosity/spirituality and adolescent health attitudes and behaviors. *Journal of Adolescent Health* 38, 433-442.
- Rhee, S. H. & Waldman, I. D. (2002). Genetic and environmental influences on antisocial behavior: A meta-analysis of twin and adoption studies. *Psychological Bulletin*, 3, 490-529.
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (2001). *Psicologia social*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Rokeach, M. (1973). *The nature of human values*. Nova York: Free Press.
- Roldán, V. (1999). Formas de religiosidad de fin de milenio: El movimiento carismático católico en Buenos Aires y Roma. *Sociedad y Religión*, 18/19, 107-147.
- Rollins, B. C. & Thomas, D. L. (1979). Parental support, power and control techniques in the socialization of children. Em W. R. Burr, R., Hill, F. I. Nye & I. L. Reiss (Orgs.), *Contemporary theories about the family: Research-based theories* (Vol. 1, pp. 317-364). London: Free Press.
- Romero, E. (1996). *La predicción de la conducta antisocial: Un análisis de las variables de personalidad*. Tese de Doutorado. Departamento de Psicologia Clínica e Psicobiologia, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.
- Romero, E. (1998). Teorías sobre delincuencia en los 90. *Anuario de Psicología Jurídica*, 1, 95-107.

- Romero, E. (2006). Psicología de la conducta criminal. Em J. C. Sierra, E. M. Jiménez & G. Buela-Casal (Orgs.), *Psicología forense: Manual de técnicas y aplicaciones* (pp. 317-347). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Romero, E., Luengo, M. A. & Otero-López, J. M. (1995). La relación entre autoestima y consumo de drogas en los adolescentes: Un análisis longitudinal. *Revista de Psicología Social, 19*, 149-159.
- Romero, E., Luengo, M. A. & Sobral, J. (2001). Personality and antisocial behavior: Study of temperamental dimensions. *Personality and Individual Differences, 31*, 329-348.
- Romero, E., Sobral, J. & Luengo, M. A. (1999). *Personalidad y delincuencia. Entre la biología y la sociedad*. Granada, España: Grupo Editorial Universitario.
- Romero, E., Sobral, J., Luengo, M. A. & Marzoa, J. A. (2001). Values and antisocial behavior among Spanish adolescents. *The Journal of Genetic Psychology, 162*, 20-40.
- Ronis, S. T. & Borduin, C. M. (2007). Individual, family, peer, and academic characteristics of male juvenile sexual offenders. *Journal of Abnormal Child Psychology, 35*, 153-163.
- Roof, W. C. (1979). Concepts and indicators of religious commitment: A critical review. Em R. Wuthnow (Org.), *The religious dimension* (pp. 17-45). Nova York: Academic Press.
- Ros, M. (2001). Psicología social de los valores: Una perspectiva histórica. Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 27-52). Madrid: Biblioteca Nueva.
- Rousseau, J. J. (1762/2006). *Do contrato social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Rowe, D. C. (1996). An adaptative strategy theory of crime. Em J. D. Hawkins (Org.), *Delinquency and crime: Current theories* (pp. 268-314). Nova York: Cambridge University Press.

- Rowe, R., Maughan, B., Costello, J. & Angold, A. (2005). Defining oppositional defiant disorder. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 46, 1309-1316.
- Royse, D. & Wiehe, V. R. (1988). Impulsivity in felons and unwed mothers. *Psychological Reports*, 62, 335-336.
- Rushton, J. P. (1995). *Race, evolution and behavior: A life history perspective*. Nova Brunswick: Transaction.
- Rutter, M., Giller, H. & Hagell, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rutter, M., Harrington, R., Quinton, D. & Pickles, A. (1994). Adult outcome of conduct disorder in childhood: Implications for concepts and definitions of patterns of psychopathology. Em D. K. Ketterlinus & M. E. Lamb (Orgs.), *Adolescent problem behaviors: Issues and research* (pp. 57-80). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Salekin, R. T., Brannen, D. N., Zalot, A. A., Leistico, A. & Neumann, C. S. (2006). Factor structure of psychopathy in youth: Testing the applicability of the new four-factor model. *Criminal Justice and Behavior*, 33, 135-157.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (1992). Crime and deviance in the life course. *Annual Review of Sociology*, 18, 63-84.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (1993). *Crime in the making: Pathways and turning points through life*. Cambridge: Harvard University Press.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (2003). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, 41, 301-39.
- Sampson, R. J. & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602, 12-45.

- Sánchez-Queija, I. & Oliva, A. (2003). Vínculos de apego con los padres y relaciones con los iguales durante la adolescencia. *Revista de Psicología Social, 18*, 71-86.
- Scaramella, L.V., Conger, R.D., Spoth, R. & Simons, R.L. (2002). Evaluation of a social contextual model of delinquency: A cross-study replication. *Child Development, 73*, 175-195.
- Scarr, S. (1992). Developmental theories for the 1990s: Development and individual differences. *Child Development, 63*, 1-19.
- Schaefer, E. S. (1959). A circumplex model for maternal behavior. *The Journal of Abnormal and Social Psychology, 59*, 226-235
- Scheier, L. M. & Botvin, G. J. (1998). Relations of social skills, personal competence, and adolescent alcohol use: A developmental exploratory study. *Journal of Early Adolescence, 18*, 77-114.
- Schonberg, M. A. & Shaw, D. S. (2007). Do the predictors of child conduct problems vary by high- and low-levels of socioeconomic and neighborhood risk? *Clinical Child and Family Psychology, 10*, 111-136.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advances and empirical tests in 20 countries. Em M. P. Zanna (Org.), *Advances in experimental social psychology* (pp. 1-65). Nova York: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues, 50*, 19-45.
- Schwartz, S. H. (2001). ¿Existen aspectos universales en la estructura y el contenido de los valores humanos? Em M. Ros & V. V. Gouveia (Orgs.), *Psicología social de los valores: Desarrollos teóricos, metodológicos y aplicados* (pp. 53-78). Madrid: Biblioteca Nueva.

- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values. *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.
- Schwartz, S. H. & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the universal content and structure of values: Extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878-891.
- Schwartz, S. H. & Huisman, S. (1995). Value priorities and religiosity in four Western religions. *Social Psychological Quarterly*, 58, 88-107.
- Secretária Nacional de Segurança Pública (2006). *Perfil das vítimas e agressores das ocorrências registradas pelas polícias civis - Janeiro de 2004 a Dezembro de 2005*. Brasília, DF: Ministério da Justiça.
- Seisdedos, N. (1988). *Cuestionario A-D de conductas antisociales - delictivas*. Madrid: TEA.
- Selnow, G. (1987). Parental-child relationships and single and two parent families: Implications of substance usage. *Journal of Drug Education*, 17, 315-326.
- Serrano-Maillo, A. (2007). *Introdução à criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Shecaira, S. S. (2004). *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.
- Siegel, L. J. (2006). *Criminology*. Nova York: Wadsworth.
- Silberg, J., Rutter, M., D'Onofrio, B. & Eaves, L. (2003). Genetic and environmental risk factors in adolescent substance use. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 44, 664-676.
- Simcha-Fagan, O., Gersten, J. C. & Langner, T. (1986). Early precursors and concurrent correlates of illicit drug use in adolescents. *Journal of Drug Issues*, 16, 7-28.
- Simó, S. & Pérez, J. (1991). Sensation seeking and antisocial behavior in a junior high school sample. *Personality and Individual Differences*, 12, 965-966.

- Simons, R. L., Conger, R. D. & Whitbeck, L. B. (1988). A multistage social learning model of the influences of family and peers upon adolescent substance abuse. *Journal of Drug Issues, 18*, 293-315.
- Sliwiany, R. M. (1997). *Sociometria: Como avaliar a qualidade de vida e projetos sociais*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Slovak, K., Carlson, K. & Helm, L. (2007). The influence of family violence on youth attitudes. *Child and Adolescent Social Work Journal, 24*, 77-99.
- Smuts, B. W. (1993). Male aggression and sexual coercion of females in nonhuman primates and other mammals: Evidence and theoretical implications. *Advances in the Study of Behavior, 22*, 1-63.
- Snell, J. C. (2006). Robert Merton dies at 92. *College Student Journal, 40*, 250-252.
- Sobral, J., Romero, E., Luengo, A. & Marzoa, J. (2000). Personalidad y conducta antisocial: Amplificadores individuales de los efectos contextuales. *Psicothema, 12*, 661-670.
- Soria, M. A. (2005). La psicología criminal: Desarrollo conceptual y ámbitos de aplicación. Em M. A. Soria & D. Sáiz (Orgs.), *Psicología criminal* (pp. 25-57). Madrid: Pearson.
- Steffenhagen, R. A. (1980). Self-esteem theory of drug abuse. Em D. J. Lettieri, M. Sayers & H. W. Pearson (Orgs.), *Theories on drug abuse. Selected contemporary perspectives* (pp. 157-163). Rockville, UT: National Institute on Drug Abuse.
- Steinberg, L. (2000). The family at adolescence: Transition and transformation. *Journal of Adolescent Health, 27*, 170-178.
- Storvoll, E. E., Wichstrøm, L., Kolstad, A. & Pape, H. (2002). Structure of conduct problems in adolescence. *Scandinavian Journal of Psychology, 43*, 81-91.

- Stueve, A., O'Donnell, L. & Link., B. (2001). Gender differences in risk factors for violent behavior among economically disadvantaged African American and Hispanic young adolescents. *International Journal of Law and Psychiatry*, 24, 539-557.
- Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (2006). *Levantamento nacional do atendimento sócio-educativo ao adolescente em conflito com a lei*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Sussman, S., Dent, C. W. & McCullar, W. J. (2000). Group self-identification as a prospective predictor of drug use and violence in high-risk youth. *Psychology of Addictive Behavior*, 14, 192-196.
- Sussman, S., Dent, C. W., Stacy, A. W., Burciaga, C., Raynor, A., Turner, G. E., Charlin, V., Craig, S., Hansen, W. B., Burton D. & Flay, B. R. (1990). Peer group association and adolescent tobacco use. *Journal of Abnormal Psychology*, 99, 349–352.
- Sussman, S., Pokhrel, P., Ashmore, R. D. & Brown, B. B. (2007). Adolescent peer group identification and characteristics: A review of the literature. *Addictive Behaviors*, 32, 1602-1627.
- Sussman, S., Unger, J. B. & Dent, C. W. (2004). Peer group self-identification among alternative high school youth: A predictor of their psychosocial functioning five years later. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 4, 9-25.
- Sutherland, E. H. (1939). *Principles of criminology*. Filadelfia: Lippincott.
- Sutherland, E. H. (1940). White-collar criminality. *American Sociological Review*, 5, 1-12.
- Sutherland, E. H. (1945). Is “white collar crime” crime? *American Sociological Review*, 10, 132-139.
- Sutherland, E. H. & Cressey, D. R. (1974). *Criminology*. Nova York: Lippincott.
- Sutherland, E. H., Cressey, D. R. & Luckenbill, D. F. (1992). *Principles of criminology*. Nova York: General Hall.

- Svobodny, L. A. (1982). Biographical self-concept and educational factors among chemically dependent adolescents. *Adolescence*, 17, 847-853.
- Swaim, R. C. (1991). Childhood risk factors and adolescent drug and alcohol abuse. *Educational Psychology Review*, 3, 363-398.
- Tabachnick, B. G. & Fidell, L. S. (2001). *Using multivariate statistics*. Nova York: Allyn & Bacon.
- Tamayo, A., Nicaretta, M., Ribeiro & Barbosa, L. (1995). Prioridades axiológicas y consumo de drogas. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 41, 300-307.
- Tamayo, A. & Schwartz, S.H. (1993). Estrutura motivacional dos valores humanos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 9, 329-348.
- Tarakeshwar, N., Stanton, J. & Pargament, K. I. (2003). Religion: An overlooked dimension in cross-cultural psychology. *Journal of Cross-cultural Psychology*, 34, 377-394.
- Tarde, G. (1890/1976). *As leis da imitação*. Porto: Editora Rés.
- Tarolla, S. M., Wagner, E. F., Rabinowitz, J. & Tubman, J. G. (2002). Understanding and treating juvenile offenders: A review of current knowledge and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 125-143.
- Tarter, R. E. (1988). Are there inherited behavioral traits that predispose to substance abuse? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 56, 189-196.
- Teilman, K. S. & Landry, P. H. (1981). Gender bias in juvenile justice. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 18, 47-80.
- Thomas, B. S. & Hsiu, L. T. (1993). The role of selected risk factors in predicting adolescent drug use and its adverse consequences. *International Journal of the Addictions*, 28, 1549-1563.

- Thornberry, T. P. & Krohn, M. D. (1997). Peers, drug use, and delinquency. Em D. M. Stoff, J. Breiling & J. D. Maser (Orgs.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 218-233). Nova York: Wiley.
- Thornberry, T. P. & Krohn, M. D. (2000). The self-report method for measuring delinquency and crime. Em J. E. Samuels (Série Org.) & D. Dufee, R. D. Crutchfield, S. Mastrofski, L. Mazerolle & D. McDowall (Vol. Orgs.), *Criminal justice 2000: Measurement and analysis of crime and justice* (Vol. 4, pp. 33-83). Washington, DC: National Institute of Justice.
- Thornberry, T. P. (1987). Toward an interactional theory of delinquency. *Criminology*, 25, 863-891.
- Thornberry, T. P. (1996). Empirical support for interactional theory: A review of the literature. Em J. D. Hawkins (Org.), *Delinquency and crime: Current theories* (pp. 198-235). Nova York: Cambridge University Press.
- Thornhill, R. & Palmer, C. T. (2004). Evolutionary life history perspective on rape. Em C. B. Crawford & C. Salmon (Orgs.), *Evolutionary Psychology, Public Policy and Personal Decisions* (pp. 249-274). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Tittle, C. R. (1995). *Control balance: Toward a general theory of deviance*. Boulder, CO: Westview.
- Tittle, C. R. (2000). Theoretical developments in criminology. Em J. E. Samuels (Série Org.) & G. LaFree, J. F. Short, R. J. Bursik Sr. & R. B. Taylor (Vol. Orgs.), *Criminal justice 2000: The nature of crime: Continuity and change* (Vol. 1, pp. 51-102). Washington, DC: National Institute of Justice.
- Tittle, C. R. (2004). Refining control balance theory. *Theoretical Criminology*, 8, 395-428.
- Tittle, C. R. & Paternoster, R. (2000). *Social deviance and crime: An organizational and theoretical approach*. Los Angeles, CA: Roxbury.

- Tittle, C. R. & Ward, D. A. (1993). The interaction of age with correlates and courses of crime. *Journal of Quantitative Criminology*, 9, 3-53.
- Tittle, C. R. & Welch, M. (1983). Religiosity and deviance: Toward a contingency theory of constraining effects. *Social Forces*, 61, 653-682.
- Toch, H. (1992). *Violent men: An inquiry into the psychology of violence*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Tolan, P. H., Guerra, N. G. & Kendall, P. C. (1995). Introduction to special section: Prediction and prevention of antisocial behavior in children and adolescents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 515-517.
- Tomás, D. (1993). Diagnóstico y predicción de la psicopatía. Em V. Garrido (Org.), *Psicopata: Perfil psicológico y reeducación del delincuente más peligroso* (pp. 83-111). Valencia, Espanha: Tirant lo Blanch.
- Tremblay, R. E., Nagin, D. S., Séguin, J. R., Zoccolillo, M., Zelazo, P. D., Boivin, M., Pérusse, D. & Japel, C. (2004). Physical aggression during early childhood: Trajectories and predictors. *Pediatrics*, 114, 43-50.
- Trzesniewski, K. H., Moffitt, T., Caspi, A., Taylor, A. & Maughan, B. (2006). Revisiting the association between reading achievement and antisocial behavior: New evidence of an environmental explanation from a twin study. *Child Development*, 77, 72-88.
- Turner, J. C. (1994). El campo de la psicología social. Em J. F. Morales (Org.), *Psicología social* (pp. 3-24). Madrid: McGraw-Hill.
- Turner, M. G. & Piquero, A. R. (2002). The stability of self-control. *Journal of Criminal Justice*, 30, 457- 471.
- Ugá, A. D., Almeida, C. M., Szwarcwald, C. L., Travassos, C., Viacava, F., Ribeiro, J. M., Costa, N. R., Buss, P. M. & Porto, S. (2001). Considerations on methodology used in the World Health Organization 2000 report. *Caderno de Saúde Pública*, 17, 705-712.

- Vala, J. & Monteiro, M. B. (2002). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- van Goozen, S. H. M., Fairchild, G., Snoek, H. & Harold, G. T. (2007). The evidence for a neurobiological model of childhood antisocial behavior. *Psychological Bulletin*, *133*, 149-182.
- van Lier, P. A. C., Vitaro, F., Wanner, B., Vuijk, P. & Crijnen, A. A. M. (2005). Gender differences in developmental links among antisocial behavior, friends' antisocial behavior, and peer rejection in childhood: Results from two cultures. *Child Development*, *76*, 841-855.
- Vasconcelos, T. C. (2004). *Valores humanos e traços de personalidade como explicadores de condutas socialmente desviantes*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Vasconcelos, T. C., Gouveia, V. V., Souza Filho, M. L., Sousa, D. M. F. & Jesus, G. R. (2004). Preconceito e intenção em manter contato social: Evidências acerca dos valores humanos. *Psico-USF*, *9*, 117-134.
- Venturi, C. (2007). *Entre crânios analógicos e imagens digitais: Alguns antecedentes históricos e culturais das tecnologias de neuro-imageamento*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Vien, A. & Beech, A. R. (2006). Psychopathy: Theory, measurement, and treatment. *Trauma, Violence, & Abuse*, *7*, 155-174
- Villar, P., Luengo, M. A., Gómez-Fraguela, J. A. & Romero, E. (2006). Assessment of the validity of parenting constructs using the multitrait-multimethod model. *European Journal of Psychological Assessment*, *22*, 59-68

- Vigolini, J. S. (2004). *Crímenes de cuello blanco, crimen organizado y corrupción*. Buenos Aires: Editores del Pueblo.
- Vitaro, F., Brendgen, M. & Tremblay, R. E. (2000). Influence of deviant friends on delinquency: Searching for moderator variables. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 28, 313-325.
- Vuchinich, S., Bank, L. & Patterson, G. R. (1992). Parenting, peers, and the stability of antisocial behavior in preadolescent boys. *Developmental Psychology*, 28, 510-521.
- Waiselfisz, J. J. (2006) *Mapa da violência VI: Os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI.
- Walls, M. L., Chapple, C. L. & Johnson, K. D. (2007). Strain, emotion, and suicide among American Indian youth. *Deviant Behavior*, 28, 219-246.
- Wang, Q. & Li, J. (2003). Chinese children's self-concepts in the domains of learning and social relations. *Psychology in the Schools*, 40, 85-101.
- Warr, M. & Stafford, M. (1991). The influence of delinquent peers: What they think or what they do? *Criminology*, 29, 851-866.
- Warren, J. I. & South, S. C. (2006). Comparing the constructs of antisocial personality disorder and psychopathy in a sample of incarcerated women. *Behavioral Sciences and the Law*, 24, 1-20.
- Weaver, S. R. & Prelow, H. M. (2005). A mediated-moderation model of maternal parenting style, association with deviant peers, and problem behaviors in urban African American and European American adolescents. *Journal of Child and Family Studies*, 14, 343-356.
- Wellford, C. (1975). Labelling theory and criminology: An assessment. *Social Problems*, 22, 332-345.

- White, H. R., Bates, M. E. & Buyske, S. (2001). Adolescence-limited versus persistent delinquency: Extending Moffitt's hypothesis into adulthood. *Journal of Abnormal Psychology, 110*, 600-609.
- Widiger, T. A. & Sankis, L. M. (2000). Adult psychopathology: Issues and controversies. *Annual Review of Psychology, 51*, 377-404.
- Wilges, I. (1994). *Cultura religiosa: As religiões no mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Williams, T. M. (1986). *The impact of television: A natural experiment in three communities*. Orlando, FL: Academic Press.
- Wilson, J. Q. & Herrnstein, R. J. (1985). *Crime and human nature*. Nova York: Simon & Schuster.
- Wimberley, D. W. (1989). Religion and role-identity: A structural symbolic interactionist conceptualization of religiosity. *The Sociological Quarterly, 30*, 125-142.
- Wong, S. K. (2005). The effects of adolescent activities on delinquency: A differential involvement approach. *Journal of Youth and Adolescence, 34*, 321-333.
- Wood, P. B., Cochran, J. K., Pfefferbaum, B. & Arneklev, B. J. (1995). Sensation-seeking and delinquent substance use: An extension of learning theory. *The Journal of Drug Issues, 25*, 173-193.
- Woodhams, J., Hollin, C. R. & Bull, R. (2007). The psychology of linking crimes: A review of the evidence. *Legal and Criminological Psychology, 12*, 233-249.
- World Health Organization (1992). *The ICD-10 classification of mental and behavioural disorders: Clinical description and diagnostic guide lines*. Geneva, Switzerland: Autor.
- Wright, J. P. & Cullen, F. T. (2001). Parental efficacy and delinquent behavior: Do control and support matter? *Criminology, 39*, 677-706.

- Xiao, H. (2000). Class, gender, and parental values in the 1990s. *Gender & Society, 14*, 785-803.
- Zuckerman, M. (1993). Sensation seeking and impulsivity: A marriage of traits made in biology? Em W. G. McCown, J. L. Johnson & M. B. Shure (Orgs.), *The impulsive client: Theory, research, and treatment* (pp. 71-91). Washington, DC: American Psychological Association.
- Zuckerman, M. (1979). Sensation seeking: Beyond the optimal level of arousal. Nova York: Erlbaum.

ANEXOS

ANEXO I – Questionário de Comportamentos Anti-sociais e Delitivos

INSTRUÇÕES. A seguir são apresentados alguns comportamentos que as pessoas podem apresentar no dia a dia. Por favor, pedimos-lhe que indique com que frequência já os fez em algum momento da sua vida. Utilize a seguinte escala de resposta, anotando ao lado de cada frase o número que melhor expressa a intensidade do seu comportamento.

NUNCA 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 SEMPRE

01. ___ Fazer brincadeiras pesadas com as pessoas, como empurrá-las a lama ou tirar-lhes a cadeira quando vão sentar.
02. ___ Sair sem permissão (do trabalho, de casa ou do colégio).
03. ___ Pegar escondido o carro ou a moto de um desconhecido para dar um passeio, com única intenção de se divertir.
04. ___ Comer em locais proibidos (trabalho, escola, cinema, etc.).
05. ___ Bagunçar ou assobiar em uma reunião, lugar público ou de trabalho.
06. ___ Roubar roupas de um varal ou objetos dos bolsos de uma roupa pendurada em um cabide.
07. ___ Conseguir dinheiro ameaçando pessoas mais fracas.
08. ___ Destruir ou danificar coisas em lugares públicos.
09. ___ Responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua).
10. ___ Arrancar ou pisar flores ou plantas em parques ou jardins.
11. ___ Incomodar pessoas desconhecidas ou fazer desordens em lugares públicos.
12. ___ Chegar de propósito mais tarde do que o permitido (em casa, trabalho, compromisso, etc.).
13. ___ Gastar frequentemente no jogo mais dinheiro do que pode.
14. ___ Portar uma arma (faca ou canivete) caso considere necessário em um briga.
15. ___ Dizer palavrões ou expressões pesadas.
16. ___ Roubar coisas de grandes armazéns, supermercados, entre outros, estando abertos.
17. ___ Roubar objetos dos carros.
18. ___ Entrar em um local proibido (jardim privado, casa vazia, etc.).
19. ___ Entrar em uma loja que está fechada, roubando algo ou não.
20. ___ Resistir a briga para escapar de um policial.
21. ___ Jogar lixo no chão (quando há perto um cesto de lixo).
22. ___ Entrar em um apartamento ou casa e roubar algo (sem ter planejado antes).
23. ___ Planejar de antemão entrar em uma casa ou apartamento para roubar coisas de valor.
24. ___ Apanhar frutas em um jardim ou pomar alheio.
25. ___ Pegar escondido a bicicleta de um desconhecido e ficar com ela.
26. ___ Quebrar ou jogar no chão coisas dos outros.
27. ___ Roubar coisas ou dinheiro em máquinas de refrigerantes, telefones públicos, etc.
28. ___ Chegar tarde ao trabalho, colégio ou reunião.
29. ___ Negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa).
30. ___ Brigar com os outros (com golpes, insultos ou palavras ofensivas).
31. ___ Roubar coisas de um lugar público (trabalho ou colégio) com um valor de mais de R\$ 10,00.
32. ___ Roubar materiais ou ferramentas de pessoas que estão trabalhando.
33. ___ Usar drogas.
34. ___ Trapacear (em provas, competição importante, gabarito de resultado, etc.).
35. ___ Sujar as ruas ou calçadas quebrando garrafas ou virando depósitos de lixo.
36. ___ Entrar em um clube proibido ou comprar bebidas proibidas.
37. ___ Tocar a campainha na casa de alguém e sair correndo.
38. ___ Riscar em lugares proibidos (paredes, mesas, etc.).
39. ___ Forçar a entrada em um armazém, garagem, depósito ou mercearia.
40. ___ Pertencer a uma turma que arma confusões, se mete em briga ou cria baderna.

ANEXO II – Escala de Práticas Religiosas

INSTRUÇÕES. Abaixo estão listadas algumas práticas religiosas incentivadas nas diversas religiões, que podem ou não ser importantes para você. Sabendo-se que os dados serão tratados de maneira confidencial, indique com que frequência você as realiza. Para tanto, utilize a escala de resposta abaixo:

	1	2	3	4	5
	Nunca	Poucas Vezes	Algumas Vezes	Freqüentemente	Sempre
01. Confesso-me com o padre ou durante a missa.	1	2	3	4	5
02. Assisto à missa.	1	2	3	4	5
03. Dou o dízimo.	1	2	3	4	5
04. Oro antes das principais refeições.	1	2	3	4	5
05. Procuo desenvolver meus dons mediúnicos.	1	2	3	4	5
06. Sigo os conselhos do padre.	1	2	3	4	5
07. Tomo água fluidificada (abençoada, purificada).	1	2	3	4	5
08. Procuo a reforma íntima (reduzir os defeitos e vícios)	1	2	3	4	5
09. Converso com pessoas que já morreram.	1	2	3	4	5
10. Vou aos cultos da igreja.	1	2	3	4	5
11. Pregoo o evangelho a outras pessoas.	1	2	3	4	5
12. Participo de eventos profanos (carnaval, boites, etc)	1	2	3	4	5
13. Participo de procissões ou romarias.	1	2	3	4	5
14. Rezo o terço.	1	2	3	4	5
15. Benzo-me ao passar em frente à igreja.	1	2	3	4	5
16. Leio livros psicografados.	1	2	3	4	5

ANEXO III – Escala de Crenças Religiosas

INSTRUÇÕES. Considere o conjunto de afirmações abaixo e indique em que medida você concorda ou discorda com cada uma delas. Para tanto, assinale na escala de resposta ao lado o número que melhor expressa sua opinião. Por favor, **NÃO DEIXE DE RESPONDER A NENHUM DOS ITENS.**

1 Discordo Totalmente	2 Discordo Muito	3 Discordo	4 Indeciso	5 Concordo	6 Concordo Muito	7 Concordo Totalmente
01. A vocação para o trabalho é um dom divino.	1	2	3	4	5	6 7
02. Imagens de santos devem ser respeitadas.	1	2	3	4	5	6 7
03. Maria, mãe de Jesus, pode interceder entre Deus e o homem.	1	2	3	4	5	6 7
04. A reencarnação é possível.	1	2	3	4	5	6 7
05. É importante fazer a 1ª comunhão.	1	2	3	4	5	6 7
06. É necessário vestir-se de maneira composta.	1	2	3	4	5	6 7
07. As crianças devem ser batizadas preferencialmente ainda bebês.	1	2	3	4	5	6 7
08. Os ensinamentos bíblicos devem ser seguidos à risca.	1	2	3	4	5	6 7
09. O Papa é o representante de Deus na terra.	1	2	3	4	5	6 7
10. É possível a comunicação com pessoas que já faleceram.	1	2	3	4	5	6 7
11. As pessoas não morrem, desencarnam.	1	2	3	4	5	6 7
12. Jesus Cristo é o único intercessor entre Deus e o homem.	1	2	3	4	5	6 7
13. Existem espíritos mais e menos evoluídos.	1	2	3	4	5	6 7
14. Deve-se orar antes das refeições.	1	2	3	4	5	6 7
15. As pessoas sofrem as conseqüências de suas atitudes nas vidas passadas.	1	2	3	4	5	6 7
16. Os santos atendem às promessas dos fiéis.	1	2	3	4	5	6 7
17. Jesus foi um espírito evoluído que passou pela Terra.	1	2	3	4	5	6 7
18. Não se deve adorar imagens.	1	2	3	4	5	6 7

ANEXO IV – Escala de Identificação com Grupos de Referência

INSTRUÇÕES. Dos grupos ou pessoas listadas a seguir, indique em que medida você se identifica com cada um (a) deles (as). (Circule um dos números na escala de resposta ao lado).

01. Seu pai	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
02. Seus familiares em geral (tios, primos, etc.)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
03. Seus (suas) companheiros (as) de estudo ou trabalho	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
04. Hippies	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
05. Seus (suas) vizinhos (as)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
06. Head bangers (Metaleiros)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
07. Sua mãe	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
08. Seu (sua) namorado (a) ou esposo (a)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
09. Funkeiros	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
10. Seus (suas) amigos (as) em geral	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
11. Punks	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
12. Seus (suas) amigos (as) do bairro	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
13. Skatistas	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
14. Suas (seus) irmãs (os)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
15. Seus avós	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
16. Skin heads (Carecas)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
17. Seus (suas) tios (as)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
18. Surfistas	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
19. Seus (suas) primos (as)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente
20. Seus (suas) professores (as)	Nada	0	1	2	3	4	Totalmente

ANEXO V – Questionário dos Valores Básicos – QVB

INSTRUÇÕES. Por favor, leia atentamente a lista de valores descritos a seguir, considerando seu conteúdo. Utilizando a escala de resposta abaixo, escreva um número ao lado de cada valor para indicar em que medida você o considera importante como um princípio que guia sua vida.

1	2	3	4	5	6	7
Totalmente não Importante	Não Importante	Pouco Importante	Mais ou menos Importante	Importante	Muito Importante	Extremamente Importante

01. ____ **SEXUALIDADE.** Ter relações sexuais; obter prazer sexual.
02. ____ **ÊXITO.** Obter o que se propõe; ser eficiente em tudo que faz.
03. ____ **APOIO SOCIAL.** Obter ajuda quando a necessite; sentir que não está só no mundo.
04. ____ **CONHECIMENTO.** Procurar notícias atualizadas sobre assuntos pouco conhecidos; tentar descobrir coisas novas sobre o mundo.
05. ____ **EMOÇÃO.** Desfrutar desafiando o perigo; buscar aventuras.
06. ____ **PODER.** Ter poder para influenciar os outros e controlar decisões; ser o chefe de uma equipe.
07. ____ **AFETIVIDADE.** Ter uma relação de afeto profunda e duradoura; ter alguém para compartilhar seus êxitos e fracassos.
08. ____ **RELIGIOSIDADE.** Crer em Deus como o salvador da humanidade; cumprir a vontade de Deus.
09. ____ **SAÚDE.** Preocupar-se com sua saúde antes mesmo de ficar doente; não estar física ou mentalmente enfermo.
10. ____ **PRAZER.** Desfrutar da vida; satisfazer todos os seus desejos.
11. ____ **PRESTÍGIO.** Saber que muita gente lhe conhece e admira; quando velho receber uma homenagem por suas contribuições.
12. ____ **OBEDIÊNCIA.** Cumprir seus deveres e obrigações do dia a dia; respeitar seus pais, os superiores e os mais velhos.
13. ____ **ESTABILIDADE PESSOAL.** Ter certeza de que amanhã terá tudo o que tem hoje; ter uma vida organizada e planejada.
14. ____ **CONVIVÊNCIA.** Conviver diariamente com os vizinhos; fazer parte de algum grupo, como: social, esportivo, entre outros.
15. ____ **BELEZA.** Ser capaz de apreciar o melhor da arte, música e literatura; ir a museus ou exposições onde possa ver coisas belas.
16. ____ **TRADIÇÃO.** Seguir as normas sociais do seu país; respeitar as tradições da sua sociedade.
17. ____ **SOBREVIVÊNCIA.** Ter água, comida e poder dormir bem todos os dias; viver em um lugar com abundância de alimentos.
18. ____ **MATURIDADE.** Sentir que conseguiu alcançar seus objetivos na vida; desenvolver todas as suas capacidades.

ANEXO VI – Escala de Percepção dos Pais – EPP (Versão para o pai)

INSTRUÇÕES: Considere por um momento a lista de frases a seguir. **Todas se referem ao seu PAI. Utilizando a escala de resposta abaixo**, indique o quanto cada uma é aplicável a ele ou pode descrever-lhe adequadamente. Por favor, responda a todas as frases da forma mais sincera possível; saiba que não existem respostas certas ou erradas. Todas as informações prestadas serão tratadas em seu conjunto de forma estatística e confidencial.

1 Nada Aplicável	2 Pouco Aplicável	3 Algo Aplicável	4 Medianamente Aplicável	5 Bastante Aplicável	6 Muito Aplicável	7 Totalmente Aplicável
-------------------------------	--------------------------------	-------------------------------	---------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------------	-------------------------------------

01. ___ Fica sempre me lembrando das coisas que não posso fazer.
02. ___ Está sempre me dizendo como devo me comportar.
03. ___ Quando estou fora de casa quer saber exatamente onde estou e o que estou fazendo.
04. ___ É durão comigo.
05. ___ Acredita que todos os meus comportamentos maus devem ser castigados de alguma forma.
06. ___ Passa muito tempo comigo.
07. ___ Não esquece facilmente as coisas que eu faço errado.
08. ___ Faz-me sentir melhor depois que falo com ele sobre meus problemas.
09. ___ Acha que devo obedecer todas as suas ordens.
10. ___ Procura me animar quando estou triste.
11. ___ É fácil conversar com ele.
12. ___ Gosta de falar comigo a respeito do que lê.
13. ___ É muito interessado naquilo eu aprendo na escola.
14. ___ Não quer se incomodar de fazer com que suas regras sejam obedecidas.
15. ___ Diz-me quando gosta de mim.
16. ___ Permite que eu receba meus amigos em casa.
17. ___ Aceita minhas opiniões mesmo quando diferem das suas.
18. ___ Não parece notar muito se me comporto bem em casa ou me saio bem na escola.
19. ___ Castiga-me quando eu não o obedeco.
20. ___ Fica feliz de me ver quando volto da escola ou de algum passeio

ANEXO VII – Escala de Percepção dos Pais – EPP (Versão para a mãe)

INSTRUÇÕES: Considere por um momento a lista de frases a seguir. **Todas se referem a sua MÃE. Utilizando a escala de resposta abaixo**, indique o quanto cada uma é aplicável a ela ou pode descrevê-la adequadamente. Por favor, responda a todas as frases da forma mais sincera possível; saiba que não existem respostas certas ou erradas. Todas as informações prestadas serão tratadas em seu conjunto de forma estatística e confidencial.

1	2	3	4	5	6	7
Nada Aplicável	Pouco Aplicável	Algo Aplicável	Medianamente Aplicável	Bastante Aplicável	Muito Aplicável	Totalmente Aplicável

01. ___ Fica feliz de me ver quando volto da escola ou de um passeio.
02. ___ Passa muito tempo comigo.
03. ___ Fica sempre me lembrando das coisas que não posso fazer.
04. ___ Tenta ser minha “amiga” ao invés de uma “chefe”.
05. ___ Gostaria que eu ficasse mais em casa onde ela pode cuidar de mim.
06. ___ Quando estou fora de casa quer saber realmente onde estou e o que estou fazendo.
07. ___ Consola-me quando estou com medo.
08. ___ Quer saber realmente como penso sobre certos acontecimentos.
09. ___ Castiga-me severamente.
10. ___ Acha que deve me castigar para me corrigir e melhorar.
11. ___ Não parece notar muito se me comporto bem em casa ou me saio bem na escola.
12. ___ Gosta de falar comigo a respeito do que lê.
13. ___ Procura me animar quando estou triste.
14. ___ É fácil conversar com ela.
15. ___ Castiga-me quando eu não a obedeco.
16. ___ Está sempre me dizendo como devo me comportar.
17. ___ Se eu quebro uma promessa fica por algum tempo sem confiar em mim.
18. ___ Gosta de discutir os assuntos e conversar comigo.
19. ___ Acredita que todos os meus comportamentos maus devem ser castigados de alguma forma.
20. ___ É muito interessada naquilo que aprendo na escola.

ANEXO VIII – Caracterização da Amostra

Finalmente, gostaríamos de saber alguns dados sobre você:

1. Idade: _____ anos 2. Sexo: () Masculino () Feminino
3. Em que medida você se considera religioso? **Nada 0 1 2 3 4 Muito**
4. Com que frequência você vai às reuniões da sua religião?
Nunca 0 1 2 3 4 5 6 7 Sempre
5. Qual a sua religião?
- () Católica () Evangélica () Espírita () Nenhuma
- () Outra: _____

ANEXO IX – Termo de Consentimento



Universidade Federal da Paraíba
CCHLA – Departamento de Psicologia
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social
58059-900 João Pessoa, PB – Brasil
Tel./Fax 55 83 216 7006

E-mail: walberto_santos@hotmail.com

Prezado (a) Coordenador (a),

Estamos realizando uma pesquisa na cidade de João Pessoa com a finalidade de conhecer possíveis fatores contribuintes para a prevenção de comportamentos de risco em adolescentes e jovens adultos. Neste sentido, para efetivação deste estudo, gostaríamos de contar com a colaboração da vossa instituição de ensino, disponibilizando o acesso a algumas turmas de alunos. Para tanto, de acordo com o disposto nas resoluções 196/96 e 251/97 do Conselho Nacional de Saúde, faz-se necessário o vosso consentimento. O tempo estimado da pesquisa é de 50 minutos, onde será aplicado, em sala de aula, um livreto com diferentes questionários (anexo). Os dados coletados nesta pesquisa serão considerados em conjunto, garantindo seu caráter anônimo. Por fim, nos colocamos a inteira disposição de V.S^a. para, ao final do estudo, apresentar um relatório com os resultados encontrados.

Termo de Consentimento

Assinando este termo, estou consentindo a participação dos alunos no estudo: Compromisso convencional e comportamentos anti-sociais em diferentes idades: Um estudo transversal, do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (doutorado) da Universidade Federal da Paraíba, sob a coordenação do doutorando Walberto Silva dos Santos.

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Carimbo e assinatura do Coordenador/Diretor da Instituição